# *Sumário dêste número*

**EDITORIAL:** A Geografia nos Cursos de Férias da A. B. E. — LÚCIO DE CASTRO SOARES (pág. 125).

**COMENTÁRIO:** A Geografia na Universidade do Ar — Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA (pág. 127).

**TRANSCRIÇÕES:** Geologia — I — LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO (pág. 130) — Como se constituiu no Brasil a Rêde das Cidades — I — PIERRE DEFFONTAINES (pág. 141).

**RESENHA E OPINIÕES:** Bibliotecas municipais (pág. 149). — A utilização da carne de jacaré na Amazônia (pág. 150) — Efeitos seletivos das migrações internas (pág. 152). — Academia da História Americana dos Franciscanos (pág. 154). — Distribuição geográfica e nomenclatura dos cristãos não católicos (pág. 155). — El Salvador (pág. 158).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Religião em Antropogeografia — I — EVERARDO BACKHEUSER (pág. 162).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Quinquagésima terceira tertúlia geográfica, realizada em 8 de fevereiro de 1944 (pág. 177). — Quinquagésima quarta tertúlia, realizada em 15 de fevereiro de 1944 (pág. 178). — Quinquagésima quinta tertúlia realizada em 29 de fevereiro de 1944 (pág. 181). — Quinquagésima sexta tertúlia, realizada em 7 de março de 1944 (pág. 183).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 188). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 188). — Ministério da Agricultura (pág. 189). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 190). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 191). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Comercial do Rio de Janeiro (pág. 192). — Fundação Brasil Central (pág. 192). — CERTAMES — Exposição Percy Lau (pág. 193). — Congresso Econômico do Oeste (pág. 193). — UNIDADES FEDERADAS — Amazonas (pág. 193). Mato Grosso (pág. 193). — Minas Gerais (pág. 193). — Paraíba (pág. 194). — Pernambuco (pág. 195). — São Paulo (pág. 195). — Território Federal do Rio Branco (pág. 197). — MUNICÍPIOS — Campos (pág. 197). — Goiás (pág. 197). — Palhoça (pág. 197).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTROS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 198). — Periódicos (pág. 202). — A cartografia brasileira nos livros estrangeiros — X — (1916 - 1918) (pág. 205). — Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — XIV — (1906) (pág. 208).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados no mês de abril de 1944 (pág. 210). — Íntegra da legislação de interêsse geográfico — decretos-leis (pág. 213). — Decreto (pág. 215). — Atos diversos (pág. 216). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos - leis e demais atos de interêsse geográfico (pág. 219). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos - leis e demais atos de interêsse geográfico (pág. 223). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1942 (pág. 224). — Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções ns. 95 a 104 (pág. 262). Diretório Central — Íntegra das Resoluções ns. 95 a 104 (pág. 267). — Diretórios Regionais — Minas Gerais — Íntegra das Resoluções ns. 16 a 20 (pág. 272).

# Boletim Geográfico

Ano II | MAIO, 1944 | N.º 14

## Editorial

# A Geografia nos Cursos de Férias da A. B. E.

*A Associação Brasileira de Educação — a A. B. E., como é mais conhecida nos meios culturais brasileiros — promove todos os anos, desde 1939, Cursos de Férias para professôres primários de todo o Brasil.*

*Realizando anualmente êstes cursos, visa a A. B. E. "melhorar os conhecimentos e aperfeiçoar a técnica pedagógica do magistério primário do país", reunindo para êste fim, no período mais longo das férias escolares, o maior número possível de professôres dos Estados, Territórios e do Distrito Federal.*

*O Curso de Férias em questão consta de uma série de conferências e palestras — proferidas por destacados elementos do magistério, das ciências, das letras e das artes, militantes na capital da República — completadas pela visita a instituições científicas, técnicas e pedagógicas do Distrito Federal.*

*É interessante assinalar que no programa do primeiro Curso de Férias da A. B. E., não constava a Geografia, apesar de lá figurarem muitas outras disciplinas importantes para a formação cultural dos professôres do primeiro grau, como História da Civilização Brasileira, Ciências, Linguagem, além de conferências sôbre Educação e Ensino, Sociologia Educacional, Higiene e Educação Física Infantil, Estatística, para citar sòmente as principais.*

*Compreendendo a utilidade do ensino da Geografia — principalmente a do Brasil — num curso dessa natureza, os dirigentes da A. B. E. cedo o incluíram no programa do seu Curso de Férias. Estava a lembrar tal inclusão o fato do referido curso estar sob o alto patrocínio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

*Conquanto a Geografia não figurasse, como já observamos, no primeiro programa do Curso de Férias, ela estêve, porém, presente ao mesmo, indiretamente, através da palavra do professor F. A. Raja Gabaglia, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, que dissertou sôbre as atividades que êste órgão da administração pública vinha desenvolvendo no sentido de um melhor conhecimento geográfico do Brasil.*

*Já no seu segundo ano de atividades, o Curso de Férias da A. B. E. proporcionava a outro luzido grupo de professôres primários patrícios um bem organizado curso de Geografia do Brasil, ministrado sob a forma de conferências, por geógrafos, mestres consagrados e especialistas no assunto, como Delgado de Carvalho, Alberto Sampaio, Glycon de Paiva, Melo Leitão e Heloísa Tôrres.*

*A dificuldade de transportes decorrente das condições anormais surgidas com a guerra atual, impediu que mais um grupo de professôres se reunisse*

*aqui no Rio de Janeiro, como nos anos anteriores, para a freqüência do Curso de Férias.*

*Já que os alunos não podiam vir à "escola", as aulas foram até os seus lares, através do rádio. Agora, não mais a um grupo reduzido de ouvintes, mas a todos os professôres primários do Brasil.*

*Continuando a sua obra patriótica em favor do aumento da cultura do professorado primário brasileiro, a A. B. E. continuou, mais uma vez vitoriosa, a dar sem interrupção os seus Cursos de Férias.*

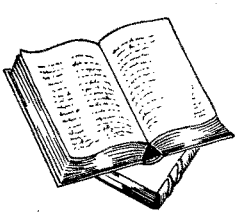
*Dispensando cada vez maior atenção à Geografia nos seus Cursos de Férias, a A. B. E. solicitou a colaboração direta do Conselho Nacional de Geografia, a cujo cargo ficariam então as aulas e palestras sôbre a Geografia do Brasil.*

*Assim, nos anos de 1943 e 1944 a Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica contribuiu com um apreciável número de palestras radiofônicas sôbre assuntos da Geografia brasileira, como estudos de fatos geográficos de trechos do nosso território, sínteses regionais, bem como, sôbre a atual divisão regional e a caracterização e sub-divisão de cada uma das suas regiões naturais, e ainda, sínteses geográficas dos novos Territórios Federais.*

*Pela citação dêstes temas da Geografia do Brasil, cujo desenvolvimento a A. B. E. solicitou ao Conselho, pode-se bem aquilatar o aprêço com que a Geografia vem sendo considerada no seu Curso de Férias. Êste interêsse reflete, de maneira marcante, o impulso que a ciência geográfica vem tendo no Brasil nos últimos tempos, impulso êste animado pela aplicação dos modernos métodos do seu estudo e ensino. Dispensando tal atenção à Geografia nos seus Cursos de Férias, os esclarecidos dirigentes da A. B. E. demonstraram realmente compreender o quanto de verdade existe nesta fundamentada afirmação de Harrel Horne: "A História e a Geografia são as principais matérias informativas da escola. A Geografia conexiona os fatos naturais com os fatos sociais: é nesse fato que se cifra a sua influência educativa. São certas relações humanas que justificam o ensino da Geografia; os modos de vida do homem, as suas prossecuções, os seus êxitos, os seus fracassos, são as razões que justificam a inclusão dos conhecimentos geográficos nos programas escolares* (The Democratic Phylosophy of Education).

*Louvando a Associação Brasileira de Educação pelo seu grande empenho em difundir a Geografia do Brasil o Conselho Nacional de Geografia — que tem como uma de suas mais importantes finalidades a de promover o maior conhecimento geográfico do nosso país — continua a oferecer aos seus proveitosos Cursos de Férias, a sua entusiástica, integral e melhor colaboração.*

LÚCIO DE CASTRO SOARES
Da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica



*Comentário*

# A Geografia na Universidade do Ar *

Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA
Professor do Colégio Pedro II e membro da Comissão da "Biblioteca Geográfica Brasileira"

A Geografia do Brasil enfeita-se, êste ano, para grande comemorações. Realmente, 1944 será o ano geográfico do Brasil. Três memoráveis assembléias vão se reunir em nosso país. Em agôsto, a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia. Depois, a Assembléia Nacional do mesmo Conselho e, finalmente, em setembro, o X Congresso Brasileiro de Geografia, em Belém, no Estado do Pará.

Como a completar a característica geográfica para o Brasil do ano de 1944, salienta-se ainda o reconhecimento oficial — por S. Excia., o Sr. Presidente da República — do valor da Geografia para o conhecimento seguro dos povos em suas relações com o meio físico. Fê-lo S. Excia. quando em Guaíra, falou de improviso, a 27 de janeiro do corrente ano. A revista *Cultura Política* divulgou, em seu número de abril, o discurso até então inédito, no qual há conceitos de grande oportunidade, não sòmente para todos em geral, como para os trabalhadores da Geografia, em particular.

Focalizando a finalidade da criação dos Territórios Nacionais, teve S. Excia. ocasião de proferir palavras de muita importância, com efeito, para todos os que labutam em nosso setor geográfico. Ao afirmar, por exemplo, que *" AHistória dos povos está ligada à sua Geografia"*, certamente não disse S. Excia. uma novidade mas, ao fazê-lo, quis sem dúvida frisar a importância que a ciência geográfica possui; tanto mais que houve por bem acrescentar: *"Segundo a distinção dos sociólogos a Geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica é a forma dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos ligado à terra e plasmado pela energia criadora do homem"*.

Atribuindo ao homem um valor criador, colocou-se claramente, S. Excia. dentro dos postulados da escola geográfica francesa que, como sabemos, admite — como diria Vidal de La Blache — o homem como verdadeiro agente geográfico, mais ator do que espectador em face da natureza.

Mas, desta ou daquela maneira, S. Excia. — na qualidade de Presidente da República — dando um justo destaque à obra da Geografia no destino dos povos ligados à Terra, trouxe a todos nós, professôres de Geografia e geógrafos do Brasil, um incentivo, uma palavra de ânimo e, outrossim, um reconhecimento público, de que sabe apreciar e avaliar a obra dos que sinceramente se empenham no conhecimento certo e metódico da terra brasileira.

Tôdas as rememorações que acabei de fazer, têm o mérito, antes de tudo, de fortalecer e revigorar a esperança de que êste, será também o ano geográfico para a *Universidade do Ar*.

E tudo indica que assim venha a ser.

Em primeiro lugar, considerando-se o número já volumoso de candidatos que desejam matricular-se em seus cursos, entre os quais o de Geografia do Brasil e o de Geografia Geral.

---

* Palestra irradiada ao microfone da Rádio Nacional, em 27 de abril p.p.

Em segundo lugar, o aumento considerável das contribuições obtidas o ano passado, em comparação com o número das enviadas no ano anterior — circunstância que dá, sem dúvida, a previsão de uma quantidade ainda maior em 1944.

Em terceiro lugar, a novidade que a *Universidades do Ar* apresenta no presente ano letivo, qual seja a de dividí-lo em duas partes distintas: uma totalmente consagrada à Geografia do Brasil, outra dedicada apenas à Geografia Geral, o que traz a vantagem de permitir que se possa estudar a matéria com maior intensidade, evitando, ainda, o inconveniente de terem os colegas de esperar muitos dias para ouvir a continuação de um assunto anteriormente explanado. Além do mais, é preciso acrescentar que outra razão existe para se esperar um aumento sempre crescente de estudiosos na *Universidade do Ar*. É que sempre existiu, entre nós, um número vultoso de apaixonados da Geografia, tanto da boa como da má Geografia.

Se é verdade que uma considerável quantidade de professôres mais se dedicou à Geografia puramente *descrição* do que à Geografia *interpretação,* isso se deu, talvez pela inexistência, outrora, de bons orientadores e de cursos especializados, em quantidade suficiente. Sem estarem a par da orientação impressa, nos últimos tempos, pelos mestres da dificílima quão apaixonante ciência, não podiam, é claro, a não ser por si mesmos, mudar de rumo. Dêsse modo, alguns se julgariam no caminho certo quando, na realidade, muito fora dêle se achavam.

O certo, porém, é que, dêste ou daquele modo, a Geografia sempre teve numerosos cultores em nossa terra.

Felizmente, a criação, nos últimos tempos, de faculdades especializadas e de cursos de orientaçao metodológica; a divulgação de obras de doutrina e publicação de revistas encerrando artigos esclarecedores, tudo isso tem concorrido para provocar, ainda mais, a melhoria espontânea da qualidade da matéria a ser aprendida e ensinada.

Nosso problema, em matéria de orientação geográfica, nunca foi, então, de ordem *quantitativa* mas de ordem *qualitativa*.

Muito bem; se existiu sempre, um grande número de estudiosos da Geografia — embora da má Geografia (que êles consideravam boa, ingênuamente) — por que não esperar que o número aumente em favor de uma Geografia de melhor qualidade, de uma Geografia racional, uma Geografia que focalize, de preferência, o acôrdo recíproco da natureza e do homem, a influência daquela sôbre êste e dêste sôbre a primeira? — De uma Geografia que se firme, com tôda a sua observação desapaixonada e sem desvirtuamentos, no modo — principalmente — como se plasmam, em cada lugar da superfície terrestre, o homem e a natureza?

Por que não esperar, pois, que aumente o número dos trabalhadores da boa, útil e construtiva Geografia, se, hoje, além dos cursos e faculdades especializadas, temos também já um ambiente favorável para as convenientes pesquisas e trabalhosas observações? Por que não esperar que o número aumente, se principiamos a encontrar no país, e cada vez mais, a necessária e indispensável atmosfera moral e de amparo, em nosso favor?

O coroamento dêsse ambiente propício, indispensável, deu-nos S. Excia., o Sr. Presidente da República, não sòmente criando o Conselho Nacional de Geografia, como prestigiando-o, e, finalmente, reconnecendo, de público, o alto valor que a Geografia — e portanto, seus trabalhadores — possuem em face da cultura e dos destinos do Brasil.

Por tudo o que acabei de dizer, é de se esperar que 1944 seja realmente, também, o ano geográfico da *Universidade do Ar*. Com isso, quero dizer que aguardarei êste ano, não apenas um grande número de matrículas, mas, outrossim, uma quantidade respeitável de contribuições originais sôbre todos os cantos e recantos de nosso país.

Assim, estaremos em nosso setor, trabalhando bem para o país e sua ciência.

Que trabalhem os mestres de ofícios nas oficinas e o químico ou o físico, dentro das quatro paredes de seu laboratório. Nós, não! porque a nossa ciência possui um laboratório maior e mais expressivo — o laboratório da natureza, como já se tem dito.

Fora disso, a Geografia quase que chega a ser inconsistente.

Não se entenda, apressadamente, que eu subestime o trabalho de gabinete. Há no trabalho geográfico, não apenas o da pesquisa no campo, mas também o do gabinete, que consiste, justamente, na seleção do material reunido, na elaboração de cartas e mapas, na construção dos esquemas explicativos e, por último, na redação *da síntese final* — interpretativa — que é o coroamento de todo trabalho geográfico sério, embora modesto.

Se, individualmente, cada professor de Geografia do Brasil compreender que sua colaboração honesta, representa, sempre, uma contribuição a mais em favor do melhor conhecimento da Terra, então é possível afirmar-se que já adquirimos a necessária e indispensável maturidade geográfica para ensinar e construir.

De resto, é preciso não esquecer o que representará uma tal contribuição.

O Brasil ainda não possui um número suficiente de técnicos, especialmente contratados, para realizar pesquisas de campo. Não dispõe, também, de recursos financeiros fartos, não só para remunerá-los bem — como devem ser remunerados — como para atender às exigências de seu vasto território, infelizmente ainda muito mal conhecido e estudado.

Por que não há o colega de facilitar essa tarefa tão grandiosa, qual seja a do melhor conhecimento geográfico de nosso país, estudando, aí mesmo, onde vive, a pequena porção da terra brasileira que lhe dá o pão nosso de cada dia? Ou será preciso que esperemos pelos estrangeiros afim de que possamos ter conhecimentos de segunda mão?

Gostaria que refletissem sôbre o assunto e que se resolvessem a se matricular na *Universidade do Ar* com a preocupação de trabalhar muito mais pela *Geografia do Brasil,* do que, por exemplo, com a de obter — no fim do curso — um mero certificado de aproveitamento. Sem dúvida, a *Universidade do Ar* possui uma vantagem utilitária-prática-imediata, a de expedir certificados. Mas sua finalidade precípua é a difusão da cultura em todos os setores dos conhecimentos e servir, e servir, superiormente, ao Brasil.

# Geologia *

Eng. LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO

— I —

As observações mais comezinhas mostram-nos as atividades geológicas na crosta da Terra. A todo momento vemos os agentes geológicos em ação. Percebemos de maneira clara que a crosta da Terra não se encontra em equilíbrio. Sofre sempre transformações, numa seqüência contínua, ininterrupta.

Vejamos um caso accessível a todos. Consideremos os terrenos dos arredores de Pirituba. Observa-se aí material inconsistente, um solo, ao qual se associam blocos de granito. Maior meticulosidade revela-nos que o granito, rocha tão constante, se vai transformando sempre no material inconsistente, a *arena de alteração*. O granito sob a ação dos agentes que têm sua sede na atmosfera, chamados de *intemperismo,* é transformado na *arena* inconsistente. Diz-se que se *decompõe* ou se *altera*.

Sobrevém a chuva, partículas que constituem a *arena* são carreadas, vão-se acumular em local de topografia adequada e, por fim, produzem depósitos de volume apreciável. Êsses depósitos, apesar da sua inconsistência inicial são chamados *rochas*.

Já se revelam duas fases distintas dos processos geológicos, completamente diferentes, de conseqüências opostas: a transformação pelos agentes de intemperismo, e o transporte e o depósito, com a formação de outras rochas.

Outros fatos, porém, nos vão mostrar fenômenos mais complexos, não sujeitos diretamente à nossa observação.

Rochas há de origem superficial com indícios de que foram transformadas com a anexação de minerais incapazes de se formar nas condições normais da superfície da Terra. Além disso, aparecem essas rochas deformadas, oferecem formas diferentes das que teriam tido no dia do seu depósito, isto é, na sua origem superficial. Há uma terceira categoria de processos geológicos, processados em condições diferentes das que prevalecem na superfície da Terra.

Ligam-se a êsses fenômenos rochas que absolutamente não mostram vestígios de origem superficial.

Caracterizamos as três grandes fases:

1.º — A destrição das rochas, *gliptogênesis.*

2.º — O transporte e o depósito de detritos, chamado *sedimentação* para formar novas rochas, *litogênesis.*

3.º — Fenômenos profundos, a *orogênesis.*

As rochas originárias da terceira fase, devida à orogênesis, sofrem a ação da gliptogênesis. Começa novamente a seqüência das três fases.

O conjunto das três fases é o ciclo geológico.

Sem interrupção, tem lugar na Terra a sucessão de fenômenos do ciclo geológico para modificá-la. Sucedem-se os ciclos em um *eterno retôrno*.

* * *

* N.R.: *A Geologia do Estado de São Paulo* — Separata do *Boletim D.E.R.* de São Paulo.

O estudo dos fenômenos em si fornece o conhecimento da natureza das rochas e dos processos.

Mas bem sabemos, não se limita a isto o objetivo da Geologia; há mais. Conhecidas as rochas e os processos que lhes dão origem e as transformam, a Geologia estuda êstes fenômenos no tempo, em sua seqüência na *Geologia cronológica*.

* * *

As partículas transportadas pelas agentes que têm a sua sede na superfície da Terra, produzem as *rochas sedimentares clásticas*. Essas rochas em profundidade se transformam com a orogênesis, dando as *rochas metamórficas*.

Ainda na superfície, porém, eventualmente sofrem modificação nos processos chamados de *diagênesis*.

Variam os agentes de transporte, as condições de deposição, e conseqüentemente os materiais transportados. Daí tôda a taxionomia das rochas sedimentares.

Conquanto o transporte pela água seja o mais generalizado, o gêlo e o vento também transportam detritos. Diferentes modalidades de material depositado: finos, de granulação média e grossos ou conglomeráticos. Diversos os meios em que se depositam as rochas: águas doces, rios e lagos, a água salobra das lagunas, e o meio marinho em suas diferentes modalidades.

A cada modalidade de deposição, dependente do agente e do meio, correspondem diferentes materiais depositados, vestígios de vida diversa. Exprime as modalidades de depositação o *facies* dos depósitos.

Distinguem-se as rochas depositadas na água pela sua disposição em leitos horizontais.

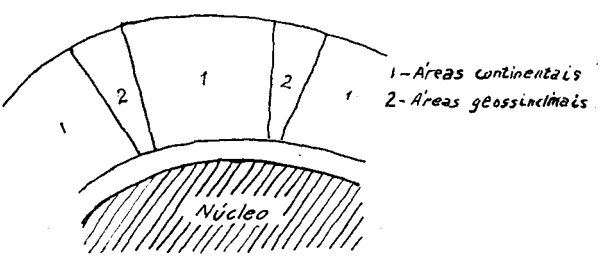
* * *

Tratemos agora da questão da localização dos diferentes fenômenos, de discernir das regiões da Terra, as que permitiram em determinada época a sedimentação das que foram dominadas pela erosão e as outras em que as rochas foram levadas a grandes profundidades para sofrer os fenômenos orogênicos.

Devemos ter em mente as seguintes noções: 1.º — A crosta da Terra não é rígida absolutamente; 2.º — Também não é homogênea.

A superfície da Terra está dividida em áreas distintas, que correspondem a tratos da crosta de rigidez diferente.

Formam-na as *áreas continentais*, separadas mediante regiões alongadas de resistência menor, as áreas *geossinclinais*, e onde, por essa razão, os sedimentos puderam se acumular com maior espessura. Nas áreas geossinclinais, têm lugar os fenômenos orogênicos, de deformação e transformação de rochas, o *diastrofismo* ligado ao *metamorfismo*.




Diversas as explicações para êsses fenômenos profundos que se realizam nos geossinclinais. Os autores modernos admitem duas principais: a contração do núcleo interno da Terra, responsável pelos esforços de compressão sôbre as áreas geossinclinais, e a isostasia.

Fácil compreender a maior contração do núcleo deixando vazio entre a crosta e sua periferia. A crosta tende a cair e para isto deve ter sua circunferência diminuída. Daí o esfôrço de compressão.

A isostasia consiste no deslocamento das massas para manter constante a pressão estática. Cria esforços verticais.

Os geossinclinais aumentam de profundidade até que, atingida uma profundidade considerável, atuam êsses esforços, orogênicos, que incluem componentes tangenciais e radiais.

As rochas nas áreas geossinclinais sofrem esforços enérgicos, ao mesmo tempo que são submetidas a temperaturas elevadas.

As *áreas continentais* são elementos rígidos, mas não imóveis. Sofrem movimentos verticais lentos denominados *epirogênicos*.

Conforme o nível resultante dos movimentos epirogênicos resulta a *sedimentação* ou a *erosão*. Se a altura do continente está acima de certo limite predomina a erosão. Se prevalece um movimento epirogênico negativo, resultam zonas deprimidas onde só se realizam fenômenos de sedimentação.

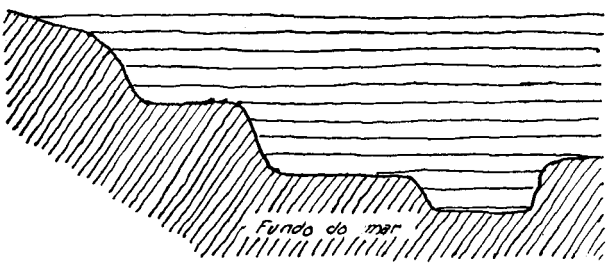
As zonas deprimidas se podem transformar gradualmente em geossinclinais, visto que aumentam consideràvelmente as espessuras dos sedimentos. Isso importa na diminuição de rigidez da crosta da Terra nessa área.

Diferem os relevos dos continentes e oceanos.

Os continentes têm relêvo derivado da erosão aquosa, seqüência de elevações e depressões. O fundo dos mares é formado de tratos de elevações mais ou menos uniformes, uns alteados e outros deprimidos.

A diferença dos relevos não corresponde à diversidade de propriedades essenciais. Deriva tão sòmente do nível ditado pelos fenômenos epirogênicos.

Nos continentes predomina a erosão, fenômeno da gliptogênesis.




As áreas cobertas pelo mar não podem sofrer a erosão, pelo contrário, recebem detritos provenientes da erosão dos continentes, detritos que formam depósitos.

A sedimentação se realiza, embora em menor escala, sôbre os continentes, onde de acôrdo com as altitudes certas regiões sofrem a erosão e outras recebem depósitos.

Para que os sedimentos possam aumentar de espessura é necessário que a superfície tenha menor resistência, que seja uma área geossinclinal.

Atingida certa espessura das camadas, sobrevêm os fenômenos de orogênesis.

Depois, as estruturas formadas anexam-se às massas continentais já existentes, formando massas maiores. O geossinclinal está extinto.

A profundidade dos geossinclinais em que se realizam os fenômenos orogênicos não é exagerada.

Com efeito, manifestam-se êsses fenômenos na superfície da Terra pelos abalos que são os tremores de terra, que têm sua origem nos geossinclinais. Denunciam na superfície os fenômenos orogênicos, tremores de terra, cujos epicentros em grande maioria dos casos se localizam em áreas geossinclinais.

As sedes dessas perturbações elásticas que se propagam no planeta, os hipo-centros não distam muito da superfície da Terra; sua profundidade não é tão grande como se poderia pensar, cêrca de 50 quilômetros no máximo.

A emersão de material fluido que se consolida em rochas vulcânicas em alta temperatura pelos vulcões também obedece em sua distribuição até certo ponto às áreas geossinclinais.

* * *

Os fenômenos geológicos são sucessões de ciclos ditadas pelos movimentos que apontamos.

Um continente está sujeito à erosão. Os depósitos caminham para o mar, em particular para as áreas geossinclinais.

Aí se realiza a fase orogênica. Então, as rochas se elevam. A área geossinclinal vai ser sujeita à erosão, como as áreas continentais, antes deprimidas e depois sobrelevadas.

Novos movimentos epirogênicos negativos permitem a sedimentação.

Os mares em sua maioria foram em certa época continentes, em que vigorava a erosão, que sofreram movimentos descensionais, para serem invadidos pelo mar e para que se pudesse realizar amplamente o fenômeno de depósito, de sedimentação.

A amplitude do abaixamento sendo pequena, a sedimentação se realiza tão sòmente em águas continentais, águas doces. Resultam rochas sedimentares, terrígenas, que também podem ser depositadas pelo vento ou pelo gêlo.

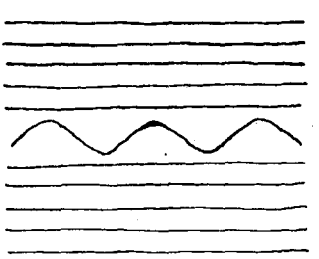
O gêlo merece menção especial. O fenômeno de sedimentação glacial será examinado mais tarde, por ocasião do estudo das camadas inferiores do sistema de Santa Catarina.

A maior diminuição da altitude permite a sedimentação terrígena marinha, a invasão do mar. O mar transgride sôbre as áreas continentais.

Nas áreas geossinclinais, os fenômenos orogênicos criam estruturas particulares, em que as rochas são deformadas, fraturadas e transformadas. Associam-se-lhes rochas formadas completamente na profundidade, rochas ígneas.

Em particular, os leitos das rochas sedimentares se inclinam e se encurvam.

À sedimentação sucede a fase erosiva. Vigora a erosão durante um certo espaço de tempo sôbre as camadas depositadas. Esculpe-se a superfície topográfica.

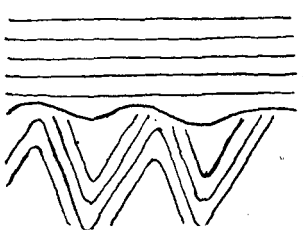


As camadas depositadas nas áreas continentais só podem sofrer dobramento moderado ou fraturas, em virtude do fenômeno de diastrofismos póstumos, aos quais também se podem associar rochas de origem profunda.

A sedimentação cessa em virtude do movimento epirogênico ascensional. Sobrevém a erosão.

Depois de intervalo de tempo e em virtude de movimentos epirogênicos descensionais, permitem de novo a sedimentação. Os sedimentos gerados na 2.ª fase serão separados dos anteriores por uma superfície de erosão, irregular. E' o fenômeno da *discordância*, cronológica. Houve hiato na sedimentação.

Se os fenômenos se realizam no geossinclinal é possível que antes da sedimentação da camada superior tenha havido fase diastrófica que inclinasse e dobrasse as inferiores. As rochas que se sedimentaram, depois de fase diastrófica têm originalmente seus leitos horizontais em ângulo com os inclinados das formadas anteriormente. O diastrofismo causa essa diferença de inclinação, a *discordância angular*.



Freqüentemente depois do diastrofismo e antes da sedimentação das camadas superiores há um intervalo erosivo responsável por discordância cronológica que se junta à angular. Pode acontecer que a discordância cronológica seja desprezível.

A seqüência de sedimentos mostra pelas suas discordâncias a sucessão de ciclos geológicos.

As discordâncias angulares indicam as fases orogênicas e as discordâncias cronológicas os hiatos de sedimentação.

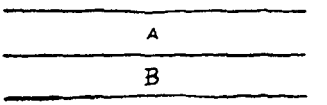
Todos percebem a importância capital que isso tem no estudo geológico de uma região.

* * *

Marca a seqüência de sedimentação a sucessão de camadas.

Admite-se que uma camada superposta a outra foi depositada em época posterior. A camada *A* superposta a uma camada *B*, diz-se de idade mais moderna.

Se não há entre as duas camadas discordância cronológica, conclui-se que não houve erosão desde a época de sedimentação da camada *B* até à época de sedimentação da camada *A*.




Da mesma maneira em relação às discordâncias angulares e às fases orogênicas.

Em cada país, sucedem-se as camadas separadas mediante discordâncias cronológicas ou angulares.

As rochas mais profundas, mais antigas, mostram sempre evidências mais generalizadas de metamorfismo. É que nessas épocas os geossinclinais tinham maior extensão. Nêles se realizaram os fenômenos de maior intensidade.

* * *

Para descrever a constituição geológica de uma região registra-se a sucessão de camadas, notando as discordâncias presentes.

Chama-se a êsse estudo a *estratigrafia*.

A ciência geológica não pretende sòmente descrever os fenômenos de região restrita, tem objetivo mais amplo e científico: relacionar os fatos verificados em várias regiões do Globo.

Depois de encarar os fenômenos em regiões restritas, procura-se para cada época geológica, conhecer os fenômenos que então se realizaram simultâneamente em diferentes pontos.

Os fatos mostram que em diferentes regiões do Globo não se realizaram em sincronismo fenômenos idênticos. Países recebiam depósitos, ao passo que, ao mesmo tempo em outros se processava a erosão, e em outros fases orogênicas tinham lugar no fundo dos geossinclinais.

A correlação geológica, a história geológica da Terra, recorre à evolução da vida contemporânea de diversos fenômenos, vida demonstrada pelos seus vestígios denominados os *fósseis,* que nos servirão como de medida do tempo geológico, como um relógio geológico.

Em cada época do tempo geológicô houve manifestações peculiares de vida.

Nas rochas formadas ocorrem restos de vida, de animais e de plantas, os *fósseis*. A comparação dos fósseis que ocorrem em uma coluna de sedimentos, permite seguir a evolução da vida.

Dos sedimentos colocados inferiormente, isto é, mais antigos, aos mais modernos, verifica-se que a vida se modifica gradualmente, mas não de maneira contínua sempre.

A evolução da vida fornece um critério para registrar o tempo geológico. Êsse critério permite comparar as formações de diversos países sob o ponto de vista do tempo.

Seja uma determinada região. Em profundidade rochas que sofreram fases orogênicas profundas, transformadas pela ação do metamorfismo. Sôbre esta base os sedimentos alguns deslocados de posição horizontal. Registram-se discordâncias, umas *angulares,* outras tão sòmente *cronológicas*. Temos então, o que chamamos uma *coluna geológica regional*.

Em outra região *B* teríamos sucessão de rochas possìvelmente diferente.

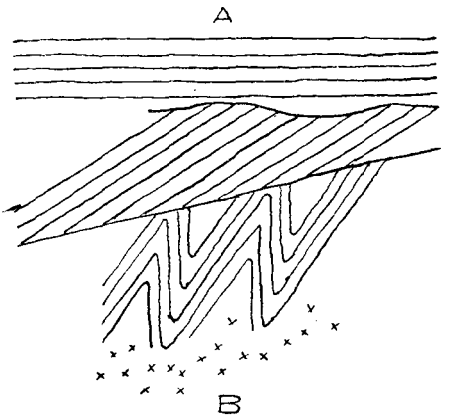
O problema consiste na determinação dos sedimentos sincrônicos, isto é, reconhecer os fenômenos de sedimentação que se processaram ao mesmo tempo no país *A* e no país *B*.

Dois sedimentos de *A* e de *B*, que mostram os mesmos restos de vida, falando em tese, devem ser considerados sincrônicos.

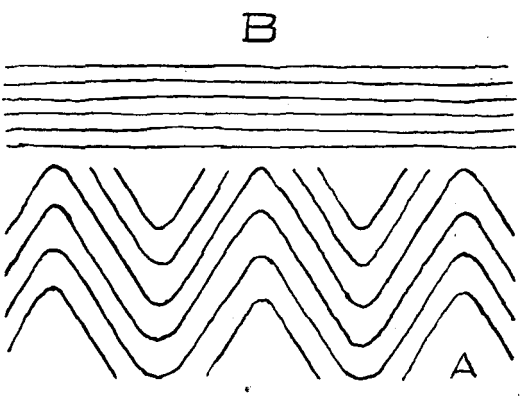
Não se toma como coluna de referência a de um único país, mas de vários países, de geologia bem conhecida, onde se conheça a sucessão de sedimentos que mostra a evolução da vida. Constitui-se a *coluna* de referência.

Conhecida a evolução da vida ao longo da coluna de referência faz-se possível sincronizar a essa coluna os sedimentos observados em outros países do Globo.

Decorre a sincronização dos outros fenômenos geológicos, fases orogênicas e diastrofismos e também dos hiatos de sedimentação, durante os quais têm lugar os fenômenos de erosão, de gliptogênesis.




A deposição simultânea fixa a idade dos sedimentos e conseqüentemente as idades dos restantes fenômenos geológicos. Entende-se que resultam apenas limites para essas idades.




Seja uma discordância angular entre sedimentos *A* e *B*. Deriva de um movimento diastrófico, de um dobramento. Se conhecermos a idade das camadas *A* e *B*, podemos dizer que o dobramento se processou depois da época de deposição das camadas *A* ou depois das camadas *B*. Fixadas as idades dos sedimentos, decorrem limites para as idades dos movimentos diastróficos.

O mesmo para os fenômenos erosivos, de gliptogênesis. Se conhecermos as idades dos sedimentos separados por uma fase erosiva, o hiato de sedimentação teve lugar entre essas duas idades.

A determinação das idades das camadas de sedimentos fornece os elementos para o estudo da história geológica de um país.

A fixação das idades é feita em relação à *coluna geológica, coluna paradigma, coluna clássica*.

Nas colunas paradigmas estabelecem-se divisões para exprimir as unidades do tempo geológico. Gradua-se a escala do tempo.

As grandes divisões são de tal importância, que se patenteiam em tôda a superfície da Terra.

* * *

O conceito de serem os fósseis idênticos em dois sedimentos sincrônicos distintos é simplista. A vida não se distribui na superfície do Globo de maneira uniforme. Devemos fazer distinções sôbre o valor dos fósseis.

Dois sedimentos com *facies* distintos não produzem a mesma flora ou a mesma fauna. A vida depende não sòmente do tempo, da sua idade, mas também do meio. Numa mesma época, a flora e a fauna apresentam aspectos distintos, que dependem do meio. Preliminarmente denunciam os meios *terrestres* e os meios *marinhos*.

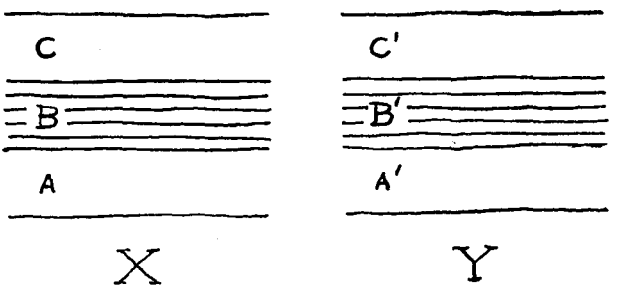
Com o correr do tempo geológico, diferenciavam-se as faunas e floras de meios idênticos para obedecer à distribuição geofísica.

A diferenciação pode ser explicada de duas maneiras: pela variação dos climas, que não existia nas primeiras épocas, ou pela variação das espécies, segregadas devido à circunstância de origem mais geográfica.

A partir de certas épocas, a flora e a fauna mesmo de meios idênticos, mostravam variações geográficas.

Não obstante, há fósseis que se distribuem com largueza na superfície da Terra, os que vivem em meios marinhos, *fósseis pelágicos*, ao contrário dos *fósseis terrígenos* e dos *neríticos* que vivem nos meios *litorâneos*.

Esquemàticamente consideremos um caso ideal. Sejam *A*, *B* e *C* e *A' B'* e *C'* as 3 camadas geológicas de 2 países *X* e *Y*. Sejam *A* e *A'* camadas de sedimentação marinha e sincrônicas, de sedimentos da mesma idade. Seja o caso análogo, para as camadas *C* e *C'*; *C* é sincrônico de *C'*. Logo, os sedimentos *B* e *B'* depositados entre dois sedimentos sincrônicos, também devem ser sincrônicos. Pode acontecer, porém, que *B* e *B'* formados em meio terrígeno contenham fósseis completamente diferentes.




O exemplo mostra o valor diferente dos fósseis.

Óbvio que sedimentos sincrônicos podem ter naturezas diversas.

Condensa as condições de deposição das rochas, o meio em que essa deposição se processa, a noção de *facies*. Indicam-na a natureza dos sedimentos, a estrutura e os fósseis presentes.

Os fósseis generalizados independem da natureza do *facies*, ao contrário dos fósseis que são chamados *fósseis do facies*.

No exemplo visto acima, os fósseis de *B* e *B'* seriam diferentes devido à diferença dos *facies*.

*B* e *B'* são chamados sedimentos sincrônicos e heterópicos.

Sedimentos de idades diferentes que contenham fósseis análogos recebem a qualificação de *homotaxiais*.

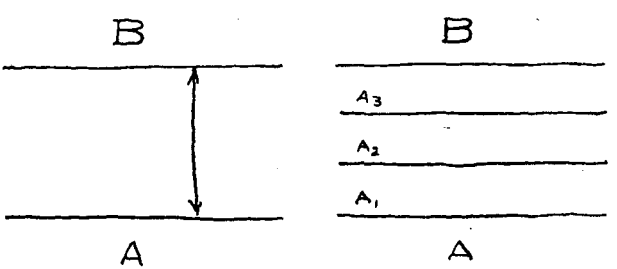
* * *

O valor dos fósseis na estratigrafia depende de suas condições de vida, de sua distribuição e da natureza de sua evolução. Certas espécies, desde a sua origem, permanecem durante grande espaço de tempo, ao passo que em outras classes há variações quase que instantâneas das espécies.

As formas de grande variação são as que se prestam melhor às divisões das colunas geológicas.

Consideremos um trecho da coluna geológica de *A* para *B*: um fóssil que estiver distribuído por tôda a espessura tem menor valor que fósseis de espécies congêneres ou de gêneros semelhantes que se sucedam nos diferentes sedimentos, $A_1$, $A_2$, etc. Permitem êstes últimos melhor medida do tempo geológico no intervalo considerado.

A observação mostra que cada classe evolui até seus tipos atingirem máximo de aperfeiçoamento, com certo luxo de organização. Depois de atingido êste alto nível, os tipos decaem, tornam-se mais pobres, para finalmente, subsistirem formas mais simples, que permanecem invariáveis durante longos espaços de tempo.



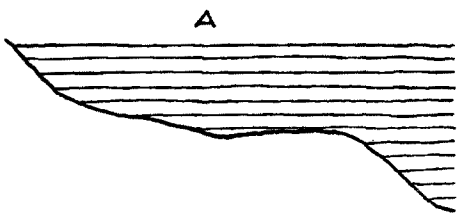
Caso típico, o dos braquiópodos, que existiram desde os primeiros sedimentos fossilíferos. Evoluíram, no *período devoniano* atingem o seu máximo de organização para decaírem depois, já raros na *era mesozóica*.

As *trilobitas* atingem o seu apogeu no *siluriano*. Durante o *devoniano* só existem alguns gêneros. Apenas uma espécie subsiste nos períodos *neopaleozóicos*.

* * *

Como dividir a coluna geológica? Há dois critérios harmônicos: o *estratigráfico* e o *paleontológico*.

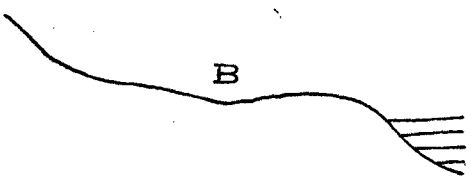
A idéia é a seguinte: procura-se comparar os fenômenos em diversos países de geologia bem conhecida, estabelecendo as grandes cisuras no tempo geológico, na base dos fenômenos da suspensão da sedimentação devidos aos fenômenos epirogênicos.




Os abaixamentos permitem invasões pelo mar, *transgressões*.

O mar cobre então o continente. Movimento epirogênico contrário, posterior, causa o afastamento do mar. O mar recua, sofre a *regressão*.

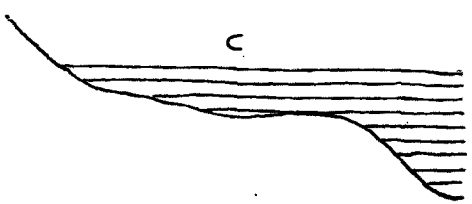
Com a transgressão do mar depositam-se sedimentos.




Com a regressão na época *B* sobrevém o hiato da sedimentação.

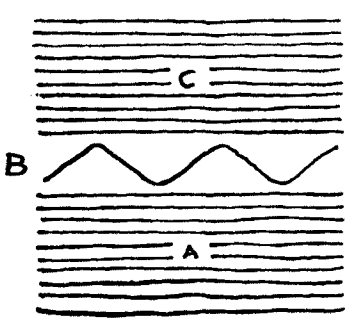
Em seguida, na época *C*, pode haver nova transgressão do mar, teremos novos sedimentos.

Entre as épocas *A* e *C* medeia intervalo de tempo, durante o qual o mar estêve fora. Na coluna geológica correspondente haveria sedimentos correspondentes às fases *A* e *C*, separados por uma discordância cronológica, correspondente ao hiato de sedimentação da época *B*. Em A encontraremos uma certa fauna; em C, uma outra. Essas duas faunas não mostram evolução contínua. Faltam as faunas correspondentes à época *B*.




As massas continentais não se moviam tôdas simultâneamente no mesmo sentido. Em cada época umas se elevavam e outras se abaixavam. As que se abaixavam recebiam o mar e as que se elevavam eram exondadas.

As mutações descontínuas da vida, devidas aos hiatos de sedimentação, com o aparecimento de formas criptogênicas, determinam as grandes divisões da coluna geológica.




Os autores modernos admitem o movimento vertical das áreas continentais, para baixo negativo, para cima positivo.

O grande Suess atribuía os movimentos epirogênicos à variação do nível dos mares. Chamava-os movimentos *eustáticos*. Deveriam ser generalizados para tôda a superfície da Terra.

Não raro falta o sincronismo de sedimentação em determinada época. A certo intervalo corresponde na coluna clássica sedimentação, e durante o mesmo intervalo em certo país ocorre um hiato, e inversamente.

Os fenômenos não são ecumênicos. Não subsiste a doutrina dos movimentos eustáticos.

Pelo que vimos, poderemos até certo ponto atentar indistintamente a tempos geológicos e a camadas ou sedimentos.

Se no intervalo de tempo unitário foi constante a espessura da sedimentação, as espessuras devem ser proporcionais aos intervalos de tempo em que se processou a sedimentação. Falar em tempo geológico é a mesma coisa que falar em espessura dos sedimentos levados em conta, os hiatos de sedimentação.

Faz-se a divisão da coluna geológica com os dois critérios paralelos: a divisão *cronológica,* dos intervalos de tempo empregados na sedimentação, e a divisão *estratigráfica,* das espessuras de sedimentos.

As grandes divisões do tempo geológico têm o nome de *eras.* São as maiores. Às eras correspondem os *grupos.* Em cada era os sedimentos que se depositaram têm o nome de *grupos.*

As eras dividem-se em *períodos,* intervalos durante os quais os sedimentos formados têm o nome de *sistemas.*

Os períodos dividem-se em *épocas* e os sedimentos depositados em cada época têm o nome de *séries.* Depois das épocas, há outras unidades cronológicas, as *idades* e as *hêmeras,* intervalos durante os quais os sedimentos formados têm respectivamente os nomes de *andares* e *horizontes.*

Esquemàticamente teremos:

| Divisão cronológica | Divisão estratigráfica |
|---|---|
| Eras | Grupos |
| Períodos | Sistemas |
| Épocas | Séries |
| Idades | Andares |
| Hêmeras | Horizontes |

Podem faltar sedimentos correspondentes a qualquer uma das unidades, dependendo da história geológica de cada região.

Vamos passar em revista as grandes divisões, conhecidas de todos.

Alguns autores empregam *grupos* em vez de *andares,* denominação que não parece adequada dado o valor da designação *grupo* nas sistemáticas zoológica e botânica.

As duas eras mais antigas são de distinção difícil. A primeira, a era *arqueozóica* ou *azóica,* seguida pela era *proterozóica.*

As três outras, mais distintas entre si, são: *paleozóica, mesozóica* e *cenozóica.*

As duas eras inferiores compreendem tão sòmente rochas que oferecem todos os caracteres das que constituíram grandes geossinclinais, principalmente devido ao metamorfismo, intenso e generalizado.

Faltam nas rochas formadas durante essas eras restos importantes de sêres organizados.

A vida só começa a se desenvolver na era paleozóica.

A era quaternária se caracteriza por um fato: o aparecimento do Homem. A espessura de sedimentos correspondente é pequena. Autores modernos tiram a qualidade de era para essa unidade considerando-a como período.

Passemos em revista os períodos.

Cada uma das primeiras eras contém um período. Respectivamente:

Período arqueano.
Período algonquiano.

Divide-se a era paleozóica em 5 períodos

Período cambriano.
Período siluriano.
Período devoniano.
Período carbonífero.
Período permiano.

À era mesozóica correspondem 3 períodos:

Período triássico.
Período jurássico.
Período cretáceo.

A divisão em períodos corresponde mais ou menos a fenômenos bastante generalizados, transgressões e regressões do mar bastante amplas.

A partir dos sub-períodos, as divisões já são locais, difìcilmente se aplicam a diversos países.

No hemisfério meridional, durante um longo intervalo de tempo, houve sedimentação contínua, que se estendeu desde o início da era paleozóica até meados da época mesozóica, e que produziu no Brasil o sistema de Santa Catarina.

Em países boreais, a êsse intervalo de tempo correspondem formações diversas separadas por profundas discordâncias.

As divisões da coluna geológica não se aplicam com o mesmo rigor.

Pôsto que não tenhamos em vista fazer crítica às divisões geológicas, convém notar que, nos tempos paleozóicos, a sedimentação na América do Norte era mais contínua. Ficaram documentos que fornecem medida mais precisa do tempo. Essa sedimentação conduz a estabelecer uma divisão diferente da coluna européia. O período carbonífero é dividido em 2: o *Mississipiano* e o *Pensilvaniano,* sem falar na divisão em séries e em andares. Essa divisão, de certa maneira, mede melhor o tempo.

Durante as eras mais antigas da América do Norte, a sedimentação foi menos interrompida que no antigo continente.

Durante as eras mesozóica e cenozóica o contrário aconteceu. A sedimentação mesozóica no antigo continente foi mais intensa que no novo continente. Produziu na Europa maiores espessuras de depósitos que na América do Norte.

O exemplo mostra a relatividade das divisões do tempo geológico.

* * *

Estudemos agora sumàriamente a evolução da vida. Sabemos que nas duas eras mais antigas pràticamente não existiram fósseis.

Os restos de vida começam a adquirir certa importância no período cambriano, o mais antigo da era paleozóica.

A fauna já mostra um estado de desenvolvimento que obriga a admitir naturalmente longo intervalo de evolução.

Raramente se encontram vestígios dessa evolução da vida anterior ao cambriano. Necessário admitir terem sido obliterados pelo metamorfismo.

Todos os organismos de fauna cambriana tinham vida marinha: são principalmente *moluscos,* incluindo *gasterópodos, pelecípodos* e *cefalópodos,* êstes últimos os mais bem organizados, e *crustáceos,* especialmente *trilobitas.*

Os restos de vida terrígena só aparecem nos fins do siluriano. Animais de vida aérea só são conhecidos, sem dúvida, no período devoniano, contudo ainda escassos.

Muito cedo, apareceram *vertebrados* de vida marinha, *peixes* encontrados nas camadas devonianas.

No carbonífero aparecem também *batráquios* e, logo depois, os *répteis*. Os tipos mais arcaicos desaparecem, ou perdem a sua importância, antes do fim da era.

Os *invertebrados* ao se iniciar a era mesozóica mudam completamente. Os *cefalópodos* desde o período devoniano começam a mostrar angulosidades nos septos. Com o período permiano, a curvatura dos septos caracteriza os *amonóides*, que se vão desenvolver na era mesozóica.

Com o início da era mesozóica, os *répteis* evoluem, para atingirem as formas de organização mais adiantada que certos tipos atuais, os dinossauros. Decaem antes do fim da época até se extinguirem.

Os *cefalópodos*, que já tinham linhas de estrutura encurvadas no início da era mesozóica sofrem modificações rápidas depois.

Todos conhecem a abundância de gêneros e espécies de *amonóides*. Com o fim do período cretáceo, êsses *moluscos* desaparecem.

Oferece ainda bastante interêsse a evolução da vida na era cenozóica, posto que não haja diferença radical entre a vida cenozóica e a vida atual. Desaparecem as formas dos invertebrados peculiares à era, em particular os *amonóides*.

Alguns tipos evoluíram então, para depois desaparecerem. Assim certas ordens de mamíferos.

---

NOTA — A segunda parte dêste trabalho será publicada no próximo número dêste *Boletim*.

**Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria — Praça Getúlio Vargas, 14, Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F., que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

# Como se Constituiu no Brasil a Rêde das Cidades *

PIERRE DEFFONTAINES
Professor da Faculdade Católica de Lille

*Bulletin de la Societé de Géographie de Lille* — Ano 59 — Tomo 82 — N.º 9 — Dezembro de 1938 — Lille.

— I —

É um assunto de reflexões singulares êste do estudo do aprovisionamento de um país em cidades. Como uma região se proveu de aglomerações urbanas? Como nasceram elas, onde se instalaram, porque progrediram? Muitas vêzes paira uma atmosfera de mistério sôbre a origem das cidades; as velhas regiões da Europa fizeram o seu recheio de cidades desde muito tempo por processos sucessivos; a proporção de cidades novas é restrita; nos países novos, foi a rêde urbana inteira que foi preciso estabelecer. Como se cria uma rêde urbana, eis um estudo que é difícil de abordar nos nossos países da Europa e é entretanto um dos mais curiosos problemas que apresenta a Geografia Humana.

## Um país hostil ao grupamento

O Brasil não tinha nenhuma cidade há sòmente três séculos; hoje êle as conta aos milhares, fica-se mesmo espantado ante o seu número. Como se constituiu em tão pouco tempo uma associação urbana já tão cerrada?

O país entretanto não parecia orientar-se para formas de povoamento aglomerado. Tivemos ocasião de estudar a semeadura da população rural que é essencialmente constituida por formas dispersas[1]. Em nenhuma parte do Brasil a vila é a unidade de povoamento, esta é a grande propriedade, a *fazenda*, com sua *colônia* de empregados rurais, ora grupada em pequenas cidades operárias ora dispersa através do domínio em *retiros* ou *currais*.

Mesmo quando as propriedades são menos extensas, elas não acarretam um povoamento mais concentrado. As pequenas *fazendas* ou *sítios* são tão isoladas quanto as grandes explorações; da mesma forma os pequenos loteamentos para colonização européia do Brasil meridional ou do Espírito Santo; êles são em geral de pequeno formato, em fila, comportando um povoamento freqüentemente em extensão ao longo dos vales (Espírito Santo) ou, ao contrário, sôbre linhas de cristas, *espigão* (São Paulo, Paraná), mas as explorações são separadas umas das outras por várias centenas de metros e às vêzes mais. Não há nenhum núcleo rural.

A vida econômica e social, por embrionária que seja, teve que tomar formas especiais para se adaptar a uma dispersão tão completa. O pequeno comércio é em grande parte ambulante, assegurado por vendedores sírios chamados *mascates*, que circulam a pé ou em burro, ou mesmo em *jangadas*[2]. Os médicos ou os dentistas muitas vêzes são também nômades, transportando o seu material em burro ou em carro de boi; acontece mesmo que o notário (tabelião) seja obrigado a vagabundar com a sua máquina de escrever pendurada na sela; êsses elementos de urbanização não estão fixados. O problema das es-

---

* N.R.: A tradução para o vernáculo foi feita pelo Prof. Orlando Valverde, Secretário Assistente do Conselho Nacional de Geografia.

[1] Pierre Deffontaines — *Les types de peuplement ruraux au Brésil*. Association du Géographe Français, 1935, p. 00.

[2] Pierre Deffontaines — *Les Mascates*. *Journal des Américanistes*, 1935, ps. 247-250.

colas é ainda mais complicado e isto explica a enorme proporção de iletrados: não há nenhum centro rural onde colocar a escola. Em certos Estados (São Paulo), decidiu-se criar um escola em cada 6 quilômetros quadrados; é uma unidade de superfície e não um núcleo de povoamento que servirá de guia. Assim, a dispersão parece fundamental; cedo, entretanto, houve tentativas de grupamento que se tornaram progressivamente embriões de cidades.

### As reduções

A primeira foi a executada pelos missionários para assegurar a evangelização e a proteção das populações indígenas. Gruparam-se famílias, outrora nômades e vivendo em pequenos clãs, em núcleos em tôrno da igreja. Desde 1550, aparecem os *burgos de catequização*, são as *reduções* do Brasil meridional e do Paraguai, as *aldeias* do Brasil central e Amazônia. Essas aglomerações eram tôdas concebidas num mesmo plano, fôssem elas estabelecidas pelos jesuítas, franciscanos, dominicanos ou salesianos... Diante da igreja, uma grande praça retangular, o *largo da matriz*, e dos lados as casas dos índios, dispostas geomètricamente. Um grande número de aglomerações de origem religiosa foi assim constituído até nas regiões mais longínquas; mesmo na Amazônia, os jesuítas fundaram milhares de aldeias. Elas são fundadas ainda em nossos dias; assim os salesianos, na prelazia de São Gabriel do Rio Negro, estabeleceram nesses últimos 20 anos uma dezena dêsses grupamentos. Uma das mais recentes é a de Meruri fundada com índios Bororo a oeste de Santa Cruz, em Mato Grosso.

Entretanto, êsses princípios de povoamento aglomerado encontraram hostilidade por parte dos colonos. O regime da fazenda lhe era oposto. Os fazendeiros tinham necessidade de mão de obra e a buscavam efetuando *razzias* nas tribos indígenas. Êsse foi um dos objetivos essenciais das expedições dos *bandeirantes*. O grupamento e a proteção dos índios tentados pelos missionários, eram um obstáculo à exploração colonial. Houve então lutas ferozes dos fazendeiros contra as reduções e os grandes proprietários concorreram muito para a supressão do poderio jesuítico na América do Sul. Depois da partida dêles, os índios se dispersaram, uns foram engajados nas plantações ou nas minas, onde muitos morreram em massa, outros voltaram às suas florestas.

Muitas reduções desapareceram, tais como a de Guaíra, destruída em 1627 e da qual se encontram, encravadas nas florestas, grandiosas construções de igrejas hospitais, armazéns.

Entretanto essas reduções tiveram algumas vêzes prosseguimento e existem ainda aglomerações atuais que descendem diretamente dêsses primeiros grupamentos.

No Nordeste e no Norte do Brasil, numerosas são as aglomerações que se chamam ainda *Missão;* assim no Ceará notam-se diversas — Missão Nova, Missão Velha, Missão das Almas, ou ainda Milagres.

No Espírito Santo e na Bahia, por exemplo, muitos pequenos portos que bordam o litoral nas desembocaduras dos cursos de água, são antigos postos missionários onde os jesuítas tinham vindo grupar os indígenas: Santa Cruz, São Mateus, Piúma, Benavente[3]. Um dêles (o último) se chama mesmo Anchieta, tirado do nome do primeiro grande evangelizador jesuíta que começou a política das reduções. Encontram-se também no Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí ou São Pedro d'Aldeia, pequeno pôrto perto das salinas de Cabo Frio; várias das mais velhas aglomerações do Estado de São Paulo derivam de primitivas aldeias em tôrno de capelas missionárias, Itanhaém, na costa; Itapecerica, São Miguel, M'boi, Parnaíba, no interior.

Mas estas aglomerações estão em geral em decadência, as igrejas caem em ruínas, as casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável, carvoeiros, operários, pescado-

[3] Pierre Deffontaines — *L'État d'Espirito Santo.* — Essai de divisions régionales. — *Annales de Géographie,* 15 mars, 1938, ps. 155-178.

res, levando uma vida mais ou menos parasitária. Elas se encontram ademais conservadas apenas nas regiões de solo pobre, onde as fazendas foram efêmeras e deixaram subsistir as antigas formas de povoamento.

Assim, esta tentativa de povoamento aglomerado pelas reduções abortou em quase tôda parte; acontecimento capital: êsses primeiros grupamentos de evangelização poderiam ter dado ao Brasil uma rêde de partida de pequenas aglomerações e constituir para o país o que as paróquias forneceram à antiga França, êsses nódulos religiosos, capazes de servir de suporte a um modo de povoamento. A vitória da fazenda orientou definitivamente o Brasil para a dispersão e o país se encontrou privado para todo o sempre do quadro da vila.

### Aglomerações de origem militar

As necessidades da defesa, num país novo com populações indígenas hostis, teriam podido, é verdade, servir de fator de povoamento. Em tantos países, as primeiras colonizações, devidas aos cuidados com a segurança, se fizeram por núcleos e se fundaram feitorias, embriões de cidades, antes de semear colonos no interior. No Brasil, sôbre a costa, os primeiros estabelecimentos foram fixados em sítios defensivos, ilhas como a que escolheu Villegagnon na baía do Rio de Janeiro, ou a que serve de domínio à cidade de Vitória no Espírito Santo, ou a de Cabo Frio separada pela laguna de Araruama.

As ilhas de São Sebastião e de Santa Catarina estiveram entre as melhores e as mais densamente povoadas. Escolheram-se também alguns promontórios elevados como São Salvador (Bahia), Linhares; nesses primeiros estabelecimentos de tomada de posse, erigia-se uma pedra com as armas portuguêsas (marco da cidade) que era a prova da ocupação.

Mas, no interior, é uma surprêsa constatar-se a fraca importância do fator defensivo e o pequeno número de grupamentos de origem militar. No Nordeste, a luta contra outras nações colonizadoras: França, Holanda, Inglaterra, obrigou a certas disposições protetoras. Fortaleza, a capital do Ceará, tira o seu nome de uma fortaleza; no Amazonas a maior parte das aglomerações derivam também de antigos fortes que serviam de pontos de partida às *entradas*, isto é, às expedições fluviais que iam caçar os índios e trazê-los como escravos; assim Manaus, na embocadura do rio Negro, Óbidos, Mazagão, fundada com os defensores portuguêses de Mazagão de Marrocos.

Para o sul, a delimitação com a zona de influência espanhola foi por muito tempo uma fonte de contendas e de combates; aí foram estabelecidas as únicas cidades nascidas diretamente de acampamentos militares, como Castro ou Jataí.

Às vêzes também se fundaram postos militares e regiões assoladas pelos assaltos para fazer respeito aos bandidos. Assim foram estabelecidas em 1850, Itapura sôbre o Paraná na fronteira de Mato Grosso, e Avanhandava sôbre o Tietê perto de Bauru.

No fim do século XVII para livrar o rio São Francisco do banditismo, os filhos de Matias Cardoso estabeleceram aí uma linha de guarnição dirigida por *capitães de mato*, encarregados da polícia e alguns dêsses postos se tornaram pequenas cidades.

### As cidades mineiras

Êsse banditismo gerador de cidades, se multiplicou sobretudo nas zonas de descobertas de metais preciosos e as cidades aí apareceram como lugares de segurança, espécies de cofres fortes onde se concentrava o ouro. Também a colonização mineira se apresentou essencialmente sob a forma de uma civilização urbana.

Entretanto, as primeiras extrações de ouro se fizeram esporàdicamente nos aluviões ao longo dos rios nas zonas de sopé de morro, em tôrno dos maciços montanhosos do centro de Minas carregados de minério. Era uma simples coleta que se fazia com material reduzido, a bateia sòmente; essa *mineração de casca-*

*lho* era nômade e individual, em pequenos acampamentos temporários denominados *arraiais;* ela não acarretou nenhum povoamento fixo, salvo a capital de tôda essa zona de pé de morro, Mariana.

Mas desde logo os mineradores ou garimpeiros, subindo os rios, penetraram na montanha e descobriram os filões; um outro trabalho se impôs, foi preciso abrir galerias, executar importantes terraceamentos, é a *mineração do morro*. Êsses empreendimentos mais estáveis fixaram a população e fizeram nascer aglomerações. Ràpidamente a zona aurífera das montanhas de Minas se encheu de cidades de mineiros cuja prosperidade foi ofuscante.

Tôda uma arquitetura fastidiosa, que se poderia chamar o estilo mineiro, se difundiu no século XVIII; Ouro Prêto, a cidade de ouro, a antiga capital de Minas, chamou-se primeiro Vila Rica, a cidade rica por excelência; todos os seus monumentos: igrejas, palácios, eram sobrecarregados de esculturas e de dourados; a cidade, diz-se, contou até 100 000 habitantes. A suntuosidade dessas cidades se contrapunha estranhamente à desolação dos campos circunvizinhos; nenhuma exploração pastoril ou agrícola se estabeleceu nos solos pobres em que a floresta foi destruída para a fusão dos metais. Uma mesma paisagem calva e desolada se estendeu nas montanhas mineiras, estranha região que não apresentou senão cidades do ouro: Ouro Prêto, Sabará, Caeté, Queluz, Aiuruoca... ou cidades do diamante: Diamantina, Estrêla do Sul, Grão Mongol, Lençóis, Andaraí, Mucugê.

Quando a prosperidade mineira declinou, no decurso do século XIX, a montanha ficou vazia com suas cidades mortas, verdadeiros monumentos históricos perdidos num deserto: São Jão del Rei, Congonhas do Campo.

As mesmas cidades decadentes se reencontram em tôrno das antigas zonas de pesquisas mineiras do Brasil meridional: Apiaí e Xiririca, na bacia do Ribeira de Iguape (Estado de São Paulo), são pobres aglomerações miseráveis; da mesma forma Lavras e Encruzilhada, no Rio Grande do Sul[4].

Hoje, nada mais resta do que algumas explorações mineiras em atividade: Nova Lima, em tôrno da mina de ouro inglêsa de Morro Velho, Sabará, Monlevade e Itabirito, com seus altos fornos tocados a lenha, São Bartolomeu, em tôrno das hulheiras do Rio Grande do Sul.

Mas êsses casos são excepcionais e a tentativa de povoamento grupado, começada pela colonização mineira, deixou apenas uma região devastada, semeada de aglomerações letárgicas.

O trabalho mineiro, porém, provocou uma ativa circulação: o transporte dos metais preciosos para a costa e o transporte para o interior dos produtos necessários aos mineiros, e esta circulação foi por si própria criadora de aglomeração; essas cidades nascidas da estrada formam uma nova categoria, mais numerosa, mais espalhada e também mais estável do que as cidades que eram nascidas da mina.

### As cidades nas estradas: pousos

Fica-se espantado da intensidade dos transportes no Brasil; todos os viajantes antigos nos descrevem o incessante desfilar das caravanas de burros e de mulas ao longo das pistas ou os carros de bois com rodas chiadoras puxados por cinco a dez juntas de bois nos caminhos de descida da serra do Mar, as passagens atingiam uma tal densidade que era um ofício lucrativo apanhar os pregos das ferraduras perdidas pelos burros de carga. Transportavam-se para os portos, metais preciosos e alguns produtos de plantação: café, rum, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha; em pêso, isto represen-

[4] Em nossos dias, a pesquisa pela gente pobre nos aluviões, recobrou uma certa atividade desde a baixa do mil réis brasileiro, mas isso não traz proveito para as cidades. Assim, desde 1925 se assiste a um verdadeiro *rush* de garimpeiros de diamantes no alto Araguaia, ao longo do rio das Garças e do rio das Mortes; são antigos seringueiros desempregados que subiram o Araguaia para os aluviões diamantíferos; pequenas aglomerações foram fundadas, como Registro ou Morbecklândia, que são antes acampamentos nos quais a população duplica de um ano para outro. O mesmo acontece nas novas jazidas descobertas recentemente no alto Jequitinhonha, a leste de Minas.

tava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, ùnicamente por carga, faziam do tropeiro um personagem típico; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos.

Houve durante muito tempo mais transportadores do que produtores; o ofício convinha à psicologia aventurosa da gente pobre, na qual não existia nenhum atavismo de sedentarismo camponês. Era uma dessas ocupações quase parasitárias que se desenvolviam sem relação com as necessidades mesmas. Através das solidões mais afastadas, êsses tropeiros transmitiam as idéias, os hábitos, as novidades; êles se tornaram um dos principais agentes da unidade brasileira; desde o século XVIII êles penetraram em pleno Mato Grosso, onde tinham achado ouro; por caminhos de burros, as *estradas,* que êles tinham traçado, êles tinham previsto paradas, repousos, *pousos* que progressivamente se tornaram pequenas aglomerações.

Muitas vêzes êles atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma colonização tinha ainda começado, e, antes das fazendas, os pousos sôbre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento.

Algumas dessas paradas eram obrigatórias, lugar de pedágio, de fiscalização que se chamavam *registros.* A estrada oficial que atingia Goiás, a *estrada real,* era muito vigiada; percebia-se aí, sôbre o trânsito dos metais preciosos, direitos elevados que constituiam um dos principais benefícios que a coroa portuguêsa tirava do Brasil. Assim nasceram os pousos de Mogi Mirim, Mogi Guaçu que se tornaram cidades. Pousos de pagamento balizavam também a *estrada saleira* (estrada do sal) que entrava em Mato Grosso por Coxim para levar o sal necessário à criação do gado.

Para escapar a êsses pagamentos criaram-se também estradas clandestinas, como a que passava por Casa Branca e Franca, *estrada francana,* onde nasciam também novos pousos, ligados aos caminhos desviados.

Essas aglomerações, que se chamaram *cidades de viajantes* eram características, cheias de ranchos, cabanas-hangares para abrigar as caravanas, e estalagens; muitas vêzes elas se prolongavam em uma só rua ao longo da estrada, como é o caso de Mogi Mirim, de Ouro Fino. Essa rua principal se chamava freqüentemente a *rua direita,* se bem que o seu traçado fôsse em geral sinuoso.

Estas cidades de estradas foram abundantes sobretudo em Minas Gerais em relações com as minas e isto explica a freqüência das cidades de passagem que se chamam: Pouso Alto, Pouso Alegre, ou ainda Passa Três, Passa Quatro, Passa Vinte, Passo Fundo ou também Registro.

Havia além disso uma outra categoria de caminhos que também atuaram na origem de algumas cidades, eram as *estradas de boiadas,* os caminhos de gado. O Brasil compreendia duas grandes zonas: o litoral, deixado às plantações e ocupado pelas fazendas de cultura; o interior, o sertão, abandonado a uma criação de gado extensiva.

O litoral recebia do sertão a carne e o gado de trabalho. Os bois e as vacas desciam em grandes rebanhos, em *boiadas;* eram conduzidos por *boiadeiros,* outros personagens típicos do interior do Brasil. As *estradas de boiadas* eram batizadas de pousos de uma natureza um pouco especial: na partida, havia a *contagem das abobras,* o lugar onde se fazia a contagem, depois os animais passavam ao *Curral del Rei,* onde se recebia uma renda antes de se pôr a caminho a boiada; era também o lugar onde se marcava o gado (*ferrar o gado*), e se chamava a êste lugar *Malhada,* isto é lugar onde o gado pisoteou; ao longo do trajeto, eram previstas paradas, onde as reses podiam se refazer nos campos de ervas ricas, *invernadas.* Muitas vêzes elas passavam vários meses sôbre êstes pastos para repousar e engordar. Depois dessas paradas, era preciso reagrupá-las em círculo para tornar a partir, isso era o *rodeio;* enfim elas chegavam às *feiras* do litoral onde eram vendidas. Também os pousos de gado guardaram muitas vêzes os nomes de Malhadas (grande ou sêca), de Invernadas, de Rodeio, (hoje Paulo de Frontin, perto do Rio de Janeiro), de Curral del Rei (primitivo nome de Belo Horizonte); as Feiras são inúmeras, notadamente Feira de Santana, perto de Bahia, ou ainda Feira de Conquista [5].

[5] Houve também as *Vacarias* (lugares de pastagens), as *Charqueadas* (lugares de fabricação da carne-sêca, chamada charque).

No Brasil meridional, existia uma estrada de gado de um tipo particular, era o caminho das mulas, a *estrada mulada*. A maior parte das mulas e burros que serviam ao transporte do Brasil litoral e central, não eram produzidos no lugar, provinham dos grandes pastos do sul e sobretudo do território das Missões e do Uruguai. Êles se detinham em pousos com invernadas (Apiaí, São Miguel Arcanjo, Itapetininga) e alcançavam o centro das feiras de burros, em Sorocaba, que se tornou uma das principais cidades do Estado de São Paulo [6].

No nordeste brasileiro, onde as trocas de gado foram mais importantes entre o sertão sêco do interior e o estreito litoral úmido, as cidades - etapas de gado se multiplicaram, a maioria das aglomerações tem esta origem.

## As cidades da navegação

Na Amazônia, em compensação, não há circulação por estradas, nem mesmo animais de carga. Os transportes se fazem ùnicamente por água; êles tiveram também necessidade de muda: a navegação só se faz de dia, é preciso escalas para a noite. São precisas também outras escalas onde se possam mudar as guarnições de remadores ao longo dos rios de circulação. Pirogas e canoas. Essas margens se povoaram de pequenos centros; a navegação a vapor não os suprimiu, ela reclamou ao contrário um novo tipo de escala, o *pôrto de lenha;* sendo as caldeiras tocadas a lenha, de 30 em 30 quilômetros mais ou menos é preciso refazer a provisão de combustível, isto é, dizer o número de portos. Êles constituem uma pequena aglomeração cuja população principal é composta de lenhadores, aos quais se juntam alguns comerciantes. Os portos de madeira foram uma causa de povoamento ao longo dos rios, êles contribuíram para fixar a população nas margens; alguns tornaram-se importantes, vieram a ser escalas mercantes e se transformaram em cidades. Várias aglomerações do rio São Francisco começaram sendo portos de lenha, como Matias Cardoso, Manga, Januária.

Hoje, é verdade, a transformação rápida da navegação a vapor pela adoção dos motores de explosão provoca uma verdadeira crise do povoamento fluvial; a maior parte dos portos de madeira não tem mais razão de ser, as escalas de gasolina são muito mais espaçadas e sòmente nas cidades importantes a população de lenhadores, um momento sedentarizada, tornou a partir para errar pelos sertões. Os portos de lenha não existem mais senão ao longo dos rios de mais difícil acesso e de fraco tráfego onde a introdução da gasolina não seria compensadora: rio São Francisco, rio Doce, Araguaia... Mais estáveis foram os portos determinados pelas dificuldades e paradas na navegação. Os rápidos e cascatas, tão numerosos nos rios brasileiros cortados de barras de basalto ou por patamares de erosão, quase sempre determinaram o nascimento de um pôrto de transbordo e isto explica a multidão de cidades que se chamam Cachoeira. As cabeças de navegação foram também a causa da criação de portos: ao longo do Mogi Guaçu, grande afluente no Estado de São Paulo, a cidade de Pôrto Ferreira se desenvolveu a jusante das quedas de Pirassununga, na origem do canal navegável para oeste; êle drenou todo o café do médio vale dêsse rio até Guatapará; docas de café se alinhavam ao longo das barrancas. Esta navegação foi morta por causa do desenvolvimento da rêde ferroviária e hoje Pôrto Ferreira está em plena decadência, ruas inteiras estão em ruinas [7].

## Ruínas de cidades pelas vias férreas

As estradas de ferro muitas vêzes determinaram no Brasil a ruína de antigas aglomerações da circulação. Antes de serem criadoras de cidades, elas provocaram uma verdadeira hecatombe. Primeiro foi a morte de todos os pequenos portos da costa não servidos pelas vias férreas. Para êles se dirigiam outrora as inúmeras estradas de burros que desciam do interior numa rêde de

---

[6] Pierre Deffontaines — *Les foires à mulets de Sorocaba. Etat de São Paulo. Annales de Géographie,* 15 nov., 1936, ps. 648-652.

[7] Constata-se, de pouco tempo para cá, é verdade, uma ressurreição devida à exploração de grandes jazidas de caulim e ao desenvolvimento da indústria de cerâmica.

veias miúdas e difusas; as estradas de ferro concentraram tôda essa circulação em algumas artérias para os grandes portos: Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Pôrto Alegre. Os pequenos portos intermediários não servidos perderam tôda a atividade e fazem parte dessas numerosas "Cidades mortas"[8], que formigam no Brasil: Angra dos Reis, Ubatuba, Nova Almeida, Benevente, Tôrres.

As estradas de ferro provocaram também algumas vêzes a ruína da navegação fluvial, como vimos acima, e causaram a decadência das cidades que dela viviam. No Estado de São Paulo, as estradas de ferro seguiram em geral as cristas entre as bacias fluviais, os *espigões* e se afastavam dos fundos dos vales; as antigas aglomerações de rios se encontraram afastadas e desfavorecidas em benefício das novas cidades do planalto; Salto Grande, no rio Paranapanema, foi suplantada pelas novas aglomerações fundadas sôbre a linha da alta Sorocabana que passa pelos planaltos.

### Cidades-estações ferroviárias

As estradas de ferro, de fato, fizeram triunfar as suas cidades e são a causa de uma numerosa geração urbana. Entretanto, no Brasil, as companhias ferroviárias não tiveram em geral uma verdadeira política de colonização comparável com uma Canadian Pacific, loteando as terras, planejando e construindo cidades.

No Estado de São Paulo, a Companhia Paulista constituída com os capitais dos grandes fazendeiros se ocupa essencialmente em servir as propriedades já em exploração, em assegurar o escoamento de produção já fixada; ela só estabeleceu suas linhas sôbre territórios já povoados. Ao contrário, a Sorocabana e a Noroeste estabeleceram linhas, sobretudo de caráter estratégico, que levaram seus trilhos de um só golpe até as margens do Paraná, limite ocidental do território do Estado, antes de qualquer povoamento, no meio de um país absolutamente virgem e mesmo quase desconhecido. Estações fictícias eram estabelecidas a cada 20 quilômetros num cruzamento necessário destas linhas de uma única via.

Na linha férrea da alta Paulista, as estações, para facilitar a sua classificação, foram designadas segundo ordem alfabética e tem-se assim a série seguinte: Américo, Brasília, Cabrália, Duartina, Esmeralda, Fernão Dias, Gália, Herculanum, Jafa, Lácio, Marília, Nipônio, Ormuz, Pompéia.

Ela se detém atualmente na letra P porque a linha não vai mais longe. Algumas dessas estações progrediram e já se contam três municípios: Duartina, Gália e Marília, esta última tornou-se mesmo uma cidade importante. Mas a maior parte dessas estações de cruzamento não causa o desenvolvimento de uma aglomeração.

Algumas servem sòmente uma fazenda, e são a simples parada de um proprietário, o que se chama a *chave;* ela leva, a maioria das vêzes, o nome da fazenda a que serve: chave Palmital, chave Mariana...

Hoje, as companhias, para tornarem mais accessíveis as propriedades afastadas, constroem às vêzes nas proximidades da estação uma garage de automóveis onde os fazendeiros poderão depositar o seu carro e retomá-lo na volta; vê-se nascer uma nova forma de parada, que se poderia chamar a parada-garage.

Algumas dessas paradas de fazenda podem tornar-se importantes se a propriedade adquire um grande valor econômico. Assim, perto de Campinas, a chave Ester serve hoje uma das maiores usinas de açúcar instalada numa antiga fazenda e está hoje cercada de uma aglomeração operária importante.

### As bôcas de sertão

Mas a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a *ponta de linha,* que desemboca na região nova e constitui uma ponta pioneira, é a *bôca de sertão,* a bôca sôbre as regiões vazias. No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta

[8] Ver o livro de Monteiro Lobato.

com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos. Os exploradores das zonas do interior, ràpidamente esgotadas pelos métodos agrícolas èmpregados, se atiram para a região nova desde que ela está "aberta", isto é accessível; a zona pioneira adquire assim uma densidade ràpidamente elevada e às vêzes superior à das velhas regiões, a ponto de constituir muitas vêzes uma verdadeira elevação demográfica. As *bôcas de sertão* têm também uma brusca prosperidade: Baurú, término da estrada de ferro em 1896, só contava então 50 cabanas de madeira; 2 anos depois era já uma cidade com perto de 4 000 habitantes. A história de Marília ainda é mais admirável; era um sertão absolutamente vazio e desconhecido em 1925, é hoje uma cidade de 20 000 habitantes, mais importante que muitas cidades antigas do litoral. Em 1930, via-se chegar aí quase todos os dias um trem de emigrantes.

Cada época teve também suas cidades-pontas; há 10 anos era Rio Prêto, Ourinhos, Uberaba; hoje é Marília, Londrina. Mais antigamente foram Ribeirão Prêto e Mococa términos durante um certo tempo da Companhia Mogiana. Anteriormente era Casa Branca, antes do prolongamento da Mogiana até Ribeirão Prêto; quer dizer que estas cidades *bôcas de sertão* apareciam como explosões, mas o seu crescimento rápido é muitas vêzes momentâneo; desde que a via férrea se prolongue um pouco mais longe, uma nova *bôca de sertão* surge que eclipsa a precedente. Na linha que se dirige para Goiás, o término foi, de 1919 a 1926, Urutaí que adquiriu por êsse motivo uma brusca atividade, hoje a linha prosseguiu até Leopoldo Bulhões, que já possui 6 000 habitantes e herdou a atividade de Urutaí, que recaiu em letargia. Sôbre essa linha, há comerciantes, hoteleiros, empresários, vendeiros que deslocam o seu estabelecimento à medida que a estrada avança; encontram-se especialistas das *bôcas de sertão*, que progridem com a franja pioneira [9].

Fora da cidade-término, as estradas de ferro fizeram nascer outras aglomerações; no Brasil como alhures, observa-se o aparecimento de cidades nas ramificações e cruzamentos de estradas, assim a cidade curiosamente chamada Divinópolis (outrora Espírito Santo) é uma bifurcação importante em Minas Gerais; do mesmo gênero são Cruzeiro, Barra do Piraí, Entre Rios... Mas um outro caso mais curioso é a aglomeração que se cria em tôrno de uma obra de arte. Êsses trabalhos têm necessidade primeiramente do estabelecimento de uma pequena cidade operária; o que é já um germe de cidade que, quase sempre, se desenvolve nessas regiões onde a vida urbana está à procura de um ponto de cristalização, tal como essa cidade do Paraná que se chama simplesmente Viadutos, porque resulta da aglomeração operária criada para a edificação de um viaduto. Na fronteira do Rio Grande e de Santa Catarina, a construção de uma ponte muito longa da estrada de ferro sôbre o rio Uruguai, determinou o aparecimento de uma pequena cidade que se desenvolveu e se tornou Marcelino Ramos, hoje importante aglomeração de 10 000 habitantes, em plena via de progresso [10].

Essas cidades de estrada de ferro se reconhecem muitas vêzes pelo lugar que ocupam a estrada de ferro e a estação, em tôrno das quais se dispõe a aglomeração: assim Colatina, no Espírito Santo, cidade criada pela companhia ferroviária Vitória-Minas, tem a sua rua principal, rua quase única, percorrida de um extremo ao outro pela linha férrea, que corta assim a cidade pelo seu eixo. O simples prolongamento dessa longa avenida ferroviária é provocada pela estação.

NOTA — A segunda parte dêste trabalho será publicada no próximo número dêste *Boletim*.

---

[9] Entretanto, o sucesso das *pontas de linha* tem algumas exceções: assim, no Paraná, o ramal de Tomasina termina há já vários anos em Artur Bernardes. Tentou-se fazer "sair" aí uma cidade, mas em vão; os comboios continuam a parar numa região quase vazia; os cafeeiros que foram plantados não foram adiante; as plantações, demasiado meridionais em latitude e demais elevadas em altitude, ficaram expostas às geadas e não produzem. O país está "aberto", mas não foi "tomado".

[10] Muito freqüentemente os trabalhos de arte fazem nascer aglomerações. Assim, estão nascendo sôbre a estrada carroçável em via de conclusão no Estado de São Paulo, de Cutia, Una e Juquiá para Iguape e a costa, pequenos centros resultantes diretamente das oficinas de construção da estrada.

No Nordeste, a luta contra a sêca prossegue com a construção de grandes barragens com lagos-reservatórios, os *açudes*. Êsses trabalhos importantes têm tido suas cidades operárias que se transformaram em pequenas cidades, atraída pela presença da água. Várias aglomerações se chamam *Açude*; pode-se citar também, como tendo esta origem, Poço dos Paus, Orós (Ceará).

## *Resenha e Opiniões*

### Bibliotecas municipais

O desenvolvimento cultural de um povo subordina-se a dois processos diversos. Depende da alfabetização intensiva das sub-classes trabalhadoras e do aprimoramento intelectual das sôbre-classes dirigentes. E as elites — no significado sociológico do têrmo — devem ter os seus quadros abertos, prontos a integrar elementos novos, capazes. Essa capilaridade das classes altas caracteriza a vitalidade e assegura a sobrevivência dos povos. É um sinal de dinamismo, um sintoma de mocidade.

Partindo do princípio de que os sêres humanos são essencialmente desiguais, é claro que essa desigualdade biológica condiciona também a desigualdade social. Ao Estado — como aliás acontece no Brasil — cumpre assegurar um *mínimo vital* a cada um, além de idênticas possibilidades ascensionais a capacidades iguais. A democracia é mais uma *justiça*, de cima para baixo, do que um *direito* em sentido oposto.

Dêste modo é particularmente importante a função da biblioteca na sociedade moderna. Ela é um agente de educação e de cultura. As grandes, sediadas nas metrópoles, são verdadeiros *bancos*, onde as gerações que passam vão depositando o capital das idéias; nelas se encontra o maior tesouro dos povos. As bibliotecas pequenas desenvolvem um papel bandeirante, levando a cultura, distâncias afora, até a última cidadezinha da hinterlândia.

Agora uma interrogação. Haverá um benefício decorrente dêsse hábito da leitura? Cremos que sim. Conhecer bons livros é um modo de conhecer melhor a vida, de formular concepções mais claras sôbre as coisas. E aquêle que compreende bem o ambiente que o cerca, tem, implicitamente consciência do seu papel no espaço e dos seus deveres no tempo. Além disso a cultura dá um *horizonte maior* aos seus detentores. Assim, pela compreensão mesma que anima, torna-se mais fácil a ação do Govêrno junto a um povo culto e mais rápido o progresso no seio de uma sociedade de homens instruídos. Um povo que estuda e trabalha tem elementos para viver próspero e feliz.

Após a criação do Instituto Nacional do Livro multiplicaram-se as bibliotecas através do país. Isto porque aquêle órgão do Ministério da Educação veio, em boa hora, facilitar a fundação dêsses estabelecimentos prestando-lhes assistência eficiente.

Mas não basta uma biblioteca municipal em cada cidade. O ideal será aumentar o seu número. Situá-las em cada bairro, em cada quarteirão. Tôdas as providências, pois, que visem estimular a fundação de bibliotecas consultam de perto os interêsses da Pátria.

Medida dêste gênero acaba de ser tomada pelo Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo, por uma Resolução que transcrevemos abaixo:

"O Diretório do Conselho Nacional de Geografia, no Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições;

Considerando que os Diretórios Municipais de Geografia estão recebendo do Conselho Nacional de Geografia os números da *Revista Brasileira de Geografia* e outras publicações por êle editadas;

Considerando que êste Diretório vem encaminhando com regularidade publicações de caráter geográfico aos Diretórios Municipais;

Considerando que essas publicações devem ser conservadas, pois constituem um patrimônio do Diretório;

Considerando ser conveniente a criação de pequenas bibliotecas nas sedes dos Diretórios Municipais, para incentivar o gôsto pelos estudos geográficos;

Considerando que essas bibliotecas não trazem ônus para os Diretórios, mas permitem um melhor aproveitamento de todos os trabalhos, plantas e cartas a êles enviados;

RESOLVE:

Artigo 1.º — Recomendar aos Diretórios Municipais de Geografia, enquanto não se criarem as bibliotecas municipais, que:

a) promovam a guarda conveniente das obras e publicações que lhes forem encaminhados;

b) facilitem a consulta de taís obras aos interessados;

c) envidem seus esforços no sentido de serem criadas, com brevidade, as bibliotecas municipais.

Artigo 2.º — Criadas que forem as bibliotecas referidas no artigo anterior, na conformidade do que estabelece o Decreto estadual n.º 13 411, de 10 de junho de 1943, os Diretórios lhes encaminharão o seu acervo bibliográfico.

Parágrafo único — Dessa época em diante, ficarão os Diretórios com o encargo de encaminhar para as referidas bibliotecas, tôdas as obras ou publicações que receberem, a qualquer título.

Artigo 3.º — Os Diretórios Municipais devem fazer constar dos seus relatórios anuais, previstos na Resolução n.º 16, de 27 de março de 1942, a relação das publicações recebidas e encaminhadas à Municipalidade, patenteando-se o espírito de cooperação dos Diretórios, para o melhor conhecimento do nosso país e para os objetivos do Decreto 13 411.

Artigo 4.º — O Diretório Regional de Geografia dará conhecimento da presente Resolução ao Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus.

São Paulo, 13 de agôsto de 1943.— Visto e rubricado; *Cícero de Freitas*, secretário.

Publique-se. — *Valdemar Lefevre*, presidente.

### A utilização da carne do jacaré na Amazônia

Atendendo a uma solicitação da Associação Comercial do Amazonas, de informações sôbre a produção e consumo da carne do peixe-boi o Sr. Nunes Pereira, técnico de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, prestou valiosos esclarecimentos contidos no ofício que abaixo transcrevemos do n.º 34, do *Boletim* daquela Associação:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL — DIVISÃO DE CAÇA E PESCA — Ofício n.º 3 — MANAUS, 12 de março de 1944

Ao Senhor Valdemar Pinheiro de Sousa, Presidente da Associação Comercial do Amazonas. — Acuso o recebimento dos ofícios 71 e 72 de fevereiro do corrente ano e é com absoluta satisfação que lhes dou resposta, procurando satisfazer as solicitações de V. S., nêles contidas, tanto quanto me permite o conhecimento dos assuntos por que se interessam a Delegacia Federal de Saúde da 2.ª Região e a agremiação sob vossa presidência. Com referência à utilização da carne de jacaré, na Amazônia, posso esclarecer que, entre as espécies dêsse anfíbio encontradas em águas da região, desde os Territórios do Guaporé, do Acre e do Rio Branco e países limitrofes, o caboclo e o imigrante nordestino têm preferência pela espécie vulgarmente conhecida pela denominação de *jacaretinga* e cientìficamente pelas denominações de *jacaretinga palpebrosus, caiman sclerops, jacaretinga trigonatus,* três espécies ocorrendo geralmente noutras regiões do Brasil. Em tôda a bacia amazônica é encontrada em grandes quantidades, já rareando na ilha de Marajó e em certas formações lacustres, pântanos e chavascais do Estado do Pará, sendo, porém, fàcilmente encontrada em tôdas as formações lacustres, pântanos e chavascais daqueles Territórios e dos países que com êles limitam e do Estado do Amazonas. A caça dessa espécie e da outra vulgarmente conhecida pela denominação de *jacaré-açu* e cientìficamente pela denominação de *caiman niger,* nestes últimos dez anos, se tem exercido para servir a duas indústrias: a de perfumarias, aproveitando-se o almíscar do segundo para fixador de essências, e o couro, para a confecção de calçados, cintos, bôlsas e aproveitando-se o couro do primeiro nesses objetos de luxo. O óleo de jacaré, no início do decênio, foi explorado em pequena escala por vários indivíduos, fracassando, entretanto, tôdas as iniciativas que a isso se propuseram.

Últimamente essa iniciativa tomou certo vulto no município de Tefé, aliando-se o óleo bruto de jacaré ao combustol, numa proporção de 70% de óleo de jacaré e 30% de combustol. Essa mistura servia para a iluminação particular da sede daquele município e para impulsionar motores, ao tempo que a lata de combustol custava 55

cruzeiros e a de óleo do jacaré 15, conforme referência do interventor Álvaro Maia, em seu livro *Na vanguarda da retaguarda*. Êsse óleo de jacaré — que os indígenas e os caboclos sempre utilizaram no tratamento de feridas e certas dermatoses — também foi utilizado pelo leprólogo brasileiro Aquiles Lisboa no tratamento da lepra, associado ao óleo de uma planta da região de Bragança, no Estado do Pará, cuja classificação botânica ignoro. Como o Dr. Aquiles Lisboa, o Dr. Justa, de Fortaleza, fêz aplicação dos dois produtos acima citados, com resultados positivos, recordando-me haver visto, entre 1937 e 1938, no Arquivo da Sociedade de Leprologia de São Paulo, uma comunicação a respeito. A área geográfica de consumo de carne de jacaretinga é constituída por lagos, furos, paranás, chavascais da *hiléia* amazônica, mas onde o seu consumo se faz mais freqüentemente é no Estado do Pará, sendo isso mais um índice do empobrecimento das águas, da extinção crescente das espécies de alto valor nutritivo, do que pròpriamente do valor da carne do jacaretinga ou da preferência que lhe dê a população daquele Estado. No mercado de Belém exemplares de jacaretinga e mesmo de jovens exemplares de jacaré-açu são abatidos para venda às classes pobres, sendo comum viajar-se, de Marajó ou de outras ilhas, em barcos que transportam, com outros produtos, jacaretingas, vivos para serem abatidos no Mercado de Ferro de Belém. No Estado do Amazonas não é grande o consumo da carne de jacaretinga, dada a situação, relativamente farta, dos seus cursos d'água, lagos e chavascais. As populações de ambos os Estados atribuem à carne de jacaré-açu elementos nocivos à saúde, mas exaltam a delicadeza, o sabor e os elementos nutrivos da carne do jacaretinga. Tive o ensejo de comer carne de jacaretinga, moqueada ou simplesmente cozida, e a achei saborosa como a de qualquer espécie da fauna ictiológica da Amazônia. Sêca, salgada — depois de aberta em mantas como a carne do pirarucu — a carne do jacaretinga, e até a do jacaré-açu, só podem ser distinguidas da da piraíba e da do próprio pirarucu por pessoa familiarizada com a carne dessas duas espécies. Isso permitiu ao comércio exportador de pescado, quer da praça de Belém, quer da praça de Manaus, enviar a carne de jacaretinga e a carne de jacaré-açu, para Pernambuco e para a Bahia denominando o produto *pirá-caré*, ou acomodando-o entre mantas de pirarucu, de dourado, de piraiba. Sou de parecer que a carne de jacaretinga poderá constituir-se em ótimo alimento não só para as populações da Amazônia mas para as de outras regiões do país. Por essa razão e por outras, relativas ao valor terapêutico do óleo e ao valor nutritivo da farinha de ossos dêsses anfíbios, foi que, há tempos, opus às Indústrias Reunidas de Monte Alegre um parecer em defesa da citada espécie, que S. Excia., o ministro da Agricultura queria fôsse totalmente extinta em favor dos rebanhos. Sendo a principal alimentação do jacaretinga, e do jacaré-açu essencialmente cárnea, constituída principalmente por tôdas as espécies reconhecidas como carnívoras, da fauna ictiológica das águas amazônicas, entrando em não menos porção, aves e mamíferos, é claro que a sua carne deverá possuir valores bromatológicos especiais dignos de análise e de divulgação. Quando a Amazônia sair do ciclo destrutivo que caracteriza a sua atividade, organizando-se aqui indústrias que lhe aproveitem todos os produtos silvestres e aquáticos, a carne do jacaré talvez venha a constituir-se em alimento precioso para os vindouros e fonte considerável de rendas para os Estados que a constituem.

Relativamente ao peixe-boi, *Trichecus manacus* poderei esclarecer que desde tempos imemoriais a sua carne era consumida pelas populações indígenas do vale, principalmente *moqueada*, transformada em mixira, isto é, assada e conservada na própria banha, e por fim, sêca e salgada, quando o sal foi introduzido como condimento na alimentação daqueles indígenas e dos seus descendentes. Em trabalho recente, *O peixe-boi da Amazônia* remetido à divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, entre os temas que nêle aparecem, desenvolvi o que diz respeito ao consumo da carne do peixe-boi e aos seus valores bromatológicos, valendo-me de estudos especiais realizados na Amazônia e de uma análise feita pelo Dr. M. Lira, do Laboratório Bromatológico da Saúde Pública do Estado do Amazonas .

A carne do peixe-boi é consumida pelos caboclos e pelos nordestinos, assada ou cozida, ou em forma de *mixira*, sendo que assim preparada a

carne dêsse animal é exportada para Mato Grosso, Território do Acre e países limítrofe da Amazônia, conforme se verifica consultando as estatísticas insertas no meu trabalho. De 1938 a 1942 e no 1.º semestre de 1943 o produto *mixira* foi exportado nesta proporção: para Mato Grosso 60 quilos, para o Acre 1 207 quilos e para a Colômbia, 40. O referido produto é encontrado, em pequena quantidade, nos mercados e nas mercearias de Manaus e de Belém, mas tripulantes dos navios da SNAPP e de outras embarcações particulares o levam para o consumo das próprias famílias ou os vendem clandestinamente nos merceeiros. Os dados estatísticos acima me foram fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Amazonas, sendo de lamentar que não se possa avaliar *per capita* o consumo da carne fresca ou da sêca e salgada ou transformada em *mixira* entre as populações do interior. A área geográfica de consumo da carne de peixe-boi abrange a Amazônia sendo que as populações do interior do Estado do Amazonas a consomem mais freqüentemente e em maior proporção, visto essa espécie ainda ocorrer em seus rios e lagos em apreciáveis proporções.

**Efeitos seletivos das migrações internas**

O *Estado de São Paulo*, em sua edição de 13 de abril último estampou o seguinte estudo da lavra do professor Emilio Willems, da Universidade de São Paulo e Escola Livre de Sociologia e Política:

A classificação de migrantes em "superiores" e "inferiores" é inteiramente destituída de sentido enquanto não se esclarece se êsses qualificativos resultam do confronto dos migrantes com a sua sociedade originária, ou se há nêles uma referência ao meio social que os acolheu. Todavia, em ambos os casos é necessário estabelecer critérios objetivos que permitam conclusões cientìficamente válidas quanto à classificação desta ou daquela categoria de migrantes como "superior" ou "inferior".

Exceção feita dos anormais e enfermos, é preciso confessar que até hoje não se conseguiu estabelecer critérios de classificação sucetíveis de satisfazerem tôdas as exigências científicas. Não faltam, entretanto, tentativas de medir as qualidades de migrantes e de classificá-los de acôrdo com os resultados dessas mensurações. Nos Estados Unidos desenvolveu-se uma literatura respeitável em tôrno dessa questão.

Logo depois da primeira guerra mundial, as restrições impostas à imigração, naquele país, suscitaram inúmeras controvérsias sôbre a "inteligência inata" das várias nacionalidades de que se compunham as correntes imigratórias. Através de uma série de investigações, os cientistas verificaram que não existia evidência alguma no que diz respeito a diferenças mentais inatas peculiares às diversas raças e nacionalidades examinadas. A questão foi pràticamente abandonada e, a seguir, os esforços convergiam para uma análise qualificativa das migrações internas. Do grande número de estudos publicados destacam-se os trabalhos de Wilson Gee, Noel P. Gist, Carrol D. Clark, Mac Cormick, Carl C. Zimmermann, Gilbert Sanford e Parker Mauldin.

O último,[1] por exemplo, dividiu os migrantes de três pequenas cidades, segundo o grau alcançado na escola secundária, em três categorias: superior, média, e abaixo da média. Baseado no critério objetivo do equipamento educacional dos migrantes, o autor chegou à conclusão de que "os rapazes superiores são mais fortemente atraídos pelas cidades do que quaisquer outros grupos, e êles tendem, particularmente, para as áreas metropolitanas".

O mesmo fenômeno foi muitas vêzes observado em não poucas cidadezinhas brasileiras. Em 1921, Oliveira Viana verificou a sua existência em Minas : "Em regra, os rapazes das classes melhores destas pequenas cidades, assim que entram em adolescência, ou se emancipam, emigram, em grande número, para maiores centros de atividade, para Juiz de Fora, para Belo Horizonte, para o Rio ou mesmo, às vêzes, para São Paulo, em busca de colocação, que não encontram no meio acanhado dessas pequenas comunidades.. [2]

---

[1] W. Parker Mauldin, *Selective Migration from Small Towns*, American Sociological Review, outubro de 1940.

[2] Oliveira Viana, *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (São Paulo, 1921), p. 45.

Gilbert A. Sanford[3] investigou uma comunidade rural no Estado de Alabama, classificando os migrantes brancos de acôrdo com o número de anos passados na escola primária, no High School e no College e, ao mesmo tempo pela profissão exercida, estabelecendo uma espécie de hierarquia que vai das profissões liberais às atividades de um trabalhador não especializado. Os resultados do estudo indicam que "os emigrantes, como grupo, têm uma educação mais elevada do que os remanescentes e uma educação mais elevada do que os imigrantes. De outro lado, os imigrantes têm uma educação inferior à dos nativos remanescentes o que significa não sòmente que Eustaw está perdendo a sua juventude mais bem educada, mas também que está recebendo, em troca, homens com uma educação inferior à dos nativos. A tendência é um tanto diferente quando encarada do ponto de vista do *status* profissional. E' verdade que os emigrantes têm o *status* elevado, mas os imigrantes estão também acima do grupo dos remanescentes".

Parece-me que tôdas essas observações e pesquisas, embora baseadas às vêzes em critérios objetivos, têm um defeito fundamental. E' que os autores deixaram de estabelecer a relação indispensável entre determinadas qualidades adquiridas e as necessidades e oportunidades oferecidas por um dado meio social. A afirmação de que uma pequena cidade perde seus "rapazes superiores" implica simplesmente na transferência de um valor atribuído a um certo grau de instrução ou a uma especialização profissional qualquer, de uma cultura a outra ou de um nível cultural a outro. O êrro reside justamente na generalização do valor. A sua justificação deriva das necessidades e oportunidades que apresentam as cidades maiores. Transferido para uma comunidade pequena, incapaz de absorver na sua organização social os "rapazes superiores", o valor perde sua razão de ser e contribui para turvar a visão dos fatos.

Exemplifiquemos. E' o desejo de muitas cidades pequenas possuírem as instituições educacionais próprias aos grandes centros urbanos. Realizado o desejo, a comunidade começa a proporcionar uma instrução superior a um número de jovens que ela própria é incapaz de absorver. A conseqüência é que êsses elementos, afim de realizar os ajustamentos necessários, precisam de abandonar a comunidade. A própria "superioridade" os leva forçosamente ao êxodo. Na migração dos "rapazes superiores" pode-se ver um reflexo do esfôrço contínuo mas "inútil" da comunidade no sentido de manter "alto" o padrão educacional. Digo "inútil" porque essa comunidade educa "desinteressadamente" os seus filhos para outras comunidades maiores onde haja necessidade de tipo de educação ou especialização profissional que os migrantes apresentam.

Sem dúvida, é muito difícil dizer se um determinado nível educacional está abaixo ou acima das oportunidades que determinadas comunidades apresentam em um dado momento. O êxodo dos elementos com instrução "superior", no entanto é sintoma evidente de que o nível das instituições escolares locais não está de acôrdo com o grau de desenvolvimento da comunidade local.

Parece-me que, postos em têrmos gerais de "superior "ou "inferior", de "mais inteligentes" ou "menos inteligentes", os efeitos seletivos das migrações internas, dificilmente podem ser objetos de estudo exato. Além do mais, o ponto de vista que predomina nos citados estudos tende a obscurecer a função social dos processos seletivos. As comunidades locais não penetram seus componentes de acôrdo com a sua maior ou menor "inteligência", mas conforme a sua capacidade maior ou menor de se ajustarem às condições locais. Segundo o grau de desenvolvimento social da comunidade, os "superiores" ou mais "inteligentes" podem justamente constituir resíduos inajustáveis. Não se pode deixar de pensar na tão comezinha figura literária do "homem demasiadamente bom" para viver em certa comunidade, como, talvez, a mulher do médico em *Main Street* de Sinclair Lewis e o "Bode expiatório" da célebre novela de August Strindberg.

A função principal das migrações e de seus efeitos seletivos reside na distribuição e re-distribuição dos indivíduos no espaço, de modo a estabelecer uma organização social relativamente equilibrada e estável.

[3] Gilbert A. Sanford, *Selective Migration* in a Rural Alabama Comunity, American Sociological Review, outubro de 1940.

Às vêzes, aplicaram-se testes de inteligência afim de verificar a "superioridade" ou "inferioridade" de certos migrantes. Alguns dêsses estudos chegaram à conclusão inesperada de que o próprio quociente de inteligência não é um valor fixo, mas varia em função das variações culturais do meio.

O antropólogo americano Klineberg mediu a inteligência de algumas centenas de rapazes de côr, tendo todos a idade de 12 anos. Depois dividiu-os em grupos de acôrdo com o número de anos decorridos desde que se fixaram na cidade. Eis o resultado:

| Anos passados na cidade | Q I |
|---|---|
| 1 | 38.3 |
| 2 | 43.2 |
| 3 | 44.7 |
| 4 | 62.5 |
| 5 | 56.2 |
| 6 | 62.2 |
| 7 e mais | 68.7 |
| Nascidos na cidade | 74.6 |

Vê-se que o quociente de inteligência aumenta em razão direta ao tempo decorrido desde que os indivíduos chegaram na cidade.[4]

À vista dessas observações parece lícito afirmar que a chamada "superioridade" figura não sòmente entre as causas de migrações internas mas pode também apresentar-se como efeito de migrações do campo para a cidade.

### Academia da História Americana dos Franciscanos

A Academia da História Americana dos Franciscanos recentemente fundada em Washington cogita principalmente da publicação do inestimável legado da história do hemisfério ocidental, compilado pela Ordem dos Frades Menores durante mais de 400 anos de serviço no Novo Mundo.

Destacadas figuras do mundo religioso e leigo das outras repúblicas americanas. Estados Unidos e Canadá compareceram às cerimônias inaugurais no Mosteiro Franciscano aqui. Entre os convidados dos franciscanos estavam representantes do Corpo Diplomático, professôres, autores, jornalistas e historiadores.

A Academia foi fundada pelo Revmo. Matias Fausto, O. F. M., delegado geral para a América do Norte e Central. Seu propósito é colocar à disposição dos historiadores, escritores e dos leitores em geral, os documentos dos padres franciscanos que levaram a fé ao México, à Califórnia e à América do Sul. Para execução de tal programa a Academia visa o seguinte:

1. Descobrir, editar e publicar documentos.

2. Publicar trabalhos históricos originais.

3. Organizar uma biblioteca em microfilme de fontes de materiais.

4. Preparar um completo índice biográfico dos franciscanos americanos.

Num sermão pronunciado na missa de abertura, o bispo O'Hara disse que o programa da Academia é um convite para os melhores esforços críticos dos historiadores qualificados e cooperadores para muitas décadas — e mesmo para o século futuro; e o preenchimento progressivo de qualquer parte dêste esbôço será um benefício para os estudiosos americanos".

Uma revista trimestral *The Americas* será publicada. Cuidará de história cultural inter-americana e das contribuições da Igreja ao hemisfério.

Entre os membros honorários da Academia se incluem o Revmo. Michael J. Curley, arcebispo de Baltimore e de Washington; o Revmo. John Mar Cannon, bispo de Erie, Pennsylvania; Revmo. Edwin V. O'Hara, bispo da cidade de Kansas, Missouri e fundador do Instituto Inter-americano daquela cidade; o Revmo. Thomaz E. Moloy, bispo de Brooklyn, Nova York e Dr. Humford Jones, reitor da Escola de Graduados da Harward University.

Entre os membros correspondentes estão o Dr. Eduardo Enrique Rio, professor de História na Universidade do México: Dr. Franco V. Scholes da Divisão de Pesquisas Históricas da Instituição Carnegie, de Washington; Dr. Carlos Castaneda, professor de História na Universidade de Austin, Texas: Dr. John Tate Lanning, professor de História na Universidade Duke North Carolina; Dr. J. Manuel Espinoza, professor da Universidade Loyola, Chicago Revmo. Lazaro de La Madrid., O. F. M., de Guatemala; Revmo. Dr. David Rubic, O. S. A., chefe do

[4] A. Klineberg, *Race Diferences*, New York, 1936.

Departamento de Línguas Romanas na Universidade Católica da América, Washington; e senhorita Irene A. Wright, uma das autoridades do Departamento de Estado na história de Marcas caraíbas.

O reverendo Dr. Roderic Weeler, O.F.M., diretor da Academia, disse que 15 historiadores franciscanos de oito províncias da ordem na América do Norte e Central, estarão trabalhando, com tempo integral no Colégio de Santo Nome, de Washington, que será a sede da organização. Êsses historiadores colaborarão com os membros honorários e correspondentes em outras repúblicas e várias partes dos Estados Unidos.

**Distribuição geográfica e nomenclatura dos cristãos não católicos**

A *Revista Geográfica Americana*, que se edita em Buenos Aires (n. 124, janeiro de 1944) valendo-se de interessantes dados insertos na obra *Chrétien désunis*, da lavra do Pe. J. Congar, ùltimamente editada em París, publica na secção destinada a "Notas e Notícias", oportuna contribuição, na qual se encontra, pela primeira vez, detalhado censo e a nomenclatura das seitas do grupo cristão que não adotam a igreja católica. Pondo em relêvo o interêsse geográfico da referida contribuição aquela *Revista* passa a detalhar os elementos colhidos na mesma obra:

I. *Igreja Protestante*

| | |
|---|---|
| Luteranos . . ..... | 45 000 000 |
| Reformados (calvinistas e zwinglianos) | 13 000 000 |
| Luteranos reformados. | 21 000 000 |
| Igreja anglicana ..... | 30 000 000 |

A. *Seitas do continente europeu:*

| | |
|---|---|
| 1 Valdeses ou "Pobres de Lion", na Itália e Alemanha . . ..... | 46 000 |
| 2 Menonitas (seita anabatista e calvinista, fundada na Suíça em 1523): | |
| Estados Unidos ..... | 250 000 |
| Holanda e Rússia .... | 80 000 |
| Canadá . . .... .... | 60 000 |
| Alemanha . . ..... | 13 000 |
| Dantzig . . ..... | 6 500 |
| Alsácia-Lorena . . .. | 2 000 |
| 3 Seita particular fundada por Amman em 1693: | |
| América . . ..... | 50 000 |
| França ..... | 2 200 |
| Suíça . . ..... | 200 |
| Palatinado . . ..... | 150 |
| 4 Neobatistas (fundada por Samuel Fröhlichschewiz em 1835): | |
| Estados Unidos ..... | 4 500 |
| 5 Nazarenos húngaros (seita neobatista introduzida na Húngria pelos irmãos Hemsey): | |
| Húngria meridional .. | 12 000 |
| 6 Unitários ou antitrinitários (socinianos): | |
| Polônia, Holanda e Prússia . . ..... | 60 000 |
| Estados Unidos ..... | 80 000 |
| 7 Arminianos ou calvinistas moderados liberais (fundada na Holanda no princípio do século XVII) ..... | 21 000 |
| 8 Comunidade de irmãos (fusão do espírito hussita com o pietismo alemão): | |
| Alemanha, Suíça, Dinamarca, Holanda ... | 9 575 |
| Inglaterra . . ..... | 4 063 |
| América . . ..... | 35 000 |
| Boêmia . . ..... | 6 661 |
| Nas missões ..... | 120 000 |
| 9 Nazarenos alemães (fundada por J. Wirz no princípio do século XIX): Poucos aderentes. | |
| 10 Sociedade do Templo (inspiração pietista antirracionalista, fundada por Cristóbal Hofmann em 1859): | |
| Terra Santa ..... | 1 196 |
| Wurtenberg . . ..... | 400 |

B. *Seitas do protestantismo inglês:*

(Dos 30 000 000 de anglicanos localizam-se 20 milhões na Inglaterra, 3 milhões nos Estados Unidos e 7 milhões em outros países).

1 Batistas e "Church of God" (fundada em 1640 na Inglaterra e na América; em 1834, na Alemanha, e a "Church of God", em 1880):

| | |
|---|---|
| Inglaterra . . . . . | 15 000 000 |
| Alemanha . . . . . | 65 000 |

2 Metodistas (fundada por John Wesley em 1729):

Inglaterra:

| | |
|---|---|
| a) Igreja Metodista Independente . . . . . | 10 502 |
| b) Metodista Primitiva ou "Ranters" . . . . | 220 806 |
| c) Igreja Metodista Unida . . . . . | 153 857 |
| d) União Reformadora "Wesleyan" . . . . . | 10 178 |

*Américas*

| | |
|---|---|
| a) Igreja Metodista Episcopal . . . . . | 5 152 236 |
| b) Igreja Metodista Protestante . . . . . | 188 878 |
| c) Metodista "Wesleyan" . . . . . | 21 500 |
| d) Igreja Episcopal Metodista do Sul . . . | 2 602 313 |
| e) Igreja da Congregação Metodista . . . . . | 1 256 |
| f) Igreja Metodista Livre . . . . . | 20 251 |
| g) Igreja Metodista Primitiva . . . . . | 11 905 |

*África de influência inglêsa*:

| | |
|---|---|
| a) Igreja Africana Episcopal Metodista . | 698 092 |
| b) Igreja Episcopal Metodista Africana Sion. . . . . | 412 315 |
| c) Igreja Episcopal Metodista dos Pretos.. | 331 021 |
| d) Outros grupos . . . . | 67 945 |

*Canadá*:

| | |
|---|---|
| Igreja Unida do Canadá. . . . . | 692 348 |

*Austrália*:

| | |
|---|---|
| Igreja Metodista da Austrália . . . . . | 166 101 |

*Japão*:

| | |
|---|---|
| Igreja Metodista Japonêsa . . . . . | 29 420 |
| Alemanha . . . . . | 40 720 |
| Suíça . . . . . | 12 000 |
| Áustria . . . . . | 1 000 |
| Húngria . . . . . | 700 |
| Países escandinavos... | 60 000 |

3 Igreja Metodista Independente ou Sociedade Evangélica (fundada por Jean Albrecht em 1863):

| | |
|---|---|
| América . . . . . | 200 000 |
| Alemanha . . . . . | 25 005 |
| Suíça . . . . . | 8 176 |

4 Cuáqueros (fundada por Jorge Fox em 1649):

| | |
|---|---|
| América do Norte . . . . | 120 000 |
| Inglaterra . . . . . | 19 000 |

5 Exército de Salvação ("Salvation Army", interconfessional, fundada por William Booth, em 1865):

| | |
|---|---|
| Oficiais . . . . . | 24 513 |
| Oficiais subalternos . | 105 034 |
| Músicos . . . . . | 42 949 |
| Cantantes . . . . . | 61 265 |
| Cadetes . . . . . | 33 109 |

6 Comunidades apostólicas:

| | |
|---|---|
| a) Sociedade Católico-Apostólica (fund. por Ed. Irwing na Inglaterra no princípio do século XIX) . . . . . | 50 000 |
| b) Comunidade Néo Católica, separada da anterior, na Alemanha, em 1865) . . . . . | 400 000 |

c) Apostolado de Judá (poucos aderentes).

7 Darbismo (fund. por Nélson Darby, em 1828, opostos a tôda organização eclesiástica), poucos aderentes.

C. *Seitas do protestantismo americano*:

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Mormones (fund. por Joe Smith em 1830, quase todos no Estado de Utah (Estados Unidos) ..... | 700 000 |
| | Na Suiça e Alemanha . . ..... | 12 051 |
| 2 | Adventistas (fund. por William Miles na metade do século XIX) . | 41 000 |
| 3 | Estudantes da Bíblia (fund. por Charles Taze Russel, morto em 31 de outubro de 1916) | 88 000 |

II. *Igreja Ortodoxa*:

A. *Igreja Ortodoxa Matriz*:

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Patriarcado de Constantinopla . . ..... | 300 000 |
| 2 | Patriarcado de Alexandria . . ..... | 50 000 |
| 3 | Patriarcado de Antióquia (sede em Damasco) . . ..... | 250 000 |
| 4 | Patriarcado de Jerusalém (incl. a Igreja do Sinai) ..... | 33 000 |
| 5 | Patriarcado russo .... | 115 000 000 |
| 6 | Patriarcado sérvio ... | 6 000 000 |
| 7 | Patriarcado rumeno . | 13 000 000 |
| 8 | Arquiepiscopado de Chipre ..... | 180 000 |
| 9 | Igreja autônoma da Grécia . . ..... | 5 000 000 |
| 10 | Igreja autônoma da Bulgária . . ..... | 4 000 000 |
| 11 | Igreja autônoma da Polônia . . ..... | 5 000 000 |
| 12 | Igreja ortodoxa da Georgia ..... | 2 750 000 |
| 13 | Igreja autônoma da Albânia . . ..... | 220 000 |
| 14 | Igreja autônoma da Finlândia . . ..... | 60 000 |
| 15 | Igreja autônoma da Estônia . . ..... | 320 000 |
| 16 | Igreja autônoma da Letônia ..... | 240 000 |
| 17 | Igreja autônoma da Lituânia ..... | 75 000 |
| 18 | Igreja autônoma da Checoslováquia ..... | 250 000 |
| 19 | Igreja autônoma russa da América Setentrional . . ..... | 250 000 |
| 20 | Arquiepiscopado ortodoxo do Japão ..... | 35 000 |

B. *Igrejas nacionais antigas*

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Nestorianos (com patriarca em Kotschânes, separada no final do século V) ..... | 100 000 |
| 2 | Armênios (que professam o monergismo, separados no princípio do século VI) ... | 2 300 000 |
| 3 | Sírios jocobitas (sede em Dar-Us-Za, Iraque) . . ..... | 80 000 |
| 4 | Cristãos de São Tomás | 220 000 |
| 5 | Igreja Copta (monofisita, patriarca no Cairo) . . ..... | 700 000 |
| 6 | Igreja Abissínia (monofisita) . . . ..... | 3 500 000 |

C. *Seitas da Igreja russa*:

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Raskol (velhas crenças, desde 1667) ..... | 9 000 000 |
| 2 | Grupo Bezpopowzi (sem ministros) e Popowzi (com ministros) | 6 000 000 |
| 3 | Seitas racionalistas e com tendências protestantes . . ..... | |

III. *Seitas separadas de Roma nos últimos tempos*:

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Católicos Alemães (1844-45, Rong e Czeski) . . ..... | 2 000 |
| 2 | Igreja Nacional Checoslovaca (8 de janeiro de 1920, por Carlos Farsky) . ..... | 650 000 |
| 3 | Alipaísmo, (3 de agôsto de 1903, por Gregório Alipay, nas Filipinas) . . ..... | 100 000 |
| 4 | Velhos Católicos (22 de setembro de 1871, por Döllinger, na Alemanha. Na Alemanha, o bispado é em Berna; na Áustria, o bispado é em Viena) ..... | 86 000 |

| | |
|---|---|
| 5 Grupos afins aos velhos católicos: Igreja Católica Gaulesa (Paris), Igreja de Utrecht, Igreja Nacional Polaca, Igreja Nacional Croata; entre tôdas .. | 700 000 |
| 6 Igrejas particulares separadas de Roma: | |
| a) Igreja Católica Liberal (fevereiro de 1916, por Wedgwoon, Inglaterra) na Inglaterra, Holanda e Alemanha . . ..... | 10 000 |
| b) Mariavitos ("Mariae vitam imitantur"), Polônia, 1887 .. | 100 000 |
| c) Igreja de Jesus, nacional mexicana (sem estatística). | |
| d) Igreja Ortodoxa de Haiti (idem). | |
| e) Igreja Católica Liberal de Ceilão (idem). | |
| f) Nova Igreja Católica, fundada por Antônio Reznicek em Pentecostes de 1928, como seita separada da Igreja Nacional Checoslovaca para tornar-se de novo católica (idem). | |

★

## El Salvador

A República de El Salvador, a mais densamente povoada de tôda a América Central, tem uma superfície de 34 126 quilômetros quadrados e uma população de 1 569 263 habitantes, ou seja de 46 habitantes por quilômetro quadrado. El Salvador é o único país centro-americano que não é banhado pelas águas do mar Caribe, sendo limitado ao sul pelo oceano Pacífico, ao ocidente pela Guatemala, ao norte por Hunduras, e ao oriente por Honduras e o gôlfo de Fonseca.

### *Resenha histórica*

O território ocupado hoje pela República de El Salvador foi habitado por tribos indígenas muito tempo antes da chegada dos espanhóis ao Novo Mundo, o que é comprovado pela infinidade de relíquias da civilização pré-colombiana descobertas pelos arqueólogos. Os descendentes destas raças aborígenas povoavam ainda El Salvador quando Pedro de Alvarado, companheiro de armas de Hernán Cortés, empreendeu a exploração e conquista do território em 1524. Uma vez subjugado o país, passou a formar parte da Capitania Geral de Guatemala, sede da administração colonial espanhola. Esta dependência política durou até 1821, ano em que El Salvador e os outros países da América Central declararam a sua independência da Espanha e organizaram a Federação Centro-Americana. No ano seguinte, o efêmero império mexicano de Agustín de Iturbide, que se desmoronou em 1823, quis anexar El Salvador, porém êste último opôs-se a isso, tendo-se dado uma batalha, de que saiu vitorioso El Salvador, em um lugar perto da capital, hoje denominado Mejicanos. Os países centro-americanos voltaram então a estabelecer a Federação, porém esta durou cêrca de vinte anos independente. Desde então várias vêzes se tem tentado constituir as cinco repúblicas em uma unidade política, e embora êsse projeto não tenha sido levado a cabo, têm sido assinados vários tratados que cimentam a amizade e a cooperação entre essas nações. El Salvador começou a sua vida política como estado autônomo em 1841, e tomou o nome de República a 25 de janeiro de 1859.

O espírito dominante no movimento em prol da independência em El Salvador foi um sacerdote, José Matías Delgado. Venerado hoje como benemérito pai da Pátria, foi da sua inspirada iniciativa que resultou a proclamação da independência; a sua enérgica oposição ao império de Iturbide no México constituiu um fator decisivo no rápido desmembramento dêsse regime. Os historiadores, ao descreverem a sua morte, ocorrida em 1832, dizem: "Jamais teve El Salvador dor mais profunda e sincera; e o povo com admirável intuição soube compreender que o eminente cidadão amou a pátria com ternura de filho e que estêve sempre em sua defesa sem sombra de dúvida, sem hora de desalento".

*Constituição e govêrno*

A Constituição de El Salvador estabelece uma forma republicana e democrática de govêrno que consta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo é exercido pelo presidente e pelo vice-presidente, os quais são eleitos por voto popular e exercem as suas funções durante quatro anos, não podendo ser reeleitos senão depois de haver transcorrido igual número de anos. Cooperam com o presidente no despacho dos negócios públicos, quatro ministros de Estado entre os quais distribui o Executivo as diversas responsabilidades da administração.

O Poder Legislativo é exercido por uma Assembléia Nacional de Deputados que se reúne ordinàriamente uma vez por ano, e extraordinàriamente quando convocada pelo Poder Executivo em Conselho de Ministros. A Câmara de Deputados compõe-se de 42 membros, três representando cada um dos quatorze departamentos em que se divide a República, sendo eleitos por voto popular por um período de um ano. Também se elegem deputados suplentes que passam a exercer as funções dos deputados efetivos em caso de morte, renúncia ou impossibilidade dêstes últimos.

A Côrte Suprema de Justiça exerce o Poder Judiciário juntamente com os tribunais de segunda e terceira instância e demais tribunais e juízes. A Côrte Suprema compõe-se de sete membros. Os magistrados da Côrte Suprema são eleitos pela Assembléia Nacional por dois anos, e os juízes de primeira instância são designados pela Côrte Suprema por igual período.

A atual Constituição de El Salvador é a mesma que foi adotada originalmente em 1886, com exceção de algumas modificações que têm sido acrescentadas posteriormente.

*Topografia e clima*

A topografia de El Salvador, com exceção da região que se estende ao longo da costa do Pacífico, é, em geral, montanhosa. Duas cordilheiras principais atravessam o país, desprendendo-se delas numerosos ramais. Os vulcões, tanto os ativos como os extintos, abundam em El Salvador. As lavas e cinzas depositadas há séculos nas encostas das montanhas e nos terrenos circunvizinhos, como resultado de grandes erupções vulcânicas, têm produzido um solo sumamente fértil, que se adapta de uma maneira especial ao cultivo do café.

El Salvador goza de um clima sumamente variado que oscila desde o calor tropical das regiões da costa do Pacífico até a frescura das montanhas que se erguem no interior do país. Em El Salvador, semelhantemente ao que acontece nas outras repúblicas da América Central, o clima depende da altura.

O lago de Ilopango, perto de San Salvador, é um dos maiores do país. A beleza do lago Coatepeque, situado junto aos vulcões de Izalco e Santana, está se tornando cada vez mais conhecida devido ao aumento do número de turistas que todos os anos visitam El Salvador. Êste lago é notável pelas virtudes terapêuticas de sua água, que é reconhecida como a Vichi de El Salvador.

*Produtos e indústrias*

A agricultura é a indústria fundamental de El Salvador, e o café o produto mais importante do ponto de vista comercial, visto representar mais de 80 por cento do valor total das exportações do país. O café salvadorense é de qualidade superior, sendo absorvido principalmente pelos mercados europeus, embora durante os últimos anos a quantidade exportada para os Estados Unidos tenha aumentado constantemente. Como o café ocupa um lugar tão importante no comércio de exportação de El Salvador, é natural que o êxito alcançado por esta cultura cada ano, exerça uma grande influência sôbre a situação econômica geral do país.

Entre os demais produtos exportados por El Salvador, devem mencionar-se o açúcar, o anil, os chapéus de palha e a fibra de henequém, embora não se possam comparar em importância com o café. O bálsamo do Peru, conhecido com êste nome no estran-

geiro, produz-se ùnicamente em El Salvador, em uma região pouco extensa ao longo da costa do Pacífico. Êsse produto é geralmente conhecido com êsse nome porque na época colonial existia uma lei em virtude da qual todo o bálsamo de El Salvador tinha que ser embarcado para o Peru e dêsse país despachado para a Europa. Existe também a teoria de que os espanhóis deram o nome de bálsamo do Peru a êste remédio para ocultar a sua verdadeira origem dos piratas. El Salvador é o único país onde cresce essa planta medicinal.

Além dos produtos agrícolas mencionados, El Salvador produz grande quantidade de artigos para consumo interno, principalmente gêneros alimentícios. A manufatura de tecidos, calçados e outros produtos, e a fabricação de vinhos, licores e cerveja, são uma prova do progresso industrial do país. São também dignos de ser mencionados os belos tecidos e os trabalhos em couro típicos do país, assim como também os objetos de cerâmica, adornos de *carey* (espécie de tartaruga) instrumentos musicais, tapêtes e rêdes em que se manifesta o talento artístico inato do povo salvadorense.

### *Cidades principais e meios de comunicação*

Se bem que *San Salvador,* capital da República, seja cidade ativa e moderna, com um pouco mais de 100 000 habitantes e que existam várias outras importantes cidades em El Salvador, a população está tão bem distribuída que no país não predomina a população rural, nem a urbana. Em El Salvador quase tôda a terra que se presta para agricultura é cultivada intensamente.

A cidade de San Salvador, situada em um vale, junto ao imponente vulcão San Salvador, e a uns 30 quilômetros da costa do Pacífico, está a 657 metros acima do nível do mar. Um sistema de vias férreas e rodovias mantém a capital em comunicação com as principais cidades da República. A estrada de ferro que parte de San Salvador chega até a fronteira com a Guatemala, onde se faz baldeação para seguir viagem até ao México e é a região de leste dos Estados Unidos, via Puerto Barrios na Guatemala. San Salvador orgulha-se de possuir vários belos edifícios, entre os quais se destacam o Capitólio, o Palácio Presidencial e a Catedral, além de muitas e belas casas particulares.

*Santa Ana,* a segunda do país em população e importância, encontra-se na região ocidental da República e tem 75 000 habitantes. *San Miguel,* na região oriental, é outra das principais cidades, com uma população de 35 000 habitantes. A poucos quilômetros sòmente ao ocidente da capital, encontra-se *Santa Tecla* (Nueva San Salvador) cidade de 25 000 habitantes, que devido à sua altitude e agradável clima, é muito visitada pelos residentes da capital.

Os três principais portos de El Salvador, são: *La Unión,* ponto terminal da linha férrea internacional, e situado na baía de Fonseca; *La Libertad* e *Acajutla*. Excelentes comunicações rodoviárias ou ferroviárias unem êstes portos com as cidades mais importantes do país. A curta distância da capital encontra-se Ilopango, o aeroporto principal da República.

El Salvador possui um magnífico sistema de comunicações que corresponde ao seu notável progresso. Tôdas as regiões da República são acessíveis por estrada de ferro, rodovia ou avião. O rio Lempa constitui a principal via fluvial de comunicação. Êsse rio nasce em território da Guatemala, segue um curso irregular em direção ao sudoeste, até um ponto perto da cidade de Tocachico, e em seguida continua em direção ao oriente, até a fronteira com Honduras, e finalmente segue de novo para o sul até desaguar no Oceano Pacífico. O rio San Miguel é também importante, embora muito mais curto que o Lempa.

As comunicações aéreas têm progredido ràpidamente durante os últimos anos. Atualmente há duas linhas que fazem o serviço internacional; uma comunica com as demais Repúblicas centro-americanas e a outra com todos os países da América. Existe também uma companhia nacional que satisfaz eficientemente as necessidades internas do país.

*Educação*

A educação primária em El Salvador é gratuita e obrigatória e compreende um período de seis anos, sendo ministrada tanto em escolas diurnas, como em noturnas e em oito estabelecimentos oficiais e particulares. A contínua campanha contra o analfabetismo constitui uma característica notável do movimento educativo.

Uma vez completada a educação primária, o aluno pode entrar para as escolas secundárias, as quais oferecem cursos de cinco anos que compreendem tanto as humanidades, como certos estudos práticos, e preparam para a Universidade Nacional situada em San Salvador, a qual tem faculdades de medicina, química e farmácia, direito e ciências sociais, engenharia e odontologia.

Há duas escolas normais que preparam jovens de um e outro sexo para o exercício do magistério. Existem também facilidades para o estudo das seguintes matérias e profissões: agricultura, drama, belas artes, música, artes gráficas, educação física, etc. Várias associações e grupos de particulares contribuem para disseminar os benefícios do ensino.

**O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.**

*Contribuição ao ensino*

# Religião em Antropogeografia *

EVERARDO BACKHEUSER
Antigo professor da Escola Politécnica e Consultor-Técnico do Conselho Nacional de Geografia

## I

O sentimento de uma Fôrça suprema e criadora, por isso que natural no homem — em todos os homens — independe da situação geográfica e do nível de cultura. Mas o caminho para alcançar a noção dessa Fôrça, detalhes de seu culto, a disseminação da doutrina que se gerar, os cismas ulteriores dessa doutrina, variam sem dúvida com as condições mesológicas e adiantamento da civilização; sofrem, portanto, em uma palavra, influência geográfica.

### Universalidade do sentimento religioso

Sem entrar na classificação das religiões, tema que, apesar de muito interessante, por completo escapa à esfera da antropogeografia, é preciso deixar claro que, ao contrário do que muitos supõem, investigações científicas recentes conduzidas com imparcialidade mostram que a crença em um Deus Criador é de generalidade surpreendente.

O fenômeno religioso alastra-se sôbre tôda a Terra, devendo portanto ocupar, de modo particular, a atenção dos geógrafos. Em tôdas as terras e países, em todos os níveis de cultura, dos povos primitivos aos ultra civilizados, o sentimento religioso é apanágio do homem. Isso mesmo foi sentido pelos psicólogos modernos[1] quando mostraram que desde cedo a criança revela indícios de uma estrutura religiosa do mesmo tope de outras que no homem são reconhecidas, isto é, ao lado da estrutura científica, artística e econômica, social, e de comando, também a religiosa.

O sentimento religioso dos povos primitivos, e acaso até dos pré-históricos, manifesta-se, além do culto dos mortos,[2] o menos característico aspecto da religiosidade, até a crença em uma Entidade Suprema, criadora de tôdas as coisas.

Pe. W. Schmidt, fundador da famosa revista de etnografia *Anthropos*, assinala que "a crença espiritualista em Deus é absolutamente *natural*", isto é, nasce com o homem; e mais, como observa Bouyssonie,[3] "os povos cuja mentalidade se conservou mais pura, são monoteístas, crêem num Deus único, espiritual, e moral". O êrro que têm cometido alguns etnógrafos é o de confundir *religião* com *magia*, quando "a magia é apenas a alteração materialista da religião". Por ela, pela magia, o homem "em vez de servir a Deus tenta

---

* N.R. — A tradicional revista *Vozes de Petrópolis*, que se edita na cidade que lhe dá o nome, estampou em seus 1.º e 3.º fascículos do corrente ano, referentes aos meses de janeiro/fevereiro e maio/junho, o estudo do Prof. Everardo Backheuser subordinado ao presente título. Pela maior divulgação que está a merecer o trabalho em aprêço, com a devida vênia, o *Boletim* transcreve neste número a 1.ª parte do referido estudo e publicará a parte final, no exemplar referente ao mês de junho próximo.

[1] Vêde *Teoria estruturalista*, de Spranger, em obra dêsse sábio Lebensformen, e de seus divulgadores, entre os quais *Ensaio de Biotipologia Educacional* do autor do presente trabalho.

[2] Dizem que os grandes macacos antropóides cobrem com fôlhas o cadáver dos que morrem. (In Huby, Christus. *História das Religiões*).

[3] Em "A Religião dos tempos pré-históricos", na *História das Religiões*, de J. Huby.

subjugá-Lo, obrigá-Lo a ser o concessor de bens materiais. Esta tendência, particularmente forte entre os necessitados e os cobiçosos, explica a corrupção das crenças primitivas". (Idem, ibidem).

O reconhecimento de um Deus Criador e Supremo é evidente nos povos primitivos. A. Le Roy estudando-os chega a afirmativas categóricas,[4] nas quais nos apoiaremos de muito perto na primeira parte dêste ensaio.

O citado Le Roy ouviu de um chefe africano sentença que lembra o Hamlet de Shakespeare: "Há mais coisas acima de nós — dizia-me um dia em voz baixa um velho chefe africano, apontando para o céu — do que tudo quanto os livros dos brancos podem conter". Essas singelas e profundas palavras evidenciam a crença enraizada em um Deus Supremo.

Os Bantus crêem em manes e espíritos, aos quais os etnógrafos têm chamado "deuses"; daí admitirem para os mesmos um politeísmo, ou antes um fetichismo larvado. Ora, a verdade é que os Bantus distinguem muito bem as três categorias de sêres sobrenaturais: Mu-lungu (palavra que não têm plural). Ser único, inacessível, Pai e Senhor; Pepo, os "espíritos", inumeráveis, sem relação com Mu-lungu mas sim com os homens, e que êstes podem captar sobretudo para fazerem mal; Mi-zimu, os manes, almas desencarnadas, que pela origem se ligam à nossa humanidade. Mas êsse Mu-lungu (ou Deus) não é o chefe dos espíritos nem dos manes; existe fora dêles e como que noutro plano.

Confirmação indireta de que os Bantus tinham o conhecimento de Deus é o fato de em suas línguas haver um nome para Deus (e palavra sem plural), com o significado de "Aquêle que faz, o Organizador, o Criador". Certo, isso não significa que tenham êles um monoteísmo no molde dos judeus, do qual derivaram os dois ramos monoteístas mais numerosos, o cristianismo e o maometanismo. Não. Não é algo de tão puro e elevado, mas é no fundo a mesma idéia em forma rudimentar, ainda que envolvida nas roupagens tréfegas da magia e sobrecarregada de culto rendido fetichìsticamente a imagens várias, de animais principalmente. Mas o essencial é que para os Bantus Deus não tem fetiche. Não há entre êles a idolatria no sentido de encarnar a Deus em qualquer coisa de material. Adoram fetiches e concebem Deus.

Pode-se dizer que as crenças bantus referem-se à natureza visível e à natureza invisível. Aquela dominada por esta. Naquela sentindo-se, de tribo a tribo, a influência da situação geográfica; nesta, sobrenatural, fora de qualquer sorte de determinismo geográfico.[5]

O que vem de ser dito para os Bantus pode ser aplicado a outros povos primitivos, ao que faremos rapidíssima alusão.

A respeito, por exemplo, dos Hotentotes (pigmeus) pôde Levingstone dizer: "Por degradadas que estejam estas populações, não precisamos de lhes comunicar a existência de Deus, nem de lhes falar da vida futura. Essas duas verdades são universalmente admitdas na África. Todos os fenômenos que os indígenas não lograram explicar por uma causa ordinária, são atribuídos à Divindade. Se lhes falais dum morto, *Foi para junto de Deus*, vos respondem". Daí fazerem a oração a *Tsiu-Goa* "o pai dos pais". Entre os Iorubas (no Níger) Deus é chamado comumente *Olorum*, o "Senhor dos Céus", embora venerem outras divindades menores e espíritos vários.

Mas, na crença dos Massai, povo de pastôres, sente-se direto reflexo do ambiente geográfico. Sua vida nômade dá-lhes menos apêgo à casa, ao lar, donde também não conhecerem templos, nem fetiches, nem imagens. "Todavia têm na bôca constantemente o nome de Deus, *Eu-Ngai*, sem que saibam dizer onde êle está e o que é".

Os Galas conhecem perfeitamente Deus a que chamam *Wada* e em absoluto não o paralelizam com os *Aúlia*, espíritos bem-aventurados.

---

[4] A. Le Roy, *A Religião nos Povos de Cultura Inferior*.

[5] Deixamos de lado qualquer referência a problemas de moral entre os povos primitivos, mas seria fácil demonstrar que o êrro de alguns observadores em dizer que a religião dêsses povos não tem moral decorre, ainda uma vez, da confusão entre religião e magia. Via de regra, onde "a família e a religião (o legítimo sentimento religioso) estão fortemente constituídos, a tribo prospera, e onde elas se desagregam, a tribo desaparece".

Em seus estudos sôbre povos e religiões das regiões austrais da Oceânia, Schmidt[6] conclui a possibilidade de conceber as características fundamentais do Ser Supremo concebido por êsses povos. Êsse Ser Supremo recebe, sem dúvida, nomes diversos conforme as línguas, mas por tôda parte é considerado um ser celeste, não se confundindo com espíritos. Os bons como os maus espíritos, e também as fôrças da natureza, devem obediência ao Ser Supremo, o Pai. Durkheim, por seu lado, pensa que, debaixo de nomes diferentes, há na Austrália o sentimento dessa mesma transcendente personalidade.

Conforme estudos de A. Lang, W. Schmidt e Tylor, a exemplificação americana, onde foi conseguida com o mesmo rigor científico, confirma a existência da crença generalizada em um Deus Criador. Os indígenas da Virginia conhecem um Ser Supremo *Ahoné*. No Massachusets, *Kiethan* criou os deuses e os homens. Das religiões primitivas da América Meridional não há, que saibamos, estudos seguros, mas o *Tupã* dos nossos íncolas não era apenas, ao que parece, o trovão ou o deus do trovão. Era algo mais.

E, portanto, como proclama Lang, deve-se ver no *All-Fatherism* dos primitivos um legítimo sentimento religioso, elevado, igual em essência ao do civilizado, aquêle sentimento natural (natural, repito a palavra, porque a palavra não pode ser outra) que faz todo homem reconhecer um Criador, uma Fôrça Inteligente, dirigindo o mundo.[7] O "Pai de todos" não é, na frase de Lang, um espírito que culminou em Deus, visto muitas vêzes nem ser espírito, e porque êle mesmo é gerador de espíritos e de deuses. Não há, pois, como pensam os que raciocinam segundo as fórmulas evolucionistas, uma evolução da idéia de Deus. A noção em Deus é a noção basilar. O culto, os atributos extrínsecos sofrem influências antropocêntricas e geográficas, não a concepção mesma de um Criador. "As diferenças — di-lo o bispo de Olinda — estão no revestimento exterior e adventício, que consoante o seu gênio, a sua natureza particular, grau de cultura, riqueza, poesia ou pobreza de imaginação, apoucamento de espírito ou disciplina de organização social, cada povo soube dar a êste fundo comum, a êste quinhão primitivo de crenças e de práticas determinadas".

Quanto aos povos greco-romanos, de nível cultural imensamente bem mais alto que o dos até agora tratados,[8] pode-se dizer que nas linhas essenciais o problema se põe da mesma maneira. Segundo o que a lingüistica pôde revelar "o nome indo-europeu *deus* ou *divino* que se encontra em sânscrito, lituano, velho prussiano, velho islandês, gaulês, velho irlandês, latim, e grego, significa *brilhante*, o que não pode separar-se do nome do *dia*, do *céu luminoso* freqüentemente divinizado (grego, *zeus;* latim, *deus*)". Em oposição aos homens, denominados *mortais* ou *terrestres*, aparecem os deuses como *celestes* ou *imortais*.[9] Há, por outro lado, equivalência entre o sânscrito *diaus pitar*, o grego *zeus páter* e o latim *Iu-ppiter* (*deus-pai*, em português), "o que torna perfeitamente verossímil entre os indo-europeus a concepção de um deus de luz e do céu, Regente Supremo do mundo e das outras divindades".[10]

---

[6] W. Schmidt, *Grundlinien einer Vergleichung der Religionen und Mythologien der Austronesischen Wölker*, Viena, 1910.

[7] O ateísmo, isto é, a negação dessa Fôrça Criadora, é evidentemente uma enfermidade do espírito, uma degenerescência da inteligência de que o amadurecimento pelos anos é uma vez a melhor terapêutica.

[8] Deixamos de fazer aqui alusão às concepções religiosas fundamentais dos povos asiáticos por que são elas tão interessantes que mais adiante daremos das mesmas condensado resumo. Desnecessário nos parece fazer, em paralelo, análogas sínteses, das religiões primitivas e do cristianismo. Daquelas por terem, no presente, diminuto, insignificante âmbito geográfico. Do cristianismo (catolicismo e seitas protestantes) por serem seus preceitos bastante conhecidos dos leitores brasileiros. Ao cristianismo grego-ortodoxo aludiremos também em outra oportunidade quando nessa série de artigos falarmos dos *cismas cristãos*.

[9] Meillet, *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*.

[10] J. Huby, *A Religião dos Gregos*.

## Influência da paisagem física

A paisagem física influi sem dúvida nas manifestações exteriores da religiosidade. É questão que se não discute porque os fatos aí estão para comprová-lo.

E não só a paisagem física como também certo número de fenômenos atmosféricos e astronômicos, desde que, por ignorância das causas que os geram, se apresentam sob fisionomia misteriosa. Aludamos ràpidamente a alguns dêles [11].

O *Sol* em seu ciclo diário e anual, produzindo variações cotidianas e sazonais, tem sem dúvida algo de mistério e também de benemerência, pois que por seu calor faz germinar as sementes. O Sol seria, portanto, fonte perene de admiração e entusiasmo, de gratidão e culto dos povos. Como já foi dito, a noção da divindade estaria por vêzes ligada à idéia de "céu brilhante", ou seja de "Sol", *Júpiter, Zeus Patér, Deus Pai,* é para os gregos, romanos e possìvelmente para os outros povos indo-germânicos ou indo-europeus, também representado pelo Sol. E não pára na antigüidade e entre povos primitivos a valorização mitológica do Sol. Nos dias que correm dêste adiantado século XX, a religião sintoísta ou nacional japonêsa baseia-se tôda ela no culto a *Amaterasu,* isto é, no culto ao Sol, venerado como ancestral conspícuo do imperador (micado). O imperador japonês é sempre considerado divino, pois que em linha reta é "filho do Sol". A existência dessa mitologia astronômica em povos do nível cultural do grego, do romano, do japonês, evidencia quão falazes são as interpretações que estabelecem uma forçada ascensão por etapas — naturismo, politeísmo, monoteísmo — vindo dos povos primitivos aos de elevada cultura. Há, como mostramos, nos povos primitivos sentimentos monoteístas (Deus Criador) de mistura com práticas fetichistas sórdidas; mas, paralelamente, povos de cultura superior apóiam suas crenças em alicerces nitidamente naturistas de que êste culto ao sol é magnífico exemplo.

O *vento,* para quem lhe desconhece a causa, é outro fator de espanto. De onde vem? quem o produz? para onde vai? A brisa refresca, o vento fraco auxilia, o furacão destrói. Quem o sopra? Alguém misterioso e poderoso. Respeitemo-lo. Adoremo-lo. Daí os deuses do vento. Daí Eolo.

Mais surpreendente que o vento teria sido sôbre o espírito dos primitivos o efeito do *trovão* e do *relâmpago.* Principalmente nas regiões tropicais onde as trovoadas aparecem súbitas e temíveis. A tempestade atemoriza os navegantes e os que estão em terra firme junto a serras alcantiladas que multiplicam o efeito do ribombo. Há qualquer coisa de belo e esmagador que nós outros habitantes da zona tropical, bem conhecemos e de que algumas pessoas sensíveis até sofrem reflexos psíquicos.[12] Tupã, isto é, o estrondo, o próprio trovão, é portanto algo de importante na crença dos indígenas brasileiros. Júpiter também era dito o *Tonante* e na iconologia trazia raios na mão.

A par do *trovão* aparece o *arco-íris,* que finaliza as tempestades, como signo de aplacamento de iras, como *tratado de paz* com os homens.

Afora êsses fenômenos de ordem astronômica e meteorológica, gerais, portanto, atingindo variadas sortes de populações em todo o planeta, também exercem influência, que se reflete nas manifestações religiosas, os decorrentes das várias situações geográficas enumeradas em antropogeografia. Abordemos algumas delas.

O *mar,* pelos animais marinhos gigantescos e horrendos, pela extensão sem fim, e, quando enfurecido, pelo terrível de suas ações destruidoras, mas ao mesmo tempo pelos aspectos úteis, como a pesca, a navegação, ora excita ora acalma a imaginação do homem. É no mar que os povos da antigüidade, por êle banhados, colocarão o respeitável e poderoso Netuno. É no mar que as lendas medievais farão residir as sereias sedutoras, e insidiosas como o próprio mar.

---

[11] Ver para maiores minúcias: Richthofen, *Scheidung nach Religionen.*

[12] Ler, a propósito dêsses reflexos das intempéries sôbre o organismo humano, Hellpach, *Geopsychische Erscheinungen.*

Igualmente a *montanha* teria atuado sôbre a imaginação dos povos. Por serem inacessíveis ao homem, ou pela altura, ou pelas florestas, ou pelas feras, ou pelas camadas de neve, nelas os homens fariam residir os deuses, os gregos no monte Olimpo, os hindus no Himalaia. Mas não serão êsses os únicos exemplos. Inúmeros outros montes na superfície da Terra foram habitação de deuses e semideuses, como por exemplo na China. Acaso reminiscência dessa sedução mística das alturas será a localização, em píncaros inacessíveis, de mosterios e conventos, quer dos cristãos, quer dos budistas? Lhassa, transformado pelos budistas em uma cidade de monges, é um dos pontos culminantes da Terra. Os judeus guardam indelével a recordação do monte Sinai onde Moisés recebeu as Tábuas da Lei. Tabor e Calvário, apesar de serem na realidade pequenas elevações de terrenos, se transfiguravam com o tempo, na imaginação dos cristãos em montes, *em altos montes*.

É possível que o culto do fogo esteja de certo modo em concordância com a importância religiosa das montanhas. O sol ao nascente ou no ocaso inunda a estas de purpurinas fulgurações. E aquêles surpreendentes matizes, tão apreciados de pintores e poetas e de almas artísticas, dariam aos povos a impressão de um derrame celestial de fogo.

Outro aspecto religioso da montanha é por certo o *vulcão*. De ação inesperada e destruidora atuará como fôrça do mal. Nas profundezas da Terra, *embaixo*, estará o inferno, em oposição ao paraíso celestial que está em *cima*, além das nuvens. Vulcano acolá terá suas forjas. Quando, porém, o vulcão é permanente, estrombólico, como os do arquipélago Hawai (Kilaulea, Mauna-Loa), o derrame da lava, pouco espêssa, quando soprada pela vento parecerá aos indígenas "os cabelos da deusa".

Os *rios* sempre forneceram variadas divindades aos pagãos. Recordai a influência que o Reno e o Volga exerceram, e quiçá ainda exercem, sôbre a mentalidade respectivamente dos povos germânicos e russos. É o Pai Reno. É a Mãe Volga. Na Grécia, Xanto, o deus-rio, encoleriza-se contra Aquiles que enche o seu leito de cadáveres. Nos rios mora para os nossos indígenas a Mãe-d'água, personagem misteriosa que ainda enche de lendas as tradições do nosso caboclo do interior. Compreende-se que as tribos ribeirinhas se impressionassem com êles, sempre correndo ininterrupta, infindàvelmente, vindo sem se saber donde indo sem se saber para onde, ora avolumando-se e inundando, ora diminuindo as águas com as pedras aparecendo quais ossos descarnados. O rio coleia como serpente, destrói como fera. Para a piroga ora abre as águas nos remansos, ora coloca perigosos percalços nas corredeiras e cataratas, junto às quais templos e locais de sacrifício são colocados para acalmar suas iras. Misterioso rio!

Os *desertos* e *estepes* têm na mentalidade dos povos atuação de outro gênero. Aí, a secura do ar dá ao céu limpidez surpreendente, dentro da qual as estrêlas adquirem fulgor todo especial. O planeta Vênus torna-se tão fortemente brilhante que projeta sombra dos corpos opacos. Da luz do firmamento recebem também os beduínos a inspiração e o misticismo. Mas do súbito contraste entre a farta generosidade produtiva do oásis e a agressiva atitude do inóspito deserto tiram seus habitantes o ensinamento entre o gênio do bem e o gênio do mal. De um lado, na luz, no céu, está Ahuramazda (Ormusde), autor das boas coisas, criador do mundo, em uma palavra, fonte do Bem; de outro, Arimã, o criador de todos os males, espíritos maus, serpentes, animais de rapina, morcegos, vampiros. Ormusde cria as dezesseis terras do Irão; Arimã sôbre elas semeia os germes de tôdas as desgraças.

*As ilhas*. Entre os povos orientais sabidamente de rica imaginação, essa rica imaginação, que em parte corre por conta do ambiente físico, vai influir na opulência dos detalhes religiosos. Atentai para o Japão, arquipélago de exuberantes contrastes, vulcões e doces ameixeiras, o mar largo cercando ilhas que entre si têm fácil comunicação. Igualmente a Grécia era mais um amontoado de ilhas que um continente. A mitologia de ambas terras é exuberante. Para os nipões suas ilhas foram formadas de bocados de caos que a deusa geradora retirava do caldeirão escandante (o vulcão) e deixava cair como pingos sôbre o mar que os solidificava. Quando mais tarde o budismo e o confucionismo penetraram o Japão, não conseguiram jamais anular a fôrça dessas lendas que o sintoísmo patriótico restabeleceu e encorajou.

*Pedras, árvores* e *animais,* cuja função de fetiche é assaz conhecida. entre os povos primitivos, ainda na Grécia histórica, deixam vestígios. Em 405 a. C., diz Huby, pedra que se julgasse caída do céu tornava-se logo objeto de veneração para os habitantes do Peloponeso. O aerólito era tido como animado por algum espírito e passava a ser procurado como talismã. A pedra de Siva, do Oriente, tem ainda hoje para os supersticiosos idêntica função. E êsses mesmos supersticiosos procuram trazer em anéis pedras simpáticas, fugindo das que, como a opala, são *porte-malheur*.

Os deuses da Grécia davam preferência a certas árvores: o roble de Zeus, a oliveira de Atena, o loureiro de Apolo. Ártemis habitava na Lacônia uma nogueira, em Béia uma murta, em Orcômeno um cedro. As Hamadríadas fixavam-se nos carvalhos, as Mélias nos freixos. Sem falar nas florestas sempre cheias de deuses que aí flanavam tanto na Grécia como na Germânia.

Há *animais* sagrados. A serpente, o mais comum dêles. E o boi Ápis no Egito. E a vaca entre os hindus. Êsse culto à vaca no Indostão tem conhecida repercussão sôbre a respectiva geografia econômica. Mau grado a existência de enorme rebanho, a Índia, tão progressista em vários outros setores da atividade produtora, apresenta cifras baixíssimas na indústria da carne.

### Ásia, berço das grandes religiões

Além da atuação, relativamente de segunda ordem, acima apontada, como decorrente dos vários fenômenos físicos, há quem queira também conferir a essa paisagem física papel de maior destaque na eclosão e até na gênese das religiões.

Atendendo que as religiões atualmente mais espalhadas no planeta, a saber, o cristianismo, o muçulmanismo e o judaísmo que é o tronco comum a ambas, haviam aparecido nas bordas do deserto arábico, atribuiu-se (Peschel e Reinach, entre outros) a essa paisagem de semi-aridez influência decisiva no aparecimento das religiões. Esqueciam-se de recordar os que defendiam essa tese que, bem próximo, dentro das selvas úmidas da Índia, se havia gerado também uma religião de abundantes prosélitos e que, além a China, em região úmida, fôra berço de outras religiões também elas com adeptos em considerável massa. Mas ao mesmo tempo que a *jungle* indostânica mostrava condições favoráveis à formação de religiões tão cheias de fantasia e idealismo policrômico, a mesma *jungle* na Indonésia e na América (região amazônica) não produzia senão religiões rudimentares, impregnadas de magia e fetichismo.

Postos em confronto, êsses três exemplos parecem mostrar que não são berço forçado das religiões nem as sêcas areias do deserto nem as úmidas florestas da zona tropical.

No tocante a essa questão de "berço das religiões" o que se pode apurar com interêsse para a geografia é muito pouco. Apenas isso: que excluídos os poucos fetichistas africanos, australasianos e siberianos, ao todo uns 10 milhões, com tendência a decrescer, tôdas as demais religiões *atuais,* judaísmo, cristianismo, maometanismo, induísmo, confucionismo, taoísmo, sintoísmo, tiveram seu berço na Ásia. A Ásia Menor, o planalto do Irão, a Índia, a China, o Japão, em uma palavra, a Ásia, torna-se assim o foco máximo, quase poderíamos dizer o foco único das grandes religiões do *presente momento* da vida da humanidade.

Evidentemente a Europa possuiu também no seu interior religiões de notável importância. As divindades germânicas, inclusive as escandinavas, revelavam alto misticismo e grande riqueza de imaginação dos respectivos povos. Igualmente os drúidas. Essas religiões foram mais tarde apagadas da memória de tais nações por causas diversas. O surto do cristianismo contribuiu para isso. O desaparecimento lento ou súbito foi a sorte das religiões não-asiáticas.

Haverá uma causa geográfica para ter a Ásia tão valiosa função? Qual? Por que essa importância mágica da Ásia?

Até hoje nenhum homem de ciência explicou ou sequer tentou explicar a razão de ser dêsse fato. Acaso? Coincidência? Alguma razão fundamental? Silêncio.

Poder-se-ia dizer que a Ásia-Menor só é geogràficamente asiática pela convenção que anexa essa península ao continente oriental. Tem ela de fato muito mais das características mediterrâneas, ou seja gregas do que das índicas ou chinesas. A civilização grega, e por conseqüência a greco-romana, é o fruto da fusão de dois ecúmenos durante milênios sem contacto antropogeográfico: o ecúmeno mesopotâmico e o ecúmeno do mar Egeu.

A dilatação dêsses dois ecúmenos faz-se para o Ocidente com os romanos e o cristianismo e permanece ainda durante muitos séculos, até os fins da Idade Média, isolado dos demais ecúmenos asiáticos.

Mau grado tudo isso, a Ásia-Menor faz convencionalmente parte do continente asiático, e por isso (e só por isso) se pode afirmar que as religiões *atualmente* mais numerosas (grife o leitor o advérbio *atualmente*) são originárias da Ásia. Umas têm numerosos adeptos porque germinaram dentro dêsses *formigueiros humanos* que são os vales do Gange e do Iang-tsé; outra, o cristianismo, porque acompanha ou porque instiga as dilatações do ecúmeno europeu; outra, o maometismo, pela formidável fôrça de expansão do Islão, o que em outro artigo analisaremos.

Como quer que seja e sem apurar *por que* nasceram nessa Ásia assim concebida as religiões que conseguiram as maiores massas humanas, classifiquemo-las *do ponto de vista geográfico*, segundo o lugar onde surgiram, isto é, na parte ocidental, na região centro meridional ou no Oriente da Ásia.

E assim teremos:

I. Região do ocidente asiático (Ásia-Menor): 1) no planalto do Irão, religiões pérsicas: zoroastrismo; 2) nas estepes e desertos, religiões semíticas: a) judaísmo, b) cristianismo, c) maometismo.

II. Região centro-meridional da Ásia (Índia): a) bramanismo, b) budismo.

III. Região oriental-asiática (China e Japão): a) confucionismo, b) taoismo, c) sintoísmo.

Dessas religiões uma, o culto pérsico de Zoroastro ou Zaratustra ao fogo e ao sol, tem hoje insignificante número de adeptos, perdendo assim de interêsse geográfico. É professado apenas por 11 000 persas e 102 000 parses em Bombaim, Iurate e Baroda, na Índia.

Quadros estatísticos que apresentaremos em artigo subseqüente indicam com rigor as cifras de partidários das diversas religiões distribuídos pelos vários continentes. Contentemo-nos por agora em citar em números globais e arredondados o que já se apurou com segurança para o ano de 1934:

| | | |
|---|---|---|
| Cristianismo | 703 | milhões |
| Judaísmo | 16 | " |
| Maometismo | 260 | " |
| Bramanismo (hinduístas) | 257 | " |
| Budismo | 213 | " |
| Confucionismo | 357 | " |
| Sintoísmo | 17 | " |
| Outros pagãos | 126 | " |
| Sem-religião | 102 | " |

Dos cristãos, 374 milhões são católicos; 185, protestantes e 144, ortodoxos ou de outras seitas.

A distribuição das religiões *segundo os continentes* revela que cada qual dêles tem as suas preferências.

Na *América* o predomínio decisivo é de cristãos (136 milhões de católicos, 40 milhões de protestantes); cêrca de 5 milhões são judeus (hoje seguramente muito mais). O número dos sem-religião sobe a 72 milhões.

Na *Europa*, dos cristãos, que formam a quase totalidade da população, há 210 milhões de católicos, 127 milhões de protestantes e 111 milhões de ortodoxos e outras seitas; existem ainda 22 milhões de maometanos e 30 milhões dos sem-religião. Há 10 milhões de judeus, percentagem considerável.

Na *África* predominam os muçulmanos (54 milhões). Cristãos, apenas uns 22 milhões. Pagãos, 77 milhões.

A *Ásia*, formigueiro humano, ainda resiste ao cristianismo. Dêste, menos de 50 milhões. Os muçulmanos, 154; budistas, 213; confucionistas, 357; hinduístas, 256; sintoístas, 17; outros pagãos, 16, tudo em milhões. Há na Ásia, tal como na África, pequeno número de judeus.

No quadro da *Oceânia* têm ainda saliente posição os muçulmanos (30 milhões). Os cristãos não atingem 10 milhões. As seitas asiáticas (budistas, hinduístas, etc.), não penetraram a Oceânia (1 milhão apenas). Os outros pagãos, são, porém, numerosos (32 milhões). Os judeus não somam 30 mil.

Êsses números mostram que:

1) as religiões de origem asiática (cristianismo, judaísmo, maometismo, hinduísmo, etc.), somam cêrca de 90% da população do mundo:

2) o cristianismo é a religião dos povos líderes.

## Propagação das religiões

Se é impossível à ciência esclarecer por que nasceram na Ásia quase tôdas, senão tôdas, as religiões em que presentemente se dividem as grandes massas humanas, menos difícil lhe é mostrar a causa da distribuição geográfica das mesmas .

Dois modos há de uma religião aumentar o número de adeptos: o crescimento vegetativo da população, e a catequese que resulte em conversão.

As religiões são recebidas, tal como a língua e a nacionalidade por herança. Os filhos, se algo não determina o contrário, adotam no berço a religião dos pais. Nas populações prolíficas a multiplicação de adeptos se processa automàticamente, e sem que haja para isso um trabalho especial; em pouco se tornam numerosas. Há, neste processo vegetativo, uma exceção, quando os pais por displicência ou divergência de credo dos cônjugues, deixam em abandono a educação religiosa dos filhos. Mas ainda neste caso, para efeitos de estatística, vale a religião de que se fêz a declaração inicial.

O outro meio de aumentar o número de adeptos é a conservação. Em regra os partidários de uma religião se esforçam bravamente, em obter o máximo de resultado pela catequese. Para isso servem-se de pregadores, de missionários e de todos os recursos lícitos e ilícitos de catequese, no que despendem esfôrço e dinheiro. Alguns dêsses missionários se arriscam a tarefas que pagam não raro com a própria vida. Distinguem-se nesse trabalho hercúleo principalmente os católicos e protestantes, e um pouco os grego-ortodoxos. Os muçulmanos também, mas o esfôrço maometano só ùltimamente tomou o feitio da catequese cristã. Durante muito tempo, como sabemos e o confirma Richthofen, usaram os partidários do *Profeta* a violência e a compressão pela fôrça contra os *infiéis* para trazê-los ao Alcorão. O esfôrço da catequese do budismo e confucionismo tem sido muito menor, embora, pôr se dirigirem a populações muito densas, colham por vêzes frutos opimos. Há religiões que por terem caráter nìmiamente nacional poupam-se ao trabalho de captar novos adeptos entre outros povos. Assim teriam sido quase tôdas as religiões da antigüidade e ainda hoje o judaísmo, o sintoísmo japonês e *de certo modo* os protestantes anglicanos da igreja nacional.

O *cristianismo*, êsse, apresenta um raio de propagação verdadeiramente excepcional e a olhos humanos completamente inexplicável.

De fato, o cristianismo, tendo embora seu foco de formação na orla do deserto, tal como o judaísmo, e originando-se dêste, disseminou-se todavia ràpidamente no mundo greco-romano; mas para a conquista dêsse mundo altamente cultural teve a seu serviço homens humildes e ignorantes das ciências, das artes, e das letras. Não usavam êsses propagandistas nem os recursos dialéticos nem, como mais tarde os muçulmanos, as armas de guerra para convencerem pela fôrça. Não, nada disso. Apenas a mansidão, a persuasão e a candura. Em um universo cheio de vaidades pregavam e praticavam a humildade. Em uma época, mais talvez que qualquer outra, ansiosa de gozos e sacrifícios,

exigiam como condição de entrada no grêmio nascente a pobreza e o desprêzo às honrarias e glorificações terrenas. Falavam do outro mundo no momento em que tudo se obtinha dêste.

Mais ainda. A povos guiados por deuses de caráter nacional (Javé o era tanto quanto os deuses do Olimpo e de Roma, e quanto mais tarde o Alá dos árabes) traziam um Deus único, da Humanidade, não de cada povo ou raça, igual para todos, bom e justo, premiando as virtudes e não as vitórias. Esta diferença é essencial entre o cristianismo e as outras religiões: a universalidade de Deus, um só para todos os povos.

E apesar de tôdas essas condições adversas, os cristãos, partindo do numèricamente insignificante núcleo de homens rudes do Colégio Apostólico, propagaram-se velozmente, penetrando suave mas com persistência por tôdas as frinchas do decadente império romano. Quatro séculos foram suficientes para chegar aos imperantes e trazê-los à humildade que pregavam.

Êsse movimento assombroso, que os cristãos de hoje atribuem à fôrça divina que os impulsionava e que a ciência não soube até hoje explicar, êsse movimento assombroso não pára aí, não pára nos confins do império romano, vai além, vai muito além dessas fronteiras, com uma impetuosidade que até agora, vinte séculos depois, tem a mesma impetuosidade e a mesma mansidão dos primeiros tempos.

Quando as naves da Península Ibérica dilataram o ecúmeno para além dos oceanos, desde logo se formou ininterrupta corrente de catequistas que se espalharam pelas brenhas tropicais, procurando não braços para o trabalho, mas almas para Deus. A êsse mesmo espetáculo, assiste-se hoje. Frades de várias congregações religiosas, bem como pastôres protestantes, empenham-se àvidamente no esfôrço de aumentar os exércitos cristãos. Vão por tôda parte, estão em tôda parte; em partes até agora habitadas apenas por indígenas, na América, África e Oceânia. E também penetram em terreno mais árduo e difícil, os centros das milenares e nobres religiões asiáticas. Também aí, embora mais penosamente, o trabalho prossegue.

Pode-se portanto dizer que hoje o cristianismo ocupa tôda a superfície da Terra. Em uns pontos (onde domine o europeu, católico, protestante, ou ortodoxo) como religião dos postos de comando como pontas de lança penetrando estratègicamente em todos os restantes núcleos pagãos. E onde o europeu não exerce hegemonia política, e o cristianismo ainda não conquistou as esferas dirigentes, seu trabalho se processa, como nos primeiros séculos, junto às massas.

De qualquer sorte, o cristianismo tem para raio de ação a rêde de paralelos e meridianos ecumênicos.

Das *religiões asiáticas,* umas, da Índia, da China, e do Japão, pelo simples fato de terem sede em países de densíssima população, contam por isso mesmo numerosíssimos adeptos. Em algumas delas, o budismo, o confucionismo, houve certo esfôrço de catequese, mas hoje em dia relativamente muito pequeno. De fato, mesmo aí, nos densos e fechados centros das velhas religiões asiáticas, o missionário cristão já vai vendo coroar-se de êxito seus indômitos esfôrços. Mas sendo extraordinàriamente prolíficos, êsses povos asiáticos suprem e superam os desfalques sofridos pela propaganda cristã de origem européia e norte-americana.

As percentagens dessas religiões no cômputo da população global do mundo são respectivamente: budistas, 10,4%; hinduístas, 12, 5%; sintoístas, 0,8%. Essas percentagens são estimativas e não números exatos por motivos que esclareceremos em parágrafo ulterior.

Das duas outras religiões asiáticas, judaísmo e maometanismo; uma, o judaísmo, nunca fêz e continua a não fazer esfôrços de catequese. Sempre foi a *religião nacional* de um pequeno povo monoteísta da Palestina e assim, ao que parece, deseja continuar a sê-lo, mau grado já não ocupar qualquer pequenino espaço territorial em caráter de Estado.

O judaísmo não tenta hoje, como jamais tentou, a catequese do *gentio.* Mas — e é interessante notá-lo — vangloria-se de conquistas por portas tra-

vessas. De fato, há uma certa satisfação íntima na citação que um israelita brasileiro faz de palavras do Sr. Jean Izoulet (possìvelmente também judeu): "O cristianismo sem o sentir conquistou para Israel 650 milhões de almas e o maometismo outros 250 milhões. Pelo seu mosaísmo, ou por seus derivados, o cristianismo e o maometismo, Israel pode tomar contacto com os grandes paganismos do Oriente." Satisfeito com êsses sucessos obtidos pelos esfôrços de terceiro, o judaísmo não se propaga nem se quer propagar. Sua interferência nas esferas cristãs processa-se através dos altos postos que sempre habilidosamente consegue conquistar nos empreendimentos financeiros, econômicos, culturais. É talvez um modo de comandar o cristianismo mais de acôrdo com os protocolos dos Sábios de Sião.

O Islão, ao contrário de Israel, despende grande esfôrço de catequese. A capacidade dos discípulos do Profeta nessa tarefa é enorme e em regra frutuosa. A fôrça de expansão dos maometanos assombra os observadores. Desfruta hoje gigantesca área. Seu trabalho de propaganda é ininterrupto e para todos os quadrantes. Todos sabemos o alargamento do Império dos árabes para o ocidente, galgando a costa sul do Mediterrâneo (África), invadindo a Península Ibérica até encontrar um paradeiro na batalha de Poitiers. Igualmente todos sabemos da dilatação maometana nos Bálcãs até chegar a confrontar com a Áustria. Depois que se processou a resistência européia a essa penetração, ora pacífica, ora violenta, o maometanismo avançou por linhas de menor resistência espiritual pelo interior da Ásia na direção da Sibéria, do Turquestão, da Índia, da Insulíndia. Os maometanos encontram-se hoje, nesse continente, além da larga mancha de domínio completo, em uma série de pontas de lança, de núcleos vanguardeiros e não, como na Europa, em ilhas "de retraimento". Vencendo o Islão as regiões desérticas e valendo-se dos seus beduínos nômades como elemento de propaganda religiosa, tem atingido pontos distantes da África muito além da orla do Saara.

Conquistando povos prolíficos e imprimindo sempre a seu apostolado um grande fervor religioso, o Islão atinge, no cômputo das religiões, a ponderável cifra de 12,6% da população mundial.

Das demais religiões ocupantes da Ásia Meridional e Oriental a pujança numérica deriva da grande densidade censitária: passam de pais a filhos. O budismo conseguiu varar através da China, onde também deixou prosélitos numerosos, até atingir o Japão, para aí se misturar à religião nacional, o sintoísmo, do que tudo resultou em ambos os países confuso amálgama de crenças.

### Cifras e estimativas

Melhor que as palavras indicariam cifras estatísticas, em sua secura e eloqüência atual das religiões na superfície da Terra.

No caso, porém, é difícil, se não impossível, obter estatísticas dignas de fé. Há inúmeras causas de êrro.

A mais ponderável causa de êrro vem do oriente. A tolerância religiosa da China e Japão faz com que o cômputo das várias religiões aí professadas se torne confuso. Cada pessoa não segue rigorosamente *uma* religião, senão aceita princípios de várias e mistura-os um pouco discricionàriamente, segundo influências de momento e impulsos pessoais. Todos quanto têm desejado organizar estatísticas do confucionismo, do taoísmo, do budismo e do sintoísmo, têm encontrado embaraços. Poder-se-á, relativamente a essa parte da Ásia, destacar, quando muito, a porção de aderentes do cristianismo e do Islão. As demais religiões deveriam figurar englobadas. Raros são, porém, os informantes que obedecem a êsse critério sumário. Esquecem-se que na China e mesmo no Japão a religião é um misto de crenças e abusões, envolvidas por vêzes em preceitos políticos (confucionismo e taoísmo) ou patrióticos (sintoísmo).

Outra causa de erros estatísticos se origina da impossibilidade de calcular com verossimilhança, e ainda mesmo com exatidão, o número de indígenas que nos vários continentes se mantêm pagãos. Constituem no interior dêsses

continentes massas ralas, disseminadas, mas, em conjunto, numerosas e sem contacto com a européia. As cifras das estatísticas são, portanto, em regra, fantasiosas.

O caso dos protestantes é interessante. Sucede que os prosélitos freqüentemente mudam de *igreja*. Esquecendo-se de dar baixa de seus nomes nas que são abandonadas, mas inscrevendo-se naquelas a que aderem, nestas passam a figurar. Há, portanto, repetidas contagens em duplicata, o que tudo aumenta fictìciamente o número dos protestantes em tôdas as regiões dentro das quais é exercitada propaganda de seus múltiplos credos.

Por outro lado, entre os povos civilizados, isto é, entre cristãos (católicos, protestantes e ortodoxos), mesmo entre judeus e maometanos, está-se processando uma decomposição em grande escala, difícil de apurar convenientemente pelas estatísticas. Queremo-nos referir aos que, ou por perderem a fé, ou por displicência abandonam a religião recebida no berço. Se êsse abandono coincide com a conversão a outro credo, seguramente o convertido se apressa em inscrever-se em seus registos oficiais, como adepto da nova religião. No caso contrário, não se prendendo mais a elos espirituais, vai-se deixando figurar nos registos antigos, da religião indicada ao nascer, ou vagamente conserva em branco a coluna correspondente das fichas censitárias.

Êsse êxodo anônimo está, como dissemos, tomando vulto. Informações seguras dizem que nos Estados Unidos as conversões ao catolicismo são numerosas e alarmantes para as fileiras protestantes; mais alarmantes, porém, são as massas que desertam para o ateísmo pragmatista e gozador. Em todos os países da Europa, e mesmo nos da América Latina, sofrem as hostes cristãs desfalques mais ou menos grandes, oriundos do enciclopedismo, do renanismo e inúmeros outros desagregantes espirituais. Onde, porém, a ceifa se tornou sistemática, porque erigida em razão de ser do próprio Estado, foi na Rússia Soviética. Com a declaração do fundador do regime bolchevista, Lenine, que "a religião era o ópio do povo", tornou-se obrigatório não se admitir Deus. Os templos foram transformados em fábricas, teatros, cinemas, cabarés, e assim se formou a legião do sem-Deus. Dada a tendência internacionalista do regime soviético não é de admirar que desejem êles universalizar *apostòlicamente* a ausência de religião entre os povos. A China já vai sentindo êsses efeitos nas massas proletárias. E acaso também a Índia. Em todos os países do ocidente há marcas nítidas dessa atuação russa extra-territorial.

À falta de índices numéricos seguros, temos de nos contentar com as aproximações com as "estimativas".

Damos a seguir algumas tabelas numéricas sôbre a distribuição das religiões. Consideramo-las tôdas, pelos motivos acima expostos, não merecedoras de crédito absoluto, embora organizadas de inteira fé.

A tabela I é de fonte católica; a outra (II) tem cunho protestante. Os números das duas tabelas aproximam-se, mas não coincidem, apesar de serem a bem dizer do mesmo ano. A tabela III é extraída do atlas da conhecida enciclopédia *Der Neue Brockhaus*, editada com regularidade e renovação constante de dados, quase que anualmente. Os números foram colhidos da última edição vinda ao Brasil (1938). As cifras (coligidas para efeitos cartográficos) são apresentadas em números redondos, englobadamente para vários continentes em todos os casos em que a distribuição das parcelas significaria muito reduzida área nos respectivos gráficos. É todavia uma estatística pelo menos atualizada.

Às percentagens globais das várias religiões já aludimos ao artigo anterior. Recordemo-las.

Na *Europa* o domínio quase absoluto é de cristãos, ou seja 41,1% de católicos, 24,9% de protestantes (várias denominações) e 21,7% de outros cristãos, entre os quais predominam os ortodoxos. Os sem-religião declarados comparecem com 5,9% do total da população. Os judeus dão 2% e os muçulmanos 4,4% da população européia.

Na *América* a predominância dos cristãos é ainda maior, 68,9%, dos quais 53,3% católicos, 15,4% protestantes de inumeráveis seitas, das quais indicaremos abaixo as principais, e 0,2% de outros cristãos. Os judeus formavam, em

1934, 1,9% da população; mas êste número estará hoje também muito aumentado, em conseqüência das emigrações que a guerra de 1939 provocou. Expulsos ou emigrados da Europa, formaram caudais para a América. A quantidade de pagãos na América é hoje reduzidíssima, 0,8% apenas, e certamente constituída pelos remanescentes de tribos selvagens do interior do Brasil e América do Sul.

Na *Oceânia* e terras polares habitadas, a população branca é de cristãos, e dêstes os protestantes são mais do triplo dos católicos; mas todos os cristãos somados não chegam a 13% da população total. Os muçulmanos e os pagãos têm a supremacia numérica, ou seja: pagãos 44,1%, e muçulmanos 41,3%. Budistas e hinduístas não chegam a 2% e os judeus nem figuram nas estatísticas. Dos 44,1% de pagãos a catequese cristã seguramente se apossará de bom número, mas o esfôrço maometano não é para desprezar.

A *África* apresenta religiosamente o mesmo desenho estatístico da Oceânia: 34,8% de muçulmanos, 49,5% de pagãos. Dos católicos apenas 4% e mais 1% de catecúmenos; de protestantes 4,5% e de outros cristãos (coptas, etc.) 5,7%; judeus 0,4%.

Na *Ásia*, os cristãos ainda não tomaram pé, mau grado os grandes esforços. E pelas razões antes indicadas. Não passam de 4,5% e os muçulmanos relativamente não são muitos (14,5%). Excluídos os pagãos (1,5% e os sintoistas japonêses (1,6%), restam compactamente: 20,1% de budistas, 33,7% de confucionistas, 24,1% de hinduístas. Mas essas massas numerosas, salvo os japonêses, não têm ascendência cultural e têm sido hoje fàcilmente dominadas pelos europeus. Não ameaçam de nenhum modo o surto crescente da catequese cristã.

Estatísticas particularizadas sôbre os israelitas são publicadas pelo comitê judaico-americano, com sede em Nova Iorque. Segundo tabelas que examinamos, oriundas dessa fonte, a concentração maior de judeus permanecia em 1931 ainda na Europa, com uma população aproximadamente dupla dos localizados na América. Os judeus distribuídos pelo resto do mundo (África, Ásia, Oceânia) não atingiam 1 500 000 àquela data. Os que vieram para a América, acumularam-se predominantemente nos Estados Unidos. (Total das Américas: 4 623 115; Estados Unidos: 4 228 029). Atualmente, depois de declarada a guerra de 1939, o êxodo de judeus, foragidos ou expulsos, da Europa para a América deve de ter sido assombroso. E não só para os Estados Unidos como para os demais países dêsse continente. A estatística a que aludimos indica apenas 30 000 judeus no Brasil (1931); mas o recenseamento brasileiro de 1940 apurará por certo número seguramente muito superior.

## TABELA I

### (M. L'ABBÉ D'ESPIERRES, BRAINE-LE-COMTE, 1934)

| SUPERFÍCIE | África | % | América | % | Ásia | % | Europa | % | Oceânia 12 681 479 Terras polares | % 8,8 | Total | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em km2 | 30 119 759 | 20,8 | 45 848 173 | 31,7 | 40 424 118 | 28 | 11 426 937 | 7,9 | 4 000 000 | 2,8 | 144 500 466 | 100 |
| atólicos..... | 6 256 905 | 4 | 136 357 425 | 53,3 | 19 196 956 | 1,8 | 209 672 679 | 41,1 | 2 085 814 | 2,9 | 373 569 779 | 18,2 |
| atecúmenos.... | 1 472 204 | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 472 204 | 0,1 |
| rotestantes.... | 6 872 266 | 4,5 | 39 610 824 | 15,4 | 5 047 539 | 0,5 | 127 212 452 | 24,9 | 6 711 616 | 9,3 | 185 454 697 | 9 |
| atecúmenos.... | 17 215 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 17 215 | — |
| utros cristãos.. | 8 825 455 | 5,7 | 414 019 | 0,2 | 23 208 948 | 2,2 | 110 812 834 | 21,7 | 364 041 | 0,5 | 143 625 297 | 7 |
| Judeus..... | 549 801 | 0,4 | 4 863 406 | 1,9 | 494 338 | — | 10 121 297 | 2 | 30 370 | — | 16 059 212 | 0,8 |
| Muçulmanos.... | 53 845 666 | 34,8 | 120 008 | 0,1 | 154 138 391 | 14,5 | 22 434 419 | 4,4 | 29 750 095 | 41,3 | 260 288 579 | 12,6 |
| Budistas..... | — | — | 17 738 | — | 212 970 743 | 20,1 | — | — | 197 500 | 0,3 | 213 186 001 | 10,4 |
| Confucionistas.... | — | — | 23 982 | — | 357 275 000 | 33,7 | — | — | — | — | 357 298 982 | 17,4 |
| Hinduístas..... | 110 000 | 0,1 | — | — | 255 965 300 | 24,1 | — | — | 1 131 654 | 1,6 | 257 206 954 | 12,5 |
| Sintoístas..... | — | — | — | — | 16 644 000 | 1,6 | — | — | — | — | 16 644 000 | 0,8 |
| Outros pagãos.... | 76 557 066 | 49,5 | 1 955 104 | 0,8 | 16 151 958 | 1,5 | — | — | 31 778 178 | 44,1 | 126 442 306 | 6,2 |
| Sem religião.... | — | — | 72 251 344 | 28,3 | — | — | 29 941 556 | 5,9 | — | — | 102 192 900 | 5 |
| Desconhecidos... | 6 305 | — | 18 454 | — | 72 845 | — | 25 335 | — | 2 395 | — | 125 334 | — |
| População..... | 154 512 883 | 100 | 255 632 324 | 100 | 1 061 166 018 | 100 | 510 220 572 | 100 | 72 051 663 | 100 | 2 053 583 460 | — |

## TABELA II

### (THE LUTHERAN WORLD ALMANAC, NEW YORK, 1933)

| RELIGIÕES | África | América do Norte | América do Sul | Ásia | Oceânia Austral | Europa | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POPULAÇÃO | 150 308 653 | 165 933 738 | 81 564 818 | 980 184 026 | 80 258 900 | 499 963 666 | 1 958 213 801 |
| Ortodoxos orientais | 5 868 089 | 882 035 | — | 8 106 071 | — | 112 439 630 | 127 295 825 |
| Católicos | 3 347 166 | 44 494 745 | 47 181 938 | 6 329 576 | 8 859 336 | 187 549 763 | 297 762 524 |
| Protestantes | 2 768 072 | 38 247 992 | 627 806 | 3 747 989 | 6 349 487 | 81 228 270 | 132 969 616 |
| TOTAL DOS CRISTÃOS | 11 983 327 | 83 624 772 | 47 809 744 | 18 183 636 | 15 208 823 | 381 217 663 | 558 027 965 |
| Judeus | 527 499 | 4 380 675 | 237 119 | 574 380 | 24 783 | 9 285 182 | 15 029 638 |
| Maçulmanos | 54 588 211 | 478 | — | 137 254 194 | 21 467 868 | 5 672 124 | 218 982 875 |
| Outros | 83 209 616 | 77 927 813 | 33 517 955 | 824 171 816 | 43 557 426 | 103 788 697 | 1 166 173 323 |

## TABELA III

### (DER NEUE BROCKHAUS, 1938)

**(Os números são dados em milhões e propositadamente arredondados para melhor serem representados nos gráficos, de onde os extraímos)**

| RELIGIÕES | Europa | América do Sul | América do Norte | Ásia | África | Austrália | Restos não figurados nas colunas anteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Católicos | 210 | 71 | 50 | 18 | — | — | 4/5 |
| Protestantes | 119 | — | 86 | — | — | 65 | 6/6 |
| Ortodoxos | 121 | — | 1 | 18 | 6 | — | — |
| Israelitas | 10 | — | 4 | 1 | — | — | — |
| Maometanos | 12 | — | — | 175 | 53 | — | — |
| Budistas | — | — | — | 125* | — | — | — |
| Religiões chinesas | — | — | — | 500 | — | — | — |
| Hinduístas | — | — | — | 220 | — | — | — |
| Sintoístas | — | — | — | 16 | — | — | — |
| Outras regiões (pagãos) | — | 6 | — | 17 | 67 | 2 | — |

(*) Não incluídos os budistas chineses.

### Distribuição de judeus no mundo

Algumas cifras, segundo dados do Comitê Judaico-Americano, em 1931.

| | |
|---|---|
| Europa | 9 282 079 |
| África | 542 609 |
| Ásia | 572 055 |
| Austrália | 24 783 |
| América | 4 623 115 |

Países onde mais se adensam os judeus.

| | |
|---|---|
| Estados Unidos | 4 228 029 |
| Rússia | 2 672 398 |
| Polônia | 2 845 362 |
| Rumânia | 900 000 |
| Alemanha | 564 379 |
| Húngria | 476 ,870 |
| Império Britânico | 720 540 |

Sendo:

| | |
|---|---|
| Grã-Bretanha e Irlanda do Norte | 300 000 |
| Domínios do Império Britânico | 275 949 |
| Brasil | 30 000 |
| Argentina | 200 000 |

Nota. Hoje, em conseqüência da segunda guerra mundial e da evasão dos judeus da Europa, os números correspondentes aos Estados-Unidos, Argentina e Brasil devem ser muitíssimo mais elevados. Os do Império-Britânico pouco se terão alterado, pois que para êle não foi permitido se processar a migração.

Os judeus, em regra, apesar de terem sido originàriamente um povo de pastôres, não procuram os campos; preferem ocupações comerciais, nos bancos, na alta finança e empreendimentos de lucro fácil, nas cidades. Segundo o israelita brasileiro Davi Peres, em conferência na Cruzada Espiritualista, "nas suas relações comerciais, a disciplina religiosa, impõe-lhe (ao judeu) o dever de ser justo nos pesos, medidas e preços. *Não cobrar juros de dinheiro emprestado*". A fama dos judeus não é, porém, essa tão cândidamente debuxada. Relembra também o Dr. Peres os versículos do Levítico: *"Não andarás como intrigante entre os povos"*, preceito que a *vox populi* também declara não ser por êles muito obedecido. Acrescenta o conferencista que "jamais houve povo que tivesse a preocupação da verdade e da justiça como o povo judeu".

Quanto aos protestantes o fato mais digno de nota é a sua sempre crescente subdivisão em inumeráveis seitas, principalmente, nos Estados Unidos, onde o fenômeno toma o aspecto de *atomização religiosa* (como diria Maull). Atinge aí proporções alarmantes, em ritmo análogo ao dos divórcios em Hollywood. Dessa sorte os católicos que formam indubitàvelmente a minoria da população norte-americana (menos de 15%), apresentam-se na cabeça da lista das *seitas* (!) religiosas. Os mais numerosos protestantes são os da *denominação* "metodista", mas ainda assim não atinge a metade dos católicos.

Em relação aos Estados Unidos as cifras fornecidas pelas conceituadas *Tabelas de Hubner* (edição de 1929) são as seguintes:

| | |
|---|---|
| Católicos | 18 879 000 |
| Metodistas | 8 920 000 |
| Batistas | 8 398 000 |
| Presbiterianos | 2 562 000 |
| Luteranos | 2 546 000 |
| Discípulos de Cristo | 1 759 000 |
| Epicopalistas | 1 165 000 |
| Congregacionalistas | 908 000 |
| Mórmons | 625 000 |
| Reformados | 553 000 |
| Irmãos Unidos | 412 000 |
| Igreja de Cristo | 318 000 |
| Sínodo Evangélico da América do Norte | 309 000 |
| Adventistas | 149. 000 |
| Mutacistas | 114 000 |
| Evangelistas Unidos | 90 000 |

Daí para baixo as cifras se tornam cada vez menos significativas, a não ser para evidenciar a multiplicidade de denominações. A estatística de Hubner indica ainda a presença nos Estados Unidos, àquela data, de 518 000 cristãos ortodoxos e 357 000 judeus.

O Revmo. Padre Congar, na obra *Chrétiens Desunis*, apresenta também longas tabelas que mostram de modo particular as dolorosas cisões dos cristãos. Richthofen atribuí-as a prescrições muito rigorosas de culto, o que obriga a serem considerados cismáticos os que fogem às regras tradicionalizadas. Não parece que seja apenas isso. A unidade das Igrejas católica e ortodoxa, constituídas de massas compactas de fiéis (os divergentes são sistemàticamente excluídos em benefício mesmo da unidade), evidenciam que o motivo capital das subdivisões protestantes é outro, seguramente o "livre exame" das Escrituras. Cada qual constrói uma religião a seu modo, a seu jeito. A Igreja Católica, por seu lado, sob o ponto de vista de unidade, está muito acima da igreja ortodoxa, seccionada em várias igrejas auto-céfalas. Os ritos orientais da Igreja de Roma referem-se a minúcias de culto e não atingem a essência mesma da doutrina; todos aceitam a Eucaristia e a autoridade papal. Divergências ocasionais são em regra amistosamente resolvidas na Igreja Católica mercê da disciplina que aí reina: quem não obedece ao Papa sai das fileiras.

Nota — A segunda parte dêste trabalho será publicada no próximo número dêste *Boletim*.

**Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.**

## *Tertúlias geográficas semanais*

### QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA TERTÚLIA, REALIZADA A 8 DE FEVEREIRO DE 1944

PROBLEMAS DE ZOOTECNIA NO NORDESTE PELO PROF. OTÁVIO DOMINGUES — O GADO NO SERTÃO E NO LITORAL — PLANTAS FORRAGEIRAS — DEBATES SÔBRE A "PALMA"

Encontrando-se o Eng. Cristóvão Leite de Castro em São Paulo, presidiu a tertúlia o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães. Fêz a apresentação do Prof. Otávio Domingues, especialista em zootecnia e genética, que colheu interessantes observações em suas viagens ao Nordeste, observações que foram o assunto por êle desenvolvido nessa tertúlia.

Uma das zonas mais interessantes do Nordeste é o "sertão", região sêca, e com paisagem diferente da zona litorânea. Ficou durante muitos anos, após o descobrimento do Brasil, abandonada. Foi o gado que para lá levou o homem e é ainda êle que lá mantém o elemento humano. Enquanto na "mata" e no "agreste", regiões de lavoura, o animal é um intruso, no sertão tem ampla liberdade, a ponto de ser a lavoura aí toda cercada para sua defesa.

As pastagens são abundantes sòmente na época das chuvas. No verão o gado chega a não ter o que comer.

No Brasil não havia animais domésticos (os índios tinham animais amansados, domesticados, mas não domésticos). O primeiro ponto de penetração do gado para o sertão foi Pernambuco, depois a Bahia. O gado veio da "mata" onde existiu logo que se fundaram os engenhos. No "sertão", encontrou mais facilidade de vida. Disseminou-se, galgou o São Francisco e foi alcançar os campos do Mimoso, no Piauí.

Atualmente, o desenvolvimento da plantação intensiva da cana vai diminuindo sua área. O capim "angolinha" vai invadindo engenhos e banguês abandonados (êsse capim foi trazido pelo português nos tempos coloniais).

O gado está voltando para o litoral e êsse está se tornando uma zona de criação com métodos mais adiantados. A pecuária encontrando melhores condições no litoral faz com que o "sertão" continui abandonado.

O problema da adaptação do animal doméstico (animal de zona temperada) à vida no "sertão" não é fácil de resolver, mas já se conseguiram animais de maior vitalidade nessas regiões. Quase está conseguido o "gado tropical".

Em Alagoas (municípios de Traipu e Pão de Açúcar) foi dada uma solução bastante satisfatória ao problema da alimentação do gado. Lá, a vegetação, desaparece no estio. O homem descobriu um "cactus" sem espinho: a "palma", planta que durante muito tempo tinha sòmente funções ornamentais nos jardins e que passou a ser forrageira.

Já antes, o xique-xique, o alastrado, que são "cactus" espinhosos, já eram aproveitados mas os espinhos tinham que ser queimados ou tirados a faca.

Atualmente, em Alagoas, existem pastagens de "cactus" sem espinhos. Em plena sêca lá encontra o viajante leite, queijo, etc.

As informações são desencontradas quanto à origem dessa planta. Um grande animador do desenvolvimento da região, Delmiro Gouveia, se não foi seu introdutor, foi na certa um grande disseminador. Encontrando a palma como ornamento numa fazenda perto de Pedra, aconselhou que a plantassem para o gado.

Em Pernambuco, também a palma se disseminou não no "sertão" mas, na região do agreste.

O Prof. Otávio Domingues projetou, em seguida, uma coleção de fotografias de aspectos do Nordeste, documentando assim, magnìficamente, o seu estudo.

---

NOTA — O resumo da 52.ª tertúlia, realizada em 1 de fevereiro do ano corrente será publicado no *Boletim* n.º 17, correspondente ao mês de agôsto.

O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, agradeceu ao orador sua colaboração e deu a palavra a quem quisesse debater o assunto ou sôbre êle pedir algum esclarecimento.

O Cel. Lísias Rodrigues perguntou ao Prof. Otávio Domingues se é grande a superfície em que se usa a palma como forragem em Alagoas. Explica o conferencista que, infelizmente, está localizada em zonas pequenas dos municípios de Pão de Açúcar e Traipu: Jacaré dos Homens, Batalha e Sertãozinho.

Data de 1915 a utilização das pastagens de palma. Em certas zonas a palma não se desenvolve; é possível que se encontre uma variedade que melhor se adapte a êsses lugares.

Além da indústria de laticínios de Batalha e Jacaré dos Homens, verifica-se outra mudança na economia da região: é a criação de porcos, que são alimentados com o sôro do leite de que é feita a manteiga.

O Prof. Mário Lacerda de Melo pede informações sôbre o retôrno da pecuária para a zona da mata. Perguntou se existiam estatísticas que indicassem a redução do número de cabeças de gado no sertão, ou o seu aumento na zona da mata.

Respondendo, o Prof. Otávio Domingues explicou que o homem do litoral, que só cuidava da cana de açúcar, está deixando a monocultura. A pecuária está voltando com caracteres diferentes, pela introdução do zebu.

Disse ser verdade, também, haver um decréscimo de gado no sertão, devido a fatôres diversos. O sertanejo não comia carne de bode e se essa agora é vendida nos mercados é pela escassez da de vaca.

Devido ao adiantado da hora foi encerrada a sessão.

---

## QÜINQUAGÉSIMA QUARTA TERTÚLIA, REALIZADA A 15 DE FEVEREIRO DE 1944

CAMPOS E SEUS ARREDORES, PELO PROF. CRETTON — TOPOGRAFIA E GEOLOGIA — FITOGEOGRAFIA — AS LAGOAS — PENETRAÇÃO DO HOMEM — A COLONIZAÇÃO: A CANA E OUTRAS CULTURAS

O Eng. Leite de Castro fêz a apresentação do Prof. Cretton que faria a palestra dessa tertúlia. Êsse professor já apresentou uma tese sôbre *O Modelado de Campos*, ao Conselho Nacional de Geografia. Iria falar hoje sôbre a região do norte do Estado do Rio — Campos e seus arredores.

Estava presente o ministro Matoso Maia Forte, um dos grandes conhecedores da geografia do Estado do Rio.

O município de Campos — a Pérola do Paraíba — centraliza tôda a atividade urbana do norte fluminense.

A geologia dos arredores de Campos apresenta três aspectos diferentes, a que correspondem regiões topográficas caracterizadas:

I. — O *arqueano*, que se apresenta em cadeias de montanhas de gnaisse e granito e morros decompostos em forma de "meia-laranja". É a região da cultura do café e da laranja.

II — O *terciário*, que se apresenta em tabuleiros. Ainda não foram encontrados fósseis e sua idade foi determinada pela estrutura, posição e comparação com outras regiões, do nordeste e do Recôncavo baiano. Solo ondulado. Altitude de 25 a 40 metros acima do nível do mar. Fica entre o arqueano e a planície. É formado por uma canga com seixos rolados. Hartt considerou-a como de origem glaciária, erradamente, Derby classificou-o como terciário. Sua superfície apresenta o aspecto de um mar de terra vermelha, ondulado.

III — *A planície*, que é a base da economia do norte fluminense. E' de origem pleistocênica. O Paraíba corria ao norte de São Fidélis, seus aluviões vão alargando a planície para oeste.

As *restingas* começaram a surgir no fim do pleistoceno; fitas de areia fecham essa planície argilosa na direção do mar, para onde foram avançando no fim do pleistoceno, paralelamente uma às outras.

*Fitogeografia*: Tôda a zona montanhosa era coberta pelas matas costeiras. Mata mais rala cobria os tabuleiros terciários. Nas restingas há duas espécies de vegetação: a de cômoros de região arenosa e a dos mangues ou flora aquática.

*Lagoas* — São as lagoas aí existentes de vários tipos:

I — As de tabuleiros são cursos d'água fechados na foz pelos aluviões. São lagoas cheias de recortes e de braços.

II — As da planície são mais regulares e de vários tamanhos. Sua forma é elítica ou circular, etc.

III — As de restinga — a: as formadas fechando um braço de mar com fitas de areia, b) as pròpriamente de restinga — são as compridas e estreitas que ficam entre duas restingas.

**Penetração do homem**

Descoberto o Brasil, foi logo colonizado. Pero de Góis fundou a Vila da Rainha, ao norte do município de Itabapoana. Trouxe e plantou a cana. Ao voltar de uma viagem à Europa, encontrou tudo destruído pelos Goitacá, irritados pelos portuguêses. Entregou a capitania a Gil de Góis, que tentou inùtilmente a colonização. Ficou a zona entregue aos indígenas, até meados do século XVI. Alguns apareceram aí, no fim do século, sem serem hostilizados. Os portuguêses chegaram pelo litoral, atraídos pela fertilidade da terra, sendo bem recebidos pelos índios.

Os Goitacá eram monogâmicos e tinham noção de propriedade. Morava cada família numa casa, em cabanas ou em palafitas. Usavam cabelos compridos porque êsses não perturbavam suas correrias, pelas campinas, ao contrário de seus parentes próximos, os Puri, que viviam nas matas e que por isso cortavam os cabelos (também eram chamados de Coroados). Êstes últimos eram mais ferozes.

Os jesuítas entraram em contacto com os Goitacá e os Puri e construíram colégios.

**Colonização**

Foi a terra dividida em sesmarias por Salvador Correia de Sá e Benevides e doada aos 7 capitães beneditinos e jesuítas. De 1650 data o primeiro engenho. Desenvolveram a pecuária e durante um século produziu-se grande quantidade de gado. Eram enviados para o Rio de Janeiro de 15 a 20 mil cabeças por ano. Os engenhos se desenvolvem. A princípio, eram engenhocas de tração exclusivamente animal ao contrário do que se observou no Nordeste, onde havia a roda d'água. O próprio campeiro foi se transformando em agricultor. A princípio plantava para si e para a família, mas, depois, foi descobrindo que a terra merecia ser aproveitada.

Em 1750 havia 50 engenhos e, em 1828, mais de 754.

A introdução do engenho a vapor veio formar a economia fechada do "senhor de engenho".

Mais tarde as usinas trouxeram grande modificação econômica. O Instituto do Açúcar e do Álcool veio dirigir a economia da região. As usinas formam um conjunto extraordinário de atividade industrial. A baixada, segundo o Sr. Mário de Lacerda, é um arquipélago de usinas. Em pouco mais de 4 000 quilômetros quadrados, há 20 000 propriedades.

O gado se desenvolve ao lado da cana em currais fechados e vem equilibrar a economia.

A baixada é fertilizada pelas cheias do Paraíba, nas quais seu leito chega a subir de 5 a 6 metros em 24 horas nas zonas mais baixas.

A abertura de canais de comunicação com o mar é um problema, pois êsses são usualmente fechados pela restinga. A zona arenosa nada produz. O homem vive da pesca e da caça e de uma agricultura rudimentar de mandioca, abóbora, melancia.

A costa, além de estéril, é perigosa para as embarcações: isso explica o isolamento em que viveu o campista, sem receber imigrantes.

### A cana

Existem três tipos de cultura de cana:

Na baixada é grande a produção. Monocultura, apenas interrompida por currais fechados.

A cana se estendeu pelos tabuleiros que são a pior zona em cultura rudimentar. Acompanhou os vales do rio, serra acima. Temos no arqueano as usinas de: Cachoeira de Macabu, Morangaba, Pureza, São Pedro, São Eduardo, Santa Isabel, Pedra Lisa, tôdas em regiões mesopotâmicas.

A região tem mais de 300 quilômetros da E. F. Leopoldina e 340 quilômetros de estradas agrícolas.

O município de Campos produz por ano:

2 114 000 sacos de açúcar de 60 quilos.

31 640 000 litros de álcool quase todo anidro (safra 1941-42).

Corresponde esta produção a: 70% do açúcar e 90% do álcool de todo o Estado do Rio; e a 15% do açúcar e 42% do álcool de todo o Brasil.

A população, no ciclo açucareiro se desenvolve do seguinte modo:

| | | Rural | Urbana |
|---|---|---|---|
| 1752 | — | 12 000 | 6 000 |
| 1814 | — | 50 000 | 7 000 |
| 1880 | — | 92 000 | 9 000 |

A cidade se desenvolveu mais nos últimos tempos; em 1800 a população de Campos era 1/10 da do município, hoje é 1/5.

### Outras culturas

O café também atingiu o norte fluminense, descendo o Paraíba encontrou a cana que subia. O café foi para Itaperuna, que é um dos maiores municípios cafeeiros do Brasil.

A mandioca se desenvolve na zona dos tabuleiros terciários, onde também se desenvolve a citricultura, a horticultura e a fruticultura.

Não havia mineração, hoje há mineração científica. No norte de Campos ocorrem calcita, mármore e gipsita. Será fundada uma fábrica que será das maiores do Brasil e onde o cimento branco será produzido em grande quantidade.

Em São Fidélis e em Macabu existe grafita.

Há hipóteses de ocorrência de petróleo.

O Prof. Cretton projetou, em seguida, uma série de fotografias da região.

Terminou apresentando uns diapositivos de celofane branco, desenhados a nanquim, ou em côres, feitos pelo Prof. A. J. Sampaio, e cujo processo êste desejaria fôsse divulgado.

O ministro Matoso Maia Forte pediu ao tertuliano que, em outra oportunidade, faça um estudo de Itaperuna.

O Prof Mário Lacerda de Melo pediu ao Prof. Cretton que observasse a origem da pequena propriedade em Campos, o que constitui uma singularidade em zona canavieira, onde o normal são os grandes latifúndios. O Prof. Cretton dá como causa o apêgo do campista à terra.

Os debates prosseguiram, tendo falado, entre outros, o Prof. J. Dias da Silveira, da Faculdade de Filosofia de São Paulo, e o Prof. Colombo de Sousa.

O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães perguntou a causa da localização da cidade de Campos, exatamente na margem das enchentes, margem sul. Respondeu o Prof. Cretton que isso foi devido ao fato da cultura da cana se desenvolver melhor no sul do município.

Pelo adiantado da hora foi encerrada a reunião.

## QÜINQUAGÉSIMA QUINTA TERTÚLIA, REALIZADA A 29 DE FEVEREIRO DE 1944

A SÊCA, SUA INCIDÊNCIA E MEDIDAS PARA MINORAR SEUS EFEITOS — CONCEITUAÇÃO — CAUSAS — OCORRÊNCIAS — MEIOS DE COMBATE À SÊCA

O Prof. Colombo de Sousa fêz uma comunicação sôbre: *A sêca, sua incidência e medidas para minorar seus efeitos.*

*Conceituação da sêca* — é um fenômeno atmosférico que resulta da falta de chuvas ou da sua irregularidade.

Anualmente há no Nordeste um período de chuva, de março a junho e um outro em que não chove, de junho a dezembro. Esta é a sêca anual, normal, que não causa transtôrno à economia, pois tôda ela está acomodada a êsse ciclo de vida. Apenas quando se prolonga pelo período seguinte, atingindo 15 a 18 meses, é que a sêca leva ao colapso a vida no Nordeste.

A falta d'água provoca verdadeiras catástrofes. Estabelece-se um conjunto de complexos problemas que perturbam a rotina da vida humana. O que caracteriza a região não é pròpriamente a falta d'água e sim a irregularidade de sua distribuição que dificulta e às vêzes impede o desenvolvimento de culturas. A região da sêca tem oásis como o litoral e as serras, que são zonas de grande regularidade de precipitação.

*Causas* — têm sido elaboradas várias teorias nesse sentido, porém, não se chegou a uma constatação científica de suas causas. A sêca só é atacada nas suas conseqüências, logo, os esforços não são para impedir a sua existência — o que seria impossível — e sim para minorar seus efeitos.

Existe no Nordeste quantidade suficiente de água em suspensão; o que a impede de cair é o vento de sudeste; nas serras normais à direção do vento a precipitação é regular.

Outro fato fundamental decorre da incerteza de quando vem e da certeza de que vem; daí resulta tôda a complexidade do problema. Grandes sêcas alternam com grandes enchentes.

À região atingida pela sêca corresponde um tipo particular de vegetação — a caatinga. A sêca, depois de caracterizar uma região, depois de criar uma vegetação própria, uma economia especial, também criou um tipo humano e uma sociedade característica, bem definidos, cujo conhecimento constitui o fundamento de qualquer ação no Nordeste.

*Zona de incidência* — Atinge os Estados de: Piauí, Ceará, Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia. Compreende 700 000 quilômetros quadrados com 8 000 000 de habitantes.

*Ocorrências* — século XVII — 1614 1692
XVIII — 1711, 1721, 1723-27, 1736-38, 1744-46, 1754, 1760, 1776-78, 1790-93
XIX — 1803-4, 1809-10, 1816-17, 1824-25, 1844-45, 1877-79, 1888, 1891, 1898, 1900.
XX — 1907, 1915, 1919, 1932, 1936, 1942, 1944.

*Meios de combate à sêca*: os efeitos da sêca resultam de uma inadaptação do homem ao meio. Somos relativamente novos no Nordeste e a adaptação ainda não se processou. Temos que acelerá-la, servindo-nos da técnica moderna. Todos os esforços devem ser no sentido de evitar suas conseqüências, sobrepujados seus efeitos. Sêca sempre haverá; um dia, porém, não causará tantos males.

No 2.º Império foram feitas as primeiras tentativas desordenadas ainda, de combate à sêca. O segundo período foi sob a gestão do ministro Francisco de Sá, tendo sido encetadas grandes obras e, finalmente, a sistematização dos trabalhos da IFOCS., sob o govêrno atual.

*Açudagem* — a construção de um açude requer: fácil barragem, condições hidrométricas e bacia de irrigação. Os açudes são: públicos, particulares e de cooperação. O govêrno costuma dar um prêmio aos particulares que têm a iniciativa de construir um açude.

Existem já construídos no Nordeste, 122 açudes públicos (com 2 600 000 000 metros cúbicos); 209 açudes por cooperação (com 400 000 000 metros cúbicos) e o projeto do açude Orós (com 4 200 000 000 metros cúbicos).

*Irrigação* — significa o verdadeiro aproveitamento da açudagem. Em tôrno de um açude, fixam-se populações, iniciam-se novas culturas e formam-se cidades.

*Transporte* — existem já construídos 4 000 quilômetros de estrada de ferro e 5 900 quilômetros de estrada de rodagem (sendo fácil a construção de estradas carroçáveis, além das construídas pela IFOCS., existem muitas outras que levam às propriedades particulares). A maior facilidade dos meios de comunicação já minorou muito as dificuldades das populações nordestinas.

*Poços* — nos lugares em que há água no subsolo o problema está em cavar poços, quer tubulares quer cacimbas. A IFOCS, de 1939 a 1942 fêz abrir 2 551 pocos, dos quais 1941 foram aproveitados. Os Estados de Piauí, Pernambuco e Bahia são os mais propícios à abertura de poços.

*Reflorestamento* — com o reflorestamento das espécies aclimatadas a umidade aumentaria. Entretanto, o restabelecimento completo das florestas não levaria à abolição das sêcas.

*Meios sociais e econômicos* — a educação no Nordeste tem o duplo objetivo de adaptar o homem ao meio e racionalizar certos hábitos e atitudes instintivas. O nordestino, forçado pelas circunstâncias, crê de maneira absoluta na natureza. É preciso habituá-lo a uma economia racional. O seu regime de vida é desordenado. A organização econômica deve depender o menos possível da existência ou não de inverno.

O solo e a natureza permitem a existência de árvores adaptadas à região e de grande importância, tais como: oiticica, carnaúba, babaçu, favela etc. A flora nordestina embora raquítica e rala é a que tem maior índice econômico do Brasil.

A exploração de minérios de importância estratégica tem-se ùltimamente desenvolvido no Nordeste: ferro, manganês, chelita, tantalita, rutilo, berilo, estanho, quartzo, carvão de pedra etc. Essas matérias primas constituem a base de uma futura indústria siderúrgica.

Todo o combate às sêcas deve ser feito com a utilização do que lá se encontra já adaptado. O nordestino lançava mão de processos práticos para vencer as dificuldades do meio; cumpre aproveitar tècnicamente êsses processos tendo sempre como objetivo, minorar os efeitos da sêca.

Seguiu-se a projeção de cartas e aspectos do Nordeste, focalizando principalmente os melhoramentos já realizados.

Iniciados os debates o Eng. Leite de Castro fêz observações a respeito dos dados de ocorrência das sêcas e perguntou se não fôra feito nenhum estudo estatístico nesse sentido. Perguntou, também, até que ponto pode ser considerada a informação da existência de lençóis d'água no Nordeste: cuja importância considerou primordial. O Eng. Vinicius de Berredo observou que a agua do subsolo apenas existe nas regiões cretáceas e no litoral. Os lençóis do subsolo são particularmente importantes no Piauí como já observara o Prof. Colombo. A função do poço é a mesma do açude, serve como centro de vida.

Abordando outra questão, o Eng. Vinicius definiu a sêca tendo em vista o seu lado humano: "sêca é o desequilíbrio econômico resultante da irregularidade da chuva".

O Prof. Colombo, a uma pergunta do Eng. Leite de Castro, respondeu que a extensão da antiga floresta não é conhecida com precisão, entretanto está na razão direta da densidade de população.

O Cel. Mário Travassos observou que também era necessário que a administração pública se moldasse às necessidade nordestinas. A cidade de Fortaleza por exemplo, tem que garantir a sua própria subsistência e das localidades vizinhas, enquanto que, a apenas 30 quilômetros a localidade de Pirapora, oferece ótimas condições para a agricultura. O Eng. Vinicius de Berredo

acrescentou que além da educação do povo, na qual, aliás, a IFOCS., também tem cooperado, devem ser tomadas medidas que protejam o povo contra períodos de crise decorrentes das sêcas, sempre acompanhadas por uma completa desorganização da economia.

Em seguida foi encerrada a reunião.

---

## QÜINQUAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA A 7 DE MARÇO DE 1944

A BACIA DO RIO PRÊTO — AS VEREDAS — A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO: OS VEREDEIROS —. AS CIDADES: FORMOSA, BARRA — A NAVEGAÇÃO NO RIO PRÊTO — CONCLUSÃO GERAL SÔBRE A REGIÃO PERCORRIDA PELA EXPEDIÇÃO E JÁ DESCRITA EM TERTÚLIAS ANTERIORES

Na presente tertúlia o Prof. Pedro Geiger, apresentou os resultados de seus estudos realizados em território baiano encerrando, assim, a série de palestras sôbre o divisor Tocantins-São Francisco.

Iniciando sua palestra, o Prof. Pedro Geiger disse que, depois de ter mostrado o trabalho dos rios de Goiás e dos do Piauí agindo sôbre a chapada, iria descrever o lado baiano, ou seja, a bacia do rio Prêto.

O rio Prêto caracteriza a região e é o agente principal do modelado, além de constituir a via de saída de uma grande região da Bahia, Piauí e de alguns municípios de Goiás. As cidades de Formosa e de Rio Prêto, não são simples aglomerações de casas, pois, já têm certo desenvolvimento comercial, além de preencher as outras funções de cidade.

O rio Prêto nasce a 650 metros recebendo, como principal afluente, o rio Sapão. Começa sob a forma de um brejo numa chapada que lembra Goiás e onde dominam os buritis e sassafrases; segue-se uma zona de morros de areia e de escarpas. À proporção que o rio avança a escarpa se vai tornando mais alta; a escarpa acompanha o rio e não abre ràpidamente como em Goiás (em Goiás cai-se logo num terreno de morros baixos, abaulados), continua sempre acompanhando o rio.

O rio Prêto tem as margens embrejadas até 520 metros; nesse percurso os afluentes são, também, brejosos e se prolongam por um terreno alagadiço. O nível de base mais baixo da bacia do Tocantins favorece a erosão e faz com que os lençóis d'água da chapada se dirijam para o Tocantins. É possível que as chuvas e águas que se infiltram formando lençóis, mesmo aquêles que ficam longe de Goiás, corram para o Tocantins.

A geologia do alto rio Prêto é diferente da de outras regiões e tem grande influência sôbre a geografia humana.

A cidade de São Marcelo encontra-se na confluência do rio Prêto com o rio Sapão; abaixo de São Marcelo as várzeas do rio desaparecem e a mata se adensa; São Marcelo é o último ponto de onde se pode observar a escarpa. Essa região é chamada "gerais" pela maior parte da população.

Na Bahia, o arenito forma duas escarpas sucessivas. Em Pedra do Fogo os morros alteiam e a escarpa diminui apresentando-se totalmente recoberta de vegetação, para novamente reaparecer pouco adiante. As casas dos geralistas são rústicas, construídas com palha de buriti e troncos de sassafrases. Plantam mandioca e arroz, aproveitando para êsse fim a lama do brejo. Alguns dos geralistas tomam conta do gado que aí vai passar o período de sêca, pois, os brejos nunca desaparecem. Alimentam-se de caça, extraem borracha das mangabeiras e cortam talos de buriti para a construção de balsas que lhes são encomendadas nas cidades.

Na Bahia, raramente a rocha é encontrada nua; em geral se apresenta recoberta de uma camada de terra decomposta e de vegetação.

Depois de São Marcelo a paisagem muda. Os buritis passam a ser isolados e a várzea desaparece. O rio passa por uma garganta formada pela serra do Boqueirão. Essa serra já constituiu um nível de erosão e nível de base, por onde, provàvelmente, passaram os rios Prêto e Grande. O rio Prêto teria

sido capturado pelo Grande que foi o primeiro a romper a serra através de uma garganta estreita. Em época anterior o Prêto se lançaria no Grande, mas depois da serra.

Essa região se distingue pela sua constituição geológica. O algonquiano apresenta quartzitos e xistos e o cretáceo, de espessura pequena, só se encontra na parte superior das chapadas. O nível de 650 metros aparece com freqüência; os morros apresentam-se rejuvenescidos e bem íngremes. Nas elevações há seixos de quartzo e quartzito rolados e não rolados que foram trazidos pelos rios e, talvez, também por torrentes.

O rio Prêto é bastante profundo e apresenta fortes inclinações até Boqueirão. O nível de 650 metros não é único; existem, no mínimo, mais dois que são devidos a sucessivos abaixamentos.

No rio Prêto há várias cachoeiras; as do Estrondo e Pedra do Fogo ficam a 600 e 650 metros, sendo possível que suas origens estejam ligadas a um ciclo de erosão mas, por outro lado, é possível que se trate da simples presença de uma camada mais resistente. O trabalho de erosão realizado pelo rio é bastante forte, o que pode ser constatado nas próprias margens.

Avançando da chapada para o rio Prêto atravessa-se uma região em que não há água corrente, o que a torna sensível à sêca. A erosão é comandada pelas veredas que são reguladas pelo clima e constroem as gargantas nesta chapada. A chapada se inclina para leste e à medida que se avança pelas veredas são encontradas encostas de xistos e de quartzitos. As veredas, às vêzes, atravessam pequenas chapadas de 600 metros que ficam diante da chapada principal e se prolongam por entre uma série de morros fortemente trabalhados que estão no mesmo nível. Uma série de veredas pequenas, afluentes das maiores, cortam a região descendo das chapadas. À medida que se desce para o rio Prêto os morros se vão tornando menos freqüentes; o relêvo passa a se assemelhar a tabuleiros mais ou menos planos, cortados pelas veredas.

Nas veredas desenvolve-se uma vegetação tipo cerrado, bastante densa. Chamam de caatinga a tôda associação vegetal que perde as fôlhas na sêca.

As veredas, ao se dirigirem para o rio Prêto passam pela várzea, que é o trecho de arenito que no período das enchentes é inundado, para depois, aparecer inteiramente recoberto de capim verde.

A grande chapada de 700 metros é a divisória. O percurso até o rio Prêto é rápido porque o seu vale é estreito, pois fica num plano mais elevado do que os outros rios.

São freqüentes, nesse trecho, os barrancos como o morro do Eiú, que fica antes de Formosa. Sua parte superior é de quartzito, mas logo abaixo se encontra o arenito. Nota-se que o algonquiano da região é muito movimentado, e nas depressões, o arenito por ser mais tenro foi erodido.

Quanto à vegetação, alterna a caatinga com o cerrado; a caatinga é mais densa e a sua terra mais fértil que a dos arenitos. O aproveitamento do solo se verifica principalmente no leito das veredas. A lavoura é a base da economia e dela depende o veredeiro.

O clima na região baiana é de grande importância, pois, não havendo brejos e sendo o solo impermeável, existe água apenas quando chove; costumam-se construir tanques para reservar água. A criação é menos importante do que a lavoura.

A cultura do algodão aparece pela primeira vez e o número de canaviais aumenta consideràvelmente. Os próprios veredeiros fiam e tingem o algodão com uma tintura extraída de fôlhas.

As veredas constituem o centro da ocupação humana. A estrada real que vai de Boqueirão a Formosa, passando pela cidade de Rio Prêto, tem casas de ½ em ½ légua. Abaixo de Rio Prêto começa a exploração da carnaúba e da malva; adotam o regime da parceria na exploração da carnaúba. Esta vem substituir o buriti e a sua presença coincide de certo modo com o algonquiano ou, conforme observou o Prof. Lúcio de C. Soares, a presença da carnaúba talvez esteja ligada à de maior umidade.

Quanto às habitações, são ainda rústicas e, embora as paredes aí já sejam de barro, a cobertura ainda é de palha; quando a vereda fica perto de uma cidade as casas são feitas de tijolos rústicos. Os veredeiros mandam seus produtos para as cidades. Em tôda propriedade plantam arroz, milho e mandioca, obedecendo a disposição das várias culturas à necessidade que têm de maior ou menor umidade: tôda propriedade dispõe ainda de um tanque para o gado, onde é recolhida a água da chuva.

Os veredeiros usam chapéu de vaqueiro, porém, não têm a tradição como fator dominante, o que se explica pela proximidade de centros como Rio Prêto e Formosa que têm mais de 1 500 habitantes.

Ao contrário do que se verifica no Piauí e Goiás, a elite das cidades é constituída pela classe dos negociantes. Formosa adquire um aspecto característico de cidade pela presença de numerosos artífices e funcionários públicos.

São os negociantes que compram a produção dos que vêm do interior; são êles também que movimentam a política.

São raros, atualmente, aquêles que possuem mais de mil cabeças de gado. O gado é mandado em lotes para Jacobina.

Os negociantes vestem-se como nas grandes cidades; existem dois rádios em Formosa, o que contribui para a decadência do folclore. Em Formosa aparecem com freqüência tropas vindas do interior; essas param na porta da venda e descarregam tudo que trazem. Das veredas também vêm tropas, trazendo couros, caça, rapadura, etc. Os geralistas cortam talos de buriti e os enviam para Formosa onde são construídas as balsas, embarcações bastante estáveis.

Há um vapor que faz a viagem Rio Prêto-Formosa, o qual não dispõe entretanto de muitos lugares e apenas os mais ricos dêle desfrutam. A balsa, portanto, é indispensável, constituindo o processo de navegação mais prático; só desce o rio na época da sêca, pois, é totalmente descoberta. Existe também um paquête no Rio Prêto que faz de quatro a cinco viagens por mês: o patrão faz comércio, êle próprio, com os produtos das cidades por onde passa. O paquête desce o rio num dia e leva três para subir. Como o rio é cheio de meandros e a embarcação vá constantemente batendo nas margens, depois de cada viagem o paquête precisa de ser reformado.

O transporte também é feito por terra; os carros de boi transportam milho, lenha e outros produtos dos veredeiros. Um dos comerciantes ricos de Formosa comprou um caminhão, mas as estradas são péssimas e não permitem o seu trânsito senão num pequeno trecho.

A produção, ao descer o rio Prêto, passa por Barra, que é um centro importante; muitas firmas da capital têm filiais aí. Seu progresso tem sido recentemente fomentado pela exploração da malva e do cristal, que atraíu grande número de negociantes. Em Barra existem várias pensões e um bar, enquanto que nas outras cidades, como Rio Prêto, o centro é a própria venda. Em Barra a paisagem muda e do outro lado do São Francisco se entrevê o perfil jurássico de Diamantina.

Concluindo sôbre o conjunto da região que fôra estudada em três tertúlias, o Prof. Geiger mostrou que ela é como que cortada por uma espinha dorsal — a chapada de arenito. Esta é erodida pelos rios que se voltam para N. pela bacia do Paraíba, para W. pelos afluentes do Tocantins, e para E. pelo rio Prêto.

A forma do relêvo é dada pela ação da erosão, segundo a estrutura. A ocupação humana e a utilização do terreno dependem da presença da água e da estrutura. A região de arenitos é responsável pela paisagem dos "gerais". são terras paupérrimas, com pequeno número de habitantes e de vida muito primitiva. Os brejos são alimentados pelos lençóis subterrâneos e, assim, o clima pouco influi no ritmo da vida.

A erosão se processa diferentemente segundo as bacias, daí a diferença de paisagem. Os níveis de base mais baixos em Piauí e Goiás dão lugar a escarpas mais altas e paralelas aos rios. (No Piauí, os rios estão próximos do perfil

de equilíbrio e são rasos). Na Bahia, o nível de base sendo mais alto, as escarpas são mais baixas e os vales são estreitos. Devido a isso, os rios goianos estão capturando terras da bacia do rio Prêto, e o Veredão é um exemplo de captura e ausência de chapada.

Em Goiás, a ação do vento dá lugar a formas bizarras como agulhas e castelos.

No curso médio e baixo do rio Prêto e no Piauí, a algumas léguas das nascentes dêsses rios, encontram-se as paisagens das veredas diferentes da dos "gerais". São altitudes mais baixas e a chapada se reduz a uma estreita faixa que separa as veredas baianas das piauienses. A influência do clima nesta região é grande; quase não há cursos perenes. O terreno é diferente; as camadas de arenito foram removidas.

No inverno, as veredas enchem e processa-se a erosão de enxurrada. As atividades humanas estão ligadas ao ritmo do clima; nas chuvas, o sertanejo prepara a roça e na sêca viaja e faz seus negócios.

Para a Bahia, a escarpa é mais baixa e geralmente paralela ao rio Prêto. A serra do Boqueirão é constituída por quartzitos resistentes e o rompimento progressivo da serra para dar passagem ao rio, provocou sucessivos rejuvenescimentos.

No vale do rio Prêto, os morros se encontram perto da chapada, no Piauí, depois da chapada também há êsses morros abaulados, entre os quais correm as veredas. Os morros para jusante ficam mais baixos e suaves. Em Parnaguá, o Paraim corre num vale largo mais ou menos plano, com serrotes que retardam a erosão por terem rochas mais resistentes. O pequeno declive dos rios piauienses dificulta a drenagem e talvez seja essa a origem da lagoa de Parnaguá. Nessa região domina um cerrado muito denso, chamado também de caatinga. A ocupação humana se dá principalmente perto dos rios e veredas; é aí que se encontram as cidades mais importantes, como Formosa e Rio Prêto.

Os sertanejos têm pequenas lavouras e também uma pequena criação caseira. O gado espalhado pela "caatinga" pertence a alguns criadores mais ricos (que no Piauí são as famílias tradicionais e no Rio Prêto os negociantes). O chapéu de vaqueiro usado nas veredas é um resto do ciclo da criação.

Perto do Parnaguá, há a vazante e a margem do rio é fértil; em todos os outros lugares as margens são muito lateritizadas. A lavoura é de arroz, milho e mandioca.

Todo o excesso da cultura é levado para as cidades, onde o centro de vida é o lugar. As mercadorias são conduzidas por burros, jumentos, carros de bois e pelo rio em balsas, paquêtes e vapôres.

Barra é o grande centro local onde a expedição terminou; tem seu pôrto amontoado de balsas desfeitas, outras ainda sendo descarregadas e fardos de borracha.

Terminada a comunicação, que foi seguida pela projeção de fotografias, o Prof. Lúcio de Castro Soares deu início aos debates.

O Prof. Veríssimo da Costa Pereira pediu que fôsse feita pelo Prof. Geiger uma classificação dos diferentes tipos de embarcação usados na região percorrida, segundo o tamanho, técnica de construção e finalidade econômica. Foi a seguinte a classificação:

1 — A balsa, construída com buritis, tem a capacidade de transportar de 2 a 4 toneladas de mercadoria. Não pode ser excessivamente grande. É comum juntarem-se 2 ou mais balsas.

2 — A canoa, utilizada para atravessar bebedouros; não o é para a pesca, pois o rio Prêto não é piscoso.

3 — O paquête, pertence a um patrão.

4 — O vapor, ao qual vai ligada a lancha, pertence a uma companhia. O vapor comporta de 15 a 20 toneladas; a lancha é uma chata que comporta 20 toneladas.

No São Francisco existe, ainda, a barca que atravessa animais.

O Prof. Mário Lacerda de Melo pediu uma explicação de ordem geral a respeito do povoamento: se a população era móvel e para onde se dirigia. O Prof. Geiger declarou que a densidade de população é fraca, porém, a mobilidade é pequena, pois os habitantes da região estão muito enraizados. Nas veredas a vida é instável; freqüentemente as famílias mudam de uma vereda para outra, pois a terra se esgota fàcilmente. Também é pequeno o número das pessoas que vêm de fora. Houve um movimento em direção ao Jalapão, mas as populações logo se desiludiram e voltaram. Muitas pessoas foram para Pinhum e para Xique-Xique; êsses são, em geral, moços que deixam suas famílias. Na generalidade, a população é estável.

Finalmente, falou o Prof. Lúcio de Castro Soares, declarando ter sido esta uma das tertúlias mais interessantes sôbre a região do Jalapão, tendo o Prof. Geiger deixado bem clara a ação da geologia e das águas para explicação do relêvo, ao mesmo tempo que subordinava a vegetação à umidade e ao clima em geral. A definição da caatinga tornou-se ainda mais complexa diante desta nova contribuição.

Com esta comunicação ficou encerrada a série do Jalapão.

**O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.**

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Conselho Nacional do Petróleo

EXCURSÃO DO GEÓLOGO NORTE-AMERICANO ENG.º E. DE GOLYER — A convite do Conselho Nacional do Petróleo feito por intermédio do Sr. Válter Sarmento, conselheiro comercial da Embaixada do Brasil em Washington, estêve durante o mês de abril findo no Brasil o geólogo norte-americano engenheiro E. De Golyer, especialista em pesquisas de petróleo e conselheiro do Departamento do Interior dos Estados Unidos. Durante a sua permanência no Brasil o engenheiro Golyer inspecionou as regiões onde estão sendo realizadas pesquisas e explorações de petróleo. Os serviços do técnico americano foram solicitados pelo C. N. G. em virtude do desejo dêsse órgão técnico brasileiro de que os novos campos de petróleo e gás descobertos no Estado da Bahia, sejam inspecionados por uma autoridade competente a fim de que seja formulada uma opinião sôbre a provável qualidade e quantidade dêsses reservatórios de petróleo, bem como sôbre sua exploração. Os poços de petróleo descobertos no Brasil estão atualmente produzindo uma regular quantidade de precioso líquido, havendo provas da existência de um grande reservatório de gás. O Sr. De Golyer foi acompanhado nessa excursão pelo seu assistente, Mr. John Murrell.

✡

#### Coqrdenação da Mobilização Econômica

EXPEDIÇÃO RONCADOR - XINGU — Depois de oito meses de trabalho, a expedição Roncador - Xingu organizada pela Coordenação da Mobilização Econômica, em abril findo, atingiu o rio das Mortes, numa altura de 30 quilômetros abaixo de Araés, vencendo assim sua primeira etapa. Cêrca de 280 quilômetros de picada, aproximadamente, foram abertos pelos expedicionários através de serras, florestas, brejos e matas virgens, além de 14 pontilhões em todo o percurso, que foram construídos nessas estradas de penetração. Dentro de breves dias será iniciada a segunda etapa para o Xingu, já tendo sido localizada à margem direita do rio das Mortes, a posição onde se construirá uma base avançada em pleno sertão.

✶

### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

#### Conselho Nacional de Geografia

VISITA DO GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ — O Conselho Nacional de Geografia foi visitado, no dia 4 de abril último, pelo capitão Janari Gentil Nunes, governador do Território Federal do Amapá, sendo recebido pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho e pelos chefes de Secção dêsse mesmo órgão.

A visita do chefe do govêrno daquele Território ao órgão geográfico do I. B. G. E., prendeu-se ao futuro plano da divisão administrativa e judiciária do Amapá.

O capitão Janari Nunes foi convidado a tomar parte na reunião da Comissão da Carta do Brasil ao Milionésimo, tendo oportunidade de trocar impressões com os técnicos que a integram, a propósito dos problemas geográficos do Território sob sua administração.

✶

#### Instituto Nacional do Pinho

DEFESA FLORESTAL — CRIAÇÃO DE HORTOS — Estêve reunida em princípio do mês de abril último a Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho. Entre os assuntos tratados, destaca-se o que ficou resolvido sôbre a ampliação do Departamento de Economia Florestal, diretamente subordinado à presidência do Instituto, ao qual caberá orientar o florestamento artificial nos Estados, criar hortos para a adaptação de essências florestais nacionais ou exóticas além do pinho, estudar e promover o aprovitamento econômico das florestas naturais e artificiais e, sobretudo, incentivar a ação dos particulares em prol do reflorestamento, prestando-lhes assistência técnica efetiva e gratuita.

O Departamento de Economia Florestal poderá também adquirir florestas criadas por particulares e concederá prêmios aos proprietários que florestarem suas terras dentro de limites a serem fixados.

Para a boa execução dêsses serviços, a Presidência do INP criou Conselhos Regionais de Florestamento nos Estados, aos quais caberá organizar os planos, elaborar os orçamentos atuais, aprovar os contratos para a realização dos serviços e fiscalizar a aplicação das verbas.

As florestas artificiais de propriedade do INP, durante o seu desenvolvimento serão exploradas econômicamente com aproveitamento racional, ficando reservado certo número de árvores por hectare para exploração futura, homogêneamente distribuídas na área explorada.

O Instituto instalará novos parques florestais nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em zonas servidas por ferrovias ou rodovias de acesso, assim como manterá uma guarda florestal para conservação e defesa contra fogo.

Resolveu também o Instituto promover o financiamento para o plantio de pinheiro a proprietários de terras para isso julgadas adequadas, bem assim conceder prêmios aos proprietarios que florestarem suas terras com pinheiro na base de Cr$ 200,00 por hectare.

Concomitantemente, o Instituto estabeleceu um acôrdo com o govêrno do Espírito Santo, mediante o qual serão, êste ano, reflorestadas várias áreas não sòmente de pinheiros, como também de outras essências em doze municípios do Estado.

✶

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Conselho Nacional de Proteção aos Índios

SEMANA DO ÍNDIO — O Instituto Indigenista Inter-Americano, com sede no México, em homenagem à memória dos primitivos povoadores do Novo Mundo, escolheu o dia 19 de abril para que todos os países americanos solenizem nessa data o "Dia do índio". Assim, o Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 5 540, de 2 de junho de 1943, determinou que o Brasil comemore igualmente a efeméride, motivo por que o Conselho Nacional de Proteção aos índios, numa de suas últimas sessões, elaborou amplo programa de festividades, as quais ficaram sob a presidência da Sra. Heloísa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional.

Várias solenidades foram marcadas na semana de 19 a 26 de abril nesta capital e nos Estados onde existem estabelecimentos subordinados ao Serviço de Proteção aos índios, fundado em 1910, pelo então ministro Rodolfo de Miranda, e instalado pelo general Cândido Rondon.

Pela manhã, às 10 horas do dia 19, os indianistas brasileiros, à frente o general Cândido Rondon, presidente do Conselho Nacional de Proteção aos índios, estiveram encorporados em visita ao monumento de Guatemoc na esquina da praia do Flamengo com a avenida Osvaldo Cruz, depositando flores no pedestral da estátua oferecida pelo govêrno do México ao Brasil, em 1922. Foi orador, nesta cerimônia, o Sr. Roquete Pinto, vice-presidente do Conselho. A Escola México fêz depositar flores naturais no monumento.

Pouco depois das 11 horas, na sede do Conselho, na avenida Graça Aranha, 81, realizou-se uma sessão cívica, falando o Sr. general Cândido Rondon, que pronunciou oração de exaltação aos sentimentos do nosso indígena.

A seguir, concedida a palavra ao Sr. José Maria de Paulo, novo diretor do Serviço de Proteção aos índios, pediu que os presentes prestassem uma homenagem à memória dos antigos companheiro do general Rondon, no seu trabalho de proteção ao índio e que durou muitos anos, através das florestas do Brasil. O orador citou os nomes de Alípio Bandeira, Luís Horta Barbosa, Manuel Miranda e José Bezerra, todos falecidos e, finalmente, dentre os vivos, o do Sr. Antônio Estigarríbia, devotado à causa indígena.

Às 19 horas, o Sr. general Cândido Rondon ocupou o microfone do D. I. P. pronunciando uma oração aos brasileiros. À tarde do dia 20, foi inaugurada uma exposição etnográfica indígena na sede da Associação Brasileira de Imprensa, sendo feita logo após a cerimônia inaugural uma exibição de filmes colhidos nas florestas, documentando a ação do Govêrno em favor dos nativos. A exposição ficou aberta e franqueada ao público até o dia 26.

A 23, o Sr. Hildebrando Barros Horta Barbosa fêz uma erudita palestra, estudando os nossos índios e exaltando os seus sentimentos de bravura. Seguiu-se uma nova sessão de filmes documentários tirados no rio Uaupés, afluente do rio Negro, na Amazônia.

Em cumprimento ao programa dos festejos, no dia 25 o Sr. Edmar Morel, da imprensa carioca, prestou um depoimento sôbre a sua viagem às cabeceiras do Xingu, onde chegou encaminhado pelo Serviço de Proteção aos índios, entrando em contacto com as tribos que vivem às margens dos rios Paranatinga, Kurisevo e Kulueno.

Aquêle jornalista fêz um relato de sua viagem, pondo em evidência os trabalhos do S. P. I.

A seguir citou o notável trabalho do general Rondon, que passou tôda a sua mocidade nas selvas do Brasil, levando a civilização aos mais remotos recantos da Pátria.

Foi exibido o filme feito pela equipe etnográfica do Conselho Nacional de Proteção aos índios que documenta o encontro daquele jornalista com as tribos do Xingu, inclusive com os índios Kalapalos que trucidaram a expedição Fawcett e em cuja coletividade vivia o índio branco Dulipé, apontado pelos chefes indígenas como neto do referido explorador inglês.

Finalmente, encerrando as comemorações, o general Manuel Rabelo pronunciou uma brilhante conferência, na qual advogou a adesão do Brasil ao Instituto Indigenista Inter-Americano. Depois de ser apresentado à assistência pelo general Cândido Rondon, o orador abriu o seu discurso com as seguintes vibrantes palavras:

"Não ficou felizmente sem eco em nosso país o apêlo lançado pelo 1.º Congresso Indigenista Inter-Americano, reunido em 1940, em Patzcuaro, no México, a todos os países do continente, no sentido de se consagrar um dia do ano ao índio americano, raça que contribui com o seu sangue generoso e com as suas qualidades intrínsecas para a formação étnica, em certos casos com características preponderantes dos povos da América".

Depois de outras considerações, citando Jefferson, nos Estados Unidos, e José Bonifácio, no Brasil, como estadistas que compreenderam a existência na América do problema do índio, disse o general Manuel Rabelo:

"Ao terminar a semana do índio aproveitamos a oportunidade para fazer nesse sentido (referindo-se à adesão do Brasil à Convenção de Patzcuaro) um vibrante e caloroso apêlo ao Sr. Presidente da República ao mesmo tempo que pedimos a todos os que simpatizam e se interessam pela grande causa nacional e pan-americana, do índio, que juntem os seus esforços aos nossos para facilitar a ratificação pleiteada, conformemente aos votos da douta Assembléia de Patzcuaro, interpretados pelo preclaro diretor do Instituto Indigenista Inter-Americano em seu recente apêlo ao Govêrno brasileiro".

Finalizando a conferência o Sr. general Manuel Rabelo, afirmou: "Além do dever moral de protegê-las, muitas coisas ainda se pode colhêr no estudo das populações indígenas que ainda restam no continente americano.

Nosso primeiro dever é preservar a sua existência como uma relíquia da humanidade, mediante a proteção oficial ativa e eficiente aos seus remanescentes ainda, ameaçados pela cupidez e a ambição dos chamados civilizados, que querendo se apossar das suas terras, os atacam e dizimam sem piedade. Em seguida cumprir o programa sàbiamente traçado pelo 1.º Congresso Indigenista Inter-americano, realizando gradativamente as medidas propostas em seu plenário, resultado das locubrações de eminentes figuras americanas que tomaram parte no conclave. Entre essas medidas está a criação do Instituto já realizada e cujo reconhecimento pelo nosso Govêrno pleiteamos com o entusiasmo ardente que as causas nobres e generosas sabem inspirar".

Terminada a palestra do Sr. general Manuel Rabelo, o Sr. general Cândido Rondon, encerrou a "Semana do índio" cujas solenidades decorreram com brilhantismo.

★

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CURSO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL E MAPOTECONOMIA — Sob a presidência do ministro Osvaldo Aranha, titular da pasta das Relações Exteriores, realizou-se a 12 de abril p.p., no Palácio Itamarati, a solenidade de instalação do Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia, destinado aos funcionários dessa Secretaria de Estado e demais especialistas ligados a quaisquer outros serviços federais ou estaduais e instituições cujas atividades se relacionem com a matéria de que tratará o Curso em aprêço.

Iniciativa de larga projeção e do maior alcance cultural, originou-se todavia de imperativos de ordem interna dêsse Ministério, conforme a fundamentada exposição de motivos justificativa de sua criação, cuja finalidade primordial é o aperfeiçoamento daqueles que aí iniciam carreira, em matéria estritamente relacionadas aos temas e cogitações precípuas dos negócios das Relações Exteriores. Seus valiosos arquivos, e notadamente sua esplêndida Mapoteca, dispõe de inestimável documentário cartográfico, do mais alto valor científico, cujas peças principais desde a Colônia, têm servido de apoio decidido à diplomacia brasileira em suas complexas questões de limites, solucionadas via de regra a favor do Brasil, deram ao território pátrio privilegiada magnitude, e a configuração geográfica que ora apresenta.

Não obstante, e tal como bem acentuou a referida exposição do Departamento Administrativo dessa Secretaria de Estado, nem sempre êsse precioso patrimônio se tem encontrado suficientemente a coberto de danos e extravios irremediáveis, menos por falta de zeladores criteriosos, que da carência de especialistas capazes de dispensar ao notável acervo, o tratamento técnico indispensável.

Assim, em boa hora, por inspiração do ministro Carlos Alves de Sousa, e esclarecidas diretrizes do primeiro secretário de Embaixada, Sr. Jorge Latour, chefe do Serviço de Documentação, a quem incumbiu estudar o assunto, foi organizado o Curso já em pleno funcionamento, sob a regência do historiador Jaime Cortesão, grande cartólogo e um dos maiores conhecedores da cartografia luso-brasileira, cuja autoridade no assunto constitui a mais completa garantia de êxito dessa feliz realização.

De acôrdo com os seus superiores objetivos, o programa do Curso, seguramente elaborado pelo referido professor e pelo cônsul Murilo de Miranda Basto, compreende cinco partes, pelas quais se distribui harmoniosamente tôda a matéria, subordinada aos seguintes títulos: I — *Introdução Geográfica e Histórica,* II — *História da Cartografia Americana e em Especial do Brasil,* III — *Formação Territorial e Cartografia das Fronteiras do Brasil,* IV — *Geografia das Fronteiras do Brasil,* e V — *Classificação, Confecção e Catalogação de Cartas Geográficas.*

O *Boletim,* publica a seguir o programa elaborado pelo cônsul Murilo de Miranda Basto, chefe da Mapoteca do Itamarati, para a parte IV do programa do Curso, referente à Geografia das Fronteiras do Brasil.

☆

### PROGRAMA DA PARTE IV

### Geografia das Fronteiras do Brasil

*Generalidades*

I

1) Conceito de fronteira. A fronteira-zona. A fronteira-faixa. A fronteira-linha. As fronteiras esboçadas. As fronteiras vivas. As fronteiras mortas. As fronteiras militares, políticas, econômicas, etc.

2) Definição de linha divisória ou de limites. Limites naturais. Limites artificiais.

3) Terminologia. *Divortium aquarum,* -nha de cumiadas, *thalweg,* canal de navegação, linha de meia distância, linha geodésica, etc.

4) Demarcação de fronteiras. A fase da demarcação. A fase da caracterização. Marcos divisórios. Marcos de referência. Sinais geodésicos, etc.

II

5) Os países limítrofes.

6) Os pontos de trijunção internacional.

7) Os pontos extremos do território brasileiro.

8) Esbôço geográfico das fronteiras terrestres.

9) Extensão das linhas divisórias.

III

*Fisiografia e climatologia*

10) Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças. A região das Guianas. A bacia do Negro e a do Branco. Os rios Japurá e Içá. O rio Javari. A região acreana. Os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A bacia do Paraguai, o pantanal e a região lacustre matogrossense. As serras de Amambi e Maracaju. O salto grande das Sete Quedas e as cataratas do Iguaçu. O rio Paraná. O rio Uruguai e os seus principais afluentes. As coxilhas de Haedo e de Santana. O albardão, a lagoa Mirim e o rio Jaguarão.

11) A orografia.

12) A potamografia.

13) Limnografia.

14) As ilhas dos rios e das lagoas limítrofes.

15) Climatologia (ligeiras notas sôbre os climas das zonas fronteiriças).

IV

*Biogeografia e antropogeografia*

16) Breve notícia sôbre a fitogeografia das regiões lindeiras.

17) Idem idem sôbre a zoogeografia.

18) Ligeiras notas sôbre a geografia humana das regiões fronteiriças. Antropogeografia e etnografia dos selvícolas. Tipos característicos das zonas lindeiras: o gaúcho, o ervateiro, o seringueiro, etc. As cidades e povoações das fronteiras, etc.

V

*Geografia econômica*

19) Ligeiras notas sôbre a geografia econômica das regiões limítrofes. Agricultura e pecuária. Indústria e comércio. Recursos minerais, etc.

20) Comunicações ferroviárias e rodoviárias.

21) Navegação fluvial.

22) Rotas aéreas.

VI

*Geografia política*

23) O Brasil sôbre a carta: metrópoles, vias de comunicação e fronteiras.

24) As fronteiras dos países novos (segundo Lord Curzon).

25) A soberania territorial do Brasil e a sua posição em relação aos Estados limítrofes.

26) Demografia e segurança coletiva.

27) A "faixa de fronteira" (art. 165 da Constituição da República).

28) Os novos Territórios federais de fronteira.

29) Defesa e colonização das fronteiras.

VII

30) Limites com a Guiana Francesa — A questão territorial com a França. Os limites fixados pelo Laudo Arbitral do Conselho Federal Suíço. Descrição da linha divisória.

31) Limites com a Guiana Neerlandesa — O Tratado de 1906, com os Países Baixos, fixando os limites com a Colônia de Surinane. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

32) Limites com a Guiana Britânica — A questão de limites com a Guiana Britânica. O Laudo Arbitral do rei da Itália. A Convenção Especial e o Tratado Geral de Limites, de 1926. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

33) Limites com a Venezuela — Os antecedentes e o Tratado de 1859. Alteração da linha divisória entre o rio Negro e o salto Huá. As modificações que deverão ser feitas no mapa do Brasil em conseqüência das recentes explorações. Estado atual dos trabalhos de demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

34) Limites com a Colômbia — Os antecedentes e o Tratado de 1907. As demarcações da linha geodésica Apaporis-Tabatinga. O Tratado Complementar de 1928. Modificações da fronteira no decorrer dos trabalhos de demarcação. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

35) Limites com o Peru — Os antecedentes e a Convenção de 1851. As explorações do rio Javari por Soares Pinto, Tefé, Cunha Gomes, Cruls, etc. Os antecedentes e o Tratado Complementar de 1909. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

36) Limites com a Bolívia — Os antecedentes e o Tratado de 1867. Modificação da fronteira entre a Corixa Grande e o morro da Boa Vista. A questão do Acre e o Tratado de Petrópolis. Modificações da fronteira nas bacias do Amazonas e do Paraguai. O marco do falso rio Verde e o reconhecimento da cabeceira principal dêsse rio. O Acôrdo de 10 de fevereiro de 1911. O Tratado do Natal de 1928. Novas modificações da fronteira nos trechos compreendidos entre o rio Rapirrá e o igarapé Bahia e entre o morro dos Quatro Irmãos e o rio Verde. Distribuição das ilhas do trecho limítrofe do rio Madeira. A ilha de Guajará-mirim ou Suarez. A fronteira entre o marco do morro dos Quatro Irmãos e o marco do Turvo. Distribuição das ilhas dos rios Mamoré e Guaporé. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

37) Limites com o Paraguai — Os antecedentes das negociações para a fixação dos limites e as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança. O Tratado de 1872. A desistência do Brasil à fronteira do Igurei. A ilha de Fecho de Morros. A questão do braço principal do Apa. O Tratado Complementar de 1927. A questão da ilha de Pôrto Murtinho ou Margarida. O deslinde das cidades e povoações fronteiriças. O giro da linha divisória no salto grande das Sete Quedas e o futuro aproveitamento da sua fôrça hidráulica. Distribuição das ilhas dos rios limítrofes. Os trabalhos de demarcação e caracterização da fronteira. Descrição da linha divisória.

38) Limites com a Argentina — A questão territorial com a República Argentina. O Laudo Arbitral do presidente Cleveland. O Tratado de 1898. O giro da linha divisória nas cataratas do Iguaçu. A ilha Brasileira da bôca do Quaraí. Distribuição das ilhas dos rios limítrofes. Demarcação da fronteira. Descrição da linha divisória.

39) Limites com o Uruguai — Os antecedentes e os Tratados de 1851 e 1852. As dúvidas no reconhecimento da linha do Chuí e o Protocolo de 1853. A projetada permuta do território do Cunhaperu pelo Rincão do Maneco. A cabeceira principal do Invernada. A locação da linha divisória entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera. O Tratado do Condomínio e as modificações da fronteira na lagoa Mirim e rio Jaguarão. A Convenção de 1913 modificando a linha divisória no arroio São Miguel. Outras pequenas alterações feitas no decorrer dos trabalhos de demarcação e caracterização da fronteira. Distribuição das ilhas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Descrição da linha divisória.

Nota: — A fim de facilitar a tarefa de quem se encarregar das aulas referentes aos limites do Brasil, pareceu-nos conveniente indicar com mais particularidade os assuntos a serem tratados nessas aulas.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1944. — *Murilo de Miranda Basto.*

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO HIDRAULICO — O chefe do Govêrno assinou decreto, em abril último, abrindo no Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de setenta mil cruzeiros, decorrente da designação do engenheiro Humberto Berutti Augusto Moreira para estagiar na "Waterways Experiments Station", nos Estados Unidos. O estágio tem por fim habilitar aquêle funcionário a construir no Brasil, o primeiro laboratório hidráulico, que tem por finalidade possibilitar o estudo em modelos reduzidos, dos efeitos das obras projetadas nos diversos rios brasileiros.

★

### Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA — VISITA DE GEÓLOGOS NORTE-AMERICANOS. — No dia 24 de abril findo, estêve reunido o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Os principais assuntos tratados foram os relativos ao crédito para a realização do próximo II Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia e a designação do engenheiro Aníbal Alves Bastos, diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, para ter entendimento direto com técnicos dos países americanos sôbre aquêle certame.

Nessa sessão foi recebido pelos membros do C. N. M. M. o chefe da Divisão de Minerais e Metais do "Board of Economic Warfare" em Washington, Sr. Alen M. Bateman, que se fêz acompanhar do Sr. Hubert C. Wynans, representante especial do B. E. W, no Rio de Janeiro e do professor William D. Johnston Jr. do U. S. Geological Survey.

O Sr. Bateman foi saudado pelo professor Emídio Ferreira e também pelo Sr. Óton Leonardos, que se referiu à situação do professor Bateman na cátedra de geologia econômica na Universidade de Yale, na Sociedade dos Geólogos Economistas, onde foi presidente e como diretor da revista *Economic Geology*.

Informou o Sr. Bateman que acabava de percorrer quase todos os países latino-americanos inspecionando os serviços das comissões de compras no setor da mineração. A seguir fêz uma sintética exposição de como as indústrias bélicas dos Estados Unidos estão se suprindo de matérias primas minerais. Mostrou como certas deficiências verificadas no começo da guerra puderam ser eliminadas pelo desenvolvimento de novas minas nos Estados Unidos e demais países americanos, o que se tornou possível graças à mobilização de uma grande equipe de geólogos e engenheiros de minas. Em conseqüência dessa eficiente atuação, vários metais e minerais passaram da lista dos materiais estratégicos para a dos simplesmente críticos, enquanto outros foram inteiramente liberados para usos civis. Referiu-se ao grande esfôrço de guerra dos Estados Unidos, no campo da mineração, e da metalurgia, que acarretou o barateamento de alguns metais como o alumínio e o magnésio, produzidos agora em larguíssima escala. Finalmente respondendo a inquirição do Sr. Edmundo de Macedo Soares, expôs sua opinião pessoal sôbre o comércio de minérios após-guerra.

Agradecendo a presença dos Srs. Wynans e Johnston, disse o Sr. Óton Leonardos que o Conselho teria sempre prazer em ouví-los sôbre quaisquer assuntos relacionados com a produção de minerais estratégicos, no interêsse das boas relações comerciais e culturais entre o Brasil e os Estados Unidos.

*

# Instituições particulares

### Associação Comercial do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO CULTURAL — Durante a primeira reunião realizada no mês de abril findo o Sr. José Augusto Bezerra de Meneses comunicou à casa que os cursos iniciais instituídos pelo Departamento Cultural já estão em pleno funcionamentô, acentuando que a matrícula atingiu o número máximo permitido pelas leis federais para cada classe. Os cursos estão entregues à orientação pedagógica de professôres muito bem remunerados. A iniciativa do Sr. Presidente nos seus primeiros passos já está marcando com segurança e firmeza e tudo indica que será vitoriosa. Já se fêz muita coisa, mas em face do programa estabelecido isso ainda é muito pouco para atingir o ideal que é o funcionamento da Universidade.

Desde já vão ser instituídos vários cursos livres, destinados não só aos alunos mas a quantos queiram aprimorar-se no conhecimento das realidades econômicas do Brasil e se preparar para tirar da terra os recursos de que ela é realmente sucetível de dar.

Desde já estão preparando dois cursos livres. O primeiro referente à economia nacional. Constará de vinte e cinco lições, entregues a vinte e cinco brasileiros de reconhecida competência. Confiando cada lição a uma grande figura do Brasil conhecida pelo seu preparo na especialidade, êsse curso quando chegar ao fim do ano apresentará os mais surpreendentes resultados.

O outro curso não é de menor interêsse. Refere-se a regiões econômicas do Brasil. As diversas economias do país serão apresentadas minuciosamente nesse curso. O orador, por exemplo, conhece o que é o Seridó. Seridó não é um município, mas uma região econômica que se caracteriza por uma dominante que é o algodão de fibra longa. No fim do ano a Associação Comercial terá prestado um imenso serviço à cultura econômica do Brasil tendo explicado as várias regiões econômicas do país. Êsses estudos são tanto mais necessários quanto é certo que se está às portas de um mundo novo. Terminada a guerra todos os povos vão encontrar-se diante de problemas imensos de tôda ordem, desde os problemas políticos, sociais e raciais até os problemas econômicos.

*

### Clube de Engenharia

"FUNDAÇÃO BRASIL-CENTRAL" — No dia 13 de abril próximo findo, o ministro João Alberto Lins de Barros pronunciou uma conferência, no Clube de Engenharia, sôbre o tema: *Fundação Brasil-Central*, na qual apresentou os problemas postos em foco pela Fundação.

*

### Fundação Brasil - Central

VISITA DO SEU PRESIDENTE À REGIÃO DO RIO DAS MORTES — O ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica e presidente da Fundação Brasil Central, organização oficial criada para dirigir e administrar os trabalhos de desbravamento e colonização da zona oeste do país, estêve durante vários dias do mês findo, na região do rio das Mortes, tendo ali desembarcado no campo de pouso recentemente construído pelos membros da Expedição Roncador Xingu, nas proximidades da cachoeira da Fumaça.

O ministro João Alberto tomou conhecimento dos trabalhos executados e da marcha da referida expedição.

JORNALISTAS E ESTUDANTES NA REGIÃO DO RONCADOR — A convite do ministro João Alberto, estêve no mês de abril no Brasil central, uma caravana de estudantes e jornalistas, que partiu desta capital no dia 10 de abril, tendo regressado a 28 dêsse mesmo mês. O local visitado foi o que compreende a região do rio das Garças, local já atingido pela Expedição Roncador Xingu, chefiada pelo coronel Vanique e organizada pela Fundação Brasil Central.

A viagem de ida, num percurso total de mais de 2 000 quilômetros, foi feita de trem

até Urberlândia, de onde prosseguiu em caminhão, atravessando o Estado de Goiás, até a foz do rio das Garças, onde se acha instalado o pôsto n.º 2, da Fundação. Durante todo o trajeto, os estudantes receberam manifestações as mais expressivas e boa acolhida, por parte não só das autoridades, como também das populações dos lugares onde passaram.

Foi em Uberlândia que os viajantes tiveram o primeiro contacto real com a obra de que já tinham notícia através das constantes entrevistas que no Rio mantiveram com o ministro João Alberto. Nessa cidade, recebidos pelo Dr. Iberê Goulart, os estudantes iniciaram a marcha rumo ao sertão que se pretende desbravar e colonizar. Foi um percurso penoso, de oitocentos e sessenta quilômetros, vencidos em 40 horas.

Na base n.º 2, da Fundação, já em tijolos, se acomodam paióis, pôsto médico, usina termo-elétrica, um pôsto de rádio-telegrafia e demais instalações necessárias à proteção da vanguarda da Expedição Roncador Xingu, cuja coluna Vanique penetra bravamente sertões a dentro.

Tudo foi minuciosamente apreciado pelos jovens universitários, os quais, dentro das suas especialidades, procuravam obter todos os informes. Assim, a agricultura, as condições de higiene, a pecuária, etc., foram assuntos explanados e discutidos amplamente.

✶

# Certames

### Exposição de Percy Lau

Sob o patrocínio do Instituto Brasil-Estados Unidos e Instituto de Arquitetos do Brasil, inaugurou-se no dia 1.º de abril último, na praça Marechal Floriano n.º 7, 1.º andar, sede do I. A. B., a exposição de desenhos de Percy Lau, conhecido artista brasileiro que vem se dedicando à fixação dos nossos tipos e costumes.

Percy Lau é desenhista do Conselho Nacional de Geografia e realizou recentemente uma viagem às tradicionais cidades de Minas a serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tendo, dêsse modo, enriquecido a coleção de trabalhos expostos, entre os quais ressaltam igrejas, tipos e costumes da região visitada.

Depois de exibidos entre nós, os seus desenhos serão expostos nos Estados Unidos.

☆

### Congresso Econômico do Oeste

Será realizado ainda êste ano, sob o patrocínio do interventor federal em Goiás, na cidade de Anápolis, o Congresso Econômico do Oeste, no qual serão estudados os problemas econômicos e sociais do Brasil Central, decorrentes da "marcha para o Oeste" principalmente o das riquezas inexploradas, o dos transportes, o do saneamento, o da educação popular e o da colonização.

Nesse certame serão também balanceadas as obras já realizadas no Oeste bem como o planejamento de outras realizações, visando a valorização de uma das mais ricas regiões do país.

Merece, pois, todos os aplausos o empreendimento que se deve ao espírito dinâmico e à larga visão do Sr. Câmara Filho, prefeito de Anápolis e antigo diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás.

✶

# Unidades Federadas

## AMAZONAS

### Instituto Histórico e Geográfico

Na reunião realizada no dia 4 de abril findo, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, o Sr. Marcondes Verçosa, fêz uma palestra sôbre a personalidade do historiador mineiro Diogo de Vasconcelos.

✶

## MATO GROSSO

### Instituto Histórico de Mato Grosso

225.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DE CUIABÁ — A passagem a 8 de abril, do 225.º aniversário da fundação desta cidade foi festejada, pelo Instituto Histórico de Mato Grosso, com uma sessão solene, realizada em cooperação com a Academia de Letras Matogrossense e demais associações culturais do Estado. O professor Filogônio Correia realizou uma conferência, cujo tema versou sôbre a origem de Cuiabá, seu desenvolvimento, sua influência política e cultural como centro irradiador da vida, da ordem e do progresso para todos os quadrantes do Estado.

Estudando a influência de Cuiabá à luz da História disse o professor Filogônio:

"Sentinela sempre alerta nos sertões do oeste brasileiro, auxiliar poderoso do gênio de Luís Albuquerque, à gente cuiabana devemos as fundações de Vila Bela, Chapada Guimarães. Cocais, Guia, Brotas, Rosário Oeste, Diamantino, Poconé e Leverger.

✶

## MINAS GERAIS

### Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

COMEMORAÇÕES DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA — A 21 de abril do corrente ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais realizou uma reunião extraordinária, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Lido o expediente, o Sr. Geraldo Dutra de Morais fêz uma comunicação a respeito da construção da igreja de São Francisco de Sabará, estudo de grande valor para a história da arte religiosa brasileira. O Sr. Benedito Quintino dos Santos fêz, também, interessantes comunicações, entre as quais se destaca a que se diz respeito ao acôrdo de limites assinado pelos governos dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Na parte comemorativa da efeméride do dia, usaram da palavra os Srs. Cel. Herculano Teixeira de Assunção e Francisco Diogo de Vasconcelos, que pronunciaram brilhantes improvisos, evocando os principais capítulos da Inconfidência Mineira.

☆

**Sociedade Mineira dos Geógrafos e Estatísticos**

APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA NOVA INSTITUIÇÃO — Instalada a Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos a 19 de abril último, a sua Diretoria e Conselho têm trabalhado ativamente para o normal funcionamento da nova entidade, tendo-se reunido o Conselho Consultivo e Fiscal para exame dos estatutos elaborados pela Comissão incumbida dêsse trabalho.

Na Assembléia Geral que foi convocada para o dia 29 do mesmo mês, no salão nobre da Biblioteca Pública, foram discutidos e aprovados os estatutos pelos quais se regerá a Sociedade.

A Diretoria solicitou o comparecimento de todos os sócios fundadores a essa reunião, a fim de que os trabalhos decorram em ambiente de animação, demonstrando a vitalidade da futurosa instituição.

O número de sócios fundadores já é muito elevado, tendo-se inscrito, até o momento, os seguintes:

Residentes nesta capital (efetivos):

Benedito Quintino dos Santos, Godofredo Prates, Hildebrando Clark, Armando Machado Portela, Olímpio Mourão de Miranda, Lourival Ferreira Carneiro, Armando Rodrigues Silva, José do Carmo Flores, Paulo Ximenes, César, João Pocco, Otávio Braga, Décio de Vasconcelos. Copérnico Pinto Coelho, Joaquim Xavier Bruno, Otávio Pena, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Arinos Câmara, Marta Klein Teixeira, Maria Estela de Cerqueira Laje, Elvira Ferreira Xavier, Naide Moreira dos Santos Pena, Alda Valadares, Célia Clark, Iracema Brasiliense, Lúcia de Carvalho Campos, Orlando de Oliveira Vaz, Amaro Francisco de Moura Drumond, Juvenal Dias da Silva, Helena Dornas de Melo, Neli Nerilda Pinto, Firmina Monteiro Alves, Heli de Carvalho, Josefino Sartori, Maria de Matos Silveira, Helena Lopes de Oliveira, Olga Macedo Almeida, Alfredo Furst, Edite Matos Fadine, Diva de Paula Duque, Edméia Vieira de Andrade, Linda Fortes, Maria de Lourdes Oliveira, Francisco Assis Lima Gil, Geraldo Tameirão, Célio Dias, Dante Gonçalves Teixeira, Maria Helena Quintino dos Santos, Marilia Quintino dos Santos, Cecília A. da Cunha, Mário Braga, Natalina Morina, Augusta Xavier de Toledo, Odilon Braga da Silva, Otávio Roscoe, César Pereira de Melo, Otávio Bernardes, Inácio Murta Júnior, Ulisses Fadini, José de Almeida Melo, Bento Alves Ribeiro, Joaquim Ribeiro Costa, José Arnot, José Gomes, Eurico Arcieri, Moacir Flores, Celestino Avelino Pinto, Maria das Dores Maia, Neide da Aparecida Flores, Carlos Barbosa Filho, José de Almeida, Ana de Gouveia, Irene de Gouveia Vioti, Franklin de Sales, Sinval Pereira da Silva, Júlia de Figueiredo, José Dias Pereira Gomes, Antônio Ribeiro Filho, Arlindo Chaves, Francisco de Miranda Filho, Érico Queirós, Neftali Gomide, Epaminondas de Oliveira Nunes, Carlos Cunha, Mário Cavalcante Fernandes, José Ximenes César Júnior, Margarida Teixeira, Maria José Tavares Lobato, Lídia Luzia Brandão, Helena de Lima, Lourdinha Rocha Saliba, Maria Teresinha C. do Amaral, Inês Zita de Lima Moreira, Joaquim Moreira Barbosa, Carlos Aenihanslin, Ernane Doile Silva, José Ferreira da Fonseca, José Alexandre de Moura Costa, Benjamim Correia da Costa, Lino de Lacerda, João Alípio de Sousa, Geraldo Caldeira Brant, Marieta Labarrere, Wilson Correia da Costa, Hélio Proença Doile, Lini Carneiro dos Santos, Heitor Cantagali, Geraldo Trindade, Corina Aguiar R. Santos, Hélcio Jorge Camões de Oliveira, Artur Giordan Procópio, Marta Coutinho Dairel, Célia da Gama Cerqueira, Alice Viegas Pereira, Hilda Célia Diniz, Maria Alice Drumond, Elsa Versiani de Oliveira, Neli de Matos Fadini, Derci Fonseca, Geni Leite, Zélia Ribeiro de Castro, Luís José da Cunha Sobrinho, Geraldo Andrade Carneiro, Teófilo Mendes de Siqueira Reis, César Batista Coelho, Adelmar de Oliveira Martins, Rute Edwards Santiago, Maria Helena A. Carneiro, Maria Antonieta Mourão de Miranda, Maria Teixeira de Sales, Neide Bicalho, Inês Nogueira, Maria José de Oliveira Bernardes, Odete Batista, Berta M. Frazen de Lima, Maria de Lourdes Guerra Rodrigues, Joaquim Ribeiro Filho, Geraldo de Azevedo Coutinho, Heralcina Catão, Fernando Raimundo da Silveira Sousa, Maria Elisa Viana Santos, Francisco Edelnício Mourão, Maria Araci G. da Mata Machado, Carmen Gonçalves, Diva Câmara Sales, Vanda Carneiro Vidigal, Aldo Spágnuolo, Maria José A. Pena, Paulo Soares Bering, Pedro José dos Santos, Antônio Clemente Duarte, José Albuquerque, Raimundo Ramos, Alvim Henriques, João Alves Machado, Xenofonte Renault de Lima, Jaime Roscoe do Nascimento, Alarico José Tôrres, João José dos Santos, Manuel Cesário Martins, Raimundo Isidoro, Alvim de Meneses, Antônio Fernandes Lobato, Valdemar Lobato, José Lopes de Magalhães, Otávio Pinto da Silva, Esmeraldo Augusto Borges, Cícero Rabelo de Vasconcelos, Brasiliana Russo, Luciano Borges Barroso, Maria Cristina Russo, Jesus Glicério de Melo, Napoleão Soares de Couto, Manuel Benedito Leme Dias, Salomão de Vanconcelos, Roberto de Vasconcelos, Cel. Herculano Teixeira de Assunção, Mário Wernek de Alencar Lima, Cícero Brandão, Mário Coelho de Carvalho, Teodolinda Xavier Monteiro, José de Oliveira Duarte, Gil Morais de Lemos, Valdemar Tavares Pais, Rui de Sousa, Luís Palhano Cadaval, Santuzza Carvalho Silva, Aída Furst, João Batista de Meneses e Raimundo Rodrigues.

Residentes na Capital Federal: — Cristóvão Leite de Castro, ~~Virgílio Correia Filho~~, ~~Fábio de Macedo Soares Guimarães~~, Laura de Morais Sarmento, Miguel Alves de Lima, ~~Paulo Rocha Freire~~, Paulo Augusto Alves, Cacilda Fernandes, Edina Taunay Leite Guimarães, Artur Cardoso de Abreu, ~~Carlos Pedrosa~~, Mário Celso Suarez, Marina Leite de Castro Soares, Alcion da Fonseca Dória, José Carlos Pedro Grande, Lúcio Castro Soares, Orlando Valverde, ~~José Veríssimo da Costa Pereira~~, ~~José Almeida~~, Antonieta Calado Jardim, Eduardo P. Câmara, Antônio Liberalino de Morais, Alírio Hugueney de Matos, Armando S. Schnoor, ~~José Carneiro Filipe~~ Filho.

★

**PARAÍBA**

**Ciclo de Estudos Regionais**

As INSCRIÇÕES RUPESTRES DO INGÁ — Na capital paraíbana vem funcionando com regular freqüência as reuniões do Ciclo de Estudos Regionais, instituição recentemente cria-

da, destinada a focalizar os aspectos que se relacionam com a história, a geografia e os costumes da Paraíba. Fundada pelo Sr. Horácio de Almeida, reunindo em seu seio intelectuais locais, o C. E. R. tem proporcionado aos estudiosos oportunidades para, em palestras mensais, emitirem opiniões e conceitos sôbre os variados assuntos referentes à tradição e aos costumes daquela unidade nordestina.

No dia 23 de abril findo, o Sr. Arnaldo Tôrres, fêz, através da Rádio Tabajara local, uma palestra sôbre *As inscrições rupestres do Ingá*.

★

## PERNAMBUCO

### Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

REGIMENTO GUARARAPES — Em reunião levada a efeito pelo Instituto, em abril, o Sr. Mário Melo fêz uma consulta aos seus colegas sôbre a conveniência de pedir-se ao ministro da Aeronáutica dar o nome de Guararapes, em cujas imediações está a base aérea do Ibura, nome do antigo engenho, conferindo-se assim maior divulgação aos Guararapes. Falou, depois, o Sr. Joaquim Amazonas, informando que o nome oficial é Base Aérea do Recife, apesar de localizada no município de Jaboatão.

O Sr. Célio Meira aproveita o ensejo para informar que o coronel Nélson Moreira está pleiteando o nome de Regimento Guararapes para o atual 14.º Regimento de Infantaria. Recolhidas as opiniões, verificou-se que não se deve pleitear alterações para o nome de bases aéreas.

O Sr. Célio Meira comunica que, em companhia do prefeito do Cabo, visitou a vila de Santo Agostinho, onde existiu o forte de Nazaré, sôbre cujas ruínas levantaram o Convento Carmelita, de que resta parte da capela, com uma lápide em que se lê a inscrição 1731.

O Sr. Mário Melo informa que, na *Revista* do Instituto há um estudo de frei André Pratt sôbre essa lápide, cuja inscrição em latim, copiou e traduziu. Falou, depois, o Sr. Neasson Figueiredo recordando uma visita que fêz ali há anos passados, em companhia de outros sócios do Instituto e, a propósito, trata do forte de Nazaré e das ruínas dos outros, do período da Guerra Holandesa, acentuando que o do Pontal estava na barra do Suape e não no extremo do cabo, como julgam.

★

## SÃO PAULO

### Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

*4.ª Sessão ordinária anual — Isenção de todos os impostos estaduais — História de São Paulo — O cinqüentenário do Instituto e a jubilação do Sr. Afonso Taunay — O nome de Amador Bueno da Veiga para uma das ruas de São Paulo — Deficiência de médicos na era colonial* — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 5 do corrente sua quarta sessão ordinária anual, com a presença dos sócios Srs. N. Duarte Silva, José Carlos de Macedo Soares, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Tenório de Brito, Arrison de Sousa Ferraz, Álvaro da Veiga Coimbra, J. R. de Sá Carvalho, Lopes de Leão, Amador Bueno Machado Florence, Ernesto de Sousa Campos, Igor Dolgorukij, Cândido de Sousa Campos, José Cássio de Macedo Soares, Aureliano Leite, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Joaquim Silva e Afonso de Taunay. Justificaram ausência os Srs. José Tôrres de Oliveira, Teodoro Braga, Ataliba Nogueira, Marcelo Pisa, Pedro Dias de Campos e João Batista de Campos Aguirra. Assumiu a direção dos trabalhos o 1.º vice-presidente, Sr. Duarte Silva, secretariado pelos Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários.

Achando-se na ante-sala um novo sócio, o Sr. Joaquim Silva, o Sr. presidente nomeou, para introduzi-lo no recinto, uma comissão composta dos Srs. Álvaro da Veiga Coimbra, Igor Dolgorukij e Bueno de Azevedo Filho, Depois de apor a sua assinatura no livro de presença, o Sr. Joaquim Silva foi saudado pelo presidente, que lhe enalteceu os méritos de estudioso das coisas pátrias e se congratulou com o Instituto pelo que esperava da colaboração do recipiendário.

A seguir, o Sr. presidente comunica já estar sendo distribuído o volume 41 da *Revista* do Instituto e que dentro de poucos dias sairá o volume XXXIX-bis, com a parte final da *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques.

A leitura do expediente, feita pelo primeiro secretário, constou de uma carta do Sr. Mário Gonçalves de Oliveira, dirigida ao Sr. José Tôrres de Oliveira e datada de 22 de março p.p., na qual sugere que o Instituto comemore o 40.º aniversário do levantamento topográfico do extremo oeste de São Paulo, realizado por uma comissão nomeada pelo Dr. Carlos Botelho, então secretário de Estado.

Em seguida, o Sr. secretário comunica haver o Instituto obtido do govêrno do Estado o cancelamento de taxas de água e esgôto, relativas aos anos de 1938 a 1943 e ao 1.º semestre de 1944, assim como isenção de todos os impostos estaduais que pesam sôbre suas atividades. Comunica, outrossim, que o Instituto entrará, no curso dêste mês, com o seu pedido de subvenção federal para 1945 e que já foram tomadas providências para o recebimento da subvenção de dez mil cruzeiros, correspondente ao corrente ano.

Passando-se à votação de propostas para novos sócios, foi apresentada a do Sr. Américo Neto do Rêgo Cavalcante, que foi agrovada por grande maioria de votos. Foi posta em discussão, em seguida, a proposta referente ao Sr. José Pedro Cordeiro apesar de não estar com o parecer da comissão de sindicância, por haver lembrado o Sr. José Carlos de Macedo Soares que, de acôrdo com os Estatutos, poderá ser dispensado êsse parecer, quando a comissão não se manifeste dentro do prazo de 30 dias. Posta a votos, foi essa proposta aprovada por unânimidade.

Pede a palavra, a seguir, o Sr. José Carlos de Macedo Soares, para fazer a apresentação do livro do Sr. Aureliano Leite, que acaba de ser publicado sob o título *História de São Paulo*. Aprecia o merecimento do trabalho e enaltece o valor da bibliografia que o acompanha, a mais completa sôbre a história do nosso Estado, pois consta de cêrca de 4 mil trabalhos abrangendo cêrca de 7 mil volumes. O Sr. presidente comunica que fará inserir na ata um voto de louvor por tão auspicioso acontecimento.

Usa da palavra, em seguida, o Sr. Amador Florence, para propor que, ocorrendo êste ano o cinqüentenário do Instituto e a jubilação do Sr. Afonso de Taunay, seja feita a fusão das duas comemorações, a fim de que os festejos do cinqüentenário do Instituto adquiram relêvo especial, dado o merecimento do homenageado. Lembra, então, que tais comemorações constem dos seguintes itens: 1.º) Sessão solene, para a qual se convidará especialmente o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sr. José Carlos de Macedo Soares, devendo encarregar-se da oração ofi-

cial o Sr. Aureliano Leite; 2.º) Visita ao Museu Paulista pela diretoria, comissões técnicas e sócios do Instituto, devendo então falar o orador oficial, Sr. José Carlos de Ataliba Nogueira; 3.º) Cunhagem de uma medalha de bronze, comemorativa do cinqüentenário do Instituto, tendo em uma das faces a efigie do seu presidente honorário, Afonso de Taunay, como expressão maior do saber brasileiro em matéria de história; 4.º) Colocação, na entrada da sede do Instituto, de uma placa de bronze em que se declare ser Afonso de Taunay membro do Instituto e o seu muito venerado presidente de honra.

O Sr. José Carlos de Macedo Soares secunda a proposta do Sr. Amador Florence e sugere que a sessão solene seja dedicada ao estudo da vida e da obra do Sr. Afonso de Taunay, que seria apreciada sob vários aspectos por sócios do Instituto. Sôbre o mesmo assunto, usaram ainda da palavra, os Srs. Aureliano Leite e Igor Dolgorukij. O Sr. Afonso de Taunay agradece e pede encarecidamente que as homenagens à sua pessoa sejam reduzidas ao mínimo possível, de acôrdo com o seu merecimento.

Por fim o Sr. presidente nomeia para tratar das comemorações, uma comissão composta dos Srs. José Carlos de Macedo Soares, Ernesto de Sousa Campos e Amador Florence.

Fala, em seguida, o Sr. Afonso de Taunay, para pedir um voto de louvor pela publicação do livro do Sr. Ernesto de Sousa Campos sôbre a Santa Casa de Misericórdia de Santos. O Sr. presidente julga desnecessário consultar a casa a êsse respeito e considera aprovada a proposta.

Volta a usar da palavra o Sr. José Carlos de Macedo Soares, para estranhar que o retrato de Teodoro Sampaio se encontre na ante-sala, e não, como seria de justiça, no salão de honra do Instituto, ao lado dos retratos dos seus companheiros de trabalho, Antônio e Luís de Toledo Pisa, Eduardo Prado e Orville Derby. O Sr. presidente explica que o critério seguido nesse particular era o de colocar no salão nobre os retratos dos fundadores e presidentes do Instituto, ao que o Sr. José Carlos de Macedo Soares replica que semelhante critério pode ser modificado pela própria diretoria ou pelos sócios em assembléia. Aprovada a idéia, o Sr. presidente designou o Sr. Afonso de Taunay para determinar o local mais adequado ao referido retrato.

Com a palavra, ainda, o Sr. José Carlos de Macedo Soares informa que vai oferecer ao Instituto dois quadros referentes à batalha de Ituzaingó: uma gravura de autor argentino e um quadro a óleo do pintor brasileiro Bastos Rodrigues, pelos quais se verá que cada artista interpretou o mesmo episódio histórico sob o prisma do seu patriotismo.

Fala, depois, o Sr. Silveira Peixoto, para dizer que a Sociedade "Amigos da Cidade" tomou a iniciativa de intervir junto aos podêres competentes para que seja dado o nome de Amador Bueno da Veiga a uma das ruas de São Paulo. Lembra, a êsse respeito, que o Sr. Aureliano Leite já estranhara que o nome do grande paulista não houvesse ainda merecido semelhante distinção. Propõe, pois, que o Instituto oficie à Sociedade "Amigos da Cidade" congratulando-se pela feliz idéia e ao Sr. prefeito municipal insistindo na mesma idéia.

Aprovada essa proposta, o Sr. presidente comunica, ainda na primeira parte dos trabalhos, que falará na próxima sessão do Instituto, em 5 de maio, o Sr. Tenório de Brito, para apreciar a figura do padre Belchior de Pontes, a propósito do tricentenário do seu nascimento.

Concluídos os trabalhos da primeira parte da ordem do dia, usou da palavra o orador inscrito, Sr. Ernesto de Sousa Campos, para dissertar sôbre a *Deficiência de médicos na era colonial*. O conferencista desenvolveu o tema com documentação farta, que abrange o período que vai de 1698 a 1801, apreciando sob vários aspectos as condições econômicas da colônia e a vida social de então. Inicia o seu estudo com a representação que em 1698 os oficiais da Câmara de São Paulo fizeram ao rei de Portugal, alegando a grande deficiência de médicos e de boticas, e pedindo uma providência que lhes permitisse "ser curados de suas enfermidades". Comprova-se a verdade da alegação com o fato de haver o governador Artur de Sá e Meneses comunicado ao rei, em 1700, que, precisando visitar São Paulo, resolvera levar em sua comitiva o cirurgião Manuel de Oliveira, porque em sua primeira viagem às nossas terras não encontrara cirurgião para as necessidades de emergência. Ainda em 1730, os moradores de Santos se queixavam de que na localidade não havia médico que pudesse "curar os enfermos da dita vila e mais circunvizinhas e em um presídio ali existente". Um requerimento nesse sentido, dirigido à coroa, foi indeferido, por não concorrerem os santistas com as taxas necessárias para o "partido dos médicos" que iam estudar em Coimbra. E assim, com documentação variada e interessante, discorreu o conferencista sôbre o tema apresentado, para se deter, na última parte do seu trabalho, no estudo da figura de José Bonifácio de Andrada, diplomado em ciências físicas e médicas, e que clinicava em Santos na primeira metade do século XVIII. Para evitar que êsse facultativo se retirasse da localidade, em 1734, a Câmara de Santos fêz uma representação ao Govêrno português, pedindo fôsse aumentado de mais cem mil réis o ordenado do médico que cuidava dos soldados daquela praça, o que a coroa acabou concedendo, movida pela insistência dos santistas. José Bonifácio de Andrada era irmão de Bonifácio José de Andrada, coronel do regimento de dragões auxiliares (pai do futuro patriarca da Independência), de Tobias Ribeiro de Andrada, tesoureiro-mor da Sé de São Paulo, jurisconsulto e canonista, e de João Floriano de Andrada, poeta e sacerdote. Tendo enviuvado, tomou ordens sacras, mas, por concessão especial do Santo Padre, continuou a exercer a medicina em sua terra natal. Em apêndice ao trabalho do Sr. Sousa Campos, vem transcrito o primeiro dos documentos compulsados.

O Sr. presidente, depois de tecer elogios ao trabalho do conferencista, pede seja o mesmo entregue à mesa, para ser publicado na *Revista* do Instituto.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, foi encerrada a sessão.

★

### TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

NOMEADO O SEU PRIMEIRO GOVERNADOR — O Sr. Presidente da República, em decreto assinado no dia 19 de abril findo, nomeou o capitão Ene Garcês dos Reis para exercer o cargo de Governador do Território Federal do Rio Branco, unidade política recentemente criada.

O capitão Ene Garcês dos Reis tem relevantes serviços prestados à região lindeira do país, tendo servido em unidades da fronteira, onde se familiarizou com os problemas locais, tendo organizado núcleos agrícolas na zona que hoje corresponde ao Território Federal do Guaporé e estudado os problemas de saneamento e povoamento, bem como o serviço de colonização das nossas fronteiras.

NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO GERAL DO TERRITÓRIO — Por ato de 27 de abril findo, do Sr. Presidente da República foi nomeado Secretário Geral do Território do Rio Branco, o Sr. Bento Pires Castanheira.

★

# Municípios

### CAMPOS (Rio de Janeiro)

A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E CADASTRO IMOBILIÁRIO DE CAMPOS — Na Associação de Imprensa Campista realizou-se, no dia 15 de abril último, a assinatura dos contratos para a execução dos serviços de urbanismo e cadastro imobiliário de Campos, e serviços de topografia e esgotos do Distrito de Cardoso Moreira.

No ato que se revestiu de solenidade falou, entre outros oradores, o prefeito Eng. Salo Brand, congratulando-se com os campistas, pelo significativo acontecimento.

★

### GOIÁS (Goiás)

INSTALAÇÃO DO DISTRITO DE XIXÁ — No dia 2 de abril findo foi solenemente inaugurado o novo distrito de Xixá, do município de Goiás, no Estado de igual nome.

★

### PALHOÇA (Santa Catarina)

COMEMORAÇÃO DO SEU CINQÜENTENÁRIO — Foi solenemente comemorado no dia 24 de abril findo, o cinqüentenário de vida administrativa do município de Palhoça.

Os atos comemorativos de meio século de vida municipal autônoma, contaram com a presença do Sr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina e de altas autoridades.

**Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontram em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.**

# Bibliografia

## *Registos e comentários bibliográficos*

## Livros

GASTÃO DO NASCIMENTO CECCATO — *O Pinho Brasileiro* — (Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura). — Rio — 1943.

Nas 39 páginas desta publicação, encerra-se um estudo sôbre a pitoresca árvore do sul do Brasil, focalizando-a desde o aspecto meramente botânico até o aspecto econômico.

Êsses estudos, frisamos mais uma vez, vão aos poucos interrompendo a tradição brasileira do que poderíamos chamar *a luta cega contra a paisagem.* De fato, a investigação ao redor do patrimônio físico do país, visa primordialmente racionalizar a exploração. É a mobilização da inteligência para melhorar a produção. Uma reserva florestal, em particular, deve ser explorada com o máximo cuidado, em benefício da própria terra a que pertence. O pinheiro, é uma riqueza, ocupante amável das plagas meridionais, embaixador de outros continentes na flora tropical. Conservemo-lo. Providenciemos para expandir os pinheirais, para protegê-los contra o homem, o fogo e o tempo. Esta é u'a modalidade de luta pelo interêsse do Brasil.

*

ARTUR RAMOS — *Las culturas negras en el Nuevo Mundo* — Fundo de Cultura Econômico. — México, 1943.

Cada vez que chegar às nossas mãos um livro que se refira às raças, especialmente se estas são as chamadas *de côr,* nos assalta uma prevenção oriunda de freqüentes experiências nestes tempos em que o nazismo lança gigantesca agressão internacional com doutrinas raciais. Estamos prevenidos e esperamos, ou uma das numerosas variações sôbre o tema de superioridade e inferioridade de raças, ou algumas das igualmente numerosas refutações a êstes livros.

Porém apenas se folheia o grosso volume, de *Las culturas negras en el Nuevo Mundo,* da autoria do discípulo de Nina Rodrigues, o brasileiro Artur Ramos, que o "Fundo de Cultura Econômico" acaba de presentear ao público em versão castelhana de Ernestina de Champoureín, tôda prevenção se dissipa e a atenção se concentra em suas páginas com o apetite de quem encontrou material suculento, lúcido, organizado por uma mente equilibrada e culta. Porque Artur Ramos procede com todo o rigor científico requerido em estudos desta natureza e dêste alcance. É sobretudo, um homem incapaz de apresentar um dicionário dolicocéfalo ou uma gramática braquicéfala. Vale dizer, que não se influencia em prevenções que de modo tão freqüente invadem os terrenos por onde êle agora, com sábios passos, se aventura.

Esta primeira tentativa para estudar, em tôda a América, o negro e seus direitos culturais, o que trouxe da África, o que aqui deixou e o que recebeu em troca, para usar as próprias palavras do autor no prólogo de sua obra, organiza e critica um copioso material, que procede dos autores que algo têm trazido, pouco ou muito, ao esclarecimento do tema no continente. Pode-se afirmar que com raras exceções, tudo quanto se tem escrito sôbre a raça negra americana em todos os nossos países foi aproveitado por Artur Ramos em sua obra. Não só dos que escreveram com finalidade científica,

como também daqueles que o fizeram com propósito diverso: relatos de viajantes, alusões literárias, contos folclóricos, foram examinados e submetidos à apreciação que lhe dá seu verdadeiro valor relativo, por um homem de ciência que não desdenha ser, às vêzes, simples e humanamente um homem. Nesta obra não encontramos a cada passo nomes olvidados, ou conhecidos ùnicamente por outras de suas atividades. Há, sim, verdadeiras ressalvas. Tal é o caso de José Antônio Saco, o famoso historiador cubano que no século passado escreveu sôbre a sorte dos negros na ilha de Cuba, e, ainda que de passagem, conseguiu pôr em seus trabalhos um cunho de acêrto que agora vemos confirmado. Pois, como acontece a todo homem que trabalha em sigilo com honestidade e inteligência, chega o dia em que é trazido à atualidade e difundido por outro escritor de idênticas virtudes.

Arthur Ramos logrou salvar muitas das limitações próprias do tempo, que evitaram aos escritos de Nina Rodrigues e demais investigadores sôbre o tema negro, uma mais duradoura aceitação, adota um critério pertinaz porém útil para penetrar na classificação dos grupos negros, ponderando os dados da antropologia física com os ditames da cultura. Destaca a origem dos negros que aportaram à América, trazidos de um continente que viu florescer culturas mais antigas que a egípcia; examina suas reações, e as transformações de suas formas culturais, ao contacto com o novo mundo.

O problema é analisado por mão de mestre. Por sua vez, o curso da obra segue com críticas, reflexões, onde se projeta a posição humana do autor, que se mostra como que um prolongamento e conseqüência de seu critério científico. Há no livro trechos em que se condena à escravidão, onde se julga com acentuada energia os que a tornaram possível e aplaude aquêles que por sua vez a condenaram.

Todos os seus capítulos estão relacionados entre si, procurando conexar tôda observação, tôda conclusão, relativas ao destino do negro no continente americano. Alguns países naturalmente, ocupam capítulos mais amplos, como a América do Norte, Cuba, o Haiti, o Brasil, nos quais o autor consegue fazer suas melhores considerações. O livro se enriquece e se completa com um vocabulário de autoria de Jorge A. Vivó, mestre nestas minúcias.

(Comentários da lavra de Antônio Mangãna Esquivel publicado no n.º de abril de 1944, de *Letras do México*).

*

DÉCIO DE VASCONCELOS — *Fôrças Hidráulicas.* — Vol. I — Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Um dos mais fortes argumentos daqueles que defendem o "porque me ufanismo" é a imensa reserva de fôrça hidráulica que o Brasil possui. Quedas d'água de todos os tipos enfeitam a nossa carta geográfica, constituindo para a Pátria a melhor garantia do grande futuro que nos aguarda, quando tudo isso estiver aproveitado convenientemente.

Para que isto venha a acontecer, porém, torna-se necessário que abandonemos a atitude passiva de deslumbrados e nos consagremos, sèriamente, ao estudo da nossa realidade geográfica, para então programar uma política de acôrdo com essa realidade, consoante os princípios dessa jovem e vitoriosa ciência Geopolítica.

É verdade que alguns elementos das nossas elites intelectuais e técnicas compreenderam isso, de há muito, interrompendo o "deslumbrismo" geral — com tentativas sérias para inventariar os nossos tesouros.

Neste grupo, situaremos de agora em diante o engenheiro Décio de Vasconcelos, do Serviço da Produção Mineral do Estado de Minas Gerais.

O grosso volume que analisamos, é um balanço do que Minas Gerais dispõe em matéria de reservas hidráulicas.

Apresenta-se dividido em três partes: Bacia do rio São Francisco, Bacia do rio Doce, Bacia do rio Jequitinhonha. Tem 59 ilustrações entre desenhos e fotografias.

Contribuição do autor ao X Congresso Brasileiro de Geografia, êste trabalho impressiona, à primeira vista, pelo esmêro da preparação, e pela extensão do tema.

"Os aproveitamentos hidroelétricos dependem essencialmente, para sua

boa execução técnica e econômica, de um cuidadoso estudo do regime do curso d'água a ser utilizado. É inteiramente impossível, sem isso, tentar-se uma solução racional de problemas hidroelétricos, únicos capazes de indicar, com precisão, o fator variável da potência que é o volume d'água".

Êste trecho da introdução, cremos, define o sentido da obra.

*

FELIX SARTIAUX — *La civilización* — Editorial Pleamar. Buenos Aires, Argentina, 1943.

E' um livro escrito com vigor, que nos oferece, uma movimentada síntese histórica, sôbre o homem e seu produto: a civilizacão.

Dividida a obra em 5 capítulos, vemos nêles, iniciando por uma análise das funções sociais e os fatôres determinantes do progresso, à organização mais primitiva da vida social: o agrupamento dos nômades, a conquista da terra e seus produtos; da formação dos poderosos impérios do mundo antigo à constituição do moderno, que teve como intermediário à sua consolidação, a brilhante cultura difundida do Lácio e do Oriente e o vigoroso impulso do Renascimento.

A conquista da terra pelo homem, obrigando-a a produzir mediante o sistema de cultivo permanente, foi um grande passo dado em prol da civilização. A vida errante, improdutiva e inconstante em busca de caça e pasto para sustento do pastor e rebanho se viu profundamente modificada.

De nômade tornou-se sedentária. Surgem então as primeiras populações e as primeiras instituições sociais.

As normas da vida se robustecem. A civilização adquire, com a agricultura, um firme apoio.

Cada passo do homem, cada etapa de sua vida, simboliza uma escala por êle galgada e que, por sua vez, implica numa série de obstáculos vencidos. Levanta-se gradualmente para a evolução, e esta é a resultante de infinitas fôrças que se conjugam. Assim, o progresso alcança outro sentido: é síntese de fatôres conservadores e de sua transformação social (tradição, costumes, guerra, imitação); influências do meio físico (montanhas, rios, riqueza do solo); idiosincrasias étnicas, (ação inteligente do homem, azar, etc.), de maneira que desde os mais remotos tempos, se bem que a evolução se tenha efetuado inicialmente com passo lento e retardado, surgem ciências, artes, idéias religiosas, comércio, indústrias — tudo incipiente e defeituoso — sem que se possa precisar claramente sua origem, que se perde na neblina dos albores da humanidade pré-histórica.

A inteligência humana, em sua dedicação constante para resolver os problemas da luta diária pela vida, criou, desde as mais rudimentares técnicas e indústrias da Idade da Pedra, até o surpreendente e gigantesco desenvolvimento alcancado pela maquina nos países industriais de nossos dias. Os descobrimentos náuticos do século XV não só tornaram possível a conquista dos mares nos tempos modernos; abrindo as rotas oceânicas por onde marcha o comércio, como também deram, com a aventura de Cristóvão Colombo, um mundo novo. Descobrimentos de outras classes e variados conhecimentos, também impulsionaram o homem ao movimento e à ação. O Renascimento revolucionou a vida social e política e modificou tôda classe de instituições criadas no largo período da Idade Média. A Imprensa prepararia a Revolução Francesa.

Estabelecer uma ordem, determinar influências, assinalar caminhos na emaranhada trama do pensamento e da ação de homens e povos, em sua marcha de séculos, é obra do historiador e filósofo. O autor do livro que comentamos, também nos oferece de acôrdo com a índole de seu estudo, uma interessante ainda que rapidíssima visão das épocas e povos no seu caminhar através da civilização. A grandes passos, tal como o permite a obscuridade do tema, passa pelas manifestações exíguas do progresso e cultura dos primeiros grupos humanos. Sua visão se acentua e aclara ao falar dos povos pròpriamente históricos.

Inicia o exame da vida social e política, das ciências das artes, da indústria e do comércio, da religião, etc., com a Índia e China históricas, com o Egito e a Grécia. Cruzamento de culturas, amálgama de influências, ação recíproca da natureza e do homem, madureza de espírito em uma

raça nova, que fazem da Grécia e suas colônias o empório de uma cultura e uma civilização que ainda perduram. A literatura e as artes em geral haviam de alcançar, no sentido estético do povo grego, uma perfeição de formas ainda não superada. Milagre daquela raça que pôde reunir com as mais árduas lutas, o cultivo do espírito que floresceu em obras de pensamento fecundo e da mais alta beleza. Mais tarde, submetida ao golpe dos bárbaros, a Grécia havia de sair triunfante de seus conquistadores: foi mestra e educadora de Roma e esta dos demais povos.

O mundo moderno é uma síntese grandiosa de variadíssimos e complexos fatôres. O gigantesco desenvolvimento das ciências contribuiu enormemente para modelar sua estrutura. O homem com afã incansável, tem percorrido todos os caminhos e acumulado infinitos conhecimentos. A economia regulamentada tem dado aos povos poder imenso e formas definidas e estáveis. A indústria e o comércio os têm enriquecido. A máquina e a técnica chegaram a constituir a pedra angular em que se assenta a assombrosa construção da civilização moderna.

Sartiaux conseguiu dar, neste livro da nova Editorial Pleamar, um feliz resumo da rota seguida pela humanidade na sua marcha conquistadora da civilização. (Comentário da lavra do Sr. José Garcia Marin, publicado no n.º de março de 1944, em *Letras do México*).

**Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.**

# Periódicos

JOSUÉ DE CASTRO — *O Regionalismo na Paisagem Cultural Brasileira* — in Correio da Manhã—2-4-1944 — Rio.

Em um longo artigo subordinado ao título "O Regionalismo na Paisagem Cultural Brasileira", publicado no *Correio da Manhã* de 2/4/44, o Sr. Josué de Castro teve oportunidade de tecer comentários ricos, a dois livros versando assuntos brasileiros: *O Oeste Paulista,* do Sr. A. Tavares de Almeida e *Gaúchos,* do Sr. Tales de Azevedo. Escreve o Sr. Josué de Castro:

Desde o fim da primeira guerra mundial, durante a qual como que se deu o amadurecimento de nossa cultura, vem o Brasil adquirindo dia a dia mais sólida unidade cultural, ao mesmo tempo que se vão valorizando cada vez mais as suas peculiaridades regionais — as características locais desta sua cultura.

Como na evolução individual, na qual os indivíduos ao alcançarem a idade adulta e adquirindo sua plena personalidade, deixam transparecer com tôda a nitidez cada um dos traços marcantes de sua fisionomia — traços que se baralhavam ou se apagavam inexpressivos na expressão ainda incerta da criança e do adolescente — também a cultura, verdadeiro ser organizado em evolução, ao amadurecer, destaca cada traço significativo de sua paisagem cultural com um relêvo novo, dando ao seu conjunto uma singular expressão de indissolúvel unidade.

Estas idéias me vieram à mente depois da leitura de dois livros sôbre o Brasil, nos quais um sociólogo e um antropologista, estudando os aspectos regionais do país, focalizando seus interêsses de estudiosos em duas diferentes áreas culturais — o oeste paulista e o Rio Grande do Sul — demonstraram como as sociedades humanas que vivem nestas duas regiões geogràficamente tão distintas, embora apresentando certas características locais bem manifestas, estão ambas impregnadas de um mesmo espírito de brasilidade, sentindo, interpretando e atuando culturalmente dentro dos mesmos símbolos, os mesmos anseios e as mesmas atitudes que caracterizam o homem de todo território do Brasil. Lendo-se livros como êstes, onde são pintados sem deformação intencional, o homem brasileiro dentro do seu quadro ecológico peculiar, com a côr local de sua vida destacando-se suavemente, quase insensìvelmente sôbre o fundo realista de sua paisagem natural, compreende-se de maneira definitiva a unidade espiritual do Brasil, através da multiplicidade de seus aspectos regionais. E, compreende-se, também, o milagre de sua unidade histórica através de suas inúmeras vicissitudes políticas. É que, as fôrças de unificação cultural que nos unem, foram sempre mais fortes do que as fôrças de separatismo. E isso não só no campo das manifestações espirituais da nossa cultura, mas, também, no campo material dos nossos interêsses econômicos regionais. Campo êste de extrema sensibilidade, onde ao menor choque irrompem agudos bairrismos, empapados de melindres, difíceis de serem acalmados.

No primeiro dêles — *O Oeste Paulista* de A. Tavares de Almeida — o que se nota antes de tudo, impregnando tôdas as páginas do livro, mais do que impregnando, transbordando mesmo por suas margens é um grande interêsse humano do autor pelo homem da região nova, em plena formação social. Nesse transbordamento de simpatia e de compreensão, evidencia-se que o autor é antes de tudo um faminto de ação social, desejoso de levar ao povo desta região, através de adequadas reformas agrárias, meios e recursos capazes de "ajustar, ou pelo menos melhorar as condições de vida do trabalhador rural" como afirma êle próprio, no prefácio à sua obra. As observações, os resultados de suas indagações antropológicas, sociais e históricas, foram por êle utilizadas apenas como alicerces suficientemente sólidos para levantamento de sua projetada obra de reforma social. Sendo a pesquisa, para Tavares de Almeida, não um fim, mas um meio de conhecer

bem a realidade para trabalhar por outra realidade melhor não se conclua daí que êle descuide dessa pesquisa, que êle a menospreze ou a abandone inteiramente como fazem certos sociólogos teóricos, fazedores de tratados de gabinete, os quais cultivam uma sociologia de "bouquet de rosas", sem raízes na terra, sem troncos, mesmo sem galhos, apenas com os talos mutilados e mergulhados apressadamente na água perfumada de sua erudição estrangeira. Longe disto. Tavares de Almeida nos dá conta em seu livro de uma série de pesquisas, conduzidas com escrupulosa paciência acêrca da paisagem geográfica, das populações locais, do "melting-pot", dos problemas de aclimação e de aculturação na região estudada. Tôdas estas pesquisas visam situar identificar e definir com acêrto, o homem desta região, centro de interêsse do seu estudo, ou pelo menos dêste primeiro volume da obra planejada, a qual abrangerá em seu conjunto, o estudo dêsse homem, de sua capacidade criadora e das manifestações vivas desta sua criação nos distantes sertões de São Paulo, as observações e pesquisas realizadas, são tiradas algumas conclusões da mais alta importância na interpretação da nossa formação social. Algumas delas merecendo mesmo uma meditação mais apurada, um mais lento mergulho na essência explicativa que êle nos dá de certos fenômenos sociais desta fascinante região, onde os complexos culturais surgem da terra nova como brotos verdes entumescidos de seiva e impaciente de crescer. Estudando as culturas em choque na região em formação, e as tendências do produto resultante, o autor nos mostra como é simplista o conceito de uniformidade da formação da sociedade brasileira dentro da triologia racial do índio, do negro e do lusitano. Como em seus aspectos regionais a contextura antropológica e cultural das sociedades locais é bem diferente dêste esquema clássico. Isto não quer dizer que ésta região, se afastando do tipo de formação racial suposto tìpicamente brasileiro, seja uma região com pouca ou nenhuma característica de brasilidade. Não. O que isto traduz é que o tal quadro típico apresentado por certa corrente sociológica como expressivamente brasileiro, é apenas um quadro regional generalizado em suas abstrações teóricas, mas nunca existente na realidade geográfica do país. Destruindo êste falso conceito desta sociologia mais pitoresca do que científica, o autor também destrói ,outro, que apesar de oposto ao primeiro, nem por isso é verdadeiro. Refiro-me ao conceito adotado por certos autores de que onde interferem em grande densidade na nossa formação social, outras etnias estrangeiras, o grupo formado perde sempre os seus traços de brasilidade, sendo absorvidos seu sangue e suas características culturais dentro do patrimônio cultural mais rico da linhagem estrangeira. Tavares de Almeida mostra o exagêro desta concepção, apresentando o caso da zona de Rio Prêto onde o italiano, o espanhol e outros grupos de imigrantes, menos numerosos, vão se fundindo num tipo brasileiro, com características antropológicas e culturais muito semelhantes às do homem do norte, do nordeste e do sul. Nesta obra de assimilação dos grupos alienígenas cabe importante papel ao mestiço, tipo predominante na região, não só em sua atuação racial como em sua função social. De há muito que Schneider tinha apontado o mestiço — tipo formado pela mistura de sangues e pelo sincretismo de culturas diferentes — como o substrato de um forte espírito nacionalista. Herdeiro de um lado da experiência sensorial dos nativos e, de outro lado, da experiência cultural de grupos tècnicamente mais adiantados, o mestiço pondo os instrumentos dessa técnica nas suas mãos mais ágeis, mais audazes, e, principalmente, mais senhoras do ambiente, consegue com muito mais presteza êste perfeito domínio da terra através da qual os homens criam as civilizações. Lendo-se o livro de Tavares de Almeida, verifica-se que a atual paisagem do oeste paulista foi modelada principalmente por êste tipo antropológico — o caboclo sertanejo. Tipo com sangue vindo de diferentes troncos raciais, mas com uma alma tìpicamente brasileira. Alma impregnada de uma cultura ainda em sua fase ascendente desafiando com os mistérios da sua evolução a inteligência de estudiosos, da têmpera de Tavares de Almeida. Esperemos na continuação da obra projetada o desvendamento de mais alguns mistérios desta nossa cultura de rosto tão móvel, capaz de se apresentar com tão diferentes expressões regionais pelo jôgo

de diferentes combinações dos traços que compõem a sua fisionomia.

Passemos ao outro livro. *Gaúcho*, de Tales de Azevedo, representa outro gênero de trabalho. Livro muito mais frio, bem mais concentrado em seus objetivos de documentário etnográfico, não apresenta como *O Oeste Paulista* transbordamentos de nenhuma natureza, nem literários, nem de tendências sociais. Na sua exposição ordenada e tranqüila, o que se nota desde logo é o espírito de um pesquisador nato; dêstes que sentem um gôsto muito especial pela pesquisa. Gôsto que lhe deu uma vocação inveterada para etnólogo, para recoletor de hábitos e de características locais, de tipismos e de sobrevivências, enfim, das mais variadas expressões de vida dos grupos humanos. Livro sem qualquer expansão sentimental como confessa o autor na introdução à sua obra, êle representa a cópia fiel das observações metódicas e imparciais de um cientista diante da paisagem cultural do Rio Grande do Sul. Tales de Azevedo viajando pelas terras gaúchas, não o fêz como turista sentimental que olha a paisagem com sentimentalismo, mas como homem de ciência que a olha com frieza e penetração, recolhendo um material admirável que lhe permitiu elaborar um ensaio que é um modêlo de equilíbrio e de precisão em suas interpretações dos quadros socioculturais dessa região.

Em capítulos sucessivos, o autor estuda as três diferentes sub-áreas culturais cujo conjunto compõe o Rio Grande: a gaúcha, a colonial e a riograndense original. Apresenta os elementos fundamentais de sua formação, os ciclos econômicos em que se basearam para o seu desenvolvimento cultural, e, finalmente, como em sua dinâmica social, estas sub-áreas se imbricaram, se influenciaram e se interpenetraram.

Finalmente, concluindo, frisa o Sr. Josué de Castro:

Procuramos destacar bem as dissemelhanças essenciais entre as duas obras comentadas e conseqüentemente entre os seus autores, para acentuarmos o fato significativo de que, vindo por caminhos diferentes e em distintos cenários, usando também de métodos dissemelhantes, os dois autores acabaram por chegar a idênticas conclusões. Um — Tales de Azevedo — mais homem de gabinete, dos livros e da cátedra vindo para o campo social em busca de singularidades que possam dar vida e alma a sua maciça erudição de etnólogo; o outro — Tavares de Almeida — mais homem de campo, com uma rica experiência de vida em aberto, procurando no contacto com os livros apenas uma interpretação, uma espécie de denominador comum que unifique numa mesma compreensão intelectual, tôda a enorme variedade de suas experiências sensoriais. Pois são homens, tão diferentes em sua estrutura mental, que encontraram em tôrno de distintas paisagens regionais de coloridos raciais diferentes, um mesmo friso unificador, de côr tão profunda, que é capaz de anular os contrastes das manchas locais, suavizando-as em tons levemente diferentes de uma mesma tinta de brasilidade. Com trabalhos como êstes, postos ao lado de outros expressivos estudos de sociologia e de geografia regionais publicados nestes últimos quinze anos tais como *A Paraíba e seus problemas* de José Américo de Almeida, *A Amazônia — a terra e o homem"*, de Araújo Lima, os estudos sôbre o nordeste açucareiro de Gilberto Freire e Gileno de Carli, sôbre o outro nordeste — o da sêca e do gado — de Djacir Meneses e Luís Câmara Cascudo, sôbre *As Minas Gerais* de Barros Latif e alguns outros mais ter-se-á em breve através destas documentações locais, uma imagem nítida e completa da paisagem cultural de todo o Brasil, a qual será de valor inestimável para os historiadores e sociólogos do futuro, desejosos de possuir uma representação fiel de nossa civilização brasileira nesta primeira metade do século XX.

*

# A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

## X

[1916 a 1918]

1916 — (1) Esquema das alterações cartográficas do NW de Mato Grosso; esbôço dos trabalhos da Comissão Rondon, 1915. (4.º — 14.º S. L.) (1:4 500 000.) 9 by 10 1/4 inches. P. 56. In. Cândido Mariano da Silva Rondon, "Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 e referentes a trabalhos executados sob sua chefia pela Expedição Científica Roosevelt-Rondon e pela Comissão Telegráfica" — Rio de Janeiro.

Cópia de um trecho da carta da Nova Lusitânia, Silva Pontes, 1798 (1804?) (Oº — 13.º 30' S. L.) ..... (1:5 850 000). 12 3/4 by 12 3/4 inches p. 117. In. op. cit.

Reprodução do esquema projetado durante as conferências do coronel Rondon com que se demonstra que os trabalhos da Comissão por êle dirigida fecharam o circuito telegráfico do Brasil. 6 1/4 by 6 inches. P. 129. In. op. cit.

Carta do noroeste de Mato Grosso de acôrdo com os trabalhos da Comissão Rondon. 1915. Reprodução do esquema projetado durante as conferências do coronel Rondon e onde, se vê o traçado da linha telegráfica, a estrada de automóveis e os principais rios descobertos ou explorados. ..... (1:8 700 000) 6 1/4 by 6 1/2 inches. p. 253. In op. cit.

1916-a — Mapa do município e paróquia do Patrocínio do Coité (Scale not determined) 8 1/4 by 12 3/4 inches. Limites do Estado da Bahia: vol. 1, Bahia-Sergipe, Imprensa Oficial do Estado, Bahia.

1916-b — Amazônia Colombiana, zonas contestadas. (1:4 500 000) 18 1/4 inches. Demétrio Salamanca. T., La Amazonia Colombiana, vol. 1, Bogotá, 1916, p. 556.

1916-c — État de São Paulo .... (1:4 300 000) 10 by 6 1/4 inches. Paul Walle, Au brésil, État de São Paulo, París, 1916 pp. 31-32.

1916-d — Carta general de la parte de frontera entre la Republica Oriental del Uruguay y los Estados Unidos del Brasil modificada por el Tratado de Treinta de Octubre de 1909 y Concención de Siete de Mayo de 1913. (1:440 000) 12 by 22 inches. Ministério de Relaciones Exteriores (Uruguay) Memorandum de la Comisión Uruguaya Demarcadora de Limites com el Brasil, 1916: Anexo al número II, Año V, del Boletín de Ministério de Relaciones Exteriores (Uruguai), Montevidéu.

1917 — Estudos de limites interestaduais (1:21 000 000.) 8 3/4 by 7 inches. p. 6. In. Thiers Fleming, Limites Interestaduais, Imprensa Naval, Rio de Janeiro.

Estudos de limites no Amazonas. 1:12 420 000. 6 1/2 by 7 inches. p. 27. In. op. cit.

Estudos de limites do Pará. ..... 1:8 718 000. 6 1/2 by 7 inches. p. 28. In. op. cit.

Estudos de limites do Maranhão. 1:7 433 000. 4 by 7 inches. p. 28. In. op. cit.

Estudos de limites do Piauí, .... 1:6 200 000. 4 by 7 inches p. 28. In. op. cit.

Estudos de limites do Ceará. .... 1:4 990 000. 4 by 7 inches. p. 28. In. op. cit.

Estudos de limites do Rio Grande do Norte. 1:2 633 000. 6 1/4 by 7 inches, p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites do Paraíba. 1:2 305 000. 5 1/2 by 7 inches. p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites de Pernambuco. 1:3 370 000. 8 by 7 inches. p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites de Alagoas. ... 1:2 334 000. 5 ¾ by 7 inches. p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites de Sergipe. 1:3 955 000. 4 by 7 inches. p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites da Bahia. .... 1:6 400 000. 6 by 7 inches. p. 30. In. op. cit.

Estudos de limites do Espírito Santo. 1:2 440 000. 4 by 7 inches. p. 32. In. op. cit.

Estudos de limites do Rio de Janeiro. 1:200 000. 8 ¼ by 7 inches. p. 32. In. op. cit.

Estudos de limites do Distrito Federal. 1:530 000. 5 ¾ by 7 inches. p. 32. In. op. cit.

Estudos de limites de São Paulo. 1:4 200 000. 8 ½ by 7 inches. p. 32. In. op. cit.

Estudos de limites do Paraná. .... 1:500 000. 5 ½ by 7 inches. p. 34 In. op. cit.

Estudos de limites de Santa Catarina. 1:4 000 000. 5 ½ by 7 inches. In. op. cit.

Estudos de limites do Rio Grande do Sul. 1:5 200 000. 5 ¾ by 7 inches. p. 34. In. op. cit.

Estudos de limites de Minas. .... 1:6 400 000. 7 ¼ by 7 inches. p. 36. In. op. cit.

Estudos de limites de Goiás. ..... 1:11 340 000. 4 by 7 inches. p. 36. In. op. cit.

Estudos de limites de Mato Grosso. 1:11 064 000. 6 ½ by 7 inches. p. 36. In. op. cit.

Estudos de limites do Acre. ..... 1:3 000 000. 10 by 7 inches. p. 38. In. op. cit.

Paraná-Santa Catarina (contestado) croquis. 7 ¼ by 7 inches. p. 104. In. op. cit.

Minas Gerais com Espírito Santo, croquis. 7 by 4 ¼ inches. p. 125. In. op. cit.

Minas-Rio de Janeiro. 4 ¼ by 7 inches. p. 128. In. op. cit.

Minas-São Paulo, croquis. 4 ¼ by 7 inches. p. 132. In. op. cit.

Goiás-Minas, croquis. 7 ¼ by 4 ¼ inches. p. 136. In. op. cit.

Bahia-Minas, croquis. 4 by 6 ¾ inches. p. 138. In. op. cit.

Bahia-Sergipe, croquis. 4 ¼ by 7 inches. p. 143. In. op. cit.

Pernambuco-Bahia, croquis. 4 ¼ by 7 inches. p. 146. In. op. cit.

Bahia-Espírito Santo, croquis. 4 ¼ by 3 inches. p. 146. In. op. cit.

Ceará-Pernambuco, croquis. 4 ¼ by 3 inches. p. 151. In. op. cit.

Alagoas-Pernambuco, croquis. 4 ¼ by 3 inches. p. 152. In. op. cit.

Paraíba-Pernambuco, croquis. 4 ¼ by 3 inches. p. 153. In. op. cit.

Ceará-Rio Grande do Norte, croquis. 4 by 7 inches. p. 157. In. op. cit.

Piauí-Ceará. 4 by 4 inches. p. 158. In. op. cit.

Rio Grande do Norte-Paraíba, croquis. 4½ by 2 inches. p. 158. In. op. cit.

Maranhão-Piauí, croquis. 4 by 3 ½ inches. p. 160. In. op. cit.

Rio de Janeiro-Distrito Federal, croquis. 2 sheets. 4 by 3 ½ inches. p. 163. In. op. cit.

Paraná-São Paulo, croquis. 4 ¼ by 4 ½ inches. p. 164. In. op. cit.

R. Grande do Sul-Santa Catarina, croquis. 4 by 7 inches. p. 166. In. op. cit.

Pará-Goiás, croquis. 4 ¼ by 4 inches. p. 169. In. op. cit.

Mato Grosso-Goiás. 4 ¼ by 7 inches. p. 170. In. op. cit.

Goiás-Bahia, croquis. 4 ¼ by 5 inches. p. 172. In. op. cit.

Pará-Amazonas, croquis. 4 by 4 inches. p. 175. In. op. cit.

1917-a — Reisewege der Expedition Koch-Grünberg in Nordbrasilien und Venezuela in den Jahren 1911-1913. 1:750 000. Theodor. Koch-Grünberg, Von Roroimã zun Orinoco, Band I, Berlin.

São Marcos-Roroimã. In op. cit.

Rio Uraricuera. In. op. cit.

Rio Marewari. In. op. cit.

Rio Ventuari. In. op. cit.

1918 — Estudos de limites interestaduais. (1:21 000 000.) 8 ¾ by 7 inches. Thiers Fleming, Limites e superfície do Brasil, e seus Estados, Rio de Janeiro, 1918. p. 58.

1918a — Planalto meridional do Brasil, carta geológica. (1:13 000 000.) 6 by 5 inches. p. 32. In. Alceu de Lelis, O planalto meridional do Brasil, Rio de Janeiro. 1918.

Planalto meridional do Brasil, distribuição das chuvas. (1:12 000 000) 6 by 5 inches. p. 64. In. op. cit.

Planalto meridional do Brasil, carta hypsométrica, (1:7 800 000.) 10 by 8 inches. p. 72. In. op. cit.

**A fotografia é um excelente documento geográfico: desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.**

# Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

## XIV

## [1906]

**1906 — DERBY, Orville Adalbert**

O nome Pernambuco nos mapas antigos. (Longo artigo publicado na Rev. *O Século XX* — de 6 de março de 1906, ps. 7 a 13; e transcrito na *Rev. do Inst. Arqueológico e Geog. Pernambucano,* n.º 64 — ps. 736-748.

**— DERBY, Orville Adalbert**

Os primeiros descobrimentos de diamantes no Estado da Bahia — *Rev. do Inst. Histórico e Geog. da Bahia,* tomo XII, ps. 143-151. Bahia, 1906 (Reproduzida em Brazilian Eng. and Mining Review) tomo III, ps. 81-83, Rio de Janeiro, 1906.

**— DERBY, Orville Adalbert**

The Serra of Espinhaço, Brazil — *Journal Geol.* tomo XIV, ps. 374-401. Chicago, 1906.

**— DERBY, Orville Adalbert**

O regime das chuvas nas regiões das sêcas — *Boletim da Secretaria da Agricultura,* do Estado da Bahia, tomo VII, ps. 204-214 — Bahia, 1906 — e tomo IX, ps. 334-345 — Bahia, 1907.

**— DERBY, Orville Adalbert**

As Lavras Diamantinas da Bahia. Relatório apresentado ao secretário da Agricultura do Estado da Bahia, em 23 de maio de 1905, (Reproduzido em *Economic Geology,* Nov.-Dec. 1905, ps. 134-142, e em *Mining Magazine,* tomo XIII, ps. 153-155 — Washington, 1906.

**— DONNET, Gaston**

De l'Amazone au Pacific, par la Pampa et les Andes — París, 1906 — in-8.º.

**— DUCKE, A.**

Les espéces de Polistomorpha Westw. *Bulletin de la Societé Entomologique de France,* 1906, ps. 163-166.

**— DUCKE, A.**

Secondo supplemento alla revisione dei Onisididi dello Estato Brasiliano del Pará — *Bull. della Societá Entomologica Italiana,* 1906, ps. 3-19.

**— DUCKE, A.**

Beitrag zur Kenntnis der Solitarbienen Brasiliens. Zeitschrift für syst. Hym. Dipter — 1906-1907, ps. 80, 141-144, 321-325; 361-368; e 455-461; Contribuição para o estudo das abelhas solitárias do Brasil).

**— DUCKE, A.**

Neue Beobachtungen über die Bienen der Amazonasländer Ibidem, 1906, ps. 51-60.

(Novas observações sôbre as abelhas do Amazonas)

**— EIGENMANN, Carl H.**

The fresh-water fishes of South and Middle America — Popular Science Monthly, tomo LXVIII, ps. 515-530. New York 1906.

Os peixes d'água doce da América Meridional e Central).

**— EISENSTEIN, R. Frhr. v.u.zu.**

Reise nach Panamá, Peru, Chile mit Feusland, Argentien, Paraguay, Uruguay, und Brasilien. Wien — Grerolds Sohn, 1906 in-8.º 380 ps. — estaps. e maps. Viagem ao Panamá, Peru, Chile, incluindo a Terra do Fogo, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

**— EVANS, J. W.**

The rocks of the catarats of the River Madeira and the adjoining portions of the Beni and Mamoré — Ibidem, vol. LXII, ps. 88-124 vol. ilust. London, 1906.

Os rochedos das catarátas do rio Madeira e as partes vizinhas do Beni e Mamoré.

— **FREIREYSS, Georg. Wilhelm**

Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814 a 1815 — São Paulo, 1906, in-4.º.

— **FRIEDERICH, Georg.**

Der Tränengruss der Indianer — em: Globus, vol. XXXIX — Braunschweig, 1906.

— **FRIEDERICH, Georg.**

Über eine als Couvade gedeutete Wieder geburtszerem onie bei den Tupi — Em: Globus, Braunschweig, 1906, vol. LXXXIX, ps. 59-63.

— **FRIEDERICH, Georg.**

Skalpieren und ähnlige Kriegsgebraüche Amerikas. — Braunschweig, 1906, in-8.º.

(Esfolamento e usos análogos de guerra na América) (Entre os índios).

— **GAMA LÔBO DE ALMADA, Manuel da**

Descrição relativa ao Rio Branco e seu território — Em: *Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.* Tomo LXVII, (1906).

— **GODINHO, Vítor e LINDENBERG, Adolfo**

"Norte do Brasil. Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão — Rio de Janeiro e São Paulo, Laemmert & Cia., 1906, in-8.º 217, ps. 1 fl. n. num. 74 grávs.

Reprodução ampliada de uma série de artigos, publicados no *Estado de São Paulo,* contendo as impressões de viagem recebidas nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, em 1904, quando os autores ali estiveram em comissão sanitária.

— **GOELDI, Emílio A.**

Álbum de aves amazônicas — Zurich, 1900-1906, in-4.º. gr. e 12 estampas coloridas.

— **HEINEMANN, Fr. & Meyer H. Th.**

Handels - und Wirtschaftsgeographie von Südamerika — Branuschweig, Volkermann, 1906, in-8.º, 214 ps.

(Geografia comercial e econômica da América do Sul).

— **HELLMAYR, C. E.**

Notes on a second collection of birds front the district of Pará, Brazil — Ibidem, vol. XIII, ps. 535-385, London, 1906.

— **HELLMAYR, C. E.**

Revision der Spix'schen Typen brasilianischer Vögel. — Abhandlungen der Klg. Bayr. Akademie der Wissenschaften, vol. III. München, 1906.

(Revisão das espécies de aves brasileiras colecionadas por Spix).

— **HUBER, Jacques**

Arboretum Amazonicum. Iconografia dos mais importantes vegetais espontâneos e cultivados na região amazônica — Organizada pelo Dr. ..... Pará. Impressão do Instituto Poligráfico, A. G. Zurich (Suíça) 1900-1906, in fol. 40 fls. 40 estamps.

— **HUSSAK, Eugênio**

Über Gyrolith und andere Zeolithe aus dem Diabas von Mogi-guaçu, Stadt São Paulo — Centralblatt f. Min. Geol. und Paleont. 1906, n.º 11 — ps. 330-332, Stuttgart, 1906.

(Sôbre gyrolith e outros zeolithos do diabase de Mogi-guaçu — Estado de São Paulo).

— **IHERING (Hermann von)**

The anthropology of the State of São Paulo — Brazil. Second, enlarged edition, with 2 maps. São Paulo — Tip. of the *Diário Oficial,* in-4.º, 52 ps. 1906.

— **IHERING (Hermann von)**

A Etnografia do Brasil Meridional — São Paulo, in-4.º, 1906.

★

# Leis e Resoluções

## *Legislação federal*

### Ementário dos decretos-leis publicados no mês de abril de 1944

**Decreto-lei n.º 6 396, de 1.º de abril de 1944** — Organiza a Justiça Militar junto às Fôrças Expedicionárias e regulariza o seu funcionamento.

"Diário Oficial" de 4-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 397, de 1.º de abril de 1944** — Dispõe sôbre o financiamento da safra de algodão de 1943-44 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 398, de 1.º de abril de 1944** — Mantém a "Quota Especial" criada pelo Decreto-lei n.º 5 582, de 17 de junho de 1943.

"Diário Oficial" de 3-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 399, de 3 de abril de 1944** — Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 400, de 3 de abril de 1944** — Autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil a organizar a Bôlsa Brasileira de Seguros.

"Diário Oficial" de 4-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 401, de 4 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 30 000,00 para pagamento de gratificação de representação e de ajuda de custo.

"Diário Oficial" de 6-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 402, de 4 de abril de 1944** — Declara sem efeito o Decreto-lei n.º 6 129, de 21 de dezembro de 1943.

"Diário Oficial" de 6-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 403, de 5 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 1 515 135,00 para auxílio a mutilados e paralíticos.

"Diário Oficial" de 6-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 404, de 5 de abril de 1944** — Revigora no presente ano o Decreto-lei n.º 3 143, de 25 de março de 1941.

"Diário Oficial" de 8-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 405, de 5 de abril de 1944** — Reduz para 4% a taxa sôbre o valor de vendas dos produtos de mandioca criada pelo Decreto-lei n.º 5 531, de 28 de maio de 1943.

"Diário Oficial" de 8-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 406, de 5 de abril de 1944** — Cria no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, um cargo de Ajudante de Tesoureiro e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 407, de 6 de abril de 1944** — Dispõe sôbre a transferência para a Reserva de coronéis das Armas e Serviços do Exército e capitães de mar e guerra dos Corpos e Quadros da Armada.

"Diário Oficial" de 10-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 408, de 6 de abril de 1944** — Aprova o projeto e orçamento na importância de Cr$ 9 736 402,30 referentes à construção do prolongamento do ramal de Barra Bonita a Rio do Peixe, da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, no trecho do quilômetro 76 469 ao quilômetro 103 869.

"Diário Oficial" de 10-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 409, de 10 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 4 108 919,40 para conclusão das obras de aparelhamento do pôrto de Laguna.

"Diário Oficial" de 12-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 410, de 10 de abril de 1944** — Dispõe sôbre a execução do Decreto-lei n.º 6 019, de 23 de novembro de 1943 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 411, de 10 de abril de 1944** — Autoriza o exercício de funcionários públicos civis e oficiais das fôrças armadas na Companhia Nacional de Álcalis.

"Diário Oficial" de 12-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 412, de 10 de abril de 1944** — Encorpora à Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 413, de 11 de abril de 1944** — Dispõe sôbre as obrigações em moeda estrangeira de que trata o Decreto-lei n.º 2 703, de 28 de outubro de 1940 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 414, de 12 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 7 260,00 (sete mil, duzentos e sessenta cruzeiros) para pagamento a título de gratificação a Plácido de Melo, como membro da extinta Comissão de Censura Cinematográfica, nos exercícios de 1935 e 1936.

"Diário Oficial" de 14-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 415, de 12 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 800 000,00 para a instalação e o aparelhamento dos Postos de Desinfecção de Vagões e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 420, de 14 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 120 000,00 para despesas com serviços de encadernação.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 421, de 14 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 300 000,00 para os trabalhos de prevenção e combate à gripe, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 422, de 14 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 2 848 210,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 423, de 14 de abril de 1944** — Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isenção do impôsto territorial incidente sôbre terreno de propriedade da Sociedade Nacional de Agricultura, nas condições que menciona.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 424, de 14 de abril de 1944** — Manda escriturar as taxas telegráficas que menciona no Fundo Nacional de Ensino Primário.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

---

Nota — Os Decretos-leis ns. 6 416, 6 417, 6 418 e 6 419, ainda não foram publicados.

**Decreto-lei n.º 6 425, de 14 de abril de 1944** — Torna obrigatório o uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome daquela planta, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 426, de 14 de abril de 1944** — Encorpora os imóveis que menciona ao Patrimônio Nacional.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 427, de 14 de abril de 1944** — Altera a carreira de Desenhista do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda; cria a de Desenhista-Auxiliar; altera e transfere para o Quadro Suplementar a carreira de Dactilógrafo e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 428, de 14 de abril de 1944** — Encorpora ao Patrimônio da União, a Estrada de Ferro Guaíra-Pôrto Mendes, explorada pela Companhia Mate-Laranjeira S.A. e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 429, de 17 de abril de 1944** — Autoriza o chefe de Polícia do Distrito Federal a baixar instruções para execução do Decreto-lei n.º 6 378, de 22 de março de 1944.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 430, de 17 de abril de 1944** — Dispõe sôbre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteira.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 431, de 17 de abril de 1944** — Cria o Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 432, de 17 de abril de 1944** — Autoriza providências relativas à eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 433, de 17 de abril de 1944** — Regula a situação das ex-praças da Armada, que tiveram baixa por invalidez definitiva, não podendo prover os meios de subsistência.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 434, de 17 de abril de 1944** — Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 435, de 24 de abril de 1944** — Dispõe sôbre a aposentadoria do pessoal extranumerário da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 436, de 24 de abril de 1944** — Regula o aproveitamento de notas de Cr$ 1,00 do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 437, de 26 de abril de 1944** — Concede franquia postal.

"Diário Oficial" de 28-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 438, de 26 de abril de 1944** — Cria o Serviço Postal da Fôrça Expedicionário Brasileira.

"Diário Oficial" de 28-4-44.

**Decreto-lei n.º 6 439, de 26 de abril de 1944** — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 4 000,00 para pagamento da vantagem (Pessoal) que indica.

"Diário Oficial" de 28-4-44. *

---

* N.R. — A edição de 28-4-44 do *Diário Oficial* reproduziu a íntegra do Decreto-lei n.º 6 289, de 23 de fevereiro de 1944 que "Modifica o art. 111, do Decreto-lei n.º 3 864, de 24 de novembro de 1941, que estabelece para o pessoal das Fôrças Armadas, as garantias que lhe são devidas e os deveres a que está obrigado", por ter saído com incorreções em 25-2-44.

**AOS EDITÔRES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.**

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

**Decreto-lei n.º 6 460, de 2 de maio de 1944 —**

*Regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — As instalações portuárias das cidades e vilas do país, cujo valor não ultrapasse de Cr$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros), poderão ser construídas pelos Municípios e pelos Estados e a sua construção, conservação e exploração serão regidas por êste decreto-lei. Os dispositivos do presente decreto-lei se aplicarão também às instalações portuárias de valor até Cr$ 1 000 000,00 que a União construir e entregar aos Municípios para conservar e explorar.

Parágrafo único — As instalações portuárias, cujo orçamento exceder da quantia estipulada neste artigo, passarão a ser regidas pelo Decreto n.º 24 599, de 6 de julho de 1934.

Art. 2.º — Ainda que realizadas pelos Estados ou Municípios, as instalações portuárias referidas no art. 1.º serão consideradas instalações federais.

§ 1.º — A União poderá, em qualquer tempo, encampar essas instalações para ampliá-las e sujeitá-las ao regime previsto no parágrafo único do art. 1.º, caso em que pagará à entidade que as houver realizado quantia não superior ao respectivo custo, a qual será determinada por arbitramento no processo de encampação.

§ 2.º — Se ocorrer, porém, a hipótese prevista no art. 8.º, a União, no interêsse público, assumirá a direção e exploração das aludidas instalações, sem qualquer indenização, para os fins de que trata o parágrafo único do art. 8.º.

Art. 3.º — Os projetos de instalações portuárias serão submetidos pelos Municípios ou pelos Estados à aprovação do diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (D.N.P.R.C.), por intermédio do Distrito de Fiscalização do mesmo Departamento, com jurisdição sôbre o local onde devam ser executadas as obras.

Parágrafo único — Se o projeto apresentado não fôr aprovado ou impugnado pelo D.N.P.R.C., dentro de 120 dias, contados da data da sua entrega, na sede do Distrito de Fiscalização competente, ficará aprovado por omissão, para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — Tendo em vista as despesas para financiamento das obras executadas e as despesas de custeio da conservação e da exploração ou apenas esta, quando se tratar de obras construídas pela União, a entidade que explorar o pôrto submeterá à aprovação do D.N.P.R.C. a tabela de taxas a serem cobradas do público para remunerar os encargos com os serviços portuários que lhe forem prestados.

§ 1.º — As taxas portuárias a que êste se refere obedecerão, quanto possível, aos dispositivos do Decreto n.º 24 508, de 29 de junho de 1934.

§ 2.º — Qualquer modificação que se torne necessária na tarifa aprovada, alterando taxas ou seus respectivos valores, deverá ser proposta pela entidade referida neste artigo, ao D.N.P.R.C. e sua aplicação só poderá ter lugar depois de aprovada por êsse Departamento.

§ 3.º — Se a tarifa ou qualquer modificação desta, proposta pela referida entidade não fôr aprovada ou impugnada pelo D.N.P.R.C., dentro do prazo de 120 dias contados da data da entrega da proposta escrita, na sede do Distrito de Fiscalização já referido, ficará aprovada por omissão e poderá ser posta em vigor pela entidade proponente.

Art. 5.º — A receita auferida na exploração do pôrto e as despesas com a mesma exploração serão escrituradas à parte e tanto a escrita como os respectivos documentos comprobatórios e demais peças de arquivo poderão, a qualquer tempo, ser examinadas pelos Distritos de Fiscalização do D.N.P.R.C.

Art. 6.º — Anualmente, até o dia 31 de março de cada ano, a entidade que explorar o pôrto enviará ao D.N.P.R.C., por intermédio do respectivo Distrito de Fiscalização, um demonstrativo da receita e da despesa devidamente descriminado.

§ 1.º — A demonstração de contas será convenientemente examinada pelo Distrito de Fiscalização que poderá pedir ao Estado ou ao Município, os esclarecimentos necessários e a exibição de comprovantes da receita e despesa.

§ 2.º — Terminado o exame das contas, serão elas encaminhadas com o parecer do Distrito de Fiscalização ao D.N.P.R.C., que as julgará e aprovará depois de escoimadas infrações por ventura existentes.

Art. 7.º — A construção e exploração de instalações portuárias previstas neste decreto-lei serão feitas sem qualquer caráter de monopólio. Continuarão os armadores e embarcadores com a faculdade de construir trapiches próprios satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

Art. 8.º — A autorização para a exploração de instalações portuárias previstas neste decreto-lei será caçada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, sem que o Estado ou o Município tenha direito à qualquer indenização nos casos seguintes:

a) se a entidade que explorar o pôrto não observar fielmente a tarifa aprovada para a remuneração dos serviços portuários;

b) se não conservar convenientemente as instalações portuárias especialmente as que houverem sido construídas pela União;

c) se a receita e despesa com a exploração do pôrto não forem devidamente arrecadada e empregada e escrituradas em separado, da receita e despesa do Estado ou Município;

d) se a entidade que explorar o pôrto se negar a prestar esclarecimentos e a exibir os documentos a que se refere o § 1.º do art. 6.º;

e) se não prestar e pontualmente os serviços portuários ao público.

Parágrafo único — Aplicada que seja a medida referida neste artigo, caberá ao D.N.P.R.C. assumir o encargo da exploração do pôrto diretamente ou transferindo-a a contratante idôneo, mediante ajuste cujos têrmos serão aprovados pelo ministro da Viação e Obras Públicas e deverão enquadrar-se nos dispositivos do presente decreto-lei.

Art. 9.º — Desde que as entidades referidas no art. 1.º dêste decreto-lei se recusarem a assumir o encargo de conservar e explorar as instalações portuárias realizadas pela União poderá ser êle outorgado pelo D.N.P.R.C. com os ônus e vantagens previstos neste decreto-lei, entidade privada idônea à escolhida em concorrência pública.

Parágrafo único — Fica também facultado aos Estados e Municípios, transferir a entidades privadas e idôneas, nas condições dêste artigo a conservação a exploração de instalações portuárias que houverem construído nos têrmos do art. 1.º.

Art. 10 — Quando os portos explorados ficarem situados no *hinterland*, as mercadorias baldeadas no pôrto organizado, provenientes ou destinadas aos supra-referidos portos, ficarão sujeitas às taxas da tabela N (Decreto n.º 24 508-34) que o Govêrno Federal houver aprovado para o respectivo pôrto organizado.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*João de Mendonça Lima.*
*Alexandre Marcondes Filho.*

★

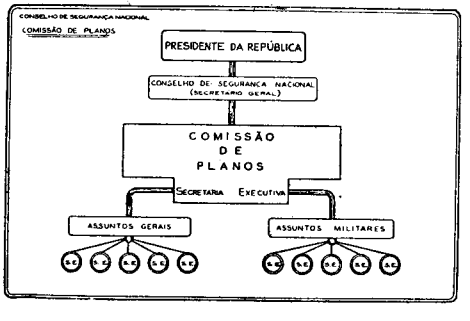
**Decreto-lei n.º 6 476, de 8 de maio de 1944 —**

*Cria no Conselho de Segurança Nacional, como órgão complementar, a Comissão de Planejamento Econômico, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — E' criado no Conselho de Segurança Nacional, como órgão complementar, a Comissão de Planejamento Econômico das atividades gerais do país.




Art. 2.º — A Comissão de Planejamento Econômico funcionará sob a direção imediata e efetiva, como presidente, do secretário geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 3.º — Os membros da Comissão de Planejamento Econômico serão nomeados pelo Presidente da República, que, dentre êles, designará o secretário-executivo da Comissão.

Parágrafo único — A função dos membros da Comissão é considerada de natureza relevante.

Art. 4.º — A Comissão de Planejamento Econômico constituir-se-á de uma Secretaria Executiva e de um conjunto de secções especiais, grupadas em dois setores: assuntos gerais e assuntos militares.

§ 1.º — À Secretaria Executiva incumbe coordenar os estudos das Secções Especiais e relatar os planos e normas em sua final, para serem submetidos ao plenário da Comissão.

§ 2.º — Às Secções Especiais incumbe o estudo dos problemas específicos dos setores das atividades a que pertencem.

Art. 5.º — Ao secretário-executivo incumbe a chefia da Secretaria e a direção geral dos trabalhos das Secções Especiais.

Parágrafo único — As Secções Especiais, além de seus membros permanentes, poderão ser constituídas por outros técnicos, de acôrdo com as necessidades e a critério do secretário geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 6.º — Para execução de suas atribuições a Secretaria Executiva e as Secções Especiais disporão de funcionários requisitados na forma da legislação vigente.

Art. 7.º — Para atender às despesas (Serviços e Encargos) de instalação, funcionamento e pessoal da Comissão e da sua Secretaria, fica aberto o crédito de Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 8.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Alexandre Marcondes Filho.*
*A. de Sousa Costa.*
*Eurico Gaspar Dutra.*
*Henrique A. Guilhem.*
*João de Mendonça Lima.*
*Osvaldo Aranha.*
*Apolônio Sales.*
*Gustavo Capanema.*
*Joaquim Pedro Salgado Filho.*

★

**Decreto-lei n.º 6 498, de 13 de maio de 1944 —**

*Cria a 2.ª Companhia Rodoviária Independente.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — E' criada, para instalação imediata, com sede em Pôrto Velho (Território do Guaporé), a 2.ª Companhia Rodoviária Independente.

Art. 2.º — A 2.ª Companhia Rodoviária Independente encarregar-se-á, no momento, da construção da estrada ligando Pôrto Velho a Vilhena.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Eurico G. Dutra.*

(D.O. 16-5-944).

★

**Decreto-lei n.º 6 504, de 17 de maio de 1944 —**

*Dispõe sôbre a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré será dirigida pelo governador do Território Federal do Guaporé.

Art. 2.º — Feitos os necessários têrmos, serão transferidos para o govêrno do Território Federal do Guaporé os serviços portuários, rodoviários, de fôrça e luz, abastecimento d'água, cerâmica, frigorífico, instrução e saúde, ora a cargo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Art. 3.º — A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré fica sujeita ao regime estabelecido pelo Decreto-lei n.º 3 163, de 31 de março de 1941.

Art. 4.º — Revogadas as disposições em contrário, êsse decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*João de Mendonça Lima.*
*Alexandre Marcondes Filho.*
*A. de Sousa Costa.*

(D.O. — 19-5-44).

★

**Decreto-lei n.º 6 506, de 17 de maio de 1944**

*Desapropria, por utilidade pública, terrenos situados no Território Nacional de Iguaçu*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e de acôrdo com as alíneas *f*, *h* e *k* do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam desapropriados, por utilidade pública, os lotes números 114 (cento e quatorze), 115 (cento e quinze) e 116 (cento e dezesseis) dos terrenos da Colônia de São João, no Território Nacional de Iguaçu, pertencentes, respectivamente, a Augusto Guilardi, Bento Guilardi e João Guilardi.

Art. 2.º — Os lotes de que trata o art. 1.º serão encorporados ao patrimônio do Parque Nacional de Iguaçu, dependência do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Fica o Ministério da Agricultura autorizado a proceder à avaliação dos lotes de que trata o presente decreto-lei, por intermédio de representantes da Diretoria do Domínio da União do Ministério da Fazenda e do seu Serviço Florestal, para fins de futura indenização aos respectivos proprietários.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Apolônio Sales.*
*A. de Sousa Costa*

(D.O. — 19-5-44).

★

# Decreto

**Decreto n.º 15 441, de 2 de maio de 1944**

*Aprova projeto e orçamento para obras no rio São Francisco*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância total de Cr$ .... 48 480 651,50 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil seiscentos e cinqüenta e um cruzeiro e cinqüenta centavos), que com êste baixa, rubricados pelo diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para as obras e estudos a serem levados a efeito para a melhoria das condições de navegabilidade e capacidade de transporte, carga, descarga, e armazenamento no rio São Francisco, na conformidade do programa de construção e melhoramento das vias de comunicações.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*João de Mendonça Lima.*

(D.O. — 4-5-44).

★

# ATOS DIVERSOS

**Departamento Administrativo do Serviço Público**

*Portaria n.º 741*

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, resolve aprovar as instruções destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Meteorologista do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1944 — *Luís Simões Lopes.*

METEOROLOGISTA — M. A. — 1944

*Instruções a que se refere a Portaria n.º 741, de 16 de maio de 1944, e que regulam o concurso provimento em cargos da classe inicial da carreira de Meteorologista do Ministério da Agricultura*

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1. Nacionalidade — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2. Sexo — Só poderão inscrever-se candidatos do sexo masculino.

3. Idade — Mínima: 18 anos completos, à data do encerramento das inscrições; máxima: 38 anos incompletos, à data da abertura das inscrições.

4. Serviço Militar — O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, prova de quitação com o serviço militar.

5. Opção — Para efeito de execução do item *c* da prova de habilitação, o candidato deverá optar, no ato da inscrição, por francês ou inglês.

6. Provas — As provas do concurso serão de seleção (eliminatórias) e de habilitação.

7. Provas de seleção — As provas de seleção serão as seguintes:

a) Prova de sanidade e capacidade física, que terá por fim verificar se o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional;

b) Prova escrita de Matemática, constante de resolução de questões objetivas, com emprêgo da régua de cálculo, quando exigido sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Equações e sistemas de equações do primeiro grau. Resolução gráfica e analítica.

2. Potências e raízes. Cálculo dos radicais. Expoentes fraccionários e negativos.

3. Equação do 2.º grau. Resolução gráfica e analítica. Propriedades das raízes.

4. Estudos das principais funções. Representação gráfica dessas funções. Trinômio do 2.º grau; sua variação.

5. Inequações do 1.º e 2.º graus. Equações biquadradas e equações irracionais.

6. Progressões aritmética e geométrica. Propriedades. Interpolação.

7. Estudos da função exponencial e sua representação gráfica. Logaritmos. Propriedades. Tábuas.

8. Análise combinatória. Binômio de Newton. Noções elementares sôbre cálculo das probabilidades.

9. Limites. Derivadas das funções algébricas e transcendentes. Derivadas logaritmicas. Máxima e mínima.

10. Estudo das séries. Desenvolvimento em série. Série de Taylor e Mac Laurin. Métodos dos coeficientes a determinar.

11. Problema inverso da derivação. Primitivas e imediatas.

12. Relações métricas no triângulo, no círculo e nos polígonos regulares.

13. Circunsferência. Cálculo de "pi" (perímetro e isoperímetro).

14. Área das figuras geométricas. Volume e superfície dos sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cone e esfera).

15. Introdução ao cálculo vetorial. Grandezas escalares e grandezas vetoriais. Produto escalar e produto vetorial. Noções de projeção.

16. Funções circulares; variações, transformações e reduções. Relações fundamentais da trigonometria retilínea. Funções circulares da soma e diferença de dois arcos. Multiplicação e divisão de arcos. Valores aproximados das funções trigonométricas. Tábuas. Equações trigonométricas. Resolução de triângulos quaisquer.

Esta prova valerá até cem pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

c) prova escrita de Física, constante de resolução de questões práticas sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Sistemas C. G. S. e M. T. S. — grandezas fundamentais e derivadas.

2. Temperatura, termômetros. Dilatação dos sólidos e líquidos. Dilatação dos gases.

3. Calorimetria. Calor específico dos sólidos e líquidos. Calor específico dos gases. Densidade dos gases.

4. Propagação do calor. Condutibilidade, irradiação, convecção.

5. Fusão, solidificação; calor de fusão. Vaporização; tensão de vapôres. Evaporação, ebulição. Calor de vaporização. Higrometria.

6. Dissolução; estudos das soluções.

7. Gases perfeitos. Transformação isotérmica e adiabática. Fórmula e representação gráfica. Ponto crítico. Liquefação dos gases.

8. Princípios fundamentais da termodinâmica. Equivalente mecânico do calor. Máquinas térmicas, rendimentos. Refrigeração.

9. Movimento vibratório. Equação do movimento, representação gráfica. Velocidade de propagação. Composição de movimentos vibratórios.

10. Propagação ondulatória nos meios elásticos. Interferência; reflexão.

11. Energia radiante. Movimentos periódicos. Intervalo visível; limites dos comprimentos de onda do espectro luminoso.

12. Propagação da luz. Difração. Sombras. Interferência.

13. Ótica geométrica. Raio luminoso. Reflexão. Refração. Dispersão de luz. Espectroscópios.

14. Dupla refração. Polarização da luz.

15. Visão. Aparelhos fotográficos e de projeção. Lupas; lunetas; telescópio.

16. Ímã. Lei das atrações e repulsões. Campo de fôrça magnética. Imantação. Unidades do sistema C. G. S.

17. Magnetismo terrestre, bússulas.

18. Eletrostática; experiências fundamentais. Lei de Coulomb. Indução eletrostática. Campo de fôrça eletrostático. Noções de potencial. Capacidade; condensadores. Unidades do sistema C.G.S. e unidades práticas.

19. Eletrodinâmica; corrente elétrica. Fôrça eletromotriz de origem química.

20. Eletrólise; leis de Faraday. Medida da intensidade de uma corrente. Pilhas e acumuladores.

21. Lei de Ohm; lei de Joule; energia da corrente elétrica.

22. Medida de uma resistência. Unidades C. G. S. e unidades práticas.

23. Campo magnético de uma corrente elétrica. Ações recíprocas entre imãs e correntes. Unidades C. G. S. e unidades práticas.

24. Eletroimãs. Aparelhos de medida.

25. Introdução eletromagnética. A máquina dínamo-elétrica. Corrente alternada. Transformador. Aplicações.

26. Descargas através dos gases, fonização. Raios catódicos. Natureza corpuscular da eletricidade. O efeito térmico-iônico. Raio X.

27. Ondas hertzianas. Telegrafia e telefonia sem fio; princípios de emissão e recepção.

Esta prova valerá até cem pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

d) Prova escrita de Meteorologia, constante de resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Actinometria. Variações diurna e anual da radiação solar. Absorção do calor da atmosfera. Medidas actinométricas. Constante solar. Actinômetros diversos. Distribuição geográfica da radiação solar.

2. Temperatura do ar. Variação diurna e anual da temperatura. Fatôres que influem nessas variações. Variação vertical da temperatura. Redução da temperatura ao nível médio do mar. Distribuição geográfica da temperatura, particularmente no Brasil. Linhas isotérmicas. Temperaturas extremas observadas. Influência da temperatura sôbre os fenômenos da vegetação. Temperatura do solo e das águas.

3. Densidade do ar. Importância da densidade do ar em aviação. Cálculo da densidade do ar. Variação da densidade do ar em altura.

4. Pressão atmosférica. Variações diurna e anual da pressão. Variação da pressão com a altura. Redução da pressão ao nível médio do mar. Fórmula de Laplace. Cálculo das alturas por meio das observações barométricas. Distribuição geográfica das pressões, particularmente no Brasil. Isóbaras.

5. O vento. Suas causas. Cálculo do vento médio e vento predominante. Variação diurna da direção e velocidade do vento. O vento em altura; variações de sua velocidade e direção em altura. Circulação geral da atmosfera.

6. Evaporação e umidade atmosférica. Fórmulas psicrométricas. Variações diurnas e anual da tensão do vapor d'água e da umidade relativa. Variação da umidade em altura. Distribuição geográfica da umidade, particularmente no Brasil.

7. Condensação do vapor d'água. Formação e classificação das nuvens e dos nevoeiros. Variações diurnas e anual da nebulosidade. Hidrometeoros. Classificação das chuvas. Distribuição geográfica das chuvas e da nebulosidade, particularmente no Brasil.

8. Fenômenos óticos da atmosfera. Côr do céu, arco-íris. coroas e halos. Eletricidade atmosférica. Auroras boreais.

9. Física da atmosfera. Sua composição e movimentos. Estabilidade e instabilidade do ar, efeitos devidos à radiação direta. Convecção. O aquecimento e o resfriamento do ar pelo movimento sôbre a Terra. A formação da chuva. Inversões. Brisa terrestre, marítima e de montanha. Monções.

10. A relação entre o vento e a distribuição das pressões. Gradiente. Vento de gradiente e vento geostrófico. Formas das isóbaras. Cartas do tempo. Confecção e traçado.

11. Meteorologia sinótica. Massa de ar. Frentes em geral. Convergência. O problema geral das depressões e anticiclones. Depressão frontal. Formação de uma depressão em uma frente. Oclusão de uma depressão. Famílias das depressões frontais. Frentes secundárias. Tipos de depressões. Depressões térmicas. Depressões orográficas. Depressões tropicais. Depressões devidas à instabilidade vertical. Tornados. Anticiclones; propriedades dos anticiclones em geral. Anticiclones frios. Anticiclones quentes.

12. Previsão do tempo. Tipos de previsão. Previsão local. Previsão de rota. A periodicidade em meteorologia. Influências cósmicas. Previsões a longo prazo.

13. Clima. Elementos climáticos. Clima solar e clima físico. Zonas climáticas. Zonas de luz, de temperatura, de vento e de chuva. Fatôres climáticos; latitude, distribuição de terra e mar, altitude, revestimento, barreiras montanhosas, correntes oceânicas. Mudanças dos climas. Os climas do Brasil.

Esta prova valerá até cem pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

e) Prova prática de Observação Meteorológica, na qual o candidato deverá demonstrar conhecimento geral do princípio de funcionamento, da unidade de medida e da precisão de cada instrumento, de acôrdo com o seguinte programa:

1. Exigências fundamentais para a localização do pôsto meteorológico. Escolha dos instrumentos e do local para instalação. Horas de observação. Pressão atmosférica. Reduções das leituras barométricas. Barômetro de estação. Instalação; manejo e modo de observação. Unidades absolutas da pressão. Barômetros aneróides e registradores. Cálculo e valores horários. Termômetro hipsométrico, característica e tendência barométrica.

2. Temperatura e umidade do ar. Indicações gerais para observação dos termômetros. Abrigos termométricos. Termômetros em funda. Termômetros extremos. Psicrômetro de aspiração. Reduções psicrométricas. Termômetros para temperaturas do solo e das águas. Higrômetros de condensação. Termômetros e psicrômetros registradores. Cálculo de valores horários.

3. Medida de precipitações. Dias de chuva e de neve. Pluviômetros diversos. Pluviômetros registrados. Cálculos horários.

4. Medida de evaporação. Evaporômetros. Nebulosidade. Nuvens. Medida de nebulosidade. Formas das nuvens. Atlas internacional de nuvens. Movimento das nuvens. Nefoscópios. Nefômetros e nefelômetros.

5. Duração da insolação. Heliógrafos. Direção e velocidade do vento. Catavento e anemômetro. Vento médio e predominante. Cálculos. Escala Beaufort. Observações dos fenômenos diversos. Nevoeiro. Brumas. Visibilidade. Orvalho. Diafanômetros. Geadas. Tempestades e trombas d'água.

6. Fenômenos óticos. Arco-íris. Coroas. Halos. Telegramas e rádio-telegramas meteorológicos. Coletivos, diários e mensais. Códigos internacionais.

7. Sondagens aerológicas. Processos diversos. Sondagens de balão pilôto. Princípios e cálculo de sondagem. Sondagem de avião. Cortes e gráficos de sondagens. Meteorógrafo. Sondagens de papagaio. Cálculo.

8. Estatística meteorológica. Cálculo das medidas e normais. Séries meteorológicas. Registro meteorológico.

Esta prova valerá até cem pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

f) Prova de habilitação — A prova de habilitação será escrita e constará de:

a) Resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de Geografia do Brasil e de Cosmografia:

1. Esfera celeste. Tempo verdadeiro, médio e sideral.

2. Coordenadas geográficas. Primeiro meridiano. Diferença de hora. Determinação do meridiano: processos elementares.

3. Principais constelações do hemisfério sul. Descrição e situação.

4. Bases da cartografia.

5. Orientação, seus processos.

6. Relêvo e estrutura do solo brasileiro.

7. Climas: estudo particularizado.

8. As grandes bacias.

9. Litoral brasileiro.

10. Estudos particularizados das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste — *Diário Oficial* de 4-2-42).

11. Meios e vias de comunicação e transporte: viaçao aérea, terrea, rodoviária, marítima e fluvial.

12. Explorações minerais.

b) Resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de Estatística:

1. Distribuição de freqüência e representação tabular.

2. Representação gráfica. Gráficos em barras curvas e setores. Histograma e polígono de freqüência.

3. Cartogramas. Eixo polar.

4. Fenômenos cíclicos.

5. Medidas de tendência central e de posições relativas. Média aritmética, moda e mediana. Propriedades da média aritmética. Quartis e percentis.

6. Medidas de dispersão e assimetria. Desvio médio e desvio padrão. Coeficiente de variação.

7. Números índices.

8. Correlação.

9. Previsão. Periodicidade.

c) tradução, sem auxílio de dicionário, de um trecho de duzentas a duzentas e cinqüenta palavras, redigido em francês ou inglês, de acôrdo com a escolha do candidato, extraído de livro ou revista técnicos.

Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuídos:

| | |
|---|---|
| a) questões de Cosmografia e Geografia do Brasil, até.... | 50 pontos |
| b) questões de Estatística, até | 30 pontos |
| c) tradução, até ..... | 20 pontos |

9. Nota final — A nota final do candidato será a média ponderada dos graus obtidos nas diversas provas, observados os seguintes pesos:

| | |
|---|---|
| Matemática ..... | 3 |
| Física ..... | 3 |
| Meteorologia (escrita) ..... | 5 |
| Observações meteorológicas ..... | 5 |
| Prova de habilitação ..... | 1 |

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, nota final igual ou superior a sessenta pontos.

Ocorrendo empate, será observada, para classificação, a seguinte ordem de preferência:

a) melhor resultado na prova escrita de Meteorologia;

b) melhor resultado na prova prática de Observações meteorológicas;

c) melhor resultado na prova escrita de Matemática;

d) melhor resultado na prova escrita de Física.

10. Observações gerais — a) A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções, por parte do candidato, e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aqui se acham estabelecidas; e b) os casos omissos serão resolvidos pelo diretor da Divisão de Seleção.

D.S. do D.A.S.P., em 15 de maio de 1944. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

(*Diário Oficial* de 13-5-44.)

★

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Departamento de Administração

*Portaria*

Na Portaria de 15 de maio de 1944, o Senhor Ministro, tendo em vista a solicitação do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve designar o diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Marcial Dias Pequeno, para, como representante dêste Ministério, participar dos trabalhos de coordenação das sugestões a serem apresentadas pelo Govêrno brasileiro na Conferência Técnica Econômica Inter-americana a realizar-se em Washington, Estados Unidos da América. (MTIC 187 634 - 44).

(*Diário Oficial* de 18-5-44.)

**Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

*Legislação estadual*

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## BAHIA

*Cria estações agro-pecuárias de assistência econômico-sanitária no vale do São Francisco*

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Art. 1.º — Fica, pelo presente, criada, em caráter permanente, a assistência econômico-sanitária às populações do vale do rio São Francisco, diretamente subordinada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2.º — Para o fim previsto no artigo anterior, serão instaladas estações agro-pecuárias, de tipo padronizado, localizadas nos seguintes municípios: Juàzeiro, Xique-Xique, Rio Branco e Carinhanha.

§ 1.º — Será instalada em primeiro lugar a estação de Xique-Xique instalando-se as demais à medida que forem conseguidos os necessários recursos;

§ 2.º — Futuramente serão também contemplados novos pontos situados à margem do São Francisco e de seus afluentes principais.

Art. 3.º — As estações se destinam a melhorar as condições do trabalho e da produção agro-pecuária da região, bem assim colaborar com as autoridades sanitárias na defesa da saúde da população ribeirinha.

Art. 4.º — Para atender aos seus objetivos, constarão do programa das estações os seguintes elementos ou dependências:

I — Secção agrícola, constituída de campos de experiências e demonstrações; viveiros de mudas de plantas frutíferas e essências florestais; culturas econômicas destinadas à multiplicação de sementes melhoradas.

II — Secção pecuária, constituída de estação de monta para grandes e pequenos animais domésticos e criação de aves, com as necessárias instalações.

III — Secção sanitária, dispondo de enfermaria e farmácia para prestar socorro médico ao pessoal das estações, população da vizinhança e de todos os pontos donde venha pedido de auxílio médico-sanitário.

§ 1.º — A secção agrícola, além dos trabalhos de campo sôbre as culturas econômicas já existentes na região (cereais, leguminosas e tubérculos alimentares; oleaginosas, fibras e cerìferas — especialmente mamona, caroá, algodão e carnaubeira) ou outras que possam aí se adaptar (tamareira, parreira, oiticica) se ocupará também do ensino de agricultura prática, visando preparar trabalhadores rurais e aradores.

§ 2.º — A secção pecuária, além da criação pròpriamente dita, para atender às coberturas da estação de monta e fornecer plantéis reprodutores, manterá ensino prático sôbre questões de criação e indústrias de origem animal, inclusive pesca, alimentação e higiene dos animais domésticos, orientação sôbre a melhoria das peles, se encarregando também do fornecimento de vacinas para o gado.

§ 3.º — A secção sanitária, além do pequeno serviço de enfermaria das estações. manterá serviço de educação e divulgação sanitária visando o combate ao paludismo, às verminoses e outras moléstias endêmicas da região, para o que se encarregará da distribuição de medicamentos, vacinas, etc.

Art. 5.º — As instalações das estações, organizadas de acôrdo com as exigências técnicas e obedecendo a moldes econômicos, constarão de:

a) construções residenciais;

b) centro médico e respectiva enfermaria;

c) instalações para beneficiamento de produtos agrícolas, depósitos e silos para conservação de cereais;

d) galpão de utensílios e máquinas agrícolas;

e) catavento para abastecimento d'água e irrigação por meio de calhas de madeira;

f) abrigo para os animais domésticos e banheiro carrapaticida;

g) estação rádio-telegráfica;

h) escola primária de tipo rural.

Art. 6.º — As estações serão localizadas em propriedades agrícolas, que lhes permitam desempenhar suas funções econômicas, situadas tão próximas às sedes dos municípios quanto possível.

Art. 7.º — Os serviços de assistência econômica e sanitária serão prestados gratuitamente à parte pobre da população, nesta incluídos pequenos lavradores e criadores.

Art. 8.º — Por ocasião dos surtos palúdicos, será pleiteada da S.E.S.P. o auxílio de medicamentos e enfermeiros especiais, organizando-se serviços de assistência ambulante com o concurso da Emprêsa de Viação Baiana do São Francisco e outras que desejem colaborar, sob o contrôle das estações.

Art. 9.º — Em cada estação, constituindo o respectivo quadro, existirão os seguintes cargos, desde já criados e cujos padrões de vencimentos serão fixados em lei posterior:

a) dois agrônomos, ou um agrônomo e um veterinário;

b) um médico;

c) um farmacêutico;

d) uma professôra primária;

e) um almoxarife-ecônomo;

f) dois capatazes ou técnicos rurais;

§ 1.º — Um dos agrônomos será especializado em Agricultura e outro em Zootécnica, cabendo a qualquer dêles, por escolha do secretário da Agricultura, a função de diretor; os capatazes ou técnicos rurais serão, também respectivamente, especializados em questões de lavoura e criação.

§ 2.º — Além do pessoal do quadro contarão as estações com extra-numerários admitidos na forma da lei.

Art. 10 — A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio regulamentará a presente lei dentro do prazo de 60 dias, definindo, também, as atribuições dos cargos constantes do art. 9.º.

§ 1.º — Ao tempo que estiver procedendo à regulamentação, a Secretaria designará uma comissão, composta de um agrônomo e um médico, para estudo da localização das estações e escolha dos terrenos.

§ 2.º — Por intermédio de sua Secção de Engenharia Rural, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio preparará todos os projetos referentes às instalações, para que o Govêrno em face dos orçamentos respectivos abra o crédito necessário à sua execução.

Art. 11 — O Govêrno promoverá a desapropriação por utilidade pública, dos terrenos necessários à instalação das estações agro-pecuárias.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, em 26 de maio de 1943. — *Renato Aleixo,* Interventor Federal. — *P. Campos Pôrto.*

(D.O. Bahia, 27-5-42).

★

## ESPÍRITO SANTO

### Decreto n.º 15 122, de 8 de maio de 1944

*Estabelece normas para a execução do Decreto-lei n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943 e dá outras providências*

, O Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º V, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

Decreta:

Art. 1.º — Os municípios beneficiados com a anexação de novos territórios, ou criados nos têrmos do Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, ficam subrogados nos direitos, contratos e concessões legalmente autorizados e nos serviços e obras já contratados, relativos aos territórios que lhes foram encorporados.

Parágrafo único — Nos direitos em que se verificar a subrogação de que trata o presente artigo, compreende-se igualmente o de cobrar a dívida ativa correspondente, valendo-se das certidões, que lhes forem fornecidas, das respectivas inscrições anteriores em outro município.

Art. 2.º — Os imóveis e instalações para fins industriais ou outros, situados ou fixados em territórios agora desmembrados, passarão aos novos municípios por doação, na forma da lei.

Art. 3.º — O município criado ou acrescido com território de outro responderá por uma quota-parte das dívidas passivas contraídas pelo último até 31 de dezembro de 1943.

Art. 4.º — O saldo disponível em dinheiro da extinta Prefeitura Municipal do Espírito Santo, depois de deduzida a quantia necessária à liquidação de tôda a dívida passiva, será atribuído aos municípios de Vitória e Jabaeté, em partes proporcionais às médias das receitas orçamentárias distritais do último triênio.

Parágrafo único — Os municípios de Vitória e Jabaeté aplicarão os saldos que porventura receberem, em obras ou melhoramentos nos distritos que lhes foram encorporados do extinto município, por fôrça do Decreto-lei n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943.

Art. 5.º — Os elementos necessários à organização ou reorganização dos serviços internos dos municípios criados ou que passaram a possuir maior área territorial, nos têrmos do Decreto-lei n.º 15 177, serão fornecidos pelo Departamento das Municipalidades.

Art. 6.º — Para deliberar acêrca do valor das quotas-partes da dívida passiva e sôbre quaisquer dúvidas que surgirem, originadas da execução dêste decreto-lei, o chefe do Poder Executivo estadual designará comissões compostas de representantes das municipalidades interessadas e de funcionários do Estado.

§ 1.º — As conclusões dos estudos e deliberações das comissões serão apresentadas ao Departamento das Municipalidades que emitirá parecer, submetendo-as à decisão do chefe do Poder Executivo estadual.

§ 2.º — O Departamento das Municipalidades, para instrução ou esclarecimento do processo, poderá solicitar a audiência de outros órgãos técnicos.

§ 3.º — A fixação definitiva das quotas-partes da dívida passiva, atribuídas a cada municipalidade nos têrmos dêste decreto-lei, será feita mediante decreto-lei estadual, que estabelecerá a forma e os prazos para a respectiva liquidação.

§ 4.º — Os municípios lavrarão dentro de 30 dias os atos necessários às alterações de seus patrimônios.

Art. 7.º — Fica o govêrno estadual autorizado a assinar as escrituras públicas e outros documentos necessários à doação às municipalidades das áreas de terras que não sejam necessárias a edificações e outras instalações de seus serviços, situadas nas áreas urbanas e suburbanas das cidades e vilas do Estado.

Art. 8.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitória, 8 de maio de 1944. — *Jones dos Santos Neves. — Mário A. Freire. — Enrico I. A. Ruschi.*

(D.O. — Espírito Santo 15-5-44).

☆

## PERNAMBUCO

### Decreto-lei n.º 997, de 29 de maio de 1944

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — E' aberto o crédito especial de Cr$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros), para a conclusão dos serviços de captação das águas minerais de Salgadinho neste Estado.

Art. 2.º O crédito aberto incidirá nos saldos de exercícios anteriores, revogadas as disposições em contrário.

*Agamemnon Magalhães. — Manuel Rodrigues Filho. — José do Rêgo Maciel.*

(D.O. Pernambuco, 31-5-44).

★

## SÃO PAULO

### Conselho Administrativo

*Parecer n.º 717, de 1944*

Examinamos neste processo um projeto da Interventoria Federal, criando em Cidade Alta, no distrito de paz da sede do município de Piracicaba, uma terceira zona distrital.

A proposição está amplamente instruída e justificada, parecendo-me digna de aprovação.

Atende o Exmo. Sr. Interventor Federal, dêsse modo, à justa solicitação dos habitantes daquele populoso bairro da cidade de Piracicaba, que desejam maior facilidade para a prática dos atos indispensáveis à vida civil de todo cidadão.

Aliás, o desenvolvimento da cidade, é grande, sendo das maiores e mais populosas do Estado, o que autoriza perfeitamente a adoção dessa providência, de evidente interêsse público, conforme o reconheceu o M. juiz de Direito daquela comarca, no ofício de fôlhas 30.

Quando da apreciação do projeto de decreto-lei relativo à divisão administrativa e judiciária do Estado, êste Conselho manifestou-se favorável à criação de duas novas zonas distritais — uma em Guaratinguetá e outra em Santo André — adotando as duas emendas que, nesse sentido, então lhe foram apresentadas.

Posteriormente, por ocasião do reexame dêsse mesmo projeto, concordamos com a retirada dessas duas emendas, considerando que a matéria versada poderia ser tratada em lei ordinária.

Parece-me que o assunto pode, com oportunidade, ser de novo considerado no projeto que ora temos em exame, dando-lhe, para êsse fim, a redação que ofereço em separado, com o seguinte

*Projeto de Resolução n.º 651, de 1944*

— O Conselho Administrativo do Estado aprova, com outra redação e nos têrmos abaixo, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, remetido com o seu ofício n.º 2 502-44, a saber:

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939 e nos têrmos da Resolução n.º ...., de 1944, do Conselho Administrativo do Estado,

Decreta:

Art. 1.º — E' criada, no distrito de paz da sede do município e comarca de Piracicaba a 3.ª zona distrital (Cidade Alta).

Art. 2.º — As divisas entre a 1.ª zona distrital (Piracicaba) e a 3.ª zona distrital (Cidade Alta) passam a ser as seguintes:

— começam no rio Piracicaba na ponte da Estrada de Ferro Sorocabana, nas divisas da 2.ª zona distrital (Vila Resende), seguem pelo eixo dos trilhos da via férrea até a ponte sôbre o ribeirão Piracicaba-Mirim, nas divisas com o município de Rio das Pedras.

Art. 3.º — As divisas entre a 2.ª zona distrital (Vila Resende) e a 3.ª zona distrital (Cidade Alta), passam a ser as seguintes:

começam no rio Piracicaba na barra do córrego do Recanto, nas divisas do distrito de paz de Tupi, descem pelo rio Piracicaba até a ponte da Estrada de Ferro Sorocabana nas divisas da 1.ª zona distrital (Piracicaba).

Art. 4.º — As divisas entre a 3.ª zona distrital (Cidade Alta) e a 1.ª zona distrital (Piracicaba) serão as seguintes:

começam na ponte da Estrada de Ferro Sorocabana sôbre o ribeirão Piracicaba-Mirim, nas divisas do município de Rio das Pedras, seguem pelo eixo dos trilhos da via férrea até a ponte sôbre o rio Piracicaba.

Art. 5.º — As divisas entre a 3.ª zona distrital (Cidade Alta) e a 2.ª zona distrital (Vila Resende), serão as seguintes:

começam no rio Piracicaba na ponte da Estrada de Ferro Sorocabana, sobem pelo rio até a barra do córrego do Recanto, nas divisas do distrito de paz de Tupi.

Art. 6.º — E' criada, no distrito de paz da sede do município e comarca de Santo André a 3.ª zona distrital (Utinga).

Art. 7.º — As divisas da 3.ª zona distrital (Utinga) são as seguintes:

começam na linha férrea da São Paulo Railway, no pontilhão existente sôbre o ribeirão do Moinho ou Utinga, descem por êste até a sua confluência no rio Tamanduatei, seguem por êste e pelo ribeirão do Oratório acompanhando as divisas com o município da capital, até encontrar as divisas com o distrito de Mauá, descendo por estas até encontrar a linha férrea da São Paulo Railway e seguindo por esta até o Pontilhão sôbre o ribeirão do Moinho ou Utinga, onde tiveram início.

Art. 8.º — E' criada, no distrito de paz da sede do município de Guaratinguetá a 2.ª zona distrital.

Art. 9.º — As divisas entre a 1.ª zona distrital e a 2.ª zona distrital, passam a ser as seguintes:

começam na serra do Quebra Cangalha, na divisa do município de Cunha, daí vão até a nascente do ribeirão São Gonçalo; descem por êste até sua foz, no rio Paraíba; sobem por êste até a foz do ribeirão Guaratinguetá; sobem por êste até sua nascente, na serra da Mantiqueira e dêste ponto até a divisa com o Estado de Minas Gerais.

Art. 10 — O provimento do ofício do registro civil das pessoas naturais das zonas ora criadas far-se-á nos têrmos do art. 6.º, do Decreto-lei n.º 12 520, de 22 de janeiro de 1942.

Art. 11 — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 26 de maio de 1944. — *César Costa,* Relator.

(D.O. São Paulo, 31-5-44).

★

## PARANÁ

### Decreto n.º 1 989

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 7.º, item 1, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica reservada uma área aproximada de 3 000 hectares de terras, destinada a constituir floresta protetora, nos têrmos do inciso *a*, art. 3.º do Código Florestal, aprovado e mandado adotar no Estado pelo Decreto n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934, com o objetivo primordial de conservar o regime das águas dos mananciais existentes nas suas proximidades sita parte no município de Morretes e parte no de Paranaguá abrangida pelos seguintes limites e confrontações:

Iniciam-se na confrontação ao norte, acompanhando as linhas divisórias dos imóveis medidos e demarcados para alienação por venda a Mário Macaggi e Ângelo Patitucci; do extremo da linha citada, segue em direção nordeste, procurando o ponto de junção das linhas divisórias do núcleo colonial Rio das Pedras e daí, acompanhando a linha limítrofe da colônia citada até o encontro da reta demarcatória dos fundos da Colônia Alexandra e Santa Cruz, os terrenos demarcados para a represa do abastecimento de água para Paranaguá e o imóvel Cachoeira do Miranda; do extremo desta última linha divisória segue em reta procurando em rumo sul, e deixando a leste os terrenos devolutos e outros demarcados nos fundos da Colônia Quintilha, um ponto de contacto com a linha demarcatória do imóvel Pôrto de Cubatãozinho ou Limeira, na sua passagem pelo divisor de águas da serra do Prata; acompanha a linha divisória dêste último imóvel em direção noroeste e depois oeste, deixando êste terreno ao sul, até encontrar a linha divisória do imóvel Morro Alto; dêste ponto segue em rumo norte, acompanhando as divisas do terreno Morro Alto que lhe faz confrontação ao oeste; do extremo da linha divisória, citada, procura em reta o ponto mais próximo da linha de divisa sul do terreno demarcado para Mário Macaggi, onde começou.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de maio de 1944, 123º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas.* — *Ângelo Lopes.*

(D.O. Paraná, 22-5-44).

**Envie os livros de sua autoria ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.**

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

**ITAPERUNA (Rio de Janeiro)**

**Portaria n.º 1, de 26 de abril de 1944**

O Prefeito Municipal de Itaperuna, resolve designar os senhores César Augusto Nunes, Artur José Cabral, Joaquim Paula de Oliveira, José Clarindo Nunes Pereira, José Carneiro Terra, Jerônimo Domingos de Andrade, Alacrino Guedes de Morais, Vigilato Pereira de Freitas, Olavo Garcia Freitas, Nabor Getúlio Pessoa, Toríbio da Silva Picanço, Hermenegildo Tôrres Pessoa, Norberto Marques Guimarães, Tiago de Almeida Vargas, Romário Alves de Oliveira, Elói Vieira Breno Brás, Acácio Gonçalves Ferreira, Sebastião Alves Figueira, João Oliveira Vargas, Firmino de Paulo, Henrique Luís Cortat, Américo Teixeira Resende, Francisco Teixeira Soares, Iberaldo de Almeida, Olívio Rosa, Sebastião Tinoco, Cândido de Almeida, Francisco Mateus de Oliveira, Geraldino Alexandrino da Silva, José Gomes Rosmaninho, José Moreira Bastos Primo e José Tibúrcio Garcia de Matos, para sob a presidência do prefeito, constituirem a Comissão de Informantes, destinada a fornecer os elementos necessários à estatística agro-pecuária.

Prefeitura Municipal de Itaperuna, 26 de abril de 1944. — *Raúl Travassos*, prefeito.

(*Diário das Municipalidades* — Rio de Janeiro, 16-5-44).

★

**VERGEL (Rio de Janeiro)**

**Portaria n.º 1, de 29 de abril de 1944**

O Prefeito Municipal de Vergel, Resolve:

Designar os senhores Armando Rodrigues Costa, Armando Jorge Pereira de Lemos, João Henrique Pimentel, Sebastião José Correia, Avelino Rodrigues da Silva, José Maria Ertal, Bertoldo Frossard, José Henrique Ertal, Pedro Hugo Polli, Alcides Lima, João Monnerat de Aguiar, João Eugênio Ertal, Raúl Veiga de Morais, Manuel Ertal e Odir Barros de Oliveira, para sob a presidência do prefeito, constituírem a Comissão de Informantes, destinada a fornecer os elementos necessários à estatística agro-pecuária.

Prefeitura Municipal de Vergel, 29 de abril de 1944. — *Mozart Serpa de Carvalho*, prefeito.

(*Diário das Municipalidades* — Rio de Janeiro, 7-5-44).

**Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria — Praça Getúlio Vargas, 14, Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F., que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

*Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

# Conselho Nacional de Estatística
# Assembléia Geral

## Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1942

**Resolução n.º 233, de 2 de julho de 1942**

*Registra o significado histórico do "batismo cultural" de Goiânia, rende homenagem ao Govêrno de Goiás e formula agradecimentos*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a construção da nova capital de Goiás, nas admiráveis condições em que foi prevista e executada, constitui um acontecimento da mais ampla significação histrica e assinala expressiva conquista da civilização brasileira;

Considerando que o "ideário cívico" do Instituto inscreve entre os seus itens fundamentais a imperiosa necessidade da integração do Brasil, sob o ponto de vista demográfico, econômico e social, no magnífico patrimônio que nos legaram os nossos maiores, dilatando além da linha do tratado de Tordesilhas, sob o impulso desbravador das "entradas" e "bandeiras", o âmbito da nossa soberania política;

Considerando que essas diretrizes coincidem, por outro lado, com a própria orientação adotada, nô seu esfôrço renovador, pelo Estado brasileiro, através de atos e palavras do seu eminente chefe, o Presidente Getúlio Vargas, o qual, definindo a "marcha para o oeste" como o verdadeiro sentido de brasilidade, conclamou as fôrças vivas do país a êste benemérito esfôrço de ocupação efetiva e valorização integral das regiões ainda não de todo aproveitadas do nosso imenso *hinterland;*

Considerando que o exemplo ora oferecido ao Brasil pelo grande Estado central importa numa expressão poderosa da capacidade empreendedora do homem brasileiro e atesta para a justiça da História o descortino e a larga visão administrativa do chefe do govêrno goiano, Dr. Pedro Ludovico Teixeira;

Considerando, por fim, a alta significação cultural dos acontecimentos de natureza cívica, intelectual e econômica que estão emprestando o maior relêvo à investidura definitiva da nova cidade nos seus foros de metrópole, a saber: o VIII Congresso Brasileiro de Educação, a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura e a sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística registra, em nome dos governos de cuja autoridade é delegatária, o relevante significado histórico do "batismo cultural" de Goiânia, como consecução magnífica de um empreendimento inspirado nos mais altos interêsses nacionais.

Art. 2.º — São expressas, de maneira calorosa, as homenagens cívicas do Instituto ao govêrno de Goiás, na pessoa do seu eminente chefe, Interventor Pedro Ludovico Teixeira, tendo-se em vista a elevação de propósitos, a capacidade realizadora e o patriotismo com que houve por bem oferecer ao Brasil êsse admirável exemplo de confiança nos seus destinos, através de uma realização que antecipa, no tempo e no espaço, os ciclos futuros da nossa evolução econômica e social.

Art. 3.º — O Conselho manifesta vivamente o seu agradecimento a todos quantos, de um modo ou de outro, prestaram valiosa cooperação às iniciativas e realizações que, sob o patrocínio do Instituto, estão assinalando de maneira tão brilhante e expressiva o "batismo cultural" da nova capital de Goiás e formula votos por que o alto pensamento de coesão e unidade nacional que ora congrega, em Goiânia, brasileiros de todos os quadrantes do país, constitua, através dos séculos, o penhor mais seguro da grandeza do Brasil e da feliz continuidade de sua vocação histórica.

Goiânia, em 2 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 234, de 4 de julho de 1942**

*Recomenda providências para o levantamento das estatísticas de navegação*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a ordenação geral dos assuntos da estatística brasileira compreende os levantamentos relativos aos transportes marítimos e de navegação interna;

Considerando, também, que as atribuições da Comissão de Marinha Mercante, órgão criado pelo Decreto-lei n.º 3 100 de 7 de março de 1941 com o fim especial de disciplinar a navegação brasileira, incluem encargos de natureza nitidamente estatística;

Considerando, por outro lado, que a filiação ao Instituto do Departamento de Estatística do Lóide Brasileiro, concedida pela Reso-

lução n.º 129 de 17 de abril de 1942, da Junta Executiva Central, importou no reconhecimento de terem sido atendidos os requisitos mínimos fixados por êste Conselho e, por conseguinte, de estar a mencionada repartição aparelhada para efetuar tôdas as pesquisas estatísticas atinentes à emprêsa de navegação de que faz parte;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Estatística formula um apêlo à Comissão de Marinha Mercante no sentido de serem determinadas as providências que se fizerem mister para o levantamento regular e o mais completo possível, por parte das emprêsas brasileiras de navegação, das estatísticas concernentes às suas atividades.

Art. 2.º — O Conselho sugere ainda sejam fixados, como o mínimo de dados estatísticos a serem exigidos de cada emprêsa, aquêles que o Departamento de Estatística do Lóide Brasileiro vem coligindo em relação às suas atividades.

Art. 3.º — A presidência do Instituto assegurará à Comissão de Marinha Mercante, por intermédio da Secretaria Geral e da repartição central federal interessada nos levantamentos estatísticos relativos aos meios de transporte marítimo, fluvial e lacustre, tôda a colaboração que lhe fôr necessária para a planificação e organização dos serviços estatísticos das emprêsas sob seu contrôle.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

*

**Resolução n.º 235, de 4 de julho de 1942**

*Formula um voto sôbre o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação e divulga as suas conclusões*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que, entre as várias iniciativas destinadas a assinalar a investidura definitiva de Goiânia nos foros de nova capital do Estado de Goiás figurou o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, levado a efeito pela Associação Brasileira de Educação, com o concurso e sob o patrocínio do Instituto, e anexa ao qual se verificou a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, realizada em idêntico regime de cooperação entre as duas entidades;

Considerando que, pelos temas propostos e todos êles diretamente ligados ao problema do ajustamento do ensino primário brasileiro às peculiaridades econômicas e sociais das diversas regiões, constituiu o congresso uma oportunidade das mais felizes para um largo debate de idéias em tôrno de questões merecedoras do maior interêsse, da parte do Instituto, dada a sua importância para o progresso do país e o aperfeiçoamento físico e intelectual das populações rurais;

Considerando que, por outro lado a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística assinalou um acontecimento de singular relêvo, pela expressiva documentação nela reunida sôbre as atividades estatísticas, administrativas e educacionais da União e dos Estados;

Considerando, por fim, o interêsse que, tanto o Congresso como a Exposição despertaram nos círculos administrativos e culturais do país, bem como o alto aprêço nêles dispensado aos apelos do Instituto a êsse respeito;

Resolve:

Art. 1.º — E' expresso o regozijo do Conselho pelo êxito que alcançou a realização, em Goiânia, do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação e da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, como parte do programa destinado a assinalar o relevante acontecimento histórico da inauguração oficial da nova cidade.

Art. 2.º — Ficam registrados os mais vivos agradecimentos do Conselho a tôdas as entidades públicas e privadas e em particular, à Associação Brasileira de Educação, pela decisiva participação que tiveram nos certames a que alude o artigo anterior e, de modo geral, a quantos, de uma forma ou de outra, emprestaram o seu valioso concurso aos dois importantes empreendimentos.

Art. 3.º — Para que conste dos anais do Instituto, são anexadas à presente Resolução as conclusões do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação e bem assim a Resolução pelo mesmo aprovada, sôbre a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística.

Art. 4.º — Fica o Instituto autorizado a publicar os Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 235

**Oitavo Congresso Brasileiro de Educação**

TEMA GERAL

*A educação primária fundamental — objetivos e organização:* a) *nas pequenas cidades e vilas do interior;* b) *na zona rural comum;* c) *nas zonas rurais de imigração;* d) *nas zonas de alto sertão*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 24 de junho de 1942:

1.ª — A educação primária, entre nós, deve ter por objetivos:

a) o desenvolvimento da personalidade (objetivo individual);

b) a integração do educando à sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista);

c) a formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano);

d) o ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando (objetivo vocacional).

2.ª — As leis que regulam o ensino primário devem indicar, quanto a objetivos, meios e organização escolar, normas muito gerais, para permitirem uma grande variedade de regulamentação conforme as zonas ou regiões consideradas, e, ainda, para favorecerem a iniciativa dos professôres segundo as condições especialíssimas do ambiente em que cada qual exercer a sua atividade.

3.ª — As escolas primárias além da educação comum a todos os brasileiros, dando-lhes uniformidade cultural mínima, devem atender a propósitos regionais, sob forma de educação sanitária e ensino pré-vocacional para se iden-

tificarem com a fisionomia social de cada localidade e desempenharem nela uma função de centro receptor e irradiador de ações e reações sociais. As escolas primárias rurais deverão se articular com *escolas agrícolas* de grau médio.

4.ª — Nos centros de imigração as escolas estrangeiras devem ser substituídas, compulsòriamente, por escolas nacionais, de nível cultural e material jamais inferior ao das primeiras, com professôres selecionados e provas periódicas e freqüentes de rendimento escolar. Em tais escolas o objetivo nacionalista deve predominar, através da língua, da geografia e da história pátrias, da educação cívica dos alunos e celebrações públicas de datas nacionais.

5.ª — No alto sertão o problema educacional está condicionado a um problema econômico básico: *vias de comunicação* que estabeleçam o contacto das regiões distantes com núcleos de maior densidade demográfica e de civilização já sensível.

6.ª — A ação das escolas rurais deve ser completada por atividades extra-escolares, por meio da imprensa, do cinema, do rádio, de bibliotecas ambulantes, de associações e de missões culturais.

7.ª — Tôda providência administrativa que tenha por objetivo planificar um aparelho primário e rural ou cursos para preparo de professôres rurais deve ser precedida de um minucioso inquérito sôbre as condições geográficas, econômicas, demológicas e culturais da região considerada.

8.ª — Não coincidindo, necessàriamente, as áreas culturais e variações geográficas do país com as divisões político-administrativas, os planos de organização escolar devem decorrer de acordos entre os poderes municipais, estaduais e federais, sendo indispensável que êsses poderes colaborem, também, sempre que se mostrarem insuficientes os recursos de um dêles

## TEMA ESPECIAL N.º 1

*O provimento de escolas para tôda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos em idade não-escolar. O problema da obrigatoriedade*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 25 de junho de 1942:

1.º — Sendo, como é, impossível o provimento de escolas comuns a três quartas partes do nosso território, em virtude de sua escassa densidade de poulação, deve a União promover e auxiliar a instalação de colônias-escolas e granjas escolares nas zonas de população rarefeita do país.

2.ª — Dada a qualidade da escola existente nas zonas rurais do Brasil, cumpre aos poderes regionais o seu melhoramento progressivo no sentido de fazer delas mais que simples postos de alfabetização.

3.ª — O ensino especial para analfabetos em idade não escolar deve constituir preocupação especial dos governos regionais, promovendo a criação de cursos noturnos junto às escolas existentes.

4.ª — A obrigatoriedade do ensino primário comum deve ser efetivada nas condições que os regulamentos determinarem, à proporção que a capacidade dos estabelecimentos de ensino iguale a população em idade escolar declarando-se sucessivamente "zonas de obrigatoriedade" aquelas em que dita circunstância se verificar.

5.ª — O VIII Congresso Brasileiro de Educação deve dirigir caloroso apêlo aos governos da União e dos Estados no sentido de constituir-se imediatamente o Fundo de Ensino Primário com administração autônoma, em tôdas as unidades federativas, na qual se reúnam as contribuições dos poderes públicos, principalmente a da União, para melhor aproveitamento dos recursos, mais perfeita distribuição das escolas e seu melhor e mais adequado provimento.

## TEMA ESPECIAL N.º 2

*Tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento escolar, consideradas as peculiaridades regionais*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 24 de junho de 1942:

1.ª — O problema dos prédios, quer urbanos, quer rurais, está a reclamar a atenção mais viva e menos intermitente dos poderes públicos.

2.ª — Convém que cada Estado, auxiliado (no que diz respeito às finanças), de um lado pela União e, de outro, pelos municípios e mesmo pelos particulares, consagre cada ano uma parcela razoável do seu orçamento à construção de prédios escolares urbanos e rurais. Parcelas tanto maior quanto mais grave fôr a insuficiência anualmente verificada.

3.ª — E' de vantagem que existam em cada Estado, subordinados ao Departamento de Educação, serviços técnicos encarregados de estudar, organizar e executar (ou pelo menos acompanhar a execução) de tipos de prédios escolares ou de padrões de aparelhamento para o ensino. Tais serviços serão "técnicos", menos pela denominação, do que pela composição do respectivo pessoal e pela natureza de suas atividades.

4.ª — Mediante cooperação de administradores escolares, professôres, higienistas, arquitetos e industriais (êstes para o aparelhamento didático), cada serviço fixará dentro de suas atribuições, as normas gerais a que deverão subordinar-se, de uma parte, as construções escolares, e, de outra o aparelhamento didático.

5.ª — Nas normas gerais acima referidas, deixar-se-á margem que permita atender, em cada caso concreto, às peculiaridades regionais e locais.

6.ª — Nos centros urbanos, os municípios reservarão áreas de terreno suficientes para a edificação de escolas, dentro das condições previstas pelos técnicos.

## TEMA ESPECIAL N.º 3

*O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 26 de junho de 1942:

1.ª — Tendo em vista: a) os fins da educação primária fixados pelo Congresso; b) a conveniência da unidade básica na formação do professorado primário; c) e o fato de que a quase totalidade da população do Brasil se distribui e trabalha na zona rural ou em pequenos povoados: — torna-se indispensável que o professor primário, em geral, adquira, no curso normal, conhecimentos e atitudes, que lhe permitam compreender a vida rural e adaptar-se às suas diferentes modalidades; bem como extrair do respectivo ambiente o estímulo, a inspiração e o material para o seu ensino.

2.ª — Nas escolas normais já existentes, assim como nas que se vieram a criar, estas de preferência no campo, deverá haver, na medida do possível e segundo as variações regionais, estudos e práticas relacionados com a atividade e a higiene rurais, a fim de que o futuro professor possa compreender e também assistir à comunidade em que trabalha.

3.ª — O Congresso inscreve em seus anais um voto de aplauso à Escola Normal Rural de Juàzeiro, no Ceará, realização pioneira que veio, por um ato concreto, salientar o aspecto ruralista, na formação do professorado primário.

4.ª — O professor rural, que reside no local da escola, em virtude das dificuldades com que luta e da perda de confôrto a que se submete, deve ganhar mais que o professor urbano. Em qualquer hipótese nunca deverá ganhar menos, ponto de vista êste já vitorioso na legislação de São Paulo.

5.ª — A assistência ao professor rural deve abranger múltiplos aspectos: a) *técnico* — pelas freqüentes visitas de autoridades orientadas, tanto pedagógicas, como sanitárias e agrícolas; b) *intelectual* — pelo fornecimento gratuito de periódicos e revistas e pelo empréstimo de livros de bibliotecas circulantes; c) *social* — pela organização da defesa da saúde do professor e sua família, organizando o Estado, pelo sistema cooperativo, um serviço odontológico, farmacêutico e médico, pelo fornecimento daqueles melhoramentos que são o confôrto das cidades: rádio, telefone, luz elétrica, cinema; d) *moral* — pelas preferências que o Estado outorgará ao mestre-campo, no sentido de que êste possa educar o prole, encaminhando-a à vida prática.

6.ª — O aperfeiçoamento do professor rural deve, de preferência, fazer-se pelos cursos intensivos em institutos que cuidem de atividades que interessem à escola rural, pelos cursos de férias e pelas visitas e excursões de caráter educativo.

## TEMA ESPECIAL N.º 5

*Encaminhamento dos alunos que deixam a escola primária, para escolas de nível mais alto ou para o trabalho*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 25 de junho de 1942:

A — Para a escola primária:

1 — O problema da orientação vocacional e educacional dos alunos deve ser preocupação constante e contínua dos responsáveis pela sua educação. Êsse trabalho é inseparável do processo educativo e deve prosseguir além da escola primária, de vez que muitas das tendências e aptidões não se revelam antes da adolescência.

2 — Distribuir, de tal maneira, o trabalho escolar que haja o tempo necessário ao funcionamento intensivo das "instituições escolares", de valor tão significativo para a educação integral dos alunos e seu preparo para a vida.

3 — Instituir classes homogêneas em todos os graus escolares, segundo os critérios que a experiência indicar como mais simples e mais adequados. Organizar no último ano escolar atividades práticas diferenciadas que atendam às diversidades de interêsses e aptidões dos alunos de um e de outro sexo, sem prejuízo das mais amplas oportunidades educativas para as aptidões excepcionais.

4 — Incluir no curso primário, especialmente no último ano, elementos de orientação pré-vocacional, tendo com isso em vista despertar a atenção dos alunos de um lado para as suas próprias tendências e de outro, para as ocupações e trabalhos profissionais assim como para o preparo a êste.

5 — Regulamentar, na Escola Primária, observações e apontamentos metódicos sôbre a saúde dos alunos, suas aptidões, assim como, sôbre seus interêsses, comportamento social, visando um melhor conhecimento do aluno para fins de orientação nos estudos e no trabalho. Instituir para êste fim, uma *ficha cumulativa* de observações, permitindo o seu uso num campo mais vasto de aplicações.

6 — Sendo a escola primária reveladora do potencial humano no país, incumbí-la de notificar à Secretaria de Educação do Estado a presença de alunos que se salientem sob qualquer aspecto digno de atenção, quer seja na inteligência, nas aptidões especiais, no caráter, na saúde; assim serão oportunamente tomadas providências no sentido de se instituir, com o maior desenvolvimento possível, um regime educacional apropriado aos alunos bem dotados bem como as medidas emendativas para os deficientes e desajustados.

7 — Promover na escola a existência e desenvolvimento da Associação de Pais e outros meios de aproximação entre o lar e a escola com o fim de melhor esclarecer a família sôbre os problemas de orientação pré-vocacional, e evitar que o menor venha a sofrer as conseqüências da incompreensão e da vaidade dos pais que tendem a encaminhá-los a carreiras superiores ou em desacôrdo com suas tendências e capacidades.

8 — Promover, na escola, a criação da Associação dos Ex-Alunos, a fim de, por seu intermédio, melhor verificar o efeito da educação vocacional, tendo, assim, contactos mais estreitos com a vida para a qual a escola orienta seus alunos.

9 — Promover reuniões com diretores de escolas de nível mais alto ou com representantes de vários ramos do trabalho, a fim de ter um contacto mais direto com os caminhos para os quais a escola leva seus discípulos.

10 — Promover a criação de cursos primários noturnos que aperfeiçoarão para o trabalho e guiarão, para as escolas noturnas profissionais, alunos adolescentes impedidos, pela necessidade de salário, de freqüentar a escola primária diurna.

11 — Estimular e guiar o funcionamento regular de colégios particulares capazes de colaborar no sentido expresso do item 10.

B — Quanto ao corpo docente da escola primária:

1 — Dar-lhe melhor preparo nas escolas normais e de aperfeiçoamento pedagógico, em matéria de psicologia educacional e experimental e dos métodos para o estudo das diferenças individuais e seleção de alunos, segundo seu desenvolvimento mental.

2 — Preparar em cursos de emergência o corpo docente para regência dos últimos anos das escolas primárias tendo em vista a orientação pré-vocacional.

C — Quanto à orientação profissional:

1 — Intensificar nas escolas de Serviço Social devidamente aparelhadas a formação de assistentes sociais escolares que possam exercer suas funções nas escolas primárias com o fim de auxiliar os professôres, principalmente os das classes do último ano, em matéria de informação, orientação, seleção e colocação profissional e educacional.

2 — Promover a publicação de brochuras e revistas populares sôbre questões de trabalho e de orientação profissional e educacional, para uso principalmente dos adolescentes egressos da escola primária e para os pais, para os mestres e alunos.

3 — Promover um uso mais largo, nas escolas e associações juvenis, do cinema educativo, em relação à vulgarização do trabalho e de seus vários ramos, bem como das oportunidades educacionais de nível superior ao da escola primária.

4 — Promover a criação de museus de trabalho em todos os municípios do país, para refletir em amostras concretas a variedade do trabalho em cada localidade em seu corte histórico e geográfico. Convidar escolas de diversos tipos e níveis, assim como associações industriárias, comerciárias e agrícolas a participar na criação dêstes centros de cultura e indústria local.

D — Quanto à efetuação da orientação profissional:

1 — Organizar palestras e excursões aos lugares de importantes produções agrícolas ou industriais, exposições dos trabalhos das escolas normais, profissionais e primárias.

2 — Promover para os egressos da escola primária — cujo número não poderá ainda tão cedo ser integralmente atendido nas escolas profissionais ou nas fábricas — oficinas — fazendas — granjas — escolas, principalmente nas localidades onde os menores dificilmente podem achar ocupações e estudos —, a criação de "Clubes de Trabalho", e, aproveitando, neste ponto, a experiência do Estado de São Paulo em 1936, espalhá-los largamente, com caráter mais prático e menos dispendioso possível. Terão êles por fim, principalmente na zona rural, uma educação que levará a juventude a hábitos de trabalho mais racionais, à iniciativa, à prática de cooperativismo e auxílio mútuo, em matéria de trabalho produtivo, como de estudos e de melhor aproveitamento dos lazeres.

E — Quanto aos alunos bem dotados:

Incluir nos orçamentos estaduais de educação verbas para concessão de bôlsas de estudos a alunos bem dotados.

F — Quanto aos alunos deficientes:

Promover uma estreita articulação entre as escolas primárias e as instituições destinadas a menores desajustados.

G — Medidas de ordem geral:

1 — Rever os programas das escolas de graus diferentes, em vista de uma melhor articulação dos cursos de níveis inferiores com os de níveis imediatamente superiores, evitando o hiato indesejável entre êles.

2 — Atribuir aos programas escolares um caráter provisório e experimental devendo a sua revisão basear-se em dados objetivos. Quanto aos programas das últimas séries do curso, ter sempre em vista, por ocasião de sua revisão, os problemas de orientação profissional e educacional.

## TEMA ESPECIAL N.º 7

*As "missões culturais" como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social*

Conclusões aprovadas na sessão plenária de 26 de junho de 1942:

a) Os autores das teses estão todos de acôrdo quanto à necessidade de organização de missões culturais que percorram as diversas zonas rurais brasileiras;

b) Dos planos apresentados conclui-se pela possibilidade de pôr em prática as missões culturais.

c) A missão cultural, além de assistência técnica aos mestres, levará também, no que fôr possível, os benefícios da vida da cidade às populações rurais; deverá ainda colhêr observações sôbre as regiões que percorra.

d) Nas missões culturais o papel do cinema é da maior importância.

## TEMA ESPECIAL N.º 8

*As "colônias-escolas" como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada*

Sugestão aprovada na sessão plenária de 26 de junho de 1942:

O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, tomando conhecimento das teses que foram submetidas a seu estudo, relativas ao tema oitavo, ou seja, — *As "colônias-escolas" como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada;*

Considerando a impossibilidade evidente de se sanearem, educarem e socializarem as populações rurícolas do Brasil, na sua maioria, em virtude da escassa densidade demográfica de seus núcleos, espalhados e separados uns dos outros por enormes distâncias, fato verificado por testemunho direto e confirmado por estatísticas recentes;

Tendo em vista, sobretudo, que, por fôrça dessa falta de condensação demográfica, seria adiada ainda por longo tempo a obra de socialização, de saneamento, de instrução, de educação moral e cívica dessas populações, prejudicando-se, enormemente, o fomento econômico de vastas regiões do país;

Considerando que essas populações, assim isoladas, desajustadas do meio social brasileiro, privadas, da assistência pública, nos seus mais variados aspectos constituem pêso morto na economia nacional, convindo agregá-las, para obra intensiva de socialização, depois de saneadas e educadas;

Considerando, finalmente, que há oito anos, desde o Primeiro Congresso de Ensino Regional da Bahia, se vem debatendo essa matéria, hoje considerada plenamente aceita e pacífica;

Sugere:

Que ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República seja encaminhado veemente apêlo, no sentido de que o mesmo baixe decreto-lei, criando, a título de experiência, uma "colônia-escola modêlo", onde fôr mais conveniente, de preferência no Estado de Goiás, comemorando a inauguração oficial de Goiânia, expressão máxima do pensamento ruralista do atual govêrno da República, que instaurou a política de dominação efetiva da terra com a celebrada conclamação da "marcha para o oeste".

*Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística*

Resolução aprovada na sessão plenária de 27 de junho de 1942:

Considerando que a Comissão Executiva do Congresso designou os relatores abaixo assinados para apreciarem não só as teses e outros trabalhos não devidamente enquadrados no programa do certame como também as contribuições especiais da Associação Brasileira de Educação e dos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, em geral, a significação técnica e cultural da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística;

Considerando que o relatório sôbre o primeiro dos referidos objetivos já foi submetido a discussão e aprovação do plenário;

Considerando a excelente contribuição, anteriormente oferecida pelo I.B.G.E., com o magnífico elucidário *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, ao esclarecimento das realidades e dos problemas educacionais do país;

Considerando que a publicação, em volume, sob o título *Instruindo e Divulgando*, dos comunicados distribuídos à imprensa pela Associação Brasileira de Educação, documenta uma brilhante e valiosa atuação cultural e patriótica;

Considerando o valor técnico, informativo e artístico do *Atlas Estatístico do Ensino*, elucidário numérico e cartográfico oferecido pelo Conselho Nacional de Estatística, do I.B.G.E., ao Congresso;

Considerando que o volume *Educação e Saúde*, em que foram reunidos os comunicados divulgados no período de 1931 a 1941 pelo órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde, constitui uma rica fonte de sugestões, ensinamentos e informes particularmente úteis aos objetivos do presente certame;

Considerando que o Conselho Nacional de Geografia, do I.B.G.E., ofereceu ao Congresso uma coletânea de artigos, anteriormente divulgados na sua revista, sôbre *Geografia e Educação* todos dignos de francos encômios;

Considerando que na Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística foi proporcionada aos Congressistas e ao público uma opulenta documentação — em gráficos, mapas, plantas, álbuns e conjuntos fotográficos, quadros, montagens em gêsso e madeira, objetos diversos, livros, revistas e outras publicações, trabalhos escolares — referente ao que se tem realizado ou se projeta realizar em benefício da educação e da cultura, de modo especial, e, em geral, visando o progresso econômico e técnico-administrativo do país seja devido ao poder público, nas três órbitas governamentais, seja por iniciativa particular,

O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação

Resolve:

1.º — Expressar o seu louvor e reconhecimento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela meritória obra que vem realizando em proveito do encaminhamento das soluções dos problemas educacionais do país, e, em particular, pelas contribuições que os órgãos da referida entidade dedicaram ao Congresso, nas quais se contêm valiosos elementos para o exame dos assuntos ora debatidos.

2.º — Consignar o valor da propaganda educativa realizada pela Associação Brasileira de Educação através de seus comunicados à imprensa, reunidos no volume *Instruindo e Divulgando*.

3.º — Aprovar um caloroso voto de congratulações com o I.B.G.E. e a A.B.E. pela iniciativa da anexação, ao Congresso, da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, na qual se apresentou magnífica documentação sôbre as atividades educacionais, econômicas e técnico-administrativas — estas últimas notadamente nos campos da geografia e da estatística — desenvolvidas em todo o país, e que constituiu um notável testemunho de unidade nacional.

Sala das Sessões do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, em Goiânia, 27 de junho de 1942.

A Comissão Relatora, — *Francisco Medeiros, Agnelo Arlington Fleuri e Edmar Pereira.*

★

**Resolução n.º 236, de 4 de julho de 1942**

*Registra a adesão do Brasil ao Instituto Inter-Americano de Estatística e consigna outros pronunciamentos*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Presidência do Instituto, nos têrmos do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 187, propôs ao Govêrno da República a adesão do Brasil ao Instituto Inter-Americano de Estatística;

Considerando, também, que a Conferência de Chanceleres, reunida no Rio de Janeiro, no início do ano em curso, recomendou a adesão dos países do Continente àquela entidade;

Considerando, finalmente, que as providências postas em prática pelo Govêrno asseguraram em definitivo a solidariedade do Brasil ao Instituto Inter-Americano de Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Estatística registra, com satisfação, a adesão oficial do Govêrno da República ao Instituto Inter-Americano de Estatística, consubstanciada nas disposições do Decreto-lei n.º 4 263, de 16 de abril do corrente ano, e ressalta o elevado alcance político e americanista de que se reveste o mencionado ato.

Art. 2.º — Formulando os seus melhores votos porque os demais países da América tomem idêntica providência, e possibilitem, dêsse modo, a consecução dos nobres objetivos a que se propõe o Instituto Inter-Americano de Estatística, renova o Conselho a recomendação constante da sua Resolução n.º 187, para que seja assegurada à novel entidade, por todos os órgãos da organização estatística nacional, inteira solidariedade e assídua colaboração.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 237, de 4 de julho de 1942**

*Presta homenagem à memória de dois membros das Comissões Técnicas.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que se recomendam à admiração e respeito das novas gerações de estatísticos brasileiros aquêles que prestaram, no campo de sua especialização, prestigioso concurso à obra em cuja consecução se empenha o Instituto;

Considerando que entre os mais dedicados estudiosos dos problemas brasileiros à luz da estatística, se destacaram, pela inteligência e cultura, os nomes de Urbano C. Berquó e Bruno Rudolfer, membros das Comissões Técnicas, recentemente falecidos;

Considerando, finalmente, que os dois especialistas legaram à bibliografia estatística nacional estudos de reconhecido mérito;

Resolve:

Artigo único — Em homenagem à memória de Urbano C. Berquó e Bruno Rudolfer, o Conselho Nacional de Estatística recomenda à leitura dos estatísticos do país dois bem elaborados trabalhos de autoria daqueles especialistas e constantes, como anexos, da presente Resolução.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

ANEXOS À RESOLUÇÃO N.º 237

N.º 1

## O MÉTODO ESTATÍSTICO

Urbano C. Berquó

As afirmações contidas nesta ligeira introdução, que julgámos indispensável às considerações que pretendemos fazer sôbre a estatística agrícola, não poderiam, de forma alguma, ser consideradas como algo com pretensões doutrinárias. O que pretendemos é apenas definir a maneira pela qual — sempre estribados na opinião autorizada de mestres de reputação mundial — encaramos êsse instrumento de investigação, cuja fecundidade a nenhum homem medianamente culto é lícito ignorar presentemente.

Em seu excelente *Précis du Cours de Statistique*, o ilustre estatista belga Armand Julin, após constatar que "à l'heure actuelle, la grande majorité des auteurs considère la statistique non comme une science, mais comme une méthode scientifique" (p. 3), sustenta, entretanto, que "par la généralité même de ses applications, la statistique présente un caractère très spécial qui lui assure une place différente de celle qu'elle occuperait comme méthode" (p. 4). Por que será que a maioria dos autores atualmente considera a estatística como um método científico, apesar do "caráter especial" que lhe asseguraria a "generalidade" de suas aplicações? Ciência à parte, autônoma, é que, pensamos, não poderia ela ser considerada, pois lhe falta para isso *uma matéria* que lhe seja própria. A extensão mesma de seu emprêgo mostra, claramente, essa carência de *matéria* própria, e, ao contrário, põe em relêvo a existência de uma *forma* essencial, caracteristicamente estatística. Assim sendo, a estatística só comporta definições baseadas sôbre o seu caráter *formal*, o que equivale a dizer que ela tem, necessàriamente, de ser considerada como um método.

André Lalande em seu imprescindível *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*[1] diz, a propósito da palavra *méthode*, o seguinte: "Etymologiquement, "poursuite", et par conséquent effort pour atteindre une fin, recherche, étude, d'où chez les modernes deux acceptions très voisines, quoique possibles à distinguer: 1. Chemin par lequel on est arrivé à un certain résultat, lors même que ce chemin n'aurait pas été fixé d'avance de façon voulue et réfléchie... — 2. "programme réglant d'avance une suite d'opérations à accomplir et signalant certains événements à éviter, en vue d'atteindre un résultat déterminé". B — "Spécialement — Procédé technique de calcul ou d'expérimentation" (págs. 463-64).

Em qualquer dessas acepções, método significa sempre pesquisa, estudo, caminho, programa ou processo para atingir um fim. É uma norma ou um conjunto de normas que se emprega para se obter tal conhecimento ou para se realizar tal ação.

Afirmamos que a estatística tem, necessàriamente, de ser considerada como um método, o que quer dizer, portanto, que devemos encará-la como uma pesquisa sistemática, um processo de estudo de uma certa categoria de fatos. Mas, falando em uma *certa categoria de fatos*, não estamos dando a entender que a estatística possui uma *matéria* própria, constituindo, conseqüentemente, uma ciência? Não, porque essa certa categoria de fatos não é constituída de fatos *específicos*, ou de determinada ordem, mas se compõe de fatos das mais diversas e variadas ordens. Segundo Alfredo Niceforo, sem dúvida um dos grandes expoentes da cultura contemporânea, o método estatístico deve ser aplicado "aux faits dits *collectifs* ou *atypiques*". Fato coletivo ou *atípico*, "c'est celui dont les manifestations, lorsqu'elles se succèdent ou se produisent simultanément, ne se repètent jamais de la même manière" (*La méthode statistique*, pág. 6). Êsse mesmo autor, referindo-se à disciplina "qui enseigne la manière d'étudier quantitativement les phenomènes dits collectifs ou de masse", diz: "cette discipline n'est pas autre chose que la méthode statistique" (*Les indices numériques de la civilisation et du progrès*, pág. 15). Horace Secrist em seu livro *Readings and problems in statistical methods*, por sua vez, sustenta ser "a unique function of the method — to furnish a description of a group of objects or events in terms of the group attributes rather than those of the individuals composing the group" (págs. 383-84). Armand Julin assevera que "le caractère propre de la méthode statistique est d'être basée sur l'étude des ensembles ou des masses" (loc. cit., pág. 5).

Êsses fatos coletivos, atípicos, ou de massa, se encontram tanto no mundo inorgânico e no orgânico, como no social. Certamente, quanto mais complexa fôr uma determinada ordem de fenômenos, tanto mais nela abundarão os fatos atípicos. Os fatos sociais, por exemplo, são essencialmente e eminentemente atípicos. Por isso é que, embora o método estatístico seja empregado com proveito, isto é, de modo admiràvelmente fecundo nas ciências físicas e nas biológicas, é no terreno das ciências sociais que o seu papel se torna realmente preponderante.

A ciência moderna, a ciência experimental, seguindo os preceitos formulados por Francis Bacon em seu genial *Novum Organum*, se caracteriza pelo emprêgo cada dia mais amplo e generalizado da observação e da experimentação. Daí a crescente importância, o predomínio cada vez mais acentuado do método indutivo na elaboração do conhecimento científico. Ora, pelo seu próprio caráter, os fatos coletivos ou atípicos são os que mais exigem em seu estudo o emprêgo do método indutivo. Querer compreendê-los, tentar descobrir as leis que os regem por via dedutiva, partindo-se do genérico para o específico, é inteiramente inútil, perfeitamente estéril do ponto de vista do conhecimento objetivo. A pesquisa das simples relações de causa e efeito da lógica formal é irremediàvelmente infecunda e ilusória, em se tratando de fatos atípicos. Para remontarmos da irregularidade superficial, da desordem aparente dos fenômenos de massa à regularidade, à uniformidade, que êles encerram, temos, — seguindo os preceitos do que Vilfredo Pareto tão justamente denominou *método lógico-experimental*, — que inferir, da análise de uma série de suas manifestações, a lei que os rege. O método estatístico deve, por conseguinte, ser considerado como um caso especial do método de indução: é o método indutivo aplicado aos fatos coletivos. Será lícita essa maneira de ver? No *Vocabulaire* de Lalande, acima citado, se diz, a respeito da palavra *Induction* (págs. 372-74): "A — Inférence conjecturale. B — Opération mentale qui consiste à remonter d'un certain nombre de propositions donnés, généralement singulières ou spéciales, que nous appelons *inductrices*, à une proposition ou à un petit nombre de propositions plus générales, appelées *induites*, telles qu'elles impliquent toutes les propositions inductrices". Ora, o método estatístico visa, principalmente, verificar o comportamento de uma seqüência de fenômenos coletivos, isto é, de fenômenos em cujo andamento influem causas múltiplas e diversas, das quais se desconhece o grau de ação individual. No estudo da seqüência ou da covariação de

[1] Alcan, Paris, 1926.

um grupo de fatos atípicos procura êle pôr em evidência um princípio geral. Diz Armand Julin: "en statistique on observe une multitude de faits particuliers, desquels on essaye de remonter aux principes généraux: ce procédé de raisonnement s'appelle *l'induction*" (loc. cit., pág. 10). Aliás, para mostrar, de modo a não deixar a menor dúvida no espírito de quem quer que seja, o caráter fundamentalmente indutivo do método estatístico, basta relembrarmos a importância cada dia maior, no domínio estatístico, das *amostras representativas* (*samples, échantillons*) de cujo estudo se tiram conclusões válidas para os respectivos universos. O estatístico e economista ianque F. H. Harper dedica o primeiro capítulo de seu ótimo livro *Elements of Practical Statistics* ao estudo da "Sampling" e o inicia com a seguinte afirmação: "in beginning the study of methods of statistical analysis the first problem to be considered is that of sampling". Raymond Pearl, o grande mestre de biometria, afirma que "in the practical affairs of life perhaps the most frequent use of the statistical methods which is made, either consciously or unconsciously, is to form a judgment of the probable constitution of an unknown universe, on the basis of the constitution of a sample of known constitution drawn at random from it". (*An Introduction to Medical Biometry and Statistics*, pág. 255).

Método indutivo para o estudo dos fatos coletivos, ou seja daqueles que dependem de uma multiplicidade de fatôres, a estatística merece a qualificação de método científico pela sua preocupação de *medir* a grandeza e classificar os atributos dos fenômenos de que se ocupa. Mesmo não se aceitando como um axioma a afirmação que Le Dantec tanto gostava de repetir: *il n'y a de science que du mésurable*, será impossível negar, nos dias de hoje, que a *quantificação*, a passagem do qualitativo para o quantitativo, seja o traço marcante do desenvolvimento de qualquer ramo do conhecimento científico. Vilfredo Pareto no parágrafo 59 de seu *Compendio di Sociologia Generale* declarou: "procuriamo di sostituire, per quanto é possibile, considerazioni quantitative alle qualitative, benchè, mancandoci una misura, dovremo appagarci d'indicare la quantità con certi indici che crescono o scemano con la cosa stessa: per quanto imperfetto questo modo será meglio di niente". Ao método estatístico não interessa nenhum fenômeno isoladamente, mas apenas um certo número de fenômenos, considerados em grupo ou em série. Estudando-os dessa maneira, com o auxílio do método estatístico, o que se procura é descobrir relações de caráter quantitativo, ou, em outras palavras, estabelecer leis estatísticas. Qual o caráter dessas leis estatísticas? O grande matemático francês Emile Borel diz no prefácio de sua obra *Le Hasard* que "expliquer statistiquement un phenomène, c'est arriver à le regarder comme la résultante d'un très grand nombre de phenomènes régis par la loi du hasard". O traço distintivo dêsses fenômenos "c'est de dépendre de causes trop complexes pour que nous puissons les connaître toutes et les étudier". Daí "la différence qui sépare la loi statistique des lois naturelles: la loi statistique ne permet pas de prévoir un phenomène déterminé, mais énonce seulement un résultat global rélatif à un assez grand nombre de phenomènes analogues; de plus, sa certitude ne paraît pas être de même nature et n'entraine pas l'assentiment de tous" (E. Borel, loc. cit., págs. 7 e 8). Vê-se, pois, que a explicação estatística tem, necessàriamente, um caráter sintético. A lei estatística é, por sua própria natureza, simplificadora. Essa a razão da importância capital das médias em estatística. Não se referindo a nenhum fenômeno individual, mas a um grupo estatístico de fenômenos, ela só é válida relativamente a essa pluralidade de fenômenos. Diz, com razão, Arthur L. Bowley: "L'emploi des moyennes permet de présenter des groupes complexes et des nombres considérables en quelques mots ou chiffres significatifs; les deux définitions de la statistique: *Science de moyennes* et *Science des Grands Nombres* se réconcilient ainsi" (*Eléments de Statistique*, tr. fr. pág. 103). Daí decorre a natureza da *previsão estatística*, que jamais apresenta êsse cunho de *certeza* da previsão baseada sôbre o conhecimento das leis naturais. A previsão estatística, utilíssima, indispensável mesmo, por ser a única possível em inúmeras questões do mais alto interêsse prático ou teórico, significa sempre um coeficiente de probabilidade. Negar, por isso, a sua legitimidade equivale a negar a própria possibilidade de construção da ciência experimental, a repudiar o método indutivo, a renunciar a tantas aplicações fecundas dêsse admirável método. Sustenta Emile Borel: "un coefficient de probabilité" constitui "une réponse tout à fait claire, correspondant à une réalité absolument tangible" (loc. cit., pág. 137).

O grande Henri Poincaré asseverou, certa vez, referindo-se ao cientista, que: "toutes les fois qu'il raisonne par induction, il fait plus ou moins consciemment usage du calcul des probabilités" (*La Science et l'Hypothèse*, página 214).

No domínio social, que é o que nos interessa particularmente, o método estatístico ocupa uma posição de absoluto predomínio. Tanto a própria Sociologia, como qualquer outra ciência especial dos fatos sociais, só podem desenvolver-se mediante a extensão do emprêgo da estatística. Para chegarmos ao conhecimento das *uniformidades* subjacentes à extraordinária diversidade dos fatos sociais, é necessário que os estudemos de modo objetivo, isto é, que os observemos segundo um critério lógico — experimental. Na vida social, como em qualquer outra ordem de fatos naturais, impera a *necessidade*, verifica-se o mais rigoroso determinismo. Mas, devido à sua extrema complexidade, os fatos sociais, com o seu cunho essencialmente atípico, dão a impressão de que, na vida social, tudo é obra da contingência, fruto do acaso. O estudo de uma série dêsses fatos, considerados em grupo, de modo a formar um conjunto homogêneo, dentro do qual as diversidades individuais se compensam, permitenos a descoberta dos sistemas de relações entre êles existentes. Mas, para que o método estatístico possa ser aplicado a êsses fatos, é necessário, no dizer de Niceforo, "qu'il s'agisse de phenomènes atypiques dont on peut exprimer les caractères *quantitativement* ou encore si cela ne se produt pas, car les caractères en question sont *qualitatifs*, il faut que ces caractères qualitatifs soient capables d'être traités quantitativement". (*La méthode statistique*, pág. 23). Há fenômenos, porém, rebeldes à *medida*, visto só apresentarem atributos cuja *quantificação* não é possível diretamente, por faltar um instrumento ou uma unidade adequados à sua mensuração. Ensina-nos o grande mestre italiano que em tal caso, quer dizer "dans le but de "mesurer" un caractère *qualitatif* donné du phenomène ou de l'objet que l'on examine, on en mesure un caractère quantitatif qui soit en rapport avec le caractère en question. On arrive de cette manière, evidemment, à une statistique des quantités, mais à une statistique *sui-generis*, que l'on pourrait appeler *statistique des quantités*, révélatrice des qualités" (loc. cit., pág. 24).

A necessidade de quantificar, de exprimir sob forma numérica, de *medir* enfim as relações e os atributos de um conjunto, faz com que a estatística empregue freqüentemente o

processo de representação, ou, se se quiser, o método representativo. O método representativo tem por objetivo, ou a determinação de *índices numéricos*, de *caracteres sinaléticos*, mediante os quáis podemos fazer uma apreciação segura do movimento ou da distribuição de certos fenômenos, ou então, graças à utilização de *amostras* bem escolhidas, a realização de uma inferência amplificadora, por meio da qual, do estudo de um dado número de itens, podemos tirar conclusões atinentes ao universo. A possibilidade da existência de *caracteres sinaléticos*, de *valores indiciários*, resulta do fato de constituir cada universo um *consensus*, entre cujos itens variáveis existem relações de correlação. Essas relações de correlação autorizam o estatista a usar o processo quantitativo-indiciário; a empregar determinados valores como índices *sintomáticos*, susceptíveis de *medir* atributos ou variações de caráter qualitativo. Quanto ao emprêgo das amostras, justifica-o, conforme tão bem salientou F. H. Harper, o princípio ou lei da "permanência dos pequenos números". Mas, para ser legítimo, o uso das amostras deve, também, estar de acôrdo com a *lei dos grandes números*, pois, como disse Raymond Pearl: "by a good sample is meant one which is fairly *representative* qualitatively of the universe from which it is drawn. By an *adequate sample* is meant one which is *large enough* in point numbers to satisfy the requirement of the theory of probability" (loc. cit., pág. 255).

Método indutivo próprio ao estudo dos conjuntos, a estatística é, por conseguinte, um método rigorosamente lógico — experimental. Afigura-se-nos, por isso, completamente injustificável a afirmação de Armand Julin, segundo a qual o método estatístico "s'oppose à la méthode d'observation et à la méthode expérimentale". Muito mais acertado nos parece Bowley quando afirma constituir a estatística uma *ampliação* da *experiência individual*. François Simiand, o notável economista e estatista francês recentemente falecido, disse, com a sua habitual maestria, em seu precioso livrinho *Statistique et Expérience*: "ne voyons-nous pas que la recherche statistique n'est pas un type de recherche s'opposant à l'expérimentation, mais qu'elle apparaît plutôt comme une certaine sorte de recherche expérimentale, comme l'expérimentation s'appliquant à de certains ordres de faits, *aux faits*, pourrait-on dire, qu'on détermine quantitativement au moyen d'un nombre plus ou moins grand de constatations individuelles, mais qui sont distincts de ces éléments individuels et ne sont réalisés tels en aucun d'eux ?" (pág. 19). Êsse grande economista gostava mesmo de empregar a expressão *experimentação estatística*. A êsse respeito êle afirmou: "cette méthodologie spéciale à ce que nous pouvons appeler, au sens qui vient d'être dit, *l'expérimentation statistique*" (pg. 21).

Meio de conhecimento, processo de investigação, possui a estatística um caráter nitidamente instrumental, não podendo, portanto, senão por verdadeira aberração mental, ser considerada um fim em si. Certo, bem pode o estudioso ao refletir sôbre ela, ao meditar sôbre as perspectivas filosóficas ou sôbre os conhecimentos teóricos e as realizações práticas que a ela devemos, sentir aquêle prazer intelectual tão semelhante ao prazer estético, que, como notou Poincaré, nos dá a contemplação de tôda obra do pensamento, por sua simplicidade, por sua precisão e por sua harmonia.

A legitimidade de seu uso — pensamos tê-lo demonstrado, embora incompleta e sumaríssimamente — não pode ser posta em dúvida, tal a solidez de seus fundamentos. Do ponto de vista puramente pragmático, a sua justificação, se necessária ainda, poderia ser feita *ex-abundantia*, mostrando-se a fecundidade realmente estupenda de suas múltiplas aplicações, desde o campo imenso das ciências físicas até o vasto e complexo domínio das ciências biológicas e sociológicas.

Raymond Pearl, um dos homens de ciência que podem gabar-se de ter sabido empregar de modo mais eficiente o método estatístico, sustenta que "the statistical method is essentially a *technic*" (loc. cit., pág. 21). Alfredo Niceforo, que nos mais variados problemas da antropologia, da psicologia e da sociologia, também tem aplicado proveitosamente o método estatístico, acha que seria preferível "réserver à la manière de relever, de dépouiller et de grouper les données, le nom de *technique* statistique", e de "faire de la méthode statistique proprement dite, l'ensemble des règles qui enseignent à chercher ou à calculer les *valeurs signalétiques* de la *distribution*, du *mouvement* et des *rapports* des *phenomènes* "collectifs" de tout genre".[2] — Essa separação não nos parece verdadeiramente essencial; aliás, o próprio Niceforo a sugere apenas com visível intuito de criar uma distinção prática entre o trabalho preliminar de coleta e apuração dos dados e o de interpretação e utilização dêsses dados. Do ponto de vista prático, em relação a cada aplicação especial do método estatístico, essa distinção é, na verdade, inegàvelmente utilíssima. "Instrument délicat d'observation et de raisonnement", conforme a expressão justa de André Liesse (*La Statistique*, pág. 193), o método estatístico adquiriu tal importância que, presentemente, é inadmissível a sua ausência no *armamentarium* do homem de ciência e do estadista, do economista e do jurista, do médico e do magistrado, do professor, do industrial e do comerciante. Numa civilização que o filósofo francês Louis Rougier caracterizou como *quantitativa* em oposição às antigas civilizações *qualitativas*, numa civilização cujos princípios de formação de govêrno obedecem a critérios quantitativos, em que o sistema de seguros ocupa cada dia um lugar mais relevante, em que a necessidade de prever e regular a produção se afirma imperativamente, numa civilização em que a preocupação eugênica se acentua progressivamente e em que se reconhece que a base sólida de uma verdadeira política de eugenia consiste no conhecimento aprofundado das leis da hereditariedade, leis essas de caráter estatístico — em suma, numa civilização de alta densidade econômica, de predomínio da técnica e de crescente extensão do poder e da importância do Estado, o conhecimento da significação do método estatístico deve ser considerado de grande interêsse social. Em qualquer plano nacional de ensino deve o seu estudo figurar compulsòriamente. O imortal Laplace, um dos maiores cientistas de todos os tempos e ao qual tanto deve o cálculo das probabilidades, alicerce do método estatístico, assim termina o seu famoso *Essai philosophique sur les probabilités*: "Si l'on considère les méthodes analytiques auxquelles cette théorie a donné naissance, la verité des principes qui lui servent de base, la logique fine et délicate qu'exige leur empoli dans la solution des problèmes, les établissements d'utilité publique qui s'appuient sur elle, et l'extension qu'elle a reçu et qu'elle peut recevoir encore par son application aux questions les plus importantes de la philosophie naturelle et des sciences morales; si l'on observe ensuite que, dans les choses mêmes qui ne peuvent être soumises au calcul, elle donne les aperçus les plus sûrs qui puissent nous guider dans nos jugements, et qu'elle apprend à se garantir des illusions qui souvent nous égarent, on verra

[2] *Les indices numériques de la civilisation et du progrès* — pág. 18.

qu'il n'est point de science plus digne de nos méditations et qu'il soit plus utile de faire entrer dans le système de l'instruction publique". Essas linhas foram escritas pelo genial matemático francês em 1814; já tão verdadeiras nessa época, não parecem, entretanto, proféticas, quando se pensa no extraordinário progresso de "sua aplicação às questões mais importantes da filosofia natural e das ciências morais" neste último século? Sem dúvida são numerosos ainda os céticos, os negativistas que persistem em desconhecer ou em negar o valor teórico e prático dêsse método admirável. Mas essa dúvida e essa negação não provêm de um julgamento seguro, de um conhecimento profundo da questão, e sim da ignorância e da superficialidade dos que preferem guiar-se por *boutades* espirituosas a se orientarem por si mesmos a êsse respeito, isto é, procurando estudar os princípios e as aplicações da estatística. Há, também, certos espíritos que, fascinados pelo rigor dos conhecimentos obtidos por via dedutiva, ou pelo caráter de *certeza* das leis naturais, se mostram desdenhosos do que denominam a *incerteza* do conhecimento estatístico. A êsses, porém, se poderá responder que "la méthode qui enseigne à suivre le vrai et à dénombrer exactement toutes les circonstances de ce qu'on cherche contient tout ce qui donne de la certitude aux règles d'arithmétique", conforme o dizer de Descartes, (*Discours de la Méthode,* 2ème partie). Um dos lemas prediletos de Augusto Comte era o famoso *saber para prever, afim de prover*. Êsse lema, na nossa opinião, deve ser a pedra de toque para se aferir o caráter positivo de qualquer método ou teoria. Ora, o conhecimento que se obtém por meio da estatística permite, indubitàvelmente, que se façam *previsões* e sôbre essas *previsões,* não há quem o ignore, são feitas inúmeras *provisões*. É verdade que a *previsão estatística* representa uma *probabilidade objetiva*, e não uma *certeza absoluta,* mas é sôbre essa base que numerosas companhias de seguro, dizia irônicamente Henri Poincaré, "distribuent à leurs actionnaires des dividendes dont la réalité objective ne saurait être contestée".

Conforme dissemos de início, apenas pretendemos, nesta rápida e incompleta introdução, expor a nossa maneira de encarar o método estatístico. Não há, nem poderia haver nenhuma pretensão a originalidade. O que procuramos foi pôr em relêvo a inadmissibilidade do ponto de vista dos que negam ou desconhecem que a estatística seja simplesmente o método indutivo aplicado ao estudo dos fatos atípicos, à investigação das leis que regem os conjuntos. Fizemo-lo imperfeitissimamente, não há dúvida, mas inspirados nos trabalhos de autoridades de primeira ordem no assunto. Da mesma forma procurámos demonstrar a enorme importância atual do método estatístico. Julgámos que essa introdução, verdadeira profissão de fé de um estudioso da estatística, era imprescindível às considerações que fazemos a seguir sôbre a estatística agrícola.

### *A estatística agrícola*

Vimos que, sob o têrmo *estatística,* se deve entender realmente *método estatístico,* pois, na carência de uma *matéria* que lhe seja peculiar, não pode essa disciplina ser considerada senão como método. Mostrámos que êsse método, de caráter indutivo, se aplica a qualquer ordem de fenômenos coletivos. Salientamos também que as ciências biológicas e, especialmente, as ciências sociais constituem o campo em que a sua aplicação é mais necessária e fecunda. Tão fecunda tem sido a sua aplicação a algumas ciências sociais, que muitos estudiosos têm sido levados a identificar a estatística ou com a própria sociologia, ou com alguma ciência social especial, como, por exemplo, a demografia. Alfredo Niceforo observa a êsse propósito que "sous le nom générique de "statistique"; — nous ne le répéterons assez — l'on comprend et l'on confond encore aujourd'hui des choses bien différentes les unes des autres. Nous aimerions bien en effect qu'on distingât — en premier lieu — une "statistique" entendue comme méthode, et partant, une méthode statistique des diverses *applications* que l'on peut faire de la méthode statistique à la connaissance à l'étude de telle ou telle catégorie de faits". E, após relembrar a aplicação da estatística à demografia, às finanças, à criminologia, etc., Niceforo declara que tôdas essas estatísticas especiais "ont pour object l'étude des phénomènes sociaux par la voie de la méthode quantitative", mas que "l'application d'une méthode à l'étude des différents faits sociaux" não basta para fazer com que "chaque catégorie de faits constitue une science à elle pour la simple raison qu'elle est étudiée et aprofondie à l'aide d'une seule méthode. Chaque catégorie de ces faits, par contre, ne continue moins à rentrer dans la propre science dont elle fait partie. Donc, statistique — méthode d'un côté, et de l'autre, soit sciences autonomes comme la démographie, soit sciences particulières qui se servent de la méthode statistique" (*Les indices numériques de la civilisation et du progrès,* págs. 15-17).

Cada uma das *estatísticas especiais* representa, simplesmente, a *aplicação* do método estatístico ao estudo sistemático, isto é, à ciência de uma ordem de fatos. O método estatístico é certamente uno em sua essência, sempre idêntico em sua significação, mas necessàriamente variável em suas aplicações. Seria realmente inconcebível que, aplicado à genética ou à economia política, por exemplo, não se adaptasse às *matérias* diversas dessas ciências, embora conservando invariável o seu caráter *geral*. Assim é que a estatística agrícola constitui, na nossa opinião, a aplicação do método estatístico ao estudo dos fatos da economia agrícola, ou da economia agrária, conforme preferem dizer vários autores prestigiosos. Todos os fatos coletivos que se enquadrarem na *matéria* da economia agrícola deverão, conseqüentemente, ser estudados com o auxílio da estatística agrícola. Pensamos dêsse modo porque, para nós, a economia agrícola é a aplicação da ciência econômica à agricultura, considerada do ponto de vista social. Em seu recente e monumental tratado de *Economia Agrária,* Carlo Dragoni define a economia agrária ou rural como "la scienza nella quale i principi e i metodi della scienza economica vengono applicati allo studio dell'agricoltura, con lo scopo di porre in luce l'azione e la natura delle forze economiche influenti la sua organizzazione interna ed i suoi rapporti esterni e per tal modo di aiutare l'azione pratica, individuale e collettiva, diretta ad assicurare il massino grado di prosperità alle singole imprese ed all'industria nel sua complesso, anche in rapporto alla prosperità generale" — "*Introduzione,* pág. XXIV). Ora, a ciência econômica tem como objetivo principal a inferência das leis que regulam a produção e a distribuição das riquezas. E a economia agrícola visa aplicar os princípios e métodos econômicos à agricultura considerada, como acima acentuamos, do ponto de vista social. A estatística agrícola é, pois, a aplicação do método estatístico a uma ciência aplicada.

Mesmo para os que não compartilham a opinião do grande economista sueco Gustav Cassel, que só considera a produção *integrada, completa,* do ponto de vista econômico, quando o produto é entregue ao consumidor (Ver o seu *Traité d'Économie Politique,* tr. fr., vol. 2.º), é claro que à economia agrícola deve interessar,

não só a produção, mas a distribuição dos produtos agrícolas. As questões referentes aos mercados dos produtos agrícolas, ao poder aquisitivo dos agricultores — (ao *farmer dollar* como gostam de dizer os economistas ianques), à rendabilidade das explorações agrícolas, são do mais alto interêsse econômico, político e social. Mas se as questões atinentes à distribuição ou à venda dos produtos agrícolas interessam fortemente à economia agrária, por outro lado elas se enquadram no estudo da distribuição, dos mercados em geral, não pertencendo, portanto, exclusivamente ao domínio da economia agrícola. O estudo da rendabilidade das explorações agrícolas, no qual o emprêgo da contabilidade e da estatística promete ser tão fecundo, se acha ainda em seu início, pois, só nestes últimos anos, graças aos esforços do Instituto Internacional de Agricultura, uma *équipe* de estudiosos vem se dedicando a isso com tenacidade e entusiasmo. Tanto em relação à distribuição, como à rendabilidade, a estatística dos preços tem uma importância capital. Apesar de sua alta significação para a economia agrícola, a estatística dos preços não pertence *tècnicamente* à estatística agrícola, pois constitui uma aplicação especial do método estatístico.

Mas, afinal de contas, quais os fatos da economia agrícola a que se aplica de um modo especial o método estatístico? Ou, em outras palavras, qual a extensão do domínio da estatística agrícola? Não pode haver a menor dúvida quanto à resposta. O objetivo essencial da estatística agrícola é a mensuração da produção agrícola. Êsse é o grande problema da economia agrária, cuja resolução compete exclusivamente à estatística agrícola.

O que visamos neste ligeiro trabalho é tão sòmente fazer algumas considerações de natureza metodológica sôbre a estatística agrícola. Fa-lo-emos inspirados, não só no estudo do que o Instituto Internacional de Agricultura já tem realizado nesse sentido e do que países como os Estados Unidos, nação modelar também nessa matéria, vêm praticando, retificando e melhorando, mas, sobretudo, pela meditação dos ensinamentos contidos na obra basilar, de leitura absolutamente imprescindível a todo aquêle que quiser tratar de estatística e economia agrícola, — "Les bases théoriques de la statistique agricole internationale", da autoria do mais autorizado mestre dessa especialidade, Umberto Ricci.

Vamos agora delimitar tão rigorosamente quanto possível o nosso campo de observação e estudo. A estatística florestal interessa, certamente, e muito, à economia agrícola; é incontestável, porém, que, do ponto de vista que nos preocupa, o metodológico, ela não pode ser pròpriamente incluída na estatística agrícola. Essa é a opinião de Umberto Ricci, que afirma: "la statistique forestière a toujours été considérée comme une branche un peu séparée de la statistique agricole et nous ne nous en occupons qu'accessoirement" (ex. cit., pág. 56). Realmente, pela própria matéria de sua aplicação, a estatística florestal, não só se diferencia sensivelmente da estatística agrícola pròpriamente dita, como também apresenta dificuldades ainda maiores, do que resulta achar-se ela consideràvelmente retardada em relação àquela. Foi justamente por isso que o Instituto Internacional de Agricultura resolveu, em 1934, criar uma comissão mista de estudos, com o objetivo de *promover* "o aperfeiçoamento e a unificação das estatísticas florestais". Essa comissão mista, após um trabalho preliminar, se reuniu em Roma, em junho do corrente ano, conseguindo "fixer un programme de statistiques forestières dans lequel ont été précisés les cadres, les définitions et les classifications qu'on devrait adopter internationalement pour le perfectionnement et l'unification de cette importante branche de la statistique. Les principales questions examinées et resolues par la Commission concernent: la définition du terme *superficie forestière* aux fins de la statistique; la répartition de la superficie même, conformement à une série de criteriums diverses; les évaluations du volume du bois sur pied et de l'accroissement annuel des forêts; les statistiques de la production annuelle réalisée (coupes). Pour chacun de ces points, on a précisé les détails qu'on considère comme indispensables ou comme désirables. D'autres recommendations se réfèrent aux évaluations des superficies; du volume du bois sur pied et de la production des arbres qui ne sont pas compris dans la forêt, mais qui fournissent ou peuvent fournier du bois; des degâts causés aux forêts par les incendies, par les insectes, par le vent et par d'autres adversités; de la production de quelques principaux produits accessoires de la forêt" (ver *Bulletin mensuel de renseignements techniques*, de julho de 1935, publicação do Instituto Internacional de Agricultura).

Vê-se, pois, que tôda a metodologia da estatística florestal ainda está por ser construída, pois, mostra-o claramente a citação supra, os seus próprios fundamentos só agora começaram a ser assentados. É, portanto, mais que justificável, é indiscutível o direito de se deixá-la de parte, quando se trata de examinar a metodologia da estatística agrícola.

Diz Ricci: "Le but principal de la statistique agricole *proprement dite* est de faire connaître, pour chaque culture, le montant de la *production* qu'on espère en obtenir ou, selon les cas, le montant que l'on en a effectivement obtenu" (loc. cit., pág. 3). O cálculo direto dêsse montante da produção agrícola por meio da mensuração de seu pêso ou de sua capacidade, ou ainda por contagem, é porém, na maioria dos casos, ou pràticamente impossível ou dificílimo. Mas "le montant total de la production d'une culture donnée peut être décomposé en deux facteurs; l'un est la *superficie* productive, l'autre le rendement que l'on prévoit ou que l'on a obtenu par *unité de superficie*: nous l'appellerons rendement par hectare" (Ricci, loc. cit., pág. 3).[3]

Tôda a metodologia da estatística agrícola se baseia nessa consideração da produção agrícola como um produto da superfície produtiva pelo rendimento unitário. Mas, por definição, o rendimento unitário é, pura e simplesmente, a produção obtida na *unidade* da *superfície* produtiva. Daí a importância primordial, a necessidade absoluta do estudo minucioso e sistemático da *superfície*, na estatística agrícola. Por êsse motivo é que a estatística do gado, a estatística pecuária, também não se enquadra *metodològicamente* na estatística agrícola, conquanto não seja possível fazer-se dela abstração em qualquer recenseamento agrícola. A importância da estatística pecuária na economia agrícola não é menor do que a das culturas, mas, por faltar-lhe o elemento *essencial* que é a superfície, são-lhe inaplicáveis os processos de avaliação e estima característicos da estatística agrícola. Realmente, não se pode de maneira alguma considerar a criação de qualquer espécie de gado, como *ligada*, como dependente de uma determinada *superfície*. Eis porque Ricci, conquanto reconhecendo que "la statistique du bétail est étroitement liée à la statistique de la production végétale" (pág. 10), julga acertado não incluí-la "dans la statistique agricole proprement dite" (pág. 11), visto que lhe "fait défaut un élément essenciel de la statistique agricole: celui de la *superficie*

[3] Doravante sempre que citarmos Ricci indicaremos apenas o número da página.

occupée par les cultures" (pág. 11). Embora, conforme relembra êsse eminente mestre italiano, uma grande parte da produção agrícola, particularmente a de forragens, se destine à alimentação do gado, e seja relevante o papel que êste desempenha no trabalho agrícola, e apesar, também, da importância dos produtos dêle derivados, como, por exemplo, a carne, a lã, os laticínios — a carência dêsse elemento fundamental da estatística agrícola não permite que nela se inclua, do ponto de vista metodológico, convém repeti-lo, a estatística pecuária. Mesmo o fato de se poder avaliar a produção das pastagens pelo número de cabeças de gado que nelas se apascentam é, com razão que Ricci o julga insuficiente para justificar essa inclusão. Perfeitamente justa é a sua observação de que "les animaux forment un ensemble changeant et qui a beaucoup d'analogie avec la population d'un pays. En conséquence la statistique du bétail présente des problèmes dont certains sont analogues à ceux de la statistique démographique", devendo, por isso, "faire l'object d'études spéciales" (pág. 11).

Limitado assim èstritamente e, portanto, definido, o campo de aplicação da estatística agrícola, — pois, conforme a velha definição clássica, tôda limitação equivale a uma definição — examinemos agora mais detidamente o seu objeto. Êsse objeto, como vimos, é a mensuração da produção agrícola, ou seja a determinação da quantidade de produtos fornecidos pela superfície produtiva de um dado território, país, ou do mundo todo. Como não o ignora estudioso algum da ciência econômica, os produtos agrícolas, juntamente com as matérias primas de várias origens, são aquêles em cuja produção e, conseqüentemente, em cujas cotações, mais influem as exigências do mercado mundial. É verdade que em quase todos os países há sempre uma ou várias culturas destinadas exclusiva ou quase exclusivamente ao abastecimento interno. É igualmente verdade que, especialmente no que diz respeito aos produtos destinados à alimentação, se verifica, atualmente, uma tendência nítida para a sua diminuição, no cômputo das trocas internacionais, em virtude da política de caráter autarquista hoje generalizada (já tratamos dêsse assunto, por diversas vêzes, mas especialmente em nosso trabalho *Do protecionismo à economia dirigida*, publicado no *Correio da Manhã*, a 20 e 21 de março de 1925). Mas, apesar disso, é certo que os produtos agrícolas ocuparão sempre uma posição relevante no intercâmbio internacional. Levando em conta essa magna importância do comércio internacional para a agricultura de todos os países, o Instituto Internacional de Agricultura vem, desde a sua fundação, trabalhando tenaz e continuamente, embora tendo de enfrentar dificuldades de várias ordens, algumas quase irremovíveis, para tornar uma realidade a estatística agrícola internacional. Foi inspirado por essa preocupação que Umberto Ricci, incumbido pelo Instituto de escrever uma *memória* destinada a servir de base à discussão do problema da "unificação dos métodos adotados pelos diversos países para fazer o levantamento da extensão, do estado e da produção das culturas", se aprofundou no estudo das "bases teóricas" sôbre as quais se teria que construir a estatística agrícola internacional. O seu livro possui um caráter puramente teórico e metodológico, pois procura traçar "les premières lignes d'une méthodologie de la statistique internationale". É que a estatística agrícola "présente problemes techniques très particuliers et peut-être par cela sa méthodologie a-t-elle été négligée par les statisticiens" (pág. VI). Reconhecendo embora a impossibilidade de ser a estatística agrícola internacional executada diretamente por um *bureau*, por um departamento ou por uma organização internacional, devendo antes, por múltiplas razões que seria longo e ocioso enumerar aqui, ser realizada em cada país por serviços de caráter nacional, Ricci achou necessário traçar "les règles *idéales* d'après lesquelles un bureau international organiserait, s'il en avait pouvoir, la statistique agricole des divers pays" (pág. 10) Quer isso dizer que êle considerou a possibilidade prática de ser a estatística agrícola internacional executada por um serviço de caráter internacional como um verdadeiro *limite* para o qual tende ou deverá tender a estatística agrícola internacional executada mediante a colaboração entre uma organização internacional — o Instituto Internacional de Agricultura — e os diversos serviços nacionais A aplicação continuada e constantemente aperfeiçoada dessas regras teóricas, *ideais, mutatis mutandis,* em conformidade com a estrutura econômica de cada país, fará necessàriamente com que, mais depressa em alguns dêles, mais lentamente em outros, se vá aproximando do *limite* inatingível. Por isso é que Ricci também declara: "nous rendrons soin ensuite d'adapter ces règles à la réalité, en exposant les obstacles qui empêchent de les mettre en pratique et nous contentant de désirer ce que raisonnablement l'on peut espérer obtenir" (pág. 10).

Julga Ricci conveniente adotar-se uma distinção análoga à proposta por Niceforo e à qual nos referimos na *introdução*. Pensa êle que "l'étude des organes de relèvement et l'étude des moyens par lesquels on exprime les résultats du relèvement sont distinctes et peuvent être faits séparément. La première est en rapport plus direct avec la *substance*, la seconde avec la *forme*. Il est facile de se persuader que les deux questions de forme et de substance sont indépendentes" (pág. 7). É claro que "les exigences de forme et de fond sont différentes et peuvent être étudiées séparément". E Ricci, preocupado principalmente com as "bases teóricas" da estatística agrícola internacional, declara que em seu livro se ocupará "de la statistique internationale surtout au point de vue de la *forme*", pois, dado o seu objetivo se lhe afigura acertademente que "les exigences de la forme, sous un certain aspect, sont même plus essentielles que les autres" (pág. 7). Isso significa que, por conveniência metodológica, êle postula que o levantamento e a apuração dos dados estatísticos se fazem de modo perfeito, como se fôssem executados por um serviço internacional, *idealmente* organizado. É evidente que tal não se verifica na realidade, mas êsse é o fim de que se irá cada vez mais aproximando, à medida que se fôr aperfeiçoando a aplicação dos princípios gerais do método estatístico à estatística agrícola internacional. Tendo, pois, definido nitidamente o objeto da estatística agrícola, vejamos agora o que distingue a sua metodologia, quer dizer, a maneira de aplicar o método estatístico aos "problemas técnicos particularíssimos" que ela apresenta.

Para melhor tratarmos do assunto, vamos supor que estamos estudando a questão da execução de um serviço de estatística em um determinado país, B, por exemplo. Se, como vimos anteriormente, o elemento fundamental da estatística agrícola é a *superfície*, é axiomático que a tarefa preliminar indispensável à sua boa execução, ao seu funcionamento ótimo, consiste no conhecimento tão rigoroso quanto possível da superfície total do país B. Conhecida esta, isto é, satisfeita essa condição preliminar indispensável, o primeiro cuidado do estatístico agrícola será o de distinguir, de conhecer quantitativamente, tanto a superfície *produtiva*, como a *improdutiva* do país B. A estatística agrícola, para se tornar realmente segura e fecunda, deve apoiar-se numa estatística territorial bem feita. É indispensável, na opinião de Ricci, que "la somme de toutes

les superficies productives donnent ensemble le chiffre de la superficie totale de l'État, de la province ou de la région agricole, selon le cas" (pág. 14). Sòmente quando a estatística agrícola é feita "de telle sorte qu'elle puisse satisfaire à cette condition fondamentale" é que ela "commence à fournir une garantie de sécurité" (pág. 15). Examinando a situação dos diversos países em relação a essa "condição fundamental", Ricci distribuiu-os em quatro categorias: *primeira*, a daqueles onde é absolutamente impossível fazer qualquer distinção, verdadeiramente digna dêsse nome, entre a superfície produtiva e a improdutiva; a *segunda* compreende os países em que é lícito supor-se que a estatística agrícola abrange quase totalmente o território produtivo, mas, nos quais seria *imprudente* calcular por subtração a superfície improdutiva; a *terceira* é constituída pelos países cuja superfície improdutiva se poderia obter, sem imprudência, subtraindo-se da superfície total a superfície produtiva, porque nêles a estatística agrícola pode ser considerada como se estendendo a tôdas as utilizações do território produtivo, sendo que, além disso, a parte improdutiva representa apenas uma porção insignificante da superfície total; finalmente, a *quarta* é formada pelos países onde se conhece a repartição de todo o território. Chama-os Ricci, por êsse motivo, países que possuem uma estatística agrícola *com repartição completa de sua superfície*. E' evidente que, para um país situado no primeiro grupo, o *ideal* no domínio da estatística agrícola consistirá em passar o mais depressa que lhe fôr possível para o quarto grupo. Na verdade, porém, o que êle poderá fazer pràticamente, com tôda a boa vontade de seus dirigentes, é ir-se aproximando progressivamente do quarto grupo, sem deixar, por conseguinte, de atravessar os dois grupos intermediários. Qual a situação do Brasil a êsse respeito? Não pode haver dúvida de que o nosso país, infelizmente, ainda figura no primeiro grupo. Afirma, com a sua grande autoridade, o mestre da estatística nacional, Bulhões Carvalho, em seu excelente tratado *Estatística, Método e Aplicação*, que "é muito razoável que figure o Brasil entre os países do primeiro grupo, por ser ainda bastante considerável a área excluída do censo, correspondente a mais de 79% de seu território" (p. 437). Assim sendo, o *programa mínimo* da estatística agrícola no Brasil atualmente deve consistir em fazer com que a estatística agrícola abranja a quase totalidade do território produtivo nacional. Mas, que se deve entender por *superfície produtiva* e por *superfície improdutiva*, em estatística agrícola? Não são noções tão fáceis de definir, como poderia parecer à primeira vista ou a um exame superficial. Dado o caráter dêste trabalho e levando em conta a angústia do tempo de que dispusemos para escrevê-lo, não poderemos ocupar-nos das dificuldades encontradas por Umberto Ricci para chegar a uma definição aceitável de *superfície produtiva*, do ponto de vista estritamente *agrícola*. Êle considera *produtiva "toute la superficie qui fournit ou est destinée à fournir, soit par l'intervention de l'homme, soit spontanément, des produits végétaux, utilisés par l'homme de quelque manière et pour quoi que ce soit"* (p. 22). Tôda e qualquer superfície que produza ou esteja a produzir produtos vegetais, quer mediante o trabalho humano, quer espontâneamente, é por êle classificada como *produtiva*. Infelizmente, porém, as estatísticas agrícolas dos diversos países ainda não adotam uniformemente êsse critério para definir a superfície produtiva. Suponhamos agora que a direção do serviço de estatística agrícola do país B quisesse conhecer a superfície ocupada pelas diversas culturas. Para fazê-lo, ela deveria, seguindo as regras ideais de Ricci, resolver duas questões prévias: fixar a *nomenclatura* e a *classificação* das culturas e definir a *noção* de *superfície ocupada* pelas culturas. Aliás, a história do desenvolvimento de qualquer ramo da ciência pura ou aplicada nos mostra que a nomenclatura, a classificação e definição de noções básicas são coisas essenciais ao seu progresso, podendo-se considerar um passo importantíssimo nessa via a satisfação dessas três exigências básicas. Alfredo Niceforo afirmou que "une *nomenclature* est la condition qui permet de classer exactement des objects ou des manifestations d'un phénomêne par le moyen de ses attributs" e que "une nomenclature objective et sûre est la condition du traitement statistique des attributs" — (*La Méthode Statistique*, p. 27). Essa *nomenclatura* deve ser *especial*, acrescenta êle, com razão, pois sòmente assim se pode evitar a imprecisão e os erros cristalizados na linguagem corrente. Quanto à classificação, pensa Niceforo que "une classification que l'on dresse par le moyen d'attributs ne pourra donc avoir de valeur, en vue d'un examen statistique, c'est-à-dire pour permettre d'arriver à une statistique des qualités, que lorsqu'on l'aura faite suivant un criterium objectif et sûr, ce qui n'est pas toujours facile à traduire en acte". E' necessário por isso "posséder des règles de classification objectives si l'on veut arriver à une étude statistique" (loc. cit. mesma página). A tarefa de estabelecer uma *nomenclature* e uma *classificação* objetivas para a estatística agrícola, realizou-a Umberto Ricci de modo tão admirável que ninguém, com conhecimento de causa, poderá jamais negar-lhe o título de maior autoridade mundial no que diz respeito a essa tão importante aplicação do método estatístico. Uma boa nomenclatura deve, na sua opinião, satisfazer às três seguintes condições: ser *clara, completa* e *minuciosa*. Uma classificação das culturas, baseada num critério único, teria "une valeur inataquable, mais réussirait peu en pratique", sendo, pois, "pour la réussir pratiquement", necessário "s'inspirer à la fois de plusieurs critères, qui parfois se contredisent l'un l'autre" (p. 48). De fato, êle mostrou, de modo convincente, que uma classificação das culturas, orientada exclusivamente por um critério *botânico*, nada deixaria a desejar do ponto de vista objetivo. Mas a sua aplicação seria desastrosa pràticamente, pois não satisfaria às exigências impostas pela finalidade da estatística agrícola. Ricci vê-se forçado a admitir a necessidade prática de estabelecer uma classificação baseada ao mesmo tempo em dois critérios diferentes, na maioria das vêzes concordantes, mas em alguns casos contraditórios. Embora reconhecendo que a classificação, segundo um critério único, possui um valor científico inabalável, êle aponta casos, entretanto, em que a sua aplicação pode deixar-nos *perplexos*. Não procura êle explicar a razão pela qual se deve orientar pelo critério *botânico* e pelo *econômico*, simultâneamente, afim de se lograr uma classificação das culturas utilizáveis na prática. Na nossa opinião, a explicação satisfatória só pode ser dada se se levar em conta o fato de que a estatística agrícola é simplesmente o método estatístico aplicado à economia agrícola. A economia agrícola, conforme caracterizamos, estribados na opinião de Carlo Dragoni, idêntica, aliás, à de quase todos os mestres ingleses e norte-americanos, não é senão aplicação da ciência econômica à agricultura, considerada do ponto de vista social, acrescentamos, pois a ciência econômica é uma ciência social autônoma. Mas, justamente por ser uma ciência aplicada, a economia agrícola apresenta naturalmente problemas impossíveis de resolver de acôrdo com os princípios econômicos exclusivamente, ou em conformidade apenas com os ensinamentos da ciência e da técnica pròpriamente agrícolas.

E' por causa destas dificuldades, certamente, que vários especialistas alemães em economia agrária, citados por Dragoni, preferem considerar a economia agrícola "come un settore delle discipline tecniche dell'agricoltura". Há que levar em consideração, além disso, a complexidade extraordinária dos fatos que constituem a matéria da economia agrícola, fatos êsses a que se aplica a estatística agrícola.

Divide Ricci as culturas em dois grandes grupos, inspirando-se para isso na *distinção fundamental* entre as plantas *herbáceas* e *lenhosas*. Subdivide as culturas das *plantas herbáceas* em: *culturas das terras lavráveis* e *culturas dos prados permanentes* e *pastagens*. A primeira subdivisão abrange as plantas herbáceas cultivadas sucessivamente no mesmo terreno, devendo a sua cultura ser de *curta* duração e o terreno ser *freqüentemente lavrado*. As culturas dos prados permanentes e das pastagens são *permanentes*, a planta é *forrageira* e o terreno *não deve ser lavrado freqüentemente*, pelo menos de modo periódico. As culturas das terras lavráveis compreendem: *os cereais, outras plantas alimentares, os prados artificiais e outras plantas forrageiras*, as *plantas industriais*, as *plantas cultivadas por causa da semente, os pousos, campos de pastagem* e *adubos verdes*, e outras culturas não especificadas.

As culturas das plantas lenhosas abrangem: as *culturas arborescentes e arbustivas* e os *bosques*, êstes, porém, interessando à estatística florestal. Além das culturas das plantas herbáceas e das lenhosas, Ricci acha que se deve, também, tomar em consideração as *terras incultas produtivas*.

Estabelecida essa divisão, a direção da estatística agrícola do país B deveria em seguida, tratar de adotar a noção de *superfície ocupada por uma cultura*, noção de importância capital para a boa execução dêsse serviço. Essa noção, apesar de não ser fàcilmente determinável, foi, entretanto, muito bem caracterizada por Umberto Ricci, graças ao sistema prático de nomenclatura e classificação por êle estabelecido. De maneira geral, êle aconselha a enumerar sempre tôdas as culturas existentes em determinado terreno. Sòmente no caso do terreno estar ocupado por culturas inteiramente misturadas, de modo a tornar impossível a distinção da superfície ocupada por cada uma delas, é que se poderá, *excepcionalmente*, contentar-se com a avaliação da superfície total. A não ser nesse caso, cada cultura e cada produto devem possuir uma superfície própria. Na hipótese de haver o que Dragoni chama *prodotti congiunti*, isto é, produtos diversos obtidos por um mesmo processo produtivo, ou fornecidos por uma mesma espécie de planta, a superfície deverá ser atribuída à utilização principal, ou seja ao produto considerado mais importante. Essa superfície será considerada *principal* e entrará como parcela na composição da superfície produtiva total. Aos produtos accessórios e às plantas associadas se atribuirá também uma *superfície*, superfície puramente *teórica*, destinada a servir ùnicamente ao cálculo do rendimento unitário, mas não somável às outras superfícies produtivas, ficando portanto, excluída da superfície total, constituindo apenas o que Ricci denominou "superficie à double emploi", ou superfície considerada pela segunda vez. A *superfície* principal será: no caso de uma cultura que forneça vários produtos, *a que der o produto principal;* no caso da associação de plantas herbáceas, *a que estiver ocupada pela de mais longa duração e fôr considerada mais importante;* no caso da associação de plantas herbáceas com plantas lenhosas, a *ocupada pela cultura herbácea*, exceção feita do caso em que as plantas lenhosas são tão numerosas como numa cultura especializada, devendo, então, ser considerada principal a *superfície ocupada pelas plantas lenhosas;* no caso de associação de plantas lenhosas, a *superfície ocupada pela planta mais importante;* finalmente, no caso de culturas suplementares, a *superfície ocupada pela cultura que preceder a cultura suplementar*.

Resolvidas as questões fundamentais da nomenclatura e classificação das *superfícies*, bem como a da determinação da noção de superfície ocupada por uma cultura, passemos ao exame da *produção*, cuja avaliação é objetivo final da estatística agrícola. Ricci propõe que se amplie a significação da palavra *colheita* de modo que ela abranja tôda e qualquer operação "par laquelle cette partie de matières végétales que l'homme désire est séparée de la terre ou de la plante" (p. 83). Por conseguinte, a palavra colheita em estatística agrícola deverá significar, não só "récolte de céréales, de fourrages, de feuilles, de fruits", mas também, "tant la fenaison que les productions de racines, tubercules ou plantes pepinières, la coupe des arbres forestiers, la consommation de l'herbe enfin par les animaux qui paissent". Adotado êsse sentido amplo da palavra colheita é lícito admitir-se a perfeita equivalência prática das expressões *estatística das colheitas* e *estatística da produção agrícola*. De fato, quando se fala em estatística da produção agrícola subentende-se logo que se trata de estatística das colheitas. A *previsão* da produção agrícola não é mais, segundo Ricci, do que "une évaluation anticipée de ce que sera résultat de la *récolte future*. La statistique de la production vise toujours le résultat d'une récolte: récolte déjà faite, récolte imminente ou même récolte qui n'aura peut-être pas lieu, mais qui est probable" (p. 83). Muitos produtos podem, logo após a colheita, ser entregues ao consumo, outros, porém, devem ser submetidos a processos de beneficiamento ou de transformação mais ou menos longos e complexos. A estatística agrícola deve procurar *medir* a quantidade tanto dos produtos brutos, dos semi-beneficiados ou dos beneficiados, como também dos novos produtos resultantes da transformação de produtos diretamente fornecidos pela agricultura. Conquanto a distinção seja muitas vêzes difícil, a estatística agrícola não deverá ocupar-se dos produtos que resultam da indústria manufatureira. Tratando da *nomenclatura* do produtos diz Ricci que ela também deve ser *clara, completa e minuciosa*. A êsse respeito êle julgou conveniente fazer algumas observações especiais. Assim, quando uma cultura puder fornecer diversos produtos, convém indicá-los todos; quando um produto agrícola estiver sujeito a várias etapas de trabalho, a nomenclatura não se cingirá ao nome genérico do produto, mas deverá especificar o estádio que êle ocupa; se a produção dividir-se em duas partes e cada uma destinar-se a um uso ou a uma transformação especial, a nomenclatura deverá conter várias designações para cada produto. Problema altamente importante e que apresenta bastantes dificuldades é o das unidades de medida dos produtos. Não podemos, entretanto, nos estender sôbre êsse assunto. Limitar-nos-emos a dizer que numa organização ideal do serviço de estatística agrícola, o montante das colheitas seria sempre expresso em unidades de pêso. Efetivamente, porém, se usam tanto unidades de pêso como de capacidade, ou mesmo, em muitos casos, se limita à simples contagem de unidades, de acôrdo com a natureza do produto. Tôdas as autoridades em estatística agrícola, reconhecem, porém, a excelência do sistema de unidade de pêso. Nos Estados Unidos, diz Ricci, onde tradicionalmente predomina o uso das unidades de capacidade, procurou-se a respeito obter o que se poderia

chamar uma solução de compromisso: criou-se o "*bushel* de pêso", unidade de medida, que "n'est unité de capacité qu'en apparence", visto que "en réalité c'est une unité de poids" (p. 91). Podem-se também usar unidades de valor para medir a produção agrícola, mas só excepcionalmente se deve empregar tal recurso. Em estatística agrícola, a avaliação da produção por meio do *valor* só deverá ser feita subsidiàriamente e com tôda a cautela. Realmente, quem está ao par dos extraordinários progressos realizados pela teoria monetária nestes últimos decênios, graças principalmente aos trabalhos dos economistas da escola néo-quantitativa, sabe que uma moeda, mesmo *estável*, carece de poder aquisitivo constante, não podendo, por isso ser considerada uma unidade de valor perfeita. Por essa razão é que economistas como Irving Fisher, Rogers, G. F. Warren, F. Pearson e inúmeros outros aconselham a adoção de uma moeda *compensada*, de caráter indiciário. Há tôda a razão, pois, em se aconselhar a máxima cautela nas avaliações da produção agrícola por meio do *valor*.

Resolvidos todos êsses problemas preliminares, poderia, então, a direção de estatística agrícola do país B enfrentar a questão essencial que lhe cabe resolver: medir a produção agrícola nacional. Deixando de parte o recenseamento geral da produção agrícola, operação de grande envergadura, a mais importante que à estatística agrícola cabe executar e que só poderia ser tratada, mesmo perfunctòriamente, de maneira especial, pode-se afirmar que a estatística agrícola tem por obrigação realizar levantamentos periódicos da produção agrícola. No tocante às culturas das terras lavráveis, é indispensável conhecer antes de mais nada a *superfície semeada*, a qual, comparada com a *superfície semeada* no ano precedente ou com a média de um certo número de anos precedentes, já constitui um índice, pouco seguro é verdade, mas, em todo caso, utilizável para se fazer uma previsão cautelosa da colheita futura. Tratando-se de culturas de plantas lenhosas, há que fazer logo a distribuição essencial entre as *superfícies em produção* e *superfície ainda não em produção*, o que é de uma necessidade tão evidente que nos dispensamos de insistir no assunto.

Mas o serviço de estatística do país B para ser *completo*, na opinião de Ricci, deverá abranger pelo menos três levantamentos: um *anterior* à colheita, outro *imediatamente após* e o terceiro, definitivo, *algum tempo após*. Isso, porém, não poderia ser pôsto logo em prática, pois "comme l'on se rend facilement compte, les trois relèvements de la production ne constituent qu'un idéal a réaliser" (p. 104). O que se deveria fazer logo seria cuidar de estabelecer um sistema de estimativa e previsão das colheitas, baseado no exame do *estado das culturas*. Queremos significar com isso que, desde um certo período anterior ao momento da colheita, o serviço de estatística deveria se possível uma vez por mês, procurar, de acôrdo com o *estado das culturas*, isto é, com as *aparências da vegetação*, induzir conjecturalmente, ou em outros têrmos, prever a colheita futura. Na maioria dos países se adotam sistemas de avaliação ou de classificação que, de um modo ou de outro, permitem que se estime a colheita vindoura, graças à observância das culturas. Conforme Ricci o demonstrou sobejamente e conforme o demonstra a prática de vários países notadamente a dos Estados Unidos, embora não haja diferença *essencial* entre os dois sistemas, o de avaliação apresenta, entretanto, vantagens indiscutíveis sôbre o de classificação. Além disso, do ponto de vista metodológico, que é o que nos interessa aqui, é evidente que o sistema de avaliação satisfaz muito mais e melhor às exigências do método estatístico. Vamos, por conseguinte, dêle nos ocupar exclusivamente.

A base de qualquer sistema de avaliação é o que se denomina o *rendimento fundamental*. A êsse rendimento fundamental, que se pode indicar pelo número 100, preferìvelmente, se refere o *estado fundamental* das culturas, o que permite exprimir qualquer estado de cultura possível em percentagens do estado de cultura *fundamental*. Dessa forma se poderá estabelecer uma *graduação* dos estados de cultura, ou, em outras palavras, se poderá quantificá-los. Mas, pergunta Ricci, "est-il légitime d'appliquer le calcul aux états de culture? Est-ce que cela a un sens d'affirmer qu'un état de culture est *tant pour cent* d'un autre état? En d'autres termes, les états, de culture sont ils des quantités?". Ao que êle próprio responde: "on sait qu'une chose ne mérite pas le nom de quantité si elle n'est pas mésurable. Or, pour pouvoir mésurer les états de culture, il faut établir une correspondence entre eux et d'autres choses qui soient à leur tour mésurables, comme par exemple les rendements" (p. 198). Por conseguinte, desde que se consiga estabelecer uma correlação entre um determinado *rendimento* e um determinado *estado de cultura*, é claro que os *estados de cultura* se tornarão mensuráveis, isto é, "deviennent des quantités mathématiques et peuvent être soumis au calcul" (p. 199). Tem-se aí um exemplo admiràvelmente ilustrativo e sugestivo do que Niceforo denominou "estatística das quantidades, relevadora das qualidades", a que já fizemos referência. Se o país B adotar o sistema A de avaliação, no qual o rendimento fundamental é $r_m$, se dirá que os *estados de cultura* expressos no sistema (ver ps. 201-202) A são representados por $a_1$, $a_2$, etc., quando os *estados de cultura* forem tais que prometam, respectivamente, os seguintes rendimentos por hectare:

$$r_1 = \frac{a_1}{100} r_m \qquad (I)$$

$$r_2 = \frac{a_2}{100} r_m$$

Dividindo-se a primeira igualdade pela segunda, se obterá:

$$\frac{a_1}{a_2} = \frac{r_1}{r_2},$$

o que significa que *num dado sistema de avaliação, os estados de cultura são representados por números proporcionais dos rendimentos previstos*. Mas, do sistema de igualdades (I) se deduz:

$$a_1 = 100 \frac{r_1}{r_m}$$

$$a_2 = 100 \frac{r_2}{r_m}$$

....., o que permite formular a regra prática assim enunciada por Umberto Ricci: "Pour pouvoir exprimer dans le système A, l'état d'une culture à un moment donné, il faut: 1.er *connaitre le rendement moyen* $r_w$; 2.ème. *déduire de l'apparence de la végétation, à un moment donné et dans un lieu déterminé, le rendement probable* $r_1$; 3.ème *faire le rapport entre* $r_1$ *et* $r_m$ *et le multiplier par* 100" (p. 202).

Para aplicar essa regra o agricultor-informante necessita "avoir une expérience des oscillations de la culture dans l'endroit où il se trouve. Il doit savoir qu'à *certains aspects* de la végétation correspondent certains rendements". Eis o que mostra ser a estatística, efetivamente, *uma ampliação da experiência individual* e que o emprêgo do método *quantitativo-indiciário* é, pelo menos, tão útil quanto legítimo.

O que distingue um sistema de avaliação é a definição do *estado fundamental* representado pelo número 100. Mas em cada definição do número 100, diz Ricci, há que considerar duas partes essenciais. Uma é a *definição do rendimento fundamental*, outra é a *cláusula pela qual se declara se os fenômenos futuros devem ou não ser previstos. A priori* e teòricamente a escolha do *rendimento fundamental* não poderia ser de modo algum limitada. Poder-se-ia decidir pelo *rendimento* do ano anterior ou pelo rendimento médio de um certo número de anos anteriores, pelo rendimento *normal*, ou por um determinado rendimento qualquer. Mas, pela própria finalidade de seu emprêgo, êle deverá satisfazer às duas condições fundamentais: ser determinado com o máximo de *exatidão* e apresentar a maior *estabilidade* possível. Quanto à primeira exigência julga Ricci ser ela exclusiva de todo e qualquer *rendimento fundamental* diferente do rendimento do ano precedente ou da média de um certo número de anos precedentes. Em relação ao rendimento do ano precedente, parece-nos certo que realmente satisfaz a essa condição, visto ser aquêle de que o agricultor informante poderá recordar-se com mais precisão. Não pensa assim, entretanto, o *Bureau of Crop Estimates* dos Estados Unidos, pois, no capítulo "Government Crop Reports" do livro de Secrist *Readings and Problems in Statistical Methods*, capítulo que é uma adaptação do trabalho — "Government Crop Reports: their Value, Scope and Preparation" publicado por êsse *Bureau*, se lê: "While farmers remember fairly well the condition and yield of crops for the past year, they do not remember them with sufficient clearness or accuracy to be able to use them as a standard of comparison for this year" (p. 84). Em relação à segunda condição, é claro que o rendimento do ano precedente pela grande variabilidade de que é susceptível não poderia de forma alguma satisfazer. Nesse ponto estão de acôrdo Ricci e o *Bureau of Crop Estimates*, pois ambos julgam que "the crops of last year may have been abnormally high or low, and would therefore make a very poor basis of comparison" (Secrist, loc. cit., p. 84). Comparando o rendimento *médio* com o *normal* Ricci afirma ter aquêle sôbre êste as duas vantagens seguintes: *é sempre relativo a um período determinado e pode ser rigorosamente estabelecido quando se conhecem os têrmos da série*. Considera êle o rendimento *normal* como "un peu incertain; il se rapporte à un période qui n'est pas toujours bien determiné et, même si l'on fixe la période, il peut varier, bien que légèrement, selon l'opinion de celui qui l'établit" (p. 225). De fato, o cálculo do rendimento *normal* no sentido rigoroso da expressão é, por motivos de ordem psicológica, sobretudo, dificilimamente realizável pelo agricultor. Nos Estados Unidos, onde se adotou e se mantém em uso, de maneira eficiente, o rendimento *normal*, êsse têrmo está longe de ter nas "crop estimates" a sua legítima significação estatística. Na opinião de Ricci, *normal* nas "crop estimates" norte-americanas quer dizer: *"ce que l'on voudrait advenir*. Rendement normal devient synonime de "rendement maximum" (p. 227). A êsse respeito parece-nos que Ricci apenas em parte tem razão. O *Bureau of Crop Estimates* pensa que o rendimento *normal* esperado pelo agricultor norte-americano é "a *full crop* such as he has harvested in the past in favorable stations. It is neither a maxima possible or even a bumper crop", mas, "rather the typical crop represented by the average of a series of good crops, leaving out of consideration altogether the occasional bumper crop and the more or less frequent partial crop failure" (Secrist, loc cit., p. 81). Efetivamente, se o rendimento *normal* das "crop estimates" norte-americanas correspondentes ao *rendimento máximo possível* que os *farmers* poderiam esperar, os erros das estimativas seriam de tal ordem que, por certo, o *Bureau of Crop Estimates* já teria de há muito tratado de escolher outro *rendimento fundamental* mais adequado. Além disso, não nos parece psicològicamente exato que um agricultor possa esperar sempre, todos os anos, obter colheitas *excepcionais*. Para justificar a sua maneira de ver Ricci alega o fato *surpreendente* do *estado das culturas* "être *toujours*, quels que soient les années ou les mois, inférieur et même notablement inférieur a 100. Il n'arrive *jamais* qu'aux États Unis on pense avoir une récolte normale" (p. 227). Mas êsse fato não destrói absolutamente a validez do ponto de vista do *Bureau of Crop Estimates*. Com efeito, "a little reflection will show that a normal yield for an entire State or the United States is not to be expected except on rare occasions. Imagine the yields of the different farmers in widely scattered parts of the United States; by definition of the term normal as a "full crop", or expectation of yield of planting time, an individual will not secure abnormal yield every, or even every two years. Suppose each individual secured a normal crop on the average every three years, by the law of probability the chance of all 10 farmers getting a normal crop in the same years is 1 to 30. If returns of individual were published, many normals would be shown, but the frequency would be less in a county average, still less in a State average, and rare in a United States average" (Secrist, loc. cit., ps. 81-82). O Instituto Intenacional de Agricultura adota e aconselha insistentemente aos diversos países a adoção do rendimento médio dos dez anos precedentes como *rendimento fundamental*, por julgar que êsse rendimento médio é o que melhor satisfaz às duas condições essenciais a que o rendimento fundamental deve obedecer. Afigura-se-nos, porém, que no país B, país pertencente ao primeiro grupo no tocante à execução do serviço de estatística agrícola, seria preferível a adoção do sistema norte-americano. Primeiro, porque, atualmente, a criação de um bom serviço de estatística agrícola no país B corresponde a uma exigência urgente e inadiável, visto ser cada dia mais nítida a necessidade imperiosa em que se vêem os governos dos países dos mais diversos tipos econômicos, de intervir de modo cada vez mais sistemático no funcionamento da economia agrícola, o que torna imprescindível o conhecimento quantitativo dos fatos da produção agrícola. Ora, se o país B adotasse o sistema de avaliação baseado num *rendimento fundamental* equivalente ao rendimento médio dos dez anos antecedentes, teria de aguardar um decênio para poder pô-lo efetivamente em prática. Essa razão é certamente bastante ponderável, mas não se pode, apesar disso, deixar de reconhecer que ela não possui um caráter essencial, sendo antes de pura *oportunidade*. A razão essencial que, no nosso entender, deveria fazer com que no país B se desse preferência ao rendimento *normal*, tal como êle é entendido nos Estados Unidos, é puramente psicológica. Para um agricultor-informante de um país dessa categoria, tão bem denominada por Bulhões Carvalho *países sem tradição estatística*, seria muito mais fácil compreender e orientar-se mediante a concepção de um rendimento *normal*, tipo *full crop*

— isto é, colheita muito boa, desejável todos os anos (agricultor nenhum poderia *esperar uma colheita excepcional* anualmente, pois isso seria um absurdo psicológico), que êle naturalmente avalia melhor do que a quaisquer outras — do que pelo rendimento médio de um período de dez anos. Parece-nos isso quase axiomático. Aliás, o próprio Ricci, embora partidário decidido do sistema de avaliação baseado no rendimento *médio*, reconhece que "la question de la préférence à accorder à l'un ou à l'autre rendement fondamental doit être resolue différemment suivant le pays, en raison de la psychologie spéciale des agriculteurs, qui sont appelés à donner les réponses" (p. 228). Ricci declara que o rendimento *médio* é preferível ao *normal* porque, ao contrário dêste, que é um rendimento hipotético", aquêle é "la moyenne des rendements *effectivement obtenus*". Mas na verdade o rendimento *médio* não deixa de ser "hipotético", embora numèricamente exprimível, pois êle próprio reconhece que os agricultores quando empregam essa expressão não querem com isso significar "celui des 10 dernières années ni celui d'un nombre determiné d'années (p. 228). E o *Bureau of Crop Estimates* afirma que "no *average crop* can properly be said to exist, or rather it would not correspond to any crop actually harvested, because, the average for any given period is unduly influenced by the exceptionally low or high yields of abnormal stations" (Secrist, p. 83). E a êsse propósito se deve salientar que o rendimento *médio*, variando de ano para ano, não poderá jamais ser equiparado, no que diz respeito à estabilidade, ao rendimento *normal*. Sendo o rendimento médio "a fluctuating instead of a fixed standard" (Secrist, mesma página), o trabalho do serviço de estatística agrícola na execução das estimativas seria muito maior e mais dificultoso do que no caso de ser o rendimento *normal* o adotado. Demonstra-o irrefutàvelmente a experiência estatística norte-americana. Nos países do tipo do país B isso se verificaria de modo ainda mais convincente. Para mostrar um exemplo altamente significativo da estabilidade muito maior do rendimento *normal* vamos citar um exemplo que se encontra no livro citado de Secrist. Os rendimentos unitários médios da cultura do milho (por acre) no Kansas durante os anos do decênio 1903-1912 foram os seguintes: 20,9 — 27,7 — 28,9 — 22,1. — 22 — 19,9 — 19 — 14,5 — 23 — 3,2 bushels. A média do decênio foi 20,1 bushels, a do seu segundo qüinqüênio (1908-1912) foi 15,9 bushels, a do primeiro 24,3 bushels. O rendimento *normal* foi igual a 31,7 bushels no segundo qüinqüênio, a 31,5 no primeiro e a 31,6 no decênio. É inegável que êsse exemplo é eloqüentemente concludente a favor da superioridade do rendimento *normal* sôbre o médio, no que se refere a estabilidade.

A respeito da segunda condição essencial a que deve satisfazer a definição do rendimento fundamental: *conter ou não a cláusula que declara se fenômenos futuros devem ou não ser previstos*, há que ter em mente, antes de mais nada, conforme aconselha Ricci, que a *previsão* de fenômenos futuros a que se alude só pode referir-se a fenômenos *ordinários*, capazes de afetar as colheitas e não aos *extraordinários*, naturalmente imprevisíveis, por definição, poder-se-ia dizer. Em relação a essa cláusula dois casos podem, por conseguinte, apresentar-se. No primeiro, o número 100 indica um estado de cultura que promete um determinado rendimento $r_m$ na hipótese de não ocorrer nenhum fenômeno *extraordinário* perturbador; no segundo, o número 100 também indica um estado de cultura que promete um rendimento $r_m$, na hipótese de não se verificar qualquer fenômeno *desfavorável* à referida cultura.

No primeiro caso, como o serviço competente fará as necessárias estimativas e previsões? Suponhamos que se trate de estimar os estados da cultura *e*, por exemplo. No primeiro dia do mês seguinte à semeadura, o agricultor-informante, após examinar e comparar mentalmente o *aspecto da vegetação*, ou seja a sua intensidade, com o de período semelhante do *estado de cultura* correspondente ao rendimento *médio* dos dez anos precedentes, exprimiria o resultado dessa comparação mental em *percentagem;* no caso de ser altamente favorável êle o exprimiria pelo número 140, por exemplo. Após essa avaliação do estado *inicial* da cultura, poderia êle, quatro meses antes da colheita esperada, fazer nova estimativa: admitamos, para argumentar, que, em virtude da ocorrência de certos fenômenos meteorológicos ou biológicos *ordinários*, êle tenha que mostrar-se menos otimista e adote o número 110. Um mês depois êle poderá admitir apenas o número 95, dois meses depois apenas 75, finalmente por ocasião de realizar a colheita, poderá ascender para 90. A excelência dêsse sistema consiste principalmente, no entender de Ricci, no fato de que "en moyenne il ne se manifestera dans la culture aucune tendance constante à croître ou a diminuer d'un mois à l'autre, mais qu'elle oscillera tantôt dans un sens tantôt dans l'autre. Cela, parce que les causes défavorables ordinaires étant éliminées, il ne reste plus que les causes accidentelles qui peuvent agir tantôt dans uns sens, tantôt dans l'autre" (p. 230). Realmente, afigura-se-nos que Ricci teria tôda a razão, isto é, que os erros de caráter sistemático seriam nesse sistema pràticamente eliminados, se o agricultor-informante efetivamente empregasse em suas comparações mentais o rendimento médio dos 10 anos anteriores, ou mais claramente, as *intensidades* dos *aspectos da vegetação*, correspondente a êsse rendimento médio. E' psicològicamente muito difícil, senão pràticamente impossível, que êle possa reter mnemônicamente a *intensidade* variável dos aspectos da vegetação correspondente a um estado de cultura *médio*. Ao passo que, tratando-se da intensidade dos *aspectos de vegetação* correspondentes ao estado de cultura "normal", quer dizer ao *estado de cultura* por êle considerado tipicamente *muito bom*, normalmente desejável, sem caráter excepcional, portanto, está claro que êle os guardará mnemônicamente sem esfôrço. Parece-nos, aliás, que, sempre que se tiver de utilizar em comparações mentais, fenômenos indicativos de intensidade, será preferível referir-se a um fenômeno considerado *normal*. Ao contrário, se, em vez de intensidade, tratar-se de extensão, seria mais adequada a escolha de uma extensão *média* ou de uma extensão anteriormente delimitada ou medida com um certo rigor. Assim, no tocante à estimativa das superfícies semeadas, parece-nos que, especialmente no caso ideal de realizar-se qüinqüenalmente o seu censo, se deve tomar como referência a superfície apurada no censo anterior e a superfície de cada ano referida à do ano precedente, a despeito dos erros sistemáticos que isso poderá acarretar, os quais, aliás, com o aperfeiçoamento dos censos e dos levantamentos anuais e com a crescente experiência dos informantes irão diminuindo constantemente.

Na hipótese do país B decidir-se, como nos parece aconselhável, pela adoção de um sistema de avaliação ou de estimativa baseado num rendimento fundamental "normal", o que êle teria a fazer seria adaptar às suas condições o sistema norte-americano. Nesse sistema, ob-

tido o número que indica o *estado de cultura* inicial do ano em relação ao *estado de cultura* "normal", cabe à própria direção do serviço de estatística agrícola, aparelhada com todos os elementos necessários, isto é, informações seguras e constantes sôbre a variação das superfícies semeadas, as condições meteorológicas, etc., nas várias regiões, preparar as estimativas mensais anteriores à avaliação definitiva das colheitas. Mas "reports of crop condition expressed in percentage of normal may indicate in a general way the probable, but they do not include the variations in acreages it would be impracticable to forecast total production accurately from condition estimates alone", sendo por isso necessário que o *Bureau of Crop Estimates* "converts the condition estimates into quantitative estimates of yield per acre, which, applied to the estimated acreage of a given crop, indicate the probable production total" (Secrist, loc. cit., p. 83). A interpretação quantitativa dos sucessivos *estados de cultura* feita pelo *Bureau of Crop Estimates* se caracteriza pelo fato de que "l'état moyen de chaque culture diminue graduellement à mesure que s'approche le moment de la récolte" (p. 274) diz Ricci, o que é natural visto que a variação das percentagens "do not reflet the accuracy of the work of estimating, but rather reflect the variableness of conditions affecting growing crops" (Secrist, loc. cit., p. 87). Isso significa que as várias estimativas constituem verdadeiras aproximações progressivas da avaliação definitiva da colheita. Assim, por exemplo, as estimativas das principais colheitas norte-americanas, exclusive o algodão, feitas em junho de 1911, apresentaram um desvio médio de 11,2% em relação à estimativa final do rendimento nesse ano; as estimativas de julho, apresentaram um desvio médio de 9,6%, as de agôsto 6,7%; as de setembro 4,3%; as de outubro 3,1%. Efetuadas as estimativas sôbre a base do rendimento normal, o *Bureau of Crop Estimates* trata de convertê-las "into numerical statements by the bureau and their equivalents in bushels, pounds or tons" e de publicá-las "in comparative statements showing the figures for the previous years and the 5 or 10 years average" (Secrist, loc. cit., ps. 85-86). De fato, às diversas categorias de interessados e ao público em geral convém que as estimativas venham expressas numèricamente e comparadas às estimativas correspondentes do ano ou de um certo número de anos anteriores.

Efetuada a colheita, o *Bureau of Crop Estimates* calcula os rendimentos unitários, por acre, para cada produto, nas várias regiões do país. Estabelece, graças à aplicação da média ponderada, o rendimento unitário, por acre, de cada cultura em todo o país, e, multiplicando-o pela superfície total ocupada por essa cultura, obtém o número que exprime na unidade de medida apropriada, a produção total dessa cultura. Que confiança pode inspirar êsse número assim obtido? Sendo êle o produto de dois outros números, o da superfície em que se efetuou a colheita (ou da superfície semeada) pelo rendimento unitário calculado em cada distrito ou condado nessa ocasião, é claro que o seu grau de exatidão dependerá do grau de exatidão de seus fatôres. Quanto ao primeiro dêstes, a *superfície*, a sua maior ou menor exatidão dependerá do grau de aperfeiçoamento dos censos e, quanto ao segundo, o *rendimento unitário*, será função da perícia dos agentes incumbidos de efetuar a sua avaliação. Nos Estados Unidos a avaliação definitiva da colheita por êsse intermédio se realiza de modo inteiramente satisfatório. O *Bureau of the Census*, procedendo de outra forma, calcula a acreagem e a produção totais de cada cultura. Pois bem, o rendimento unitário resultante da divisão da produção total pela acreagem total obtida pelo *Bureau of the Census* difere muito pouco do rendimento unitário obtido pelo *Bureau of Crop Estimates* por meio da média ponderada dos rendimentos unitários estaduais.

Já nos referimos à opinião de Ricci sôbre a necessidade, para que um serviço de estatística agrícola possa ser considerado completo, de se efetuarem anualmente três levantamentos da produção, pelo menos, das principais culturas: um anterior à colheita, outro imediatamente após e o terceiro algum tempo após. O primeiro constituirá uma *previsão*, o segundo uma *avaliação provisória*, o terceiro uma *avaliação* definitiva. Para o país B, isso só pode constituir um *ideal a realizar* e a realizar remotamente. Parece-nos, aliás, que, a não ser o terceiro, êsses levantamentos são úteis, sobretudo, para com êles se confrontarem as estimativas feitas sôbre a base da observação dos estados das culturas. A primeira, a que constitui uma *previsão*, só poderá ser realizada quando o serviço de estatística do país B dispuser de um corpo de agentes e de especialistas em avaliação de colheitas de primeira ordem. E' bem conhecida a enorme dificuldade que apresenta a avaliação da produção agrícola *diretamente*, expressa, de *maneira absoluta*, em uma unidade de medida qualquer. Quanto à *avaliação provisória*, isto é, a realizada logo após a colheita, ela parece-nos útil, não só por permitir um confronto com a estimativa final baseada no cálculo do rendimento unitário, mas também porque "après la récolte, c'est-à-dire la séparation du produit et du sol, le produit n'est pas encore hors de tout danger. D'autre part, quand le produit est sujet à des transformations ultérieures il importe d'attendre ces transformations pour en connaître le résultat" (p. 104). Quanto à avaliação ou averiguação definitiva, está claro que a sua utilidade é imensa, entre outros motivos porque fornece as quantidades de tais produtos submetidas a tais transformações, ou destinadas a quais utilizações. Não nos parece, porém, que, principalmente num país da categoria do país B, as avaliações efetuadas antes e imediatamente após a colheita possam ter maior exatidão que as estimativas fundadas na observação dos estados de cultura, pois "le chiffre de prévision, quel que soit le soin avec lequel l'obtienne, peut donner lieu à des corréctions" (p. 103), visto que, no dizer de Dragoni, "la stima diretta delle quantità prodotte presenta gravi difficoltà" (loc. cit., p. 687).

Se julgamos acertada a escolha pelo país B de um sistema de avaliação baseado num rendimento fundamental *normal*, pensamos que, para um serviço de estatística internacional, tal como o que o Instituto Internacional de Agricultura vem construindo com tão admirável tenacidade e engenho, o sistema por êle adotado é, de qualquer ponto de vista, insubstituível, por ser o mais adequado à finalidade dêsse serviço. E' o único a que se podem reduzir os dados originais dos sistemas adotados nos diversos países.

Êste trabalho, como já o dissemos, necessàriamente cheio de deficiências e falhas, pela angústia de tempo de que dispusemos para escrevê-lo, pela dificuldade extraordinária para se obter entre nós uma bibliografia relacionada ao assunto, bibliografia essa que, ao que nos parece, está muito longe de ser rica e, finalmente, pela falta de uma longa experiência de estatística agrícola, pretende apenas mostrar a maneira pela qual o autor encara, do ponto de vista da teoria e da metodologia, essa importantíssima aplicação do método estatístico. Tão grande nos parece a importância da estatística agrícola que só a julgamos comparável às suas dificuldades. Enquanto o Brasil não possuir um serviço tão perfeito quanto

possível — e para isso a Diretoria de Estatística da Produção vem, na medida de seus recursos, trabalhando sem descanso — não será possível a adoção e a execução de um plano nacional de desenvolvimento ordenado de nossa economia agrícola. Nos Estados Unidos, onde, graças aos seus recursos enormes e também ao fato de já ter grande parte de sua agricultura, desde vários decênios, adquirido o caráter do que Dragoni chama *agricultura industrializada ou monetária*, isto é, *capitalista*, no sentido que dá a êsse têrmo Werner Sombart, o maior economista de nosso tempo, a estatística agrícola tomou tal importância em relação ao funcionamento de tôda a vida econômica nacional, que a elaboração das estimativas se opera debaixo de tamanhos cuidados e sigilos que até faz lembrar o trabalho de um Estado Maior. É que a especulação procura usar e usa efetivamente a estatística como um meio de obtenção de proveitos nas grandes manobras bolsistas. Várias emprêsas privadas organizam as suas estatísticas com fins especulativos. A publicação das estimativas do *Bureau of Crop Estimates* constitui verdadeira medida defensiva dos legítimos interêsses da produção agrícola contra as arremetidas dos especuladores. Diz Secrist: "Whithout such a system of Government crop estimates, speculators interested in raising or lowering prices of farm products would issue so many conflicting and misleading reports that it would be practically impossible for any one, without great expense, to form an accurate estimate of crop conditions and prospects" (loc. cit., p. 65). Em seu recente e precioso livro *La Bourse*, Richard Lewinsohn estuda a importância atual da estatística no funcionamento das bôlsas. A estatística, diz êle, "donne aux Bourses de marchandises une base véritable pour leurs opérations spéculatives". Há "un certain nombre de statistiques de caractère international qui sont de grande importance pour les Bourses de marchandises. La plupart de ces statistiques sont des estimations de récoltes". E, "non seulement les estimations de récoltes et de l'état des cultures influent sur la tendance, mas elles sont devenues de véritables pretextes à spéculation" E Lewinsohn conta alguns fatos edificantes da *batalha* e das falsificações de estatísticas nas bôlsas, entre os quais o caso famoso da deturpação de estatísticas oficiais argentinas pelo grupo de especuladores de trigo de Chicago chefiados por Julius Barnes. Refere êle casos de modificação de estatística por alguns governos — o norte-americano e o soviético — com objetivos políticos. Por sua própria importância as estimativas e os levantamentos realizados pela estatística agrícola devem ser publicados com a maior brevidade possível. Isso contribui para aumentar as naturais dificuldades da estatística agrícola. Mas, graças à experiência de alguns países, notadamente a dos Estados Unidos, e aos esforços do Instituto Internacional de Agricultura, é inegável que a estatística agrícola tem progredido satisfatòriamente nestes dois últimos decênios. Demonstra-o claramente o exame detido das publicações dêsse Instituto, notadamente os seus *Anuários* e as publicações especiais, durante êsse período.

Em nossa introdução insistimos na caracterização do método estatístico como um caso especial do método indutivo — o método indutivo aplicado aos fenômenos de massa, coletivos ou atípicos. Salientamos que, por seu intermédio, se procura medir a grandeza dos fenômenos coletivos susceptíveis de serem medidos, ou classificá-los por seus atributos qualitativos. Referimo-nos às estatísticas da quantidade, indicadoras da qualidade, e à importância do método quantitativo-indiciário. Finalmente, procuramos pôr em relêvo que, longe de opor-se à observação e à experiência, o método estatístico constitui uma modalidade da observação e da experiência, indispensável no estudo de certas categorias de fatos.

Ora, o ligeiro estudo que fizemos sôbre seu emprêgo na economia agrícola, estudo em que procuramos pôr em destaque a maneira de aplicação, a adaptação dessa *forma* geral que é o método estatístico à *substância* dos fatos que constituem a *matéria* da economia agrícola, deu-nos oportunidade para evidenciar a justeza dessas afirmações. As maneiras de ver e as maneiras de agir que o estatístico agrícola deve adotar para lograr o seu objetivo essencial que é a mensuração da produção agrícola, decorrem justamente das características do método estatístico, que apontámos.

Por sua própria natureza, por sua imensa complexidade, os fatos da economia agrícola são dificilimamente classificáveis e mensuráveis. Com efeito, não é possível deixar de se concordar com Dragoni quando êste afirma que "tutta la statistica agricola se basa su una stima della grandezza" (loc. cit., pág. 685). Justamente por causa dêsse seu caráter de estimativa, a estatística agrícola exige para a sua boa execução a colaboração daquelas duas formas de espíritos denominados por Pascal "esprit géométrique" e "esprit de finesse". Tôda operação de estatística agrícola levada a têrmo de maneira ótima é um produto do rigor e da sagacidade empregados na sua execução. O estatista agrícola deve, por conseguinte, evitar como um dos maiores obstáculos ao bom êxito de sua tarefa, tôda *rigidez* na maneira de obter e de interpretar os resultados de suas operações. Deverá relembrar que, se "statistics is always comparative" no dizer de Frederic Kent, isso ainda é mais verdadeiro no que diz respeito particularmente à estatística agrícola, onde, como se viu, predomina a avaliação por processos comparativos. O conselho de Simiand aos que, sem ter uma idéia adequada da natureza da estatística, gostam de usar e mesmo de abusar de seus conceitos e de seus resultados, o "défions-nous des moyennes", deve ser observado cuidadosamente no terreno da estatística agrícola. Mais do que os que lhe negam sistemàticamente qualquer valor, lhe são prejudiciais "quelli che appena constatata una qualche connessione fra due serie di cifre, corrono con energia frettolosa a concludere su rapporti di causa ad effeto" (Dragoni, loc. cit., pág. 696). Quer isso dizer que, por causa da importância do papel que o fator subjetivo nela desempenha e desempenhará sempre e necessàriamente, sejam os seus resultados menos dignos de fé do que os de qualquer outra aplicação do método estatístico? De modo algum. Desde que seja realizada de acôrdo com critérios metodológicos seguros e com inteligência suficiente para não ignorar o que eminente filósofo francês denominou *as articulações da realidade*, as suas estimativas, as suas avaliações e as suas previsões deverão inspirar tanta confiança quanto a que inspirariam mensurações efetivamente realizadas de fenômenos da complexidade dos que a estatística agrícola procura avaliar. Que não se alegue, para condenar a previsão na estatística agrícola, a imprecisão ou a falta de exatidão que podem apresentar certas estimativas ou avaliações, porque "si ces imperfections sont ou peuvent être présumées sensiblement les mêmes d'une donnée à l'autre, la relation entre ces données imparfaits n'est imparfaite elle-même en tant que relation, mais, au contraire, exprime exactement la relation entre les états absolus auxquels ces données correspondent, puisque le coefficient d'imperfection (si je puis dire) étant constant, s'élimine édidemment dans le rapport des deux données", no dizer autorizado de Simiand (loc. cit., págs. 26-27). Essa opinião de Simiand é perfeitamente legítima do *ponto de vista esta-*

*tístico,* pois um dos princípios cardiais de tôda e qualquer aplicação dêsse método deve ser o que o genial Augustin Cournot denominava *princípio de compensação,* o qual Lucien March assim formula, com justeza e concisão: "peu importent les inégalités partielles si le total est ce qu'on attend" (*De la méthode dans les sciences,* capítulo — *Statistique,* 2.º vol., pág. 852).

Se de uma parte convém demonstrar a sem razão dos que contestam o valor científico e a imensa utilidade prática da estatística agrícola, é igualmente útil apontar os erros, as interpretações errôneas ou tendenciosas, os julgamentos falsos, em suma, a série de conseqüências prejudiciais que podem advir de uma fé ingênua, por demasiada e injustificável, com que certos espíritos simplistas se utilizam dos seus resultados. Todos os mestres da estatística aconselham a não pedir às conclusões desta mais do que aquilo que se contém nas premissas. É necessário ter fé na estatística, mas essa fé não deve ir além de certos limites, pois arriscaria a sufocar o espírito crítico. Deve-se encará-la como um instrumento da inteligência humana, como um dos meios de conhecimento e de ação criados e constantemente aperfeiçoados pela razão e pela experiência. Se a ciência moderna, êsse prodígio do espírito humano, teve a sua forma inicial em primitivos sistemas de magia, porque duvidar de que a estatística agrícola que, com o grande Lavoisier, há menos de dois séculos, ainda tinha que recorrer, como a um *índice único,* ao número de charruas existentes em França, para avaliar a situação agrícola dêsse país, e que, atualmente, já dispõe de uma metodologia própria e de *bases teóricas* sòlidamente assentadas, podendo, ao mesmo tempo, contar com uma já vasta e apreciável experiência e tendo a seu favor tantos sucessos — possa merecer a confiança que merecem tôdas as aplicações dos métodos do conhecimento científico ? Os nossos votos são para que o Brasil, recuperando nos anos vindouros o tempo perdido, consiga enfileirar-se entre os países que possuem serviços de estatística agrícola modelares e possa contribuir de maneira ponderável para o aperfeiçoamento dêsse serviço no plano internacional.

## N.º 2

## A UNIDADE ESTATÍSTICA TERRITORIAL NOS RECENSEAMENTOS GERAIS

BRUNO RUDOLFER

*Engenheiro-chefe da Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, do Departamento de Cultura*

Como está se aproximando a realização do censo de 1940, a ocasião é bastante oportuna para analisarmos certas fases do método de coleta e elaboração dos dados que o mesmo deverá adotar, uma vez que se trata do maior levantamento estatístico brasileiro.

A nossa contribuição implica e visa o interêsse da estatística nacional, que é o próprio interêsse da Nação.

E, na realidade, o faz porque o aproveitamento integral de dados preciosos como são aquêles constituídos por um recenseamento geral de população, fornece sôbre os fenômenos demográficos um conhecimento mais preciso. Garante, ainda, base objetiva e fiel para comparações entre os resultados do próximo censo e dos censos futuros e especialmente, entre nós, com o anterior levantamento de 1934.

Êsse aproveitamento integral dos dados e a constituição do fundamento real para tôdas as comparações científicas — para só citar no momento duas das inúmeras vantagens que as modificações de uma unidade estatística pequena e homogênea, que sirva de ponto de partida para o reagrupamento dos dados pelos trechos ou zonas, maiores ou menores, que necessitem ser estudados.

Qual deve ser essa unidade estatística e quais as vantagens da sua adoção para a estatística brasileira, são questões que desejamos abordar com o presente plano, esperando que a Junta de São Paulo torne sua esta nossa sugestão, afim de defendê-la junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e torná-la uma realidade em breve tempo.

São Paulo, assim, terá oportunidade de, mais uma vez, ser o pioneiro de iniciativa que beneficiará o Brasil e garantirá vasto e seguro campo de ação para a estatística nacional.

### PLANO GERAL

Para maior facilidade na apreciação do plano que vamos expor, dividiremos o assunto em três partes principais:

I — verificação da necessidade imprescindível de dados demográficos objetivos para estudos científicos; análise da forma de sua apresentação útil;

II — Estudo do meio para obter dados demográficos melhores, sem aumento sensível de despesas; e

III — Oportunidade da questão, em face do recenseamento demográfico de 1940.

### I — *A UTILIDADE DOS DADOS DEMOGRÁFICOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*

#### *As "micro-cidades" dos grandes centros de população*

Os estudos urbanísticos, principalmente de grandes cidades, não devem prescindir de material objetivo sôbre a população. O que interessa nestes estudos não é sòmente o aspecto global do fenômeno demográfico, mas, sobretudo, sua distribuição sôbre a superfície da cidade. Pode-se compreender com facilidade êste fato, lembrando-se que a distribuição não é homogênea em tôda a cidade. Há trechos de grande e, até, de elevadíssima densidade de população (habitantes-hectares), contrapondo-se a outros de densidades regulares ou mesmo fracas. Idêntica diversidade se nos apresenta se tentarmos analisar distribuições da sociedade urbana de outros pontos de vista — classes sociais, grupos étnicos, etc. — E essa mesma diversidade observaremos se compararmos zonas menores — "bairros urbanos" ou partes de "bairros" entre si. Cada trecho difere de outros trechos, cada "bairro" de outros "bairros". São verdadeiras "micro-cidades", com seus "micro-climas culturais e sociais" quase específicos.

Se a função do govêrno municipal é suprir, racionalmente, as necessidades coletivas dos seus munícipes, a condição *sine qua non* será conhecer de modo objetivo essas necessidades. Um dos aspectos dêste conhecimento objetivo será a localização das zonas específicas de cada fenômeno e do vulto da população de cada uma dessas zonas.

Estas "micro-cidades" não constituem unidade absoluta. Poderão e deverão, mesmo, ter extensões superficiais diferentes, de acôrdo com os fenômenos que sejam estudados. A zona de influência de uma linha de transporte coletivo por certo diferirá da zona de influência de uma escola ou parque infantil. O mesmo acontecerá se considerarmos a indústria ou o comércio.

Para efetivação de estudos sôbre qualquer conjunto dos fenômenos referidos, é de grande

valia o conhecimento demográfico das zonas a serem estudadas. Não são necessários exemplos estranhos. Na própria Prefeitura de São Paulo os estudos realizados pelos vários departamentos mostram claramente a necessidade dêsses dados. O cadastro urbanístico de uma cidade não pode prescindir do conhecimento demográfico. É fato, por enquanto inegável, que a cidade de São Paulo ainda não possui um cadastro urbanístico completo, isto é, um cadastro que contenha, atualizados, todos os dados úteis ao conhecimento objetivo da cidade e que constituam o elemento básico dos estudos municipais.

Se São Paulo não possui cadastro-urbanístico completo, nos cadastros já existentes, porém, figuram elementos que poderão integrar um cadastro geral. Falta sòmente completá-los e coordená-los racionalmente. Várias repartições municipais já sentem a necessidade premente de um cadastro urbanístico completo e, mesmo, têm trabalhado ativamente pela sua efetivação. Não há dúvida de que a organização de um cadastro dessa natureza é tarefa difícil e de grande responsabilidade. Difícil por ser muito complexa e daí ser, também, demorada. De grande responsabilidade por acarretar conseqüências que podem reorientar a estrutura da maquinaria administrativa, principalmente na sua parte científica. Embora essa tarefa seja demorada não poderá deixar de ser concluída, porque a sua necessidade já se faz sentir. Um complemento indispensável para o estabelecimento de um cadastro geral é o demográfico, que pode ser fornecido, com grandes vantagens, pelos dados dos recenseamentos periódicos. Como o recenseamento de 1940 já está sendo preparado, não se deve perder uma ocasião tão preciosa para obtenção de bons dados demográficos, principalmente quando baseados em unidades territoriais pequenas e mais homogêneas.

*Alguns exemplos concretos*

Para melhor esclarecer a questão vejamos alguns exemplos concretos da utilidade de unidade territorial pequena e mais homogênea. Analisemos, primeiramente, o problema do ponto de vista dos planos urbanísticos e gerais e, a seguir, especificando alguns setores, como: transporte coletivo, serviços de engenharia sanitária, localização de parques infantis, escolas e bibliotecas populares.

A utilidade nas estatísticas e planos gerais foi apontada pelo Sr. Dr. Francisco Prestes Maia, prefeito do município de São Paulo. Sua Excia., tratando do "survey" demográfico no "Ante-Projeto de Urbanização de Campos de Jordão", afirma que "o trabalho básico será o censo estadual de 1934, que convém traduzir tabelas, mapas e gráficos, assim como completar, quando oportuno, de modo a obter-se indicações, por exemplo, sôbre a localização residencial dos operários, empregados de indústrias e de sanatórios". "Na capital — continua o Dr. Prestes Maia — o Departamento de Cultura tem realizado um trabalho dêstes, baseado justamente no censo de 1934. Diversas outras informações seriam também interessantes sob o ponto de vista urbanístico (distância dos operários às fábricas, das crianças às escolas, etc.) mas não constam das formas do censo e só poderiam ser conseguidos noutro censo ou em inquéritos parciais".

Essas palavras da Comissão de Estudo de Urbanização de Campos de Jordão, São José dos Campos e Caraguatatuba, presidida pelo atual prefeito de São Paulo, dizem bem da importância do aproveitamento dos resultados dos censos gerais de população, sob a forma mais ampla possível, o que só poderemos conseguir usando unidade estatística apropriada.

Mas não menos importante é a influência que apresentam os dados demográficos bem elaborados em pesquisas de vulto como é a pesquisa de transporte coletivo, agora realizada pela Comissão de Transportes Coletivos e pela Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais. "As pesquisas de tráfego, demográficas e de zoneamento — dizem os Drs. Plínio A. Branco e Aulo Clemente Ferreira no Primeiro Relatório dos Trabalhos da Comissão de Estudos de Transportes Coletivos, apresentado ao prefeito do município de São Paulo — são a pedra angular de todos os programas de estudo de transportes coletivos.

Se elas não aparecem em todos os relatórios elaborados a propósito do assunto, é porque as cidades interessadas já possuem elementos dessa natureza em quantidade suficiente para os respectivos estudos."

No mesmo relatório, dizem ainda os membros da Comissão de Transportes: "Bem pobres são as nossas administrações públicas no conhecimento da situação demográfica das cidades brasileiras. E, no entanto, êsse é outro elemento fundamental para o estudo de todos os problemas da vida gregária. Valendo-nos de um trabalho de grande mérito, iniciado na Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, estamos no momento elaborando uma planta geral da cidade, na qual será representada a densidade demográfica específica, isto é, por quarteirão. Essa é a melhor maneira de tornar comparáveis os estudos feitos em épocas diversas, independentemente das alterações ocorridas nas divisões administrativas da cidade. O conhecimento específico da distribuição das populações sôbre a superfície das cidades, cada vez mais se impõe no estudo dos transportes coletivos urbanos. Já não bastam as vagas referências ao crescimento global da população urbana, considerada em seu conjunto, visto como êsse empreendimento, sendo apenas a resultante final de uma série de fenômenos independentes, não esclarece as variações demográficas que se operam dentro da metrópole, variações essas que se relacionam intimamente com os meios de transportes. A própria determinação das zonas consideradas urbana e suburbana de uma grande cidade, para ser definida com alguma precisão, exige o exame de vários elementos demográficos de caráter estático e dinâmico."

Ainda no relatório aludido encontramos, na página 33, uma referência a Henri Ruhlmann que, estudando do ponto de vista econômico e social, os transportes ferroviários urbanos da França, baseou-se em três métodos para proceder fixação dos limites atuais da aglomeração parisiense, habitualmente denominada "Le grand Paris". O primeiro dêsses métodos de investigação foi o método de densidade de população.

Outro setor das atividades municipais que sentiu a necessidade de dados demográficos por unidades menores do que o distrito de paz, foi a Divisão de Engenharia Sanitária, onde as divisões territoriais a serem adotadas devem basear-se mais na configuração do terreno do que na marcação administrativa dos distritos de paz. Para dividir o município de acôrdo com as necessidades da Engenharia Sanitária é preciso conhecer, em primeiro lugar, a distribuição exata da população em cada face de quarteirão, afim de determinar o vulto do trabalho a ser realizado. Foi êsse o motivo que levou a Divisão de Engenharia Sanitária a solicitar da Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais o fornecimento de dados demográficos sôbre áreas específicas e por setores determinados, dados êsses que sòmente poderão ser fornecidos se o sistema de elaboração tiver como base uma unidade pequena e homogênea.

Mas não são êsses os únicos aspectos demonstrativos da utilidade de unidade estatística pequena e homogênea. Outros há, para outros setores das atividades administrativas: assim, para a localização objetiva de parques infantis, escolas, bibliotecas populares, campos de jogos, etc. A própria Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, atendendo a um pedido para estudo da localização de um novo parque infantil, teve oportunidade de elaborar um método baseado em representação gráfica por curvas de intensidade, isto é, por linhas que ligam os pontos do mesmo número de população em idade escolar, dentro de raio de 800 metros. Tal distância corresponde ao raio de ação do "play-ground". O conjunto dessas curvas nos indicará as tendências de utilidade da zona para construção do parque infantil. Assim será possível indicar as zonas de melhor aproveitamento para campos de jogos infantis, nas quais elementos de natureza econômica ou social precisarão o local exato do parque. Método idêntico poderia ser usado para localizar de modo objetivo escolas públicas, pois notamos, em outro estudo especializado levado pela Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, enorme "overlapping" entre as zonas de influência dos atuais estabelecimentos de ensino. O método de distribuição da população por unidade pequena e homogênea pode fornecer elemento valioso para fixar o distrito de cada escola, possibilitando melhor contrôle da freqüência escolar infantil. Se cada escola tivesse sua zona de ação bem delimitada, poder-se-ia conseguir, através dos professôres, um rol das crianças que não freqüentam escolas, e impor-se uma barreira ao aumento do número de analfabetos. Explicando: os analfabetos aumentam, em número, graças a duas fontes diferentes: os que vêm para o município da capital e os que, residindo no próprio município, passam a idade escolar sem freqüentar escolas. Se conseguirmos evitar que as crianças ultrapassem a idade escolar sem freqüentar escolas, ter-se-á diminuído em grande parte a percentagem de analfabetos e a estatística colaborará nesse setor importante dos problemas nacionais.

Ainda um exemplo da vantagem do estabelecimento de unidade estatística pequena e homogênea: trata-se do recenseamento paulista de 1934. Não é possível negar-se que o censo de 1934 pode ser incluído entre os melhores já realizados no Brasil. A sua elaboração normal, porém, obedeceu o critério usual, isto é, o do distrito de paz. Como de 1934 para cá o número de distritos foi bastante modificado na cidade de São Paulo — de 26 passou a 42 — essa modificação impossibilita o estabelecimento de comparações, já por não haver indicações para os distritos novos, já pela maioria dos distritos que, conservando a mesma denominação, não apresentam os mesmos elementos territoriais anteriores. Assim, para exemplificar, o distrito do Brás de 1934 apresentava divisas completamente diferentes do distrito do Brás atual (*Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXXI). Pelas razões expostas perde-se o aspecto cinemático do problema demográfico, que é importantíssimo, e sôbre o qual não são necessários maiores comentários.

A Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, entretanto, por ter adotado o quarteirão como unidade, está aparelhada a fornecer dados demográficos de acôrdo com qualquer porção territorial.

Pelos exemplos acima, apesar de ligeiramente analisados, poder-se-ão avaliar a importância e as vantagens consideráveis da ação de uma unidade estatística pequena e homogênea. Entretanto, o gasto com a elaboração no caso de ser adotado êsse método, é pràticamente nulo, isto é, a elaboração por "face de quarteirão" não aumentará, ou aumentará em percentagem reduzidíssima, as despesas de elaboração "por distrito", com esta diferença fundamental: a elaboração por unidade pequena e homogênea permite a obtenção de resultados por qualquer trecho de território, inclusive o distrito de paz, enquanto a elaboração "por distrito" fornece exclusivamente resultados por distrito de paz.

*Análise da forma de apresentação útil dos dados demográficos*

Vejamos, agora, qual é a forma de apresentação útil dos dados demográficos.

Para que os dados de um recenseamento geral possam ser aproveitados em estudos municipais devem ser apresentados sob forma que permita conhecer-se a situação demográfica de tôda e qualquer zona estudada. Não bastam indicações sòmente por distritos de paz, as quais, como tivemos ocasião de demonstrar em nosso trabalho sôbre "Conceito estatístico na formação das áreas administrativas, seus limites e superfícies no Município de São Paulo" (*Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXXI, p. 107), dão dos fenômenos idéia diferente da realidade, por homogeneizá-los apesar da zona territorial ser heterogênea.

As representações estatísticas "por distrito", como por exemplo, a densidade de população, embora teòricamente exatas, deturpam os fatos, dando aos resultados apresentados pouco valor prático. A generalização torna-se, então, grande demais, não deixando manifestar-se o fenômeno nos seus aspectos característicos. Por isso, tôdas as conclusões baseadas neste conhecimento não correspondem aos fatos. E, conseqüentemente, todos os planos levantados nessas bases, que não correspondem às de fato, serão castelos na areia, construções de cartas de baralho. O conhecimento objetivo do fenômeno, com tôdas as suas características e entrelaçamentos, evitaria opiniões subjetivas. De outro lado, o conhecimento minucioso de cada fenômeno demográfico colocará o gabinete dos dirigentes e dos sábios dentro do mundo concreto da vida real.

A distribuição de dados estatísticos em áreas territoriais heterogêneas nivela os fenômenos, apagando-lhe os traços característicos. Se forem os fenômenos apresentados ùnicamente em relação aos distritos de paz, não será possível aproveitá-los para estudos que tenham ligação com áreas territoriais que não se identifiquem com as áreas dos distritos. Assim, por exemplo, no estudo do zoneamento das adjacências da avenida D. Pedro I, a densidade de população por distrito de paz se apresenta muito intensa, em relação a Mooca, Cambuci e Ipiranga, conforme se vê no "croquis" n.º 1; estudo mais minucioso, porém, segundo as circunstâncias estatísticas adotadas (quarteirões), mostra que a densidade da parte estudada desta avenida é muito escassa, conforme se pode verificar no mapa n.º 2. E' preciso, em tais casos, recorrer às divisões pequenas que ofereçam novas possibilidades de compreensão. O sistema de áreas menores, mais homogêneas, permite observação e estudo dos fenômenos como êles são e onde estão, o que podemos fàcilmente compreender comparando os gráficos aludidos. No primeiro, a densidade de população se refere ao distrito todo, como unidade territorial. No segundo, o mesmo fenômeno é considerado em relação às circunscrições estatísticas: quarteirões.

A dificuldade não reside sòmente na apresentação dos resultados, mas, também nas com-

parações de um mesmo fenômeno em épocas diferentes, isto é, na apreciação dinâmica dos resultados de qualquer problema. Como a constituição territorial dos distritos de paz varia de uma época determinada para outras, em virtude das próprias necessidades administrativas, essas modificações, quando existem, impossibilitam qualquer comparação e em conseqüência, a análise dinâmica da evolução do fenômeno.

*A unidade proposta*

Como conclusão lógica às considerações que acabamos de expor, sugerimos que as unidades estatísticas territoriais, no recenseamento demográfico de 1940, sejam representadas por áreas suficiente pequenas, capazes de serem agrupadas para formação de qualquer zona a ser estudada. Para a zona urbana e para as partes da zona rural que sejam densamente povoadas, propomos a face do quarteirão como unidade territorial.

Na aplicação dessa unidade territorial em um caso concreto — o recenseamento demográfico paulista de 1934 — a Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, por motivos alheios à sua vontade, adotou o quarteirão como base da elaboração, embora houvesse codificado os 200 000 questionários recolhidos na capital de São Paulo até por face de quarteirão. Entretanto, mesmo adotando o quarteirão como base, ter-se-á um fundamento objetivo para início de um cadastro geral completo e um ponto de partida seguro para qualquer estudo administrativo de caráter econômico-social.

Assim, para melhor aproveitamento dos importantíssimos dados coligidos em um censo geral de população, seria de tôda conveniência, ao menos para as zonas urbanas das grandes cidades, que a elaboração fôsse realizada por face de quarteirão.

No município da capital de São Paulo, ponto de grande concentração da indústria do Estado e onde a população quase alcança 1 500 000 habitantes, seria também de tôda conveniência que uma determinada faixa da zona rural, situada contígua à zona urbana, fôsse elaborada como unidade idêntica à dessa zona urbana, isto é, por face de quarteirão. A determinação da extensão dessa faixa para o município de São Paulo poderia ser levada a efeito pela Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais. Teríamos, então, cada um dos distritos de paz das grandes cidades dividido em três partes:

a) zona urbana, que deverá ser elaborada por face de quarteirão;

b) parte da zona rural do distrito que apresentar densa população; esta parte deverá ser elaborada também por face do quarteirão; e

c) parte rural restante do distrito. Deverá ser elaborada, se possível, por vilas ou bairros ou partes de vilas ou bairros, dentro de limites prèviamente estabelecidos.

## II — MEIOS DE MELHORAR OS DADOS DEMOGRÁFICOS

*Solução para o problema da estatística demográfica*

Com estas considerações verificamos que o meio de solucionar o problema da estatística demográfica reside na adoção de uma unidade estatística pequena e homogênea — a face do quarteirão, cujo reagrupamento posterior permitirá a elaboração por qualquer zona que deva ser estudada.

Essa adoção pouco aumentará as despesas gerais com o recenseamento, a despeito de trazer para a administração pública vantagens consideráveis, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista puramente administrativo.

Além das vantagens que já foram apontadas no decorrer desta exposição outra há que deve ser levada em conta. Trata-se da melhoria que o novo processo de elaboração acarreta para o contrôle da coleta dos dados primárias.

Aqui no município da capital, além de serem especificados exatamente os trechos que cada recenseador deverá pesquisar, poderão ser determinados até os prédios que cada um deverá visitar. Êsse levantamento prévio, êsse fornecimento de plantas, bem minuciosas, de cada trecho a ser pesquisado garantirá o perfeito contrôle de arrecadação e de verificação do trabalho de cada recenseador. O trabalho do próprio recenseador, ainda, seria enormemente facilitado, pois o mesmo saberia, com antecedência, as características essenciais da zona que deveria recensear.

Em inquérito da importância de um censo geral de população, o contrôle da coleta é fundamental e, mesmo, imprescindível. Daí ser aconselhável, em tal caso, o uso de tôdas as medidas que possam melhorar êsse contrôle, melhorando, assim, os resultados gerais do recenseamento.

*Método de coleta em relação à localização*

Não conhecemos, por enquanto, os planos de organização de trabalho de coleta dos dados primários e de contrôle a serem usados no recenseamento de 1940.

Em relação à parte urbana da cidade, por certo seria de grande vantagem a sub-divisão dos setores de cada recenseador por quarteirão e suas respectivas faces. Para cada um dêsses elementos (face de quarteirão) seria possível o fornecimento dos dados seguintes:

1.º distrito a que pertence;

2.º rua que integra;

3.º ruas limítrofes;

4.º número de prédios residenciais, industriais e comerciais; e

5.º codificação necessária (distrito, quarteirão, face e número da casa).

Estas indicações podem ser adrede preparadas sob a forma de capas simples que englobarão os questionários correspondentes, depois de preenchidos.

Esta capa deverá acompanhar os questionários até o arquivamento, sendo mesmo arquivada com êles. As indicações referidas favorecerão de um lado o contrôle durante a coleta e, de outro lado, a identificação dos cartões perfurados na fase de elaboração com a simples exigência de numeração especial para cada cartão pertencente ao mesmo prédio. Outra vantagem é a capa servir de guia e orientação para o coletor. No momento, em São Paulo, não nos seria possível indicar o número exato de "menages" em cada prédio. Essa falha, entretanto, deve desaparecer brevemente quando se tornarem realidade os estudos que estão sendo efetuados para aperfeiçoar o cadastro geral.

Disposições das anotações na capa aludida:
Recenseamento de .....
Codificação: Dist. ..... Quart. ..... Face ....
Rua ..... entre
Rua ..... e
Rua .....
Total de questionários distribuídos .....
Recenseador .....

| *N.º do prédio* | 112 | 124 | 142 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Anotação dos questionários distribuídos ..... | | | | | | |
| Total dos questionários distribuídos para o prédio (algarismos) | 2 | 6 | 1 | | | |

O coletor deverá anotar na capa, com um traço, cada questionário distribuído no prédio. Êsses questionários deverão ser numeraods seguidamente por prédio.

Seria interessante entrosar o sistema ora proposto na organização geral do recenseamento, mas desconhecemos, por enquanto, pormenores dessa organização. As propostas feitas para a coleta só podem facilitar o serviço de campo e o de contrôle.

Relativamente à parte de elaboração será aconselhável considerar o cartão de perfuração. As indicações que devem figurar no cartão a ser perfurado, podem ser divididas em dois grupos. De um lado as indicações de identificação do cartão com os dados colhidos e, também, de identificação das unidades territoriais. De outro lado, as indicações das características demográficas e sociais, cuja discriminação não deve ser modificada nem quanto à extensão nem quanto à localização no cartão, por ser o elemento básico da elaboração estatística do recenseamento.

Quanto ao primeiro grupo de indicações, a sua forma pode não ser completamente rígida, com possibilidade de satisfazer as exigências impostas pelo plano geral.

Assim:

a) indicação das unidades territoriais adotadas — distrito de paz, município e Estado; e

b) identificação do cartão perfurado com os dados do questionário respectivo.

No plano geral, provàvelmente, teremos para:

Estado — 2 colunas;
Município — 3 colunas;
Distrito (setor) — 2 colunas;
Zona — 1 coluna;
Indivíduo — 5 colunas.
Total — 13 colunas.

Para as grandes cidades do país poderia ser o sistema ora proposto, com estas indicações para colunas:

Distrito — 2 colunas;
Quarteirão — 3 colunas;
Face de quarteirão — 1 coluna;
Número da casa — 3 colunas;
Indivíduo — 3 colunas;
Total — 12 colunas.

Comparando-se os dois totais obtidos, verificar-se-á que o segundo não excede a extensão do plano geral para esta parte, isto é, 13 colunas.

Os cartões usados para a perfuração dos dados das grandes cidades poderão apresentar impressão diferente — uma faixa colorida, por exemplo — o que dispensará as colunas referentes a "Estado" e a "Município"".

*Unidades territoriais*

Para a zona urbana e para os trechos da zona rural que apresentem densidade elevada de população, trechos êsses que podem ser determinados, no tocante à capital de São Paulo, pela Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, a unidade territorial deverá ser o quarteirão. A numeração irá de 1 a 500, por distrito, para os quarteirões urbanos.

As unidades rurais, tanto os quarteirões como as áreas maiores claramente definidas por acidentes geográficos, serão numerados de 501 a 999. A fixação dessas unidades poderá ser realizada pela aludida sub-divisão para o município da capital de São Paulo.

A numeração das faces do quarteirão poderá ser idêntica à numeração já adotada pelo Cadastro de Contribuintes da Prefeitura de São Paulo.

Como definição de face de quarteirão poderíamos adotar a seguinte: face é a parte do quarteirão contígua a uma rua ou a qualquer outro logradouro público. Consideram-se como pertencendo a dada face, aquêles prédios cuja frente aí se encontre. O número do prédio, normalmente, deve ser representado pelo próprio número dado pela Prefeitura.

Em São Paulo, porém, existem prédios que apresentam mais de um número. E' que se numeram, de preferência, as entradas e não o prédio pròpriamente. Êste sistema dificulta enormemente a introdução da unidade estatística "Prédio", única lógica e geralmente aceita. A numeração não indica prédios nem unidades de habitação; indica entradas. Assim, a casa de apartamentos, situada na avenida Paulista esquina da rua Frei Caneca, apresenta dois números; um correspondente à entrada da avenida Paulista (n.º 1 972) e o outro correspondente à entrada da rua Frei Caneca (n.º 1 432). As garages situadas no mesmo prédio, na frente voltada para a rua Frei Caneca, não apresentam número, mas uma loja da mesma frente, tem o número 1 438. As lojas do mesmo prédio, situadas nos apartamentos do andar térreo, com frente para a avenida Paulista, não apresentam número específico. Um outro exemplo é o prédio situado na rua Consolação, esquina com a rua Caio Prado. Êsse prédio apresenta dois números (787 e 793) para a rua Consolação e cinco números (19, 21, 27, 33 e 35) para a rua Caio Prado. Dêstes últimos, o 19 corresponde à entrada principal do prédio; o 21 e o 27 a entradas para o porão; o 33 e o 35 a pequenos cômodos existentes no quintal. Entre o 33 e o 35 há uma garage que não está numerada. Os estudos que sejam realizados sôbre o cadastro geral devem resolver a questão. Na presente codificação podemos adotar o número de entrada principal do prédio como indicativo de sua localização. No caso de números acima de mil, podemos adotar a codificação apenas dos três últimos algarismos do número da entrada principal do prédio, pois a referência ao quarteirão evita confusão com possível repetição de número.

Para precisar o indivíduo, poder-se-á adotar uma numeração consecutiva para os indivíduos de cada prédio, nos formulários da coleta.

III — OPORTUNIDADE DA QUESTÃO

Outra questão que desejamos tratar é a que diz respeito à oportunidade do presente trabalho, dada a aproximação do recenseamento demográfico de 1940.

Como já estão sendo discutidas as bases para realização do próximo censo geral de população no Brasil, seria de grande utilidade que, nessas discussões, fôssem consideradas a possibilidade e as vantagens da utilização do quarteirão (face do quarteirão) como unidade territorial do maior levantamento estatístico do país. Como êsse levantamento é importantíssimo, de interêsse vital para a Nação, e sua efetivação implicará no emprêgo de grandes somas de dinheiro, aconselhável será que os seus resultados sejam aproveitados de modo integral, em tôda sua plenitude, satisfazendo tôdas as necessidades dos estudos urbanos. Tal aproveitamento sòmente será obtido se a unidade estatística adotada na elaboração fôr pequena e homogênea — como é o quarteirão e sua face.

Os trabalhos que a Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do Departamento de Cultura vem executando, com pleno êxito, por meio de elaboração por quarteirão dos dados do recenseamento paulista de 1934, constituem a melhor prova de que, sem grandes gastos, poderemos obter resultados tão bons, ou melhores, para a estatística nacional, prestigiando o bom nome do nosso país e garantindo aos nossos administradores elementos fundamentais para a solução dos seus mais complexos problemas econômico-sociais.

★

**Resolução n.º 238, de 4 de julho de 1942**

*Exprime os agradecimentos do Conselho ao II Congresso Inter-Americano de Municípios*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e,

Considerando que a apresentação ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, realizado em Santiago, capital do Chile, de 15 a 21 de dezembro do ano passado, da resenha em que é exposto o sistema de cooperação inter-administrativa dos serviços estatísticos brasileiros e as realizações levadas a efeito, no âmbito municipal, com a sua aplicação, deu origem a honrosas manifestações dos membros do aludido certame em relação à obra do Instituto;

Considerando que os pronunciamentos em aprêço culminaram com a deferência ao Instituto da compilação de dados estatísticos sôbre as principais características dos municípios americanos e de suas atividades, trabalho êste a ser planejado de acôrdo com as conclusões gerais do Congresso;

Considerando, por outro lado, que a estruturação do Instituto Inter-Americano de Estatística, entidade que tem por objetivo promover o desenvolvimento estatístico no hemisfério ocidental e cooperar com outras organizações na expansão mundial da colaboração estatística, já se vai consolidando, graças, sobretudo, à adesão de crescente número de nações americanas, ocorrida após a expressa recomendação da Conferência de Chanceleres reunida no Rio de Janeiro no início do ano;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Estatística formula os seus mais profundos agradecimentos ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, e, principalmente, aos membros da sua Comissão de Estatística, pela maneira altamente honrosa por que foi encarada a atuação do Instituto no plano da organização municipal e, ainda, pela confiança no sistema estatístico brasileiro, demonstrada pela atribuição ao mesmo da coordenação, em sua primeira fase, dos trabalhos sistematizadores da estatística municipal em todo o continente.

Art. 2.º — O Instituto, tendo em vista o disposto na Primeira Conclusão da Secção de Estatística do Congresso Inter-Americano de Municípios, promoverá a imediata planificação dos trabalhos concernentes à incumbência que lhe foi cometida, recorrendo, para tanto, à colaboração das Juntas Regionais e dos serviços municipais de estatística de organização mais desenvolvida.

Art. 3.º — Tendo em vista que ao Instituto Inter-Americano de Estatística já está assegurada uma situação de prestígio e proeminência continental, capaz de permitir a remoção de quaisquer obstáculos à obra de sistematização visada pelo Congresso de Municípios, recomenda ainda o Conselho que o plano definitivamente organizado pelo Instituto, na forma do artigo anterior, seja encaminhado àquele organismo internacional, afim de que, introduzidas as alterações que se fizerem mister e ouvidas as nações interessadas, fique sob seu alto patrocínio e conte com o seu concurso técnico a execução do mesmo.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 239, de 4 de julho de 1942**

*Formula um agradecimento ao ministro da Educação a propósito do prevalecimento da ortografia acadêmica*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando o empenho sempre demonstrado pelos órgãos de direção do Instituto no sentido do integral prevalecimento das normas ortográficas resultantes do acôrdo firmado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, e oficializado pelo Govêrno brasileiro nos têrmos do Decreto-lei n.º 20 108, de 13 de julho do mesmo ano;

Considerando as superiores razões que determinaram a participação do Instituto no esclarecimento da equívoca situação criada pelo Decreto-lei n.º 292, de 23 de fevereiro de 1938, que declarou, categòricamente, no seu artigo primeiro, a obrigatoriedade no país do uso da ortografia assentada pelo pacto inter-acadêmico, enquanto no parágrafo único do mesmo artigo estabelecia para a acentuação regras que, embora se dissessem conformes ao acôrdo, não eram as que as academias haviam fixado em comum;

Considerando, ainda, a alta conveniência, para os interêsses da nossa cultura, de que fique a pleno efeito garantida a unidade do idioma luso-brasileiro, como foi amplamente exposto e defendido na expressiva documentação reunida pelo I. B. G. E. na publicação sob o título *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia,* editado em 1941;

Considerando, finalmente, o que dispôs a Resolução n.º 231, de 25 de julho de 1941, na qual o Conselho dirigiu um encarecido apêlo ao Senhor Ministro da Educação afim de que seja promovido o ato legislativo pelo qual se corrija o equívoco verificado no Decreto-lei

n.º 292, restabelecendo-se integralmente a vigência do sistema ortográfico resultante do acôrdo inter-acadêmico de 1931;

Resolve:

Art. 1.º — A Assembléia consigna os seus agradecimentos e aplausos ao Senhor Ministro da Educação, pelos propósitos revelados em seu discurso de 29 de janeiro do corrente ano, na Academia Brasileira de Letras, quanto à preservação da unidade da língua portuguêsa — como tanto convém aos interêsses quer da cultura nacional, quer da lusitana —, mediante o rigoroso estabelecimento da uniformidade de sua ortografia.

Art. 2.º — Fica encorporado nos Anais do Instituto, anexo à presente Resolução, o discurso a que alude o artigo anterior, como testemunho da solidariedade do Conselho ao nobre princípio que nêle se propugna, ou seja o da unidade da língua portuguêsa.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

☆

## ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 239

Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras;

Srs. Acadêmicos:

Sinto-me extremamente desvanecido pelo modo tão cordial e atencioso com que me recebeis. Agradeço-vos tamanha gentileza e bondade; agradeço as palavras tão finas e simpáticas com que acaba de saudar-me o nobre acadêmico professor Clementino Fraga.

Minha visita tem um objetivo patriótico. Venho tratar convosco do problema, entre nós tão debatido mas ainda não solucionado, da ortografia nacional.

### 1. *Primeira fase da questão ortográfica*

Apesar de tantos esforços do Govêrno Federal, da Academia Brasileira de Letras e de muitos servidores da causa da simplificação ortográfica, vivemos ainda, em matéria de ortografia, num sistema de incertezas.

Antes da Revolução de outubro, a ortografia comum, entre nós, era o velho sistema chamado misto, dentro do qual se escrevia de muitos modos. Poucos eram os que se batiam pela simplificação racional, já desde muito adotada em Portugal.

Em 1931, o Govêrno Provisório deu o primeiro passo. O Decreto n.º 20 108, de 15 de junho dêsse ano, declarou admitido nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino e adotado nas publicações oficiais o sistema ortográfico constante do acôrdo pouco antes celebrado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

Logo depois dava-se um passo a mais. O Decreto n.º 23 028, de 2 de agôsto de 1933, tornou obrigatório, no expediente e publicações oficiais e em todo o ensino do país, o uso da ortografia do acôrdo inter-acadêmico. Êsse decreto acrescentava que a referida ortografia também seria exigida nos requerimentos e documentos submetidos à administração pública, no expediente e publicações de emprêsas, companhias ou sociedades que gozassem de favor oficial e ainda nos livros didáticos usados em todos os estabelecimentos de ensino.

Em 1934, a causa da simplificação ortográfica, que ainda não lograra aceitação geral, sofreu decisivo golpe: a Constituição, em julho decretada e promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte, repôs a questão no estado anterior, determinando, numa de suas disposições transitórias, que o velho sistema ortográfico ficava adotado no país.

O texto constitucional entrou a ser discutido. Formou-se a corrente dos que o interpretavam como preceito destinado a tornar obrigatório o uso da velha ortografia, mas também a dos que consideravam de pé os decretos de reforma ortográfica, expedidos pelo Govêrno Provisório. Discutiu-se a questão no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

O Presidente da República, a quem veio a ser submetido o assunto, aceitou o ponto de vista de que devia voltar a ser adotada a antiga ortografia, mas permitiu que se empregasse a nova, até que um vocabulário oficial pautado por aquela fôsse publicado.

Pràticamente, portanto, continuou vitoriosa a causa da simplificação, que cada dia contava com maior número de adeptos.

### 2. *Segunda fase da questão ortográfica*

Vieram os sucessos políticos de 1937. Em novembro dêsse ano, entrou a vigorar novo instrumento constitucional, em que não se dispôs sôbre a questão ortográfica.

O Poder Executivo, transitòriamente dotado de plenos poderes em matéria legislativa, expediu logo o Decreto-lei n.º 292, de 23 de fevereiro de 1938, determinando a obrigatoriedade do uso da ortografia do acôrdo inter-acadêmico.

Como contra o novo sistema ortográfico se levantava a objeção de que demasiados eram os sinais nêle exigidos, dispôs o citado decreto-lei, para facilitar-lhe a aceitação, que a acentuação gráfica se reduzisse ao estrito número de casos que, em anexo, estabelecia. Dispôs mais êsse decreto-lei que o Ministério da Educação publicasse um vocabulário ortográfico da língua nacional, de uso obrigatório na vida oficial e no ensino.

Deu-se cumprimento ao decreto-lei. O Ministro da Educação, ouvido o presidente da Academia Brasileira de Letras, encarregou o professor Antenor Nascentes de organizar o vocabulário ortográfico. Meses depois era o trabalho apresentado. Submetido, porém, a uma comissão, organizada em entendimento com a Academia Brasileira de Letras, deixou de ser aceito, por não estar de acôrdo, — concluía o parecer, — com os decretos sôbre a matéria.

Em conclusão, vitoriosa está a causa da simplificação ortográfica; falta-nos, entretanto, o vocabulário que torne possível o uso correto e uniforme da nova ortografia. Enquanto não dispusérmos dêsse vocabulário, persistirão as incertezas ortográficas.

### 3. *A uniformidade ortográfica da língua portuguêsa*

Venho propor à Academia Brasileira de Letras que propugnemos pela declaração de um princípio de grande sentido patriótico e cultural: o princípio da unidade da língua portuguêsa em todo o mundo.

Cumpre não desconhecer que a língua portuguêsa, como qualquer outra língua de alcance universal, apresenta, nos diferentes grupos humanos que a falam, peculiaridades prosódicas e divergências sintáticas. E nós brasileiros,

muito nos envaidecemos da harmoniosa tonalidade e flexível estrutura que ao insigne idioma imprimimos.

Mas a verdade é que, nos seus elementos vocabulares e nos princípios de sua construção, permanece una a língua portuguêsa. E nessa unidade ela deve persistir. Com essa unidade, poderá ela ser um meio de expressão de maior alcance e um mais rico elemento da cultura humana.

Como prescrever a unidade da língua portuguêsa ?

Um dos meios que se afiguram mais próprios é o estabelecimento da uniformidade de sua ortografia.

É explicável que, no terreno da filologia, haja discordâncias entre portuguêses por um lado, e entre brasileiros por outro, e entre êstes e aquêles. Que, porém, as preferências ou pontos de vista pessoais e laterais cedam ao superior objetivo da uniformidade ortográfica da língua comum.

E recordando a obra admirável que foi o acôrdo de 1931, celebrado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, tendo em mira a finalidade dêsse acôrdo, a saber, a uniformidade ortográfica da língua portuguêsa, crendo que bem poderíamos dar agora uma demonstração a mais do nosso propósito de esforçar-nos por essa mesma finalidade, e por último atendida a circunstância de ainda não dispormos de um vocabulário nacional, que desde logo possa encerrar a questão ortográfica entre nós, é que peço permissão para propor que aceitemos, como sistema da ortografia nacional, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguêsa*, publicado em 1940 pela Academia das Ciências de Lisboa.

### 4. *O vocabulário nacional*

É fora de dúvida que precisamos de um vocabulário nacional. A lei confere ao Ministério da Educação a atribuição de organizá-lo.

E o Ministério da Educação está no propósito de realizar êsse empreendimento. Mas como não quer fazê-lo sem a colaboração da Academia Brasileira de Letras, e sem o seu final pronunciamento favorável à obra concluída, aqui formulo, antes do mais, a proposta de que o nosso vocabulário adote, sem nenhuma discrepância, inclusive quanto à aceitação das palavras, o sistema ortográfico do vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa.

O vocabulário nacional será, dêste modo, igual ao lusitano, apenas com as seguintes modificações:

a) retificação da grafia de nomes próprios geográficos peculiares do Brasil, por brasileirismos de origem tupi e africana e de nomes próprios antroponímicos usuais no nosso país;

b) supressão dos regionalismos de Portugal e de suas colônias;

c) substituição de determinadas formas vocabulares de uso em Portugal pela expressão correspondente de uso no Brasil;

d) retificação da grafia de nomes próprios geográficos peculiares do Brasil, porventura escritos de modo diferente do fixado pela Conferência de Geografia, promovida em 1926 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### 5. *Uniformidade permanente e aperfeiçoamento progressivo*

Aceito pelas duas academias o mesmo sistema ortográfico e adotado pelos dois governos o mesmo vocabulário, o princípio da uniformidade ortográfica da língua portuguêsa deverá ser cuidadosamente guardado.

Para isto, entre as duas academias poderia vigorar o pacto de não se fazer no vocabulário adotado nenhuma alteração quanto à grafia das palavras sem prévio e expresso assentimento de uma e da outra. E os dois governos firmariam a convenção de se entenderem sempre em matéria ortográfica, por intermédio das duas academias, e de não alterarem em nada o sistema inicialmente adotado, sem aquiescência das duas entidades acadêmicas.

As coisas humanas, ainda mesmo as mais bem acabadas, são sempre prefectíveis. Natural é, pois, que admitamos a possibilidade de introduzir no vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa esta ou aquela alteração, que o aperfeiçoe. A grafia de muitas palavras talvez possa vir a ser simplificada; no terreno da acentuação gráfica, notadamente, uma ou outra simplificação poderia ser tentada, sem prejuízo para o sistema.

É ainda de notar que a língua é um organismo vivo e sensível; e o maior sinal de sua vitalidade é que não se imobilize. E ainda por isso lícito é dizer que mudanças hão de ser feitas continuadamente em qualquer vocabulário que agora assentemos como definitivo.

Mas o que parece possível fazer, como mais proveitosa medida pela unidade da língua portuguêsa, é assentar o princípio da sua permanente uniformidade ortográfica; alcançar desde logo êsse objetivo pela integral aceitação de um vocabulário que sabemos ter sido organizado com critério e segurança; e firmar o compromisso de não operar, no sistema ora aceito, nenhuma alteração sem prévio acôrdo dos órgãos representativos da cultura literária do Brasil e de Portugal.

Tal é a proposta que me honro de formular perante a Academia Brasileira de Letras, a cujos preclaros membros saúdo com grande e sincero aprêço intelectual.

*

**Resolução n.º 240, de 4 de julho de 1942**

*Expressa o louvor da Assembléia ao C.N.G., ressalta a importância de algumas de suas atividades e formula sugestões sôbre a revisão do quadro territorial da República*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a importância que, de modo geral, apresentam para o estudo da vida brasileira as pesquisas e levantamentos de natureza geográfica, e, bem assim, as facilidades que, para os serviços estatísticos, decorrem da fixação e conhecimentos precisos dos âmbitos territoriais a que devem fazer referência os dados e informes por êles coligidos;

Considerando, por outro lado, a extensa, contínua e admirável atividade que vêm desenvolvendo os órgãos integrantes do Conselho Nacional de Geografia com o objetivo de dar integral execução ao Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, e ao regulamento aprovado nos têrmos do art. 5.º do aludido decreto, e preencher, conseqüentemente, as finalidades do Instituto concernentes ao conhecimento geográfico do território brasileiro;

Considerando, finalmente, que o espírito de colaboração existente entre os órgãos deliberativos e executivos do sistema estatístico-geográfico, permitiu fôssem levadas a bom têrmo as inúmeras iniciativas e empreendimentos de alcance nacional por cuja consecução responde o Instituto;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Estatística, inspirado pelo mais puro sentimento de cooperação e reconhecendo o muito que tem

feito e promete fazer o Conselho Nacional de Geografia em prol do amplo e integral conhecimento do território brasileiro, expressa nesta Resolução o seu aplauso à eficiente atuação técnica desenvolvida pela entidade irmã, no intervalo da presente e a anterior sessão da sua Assembléia Geral.

Art. 2.º — O Conselho julga dever ressaltar, por sua singular relevância dentro do programa de ação do C. N. G., os esforços despendidos com o fim de lançar os objetivos a seguir enumerados, já atingidos com êxito integral ou em vias de consecução:

a) a fixação do novo quadro do Brasil em regiões e o feliz encaminhamento dos estudos relacionados com a revisão das zonas fisiográficas em que se dividem os Estados e o Território do Acre;

b) a elaboração dos vocabulários geográficos dos Estados do Rio de Janeiro e Paraná, a bem orientada planificação do *Dicionário Geográfico Brasileiro* e o êxito de que se têm revestido as pesquisas e os estudos exigidos pela organização dessa magnífica obra cultural;

c) o encerramento, no prazo e dentro das normas pré-estabelecidas, da primeira fase da campanha empreendida em decorrência do que dispôs o Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, que determinou a revisão da nomenclatura das estações das estradas de ferro existentes no país;

d) a instituição em amplas e bem orientadas bases, do concurso de monografias corográficas municipais;

e) a intensificação das pesquisas concernentes às efemérides geográficas e o gradual enriquecimento da já preciosa documentação de que dispõe a Secretaria do Conselho;

f) a continuação e ampliação das atividades culturais do Conselho, já com a distribuição, entre as escolas, do mapa do Brasil editado em comemoração ao lançamento da Campanha Censitária de 1940, já com a manutenção da *Revista Brasileira de Geografia*, já enfim, com as providências tomadas no sentido de franquear à consulta pública a biblioteca, mapoteca, hemeroteca e arquivos de documentação do Conselho;

g) o início de reconhecimentos topográficos e paisagísticos, com o levantamento da região serrana próxima a Belo Horizonte;

h) a instalação do Curso de Cartografia, cujo funcionamento, já regularizado, permitirá a formação de uma equipe de especialistas na matéria;

i) a melhoria dos serviços regionais e locais prepostos às pesquisas geográficas e o encaminhamento de providências para a criação ou a declaração da autonomia dêsses órgãos em vários Estados;

j) a colaboração eficiente assegurada à Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia e o concurso prestado à publicação dos Anais do IX Congresso, realizado em Florianópolis em 1940;

l) a situação bastante promissora das tarefas ligadas ao empreendimento fundamental do Conselho — a atualização da Carta Geral do Brasil, ao milionésimo — e que compreendem, além das campanhas empreendidas de um modo geral pelo Instituto, trabalhos astronômicos, geodésicos, topográficos pròpriamente ditos.

Art. 3.º — Formulando os melhores votos por que não sofra solução de continuidade a magnífica série de empreendimentos cuja extensão e alcance o artigo anterior deixa entrever, o Conselho Nacional de Estatística encarece a conveniência de terem início, desde já, os trabalhos relacionados com a organização do *Atlas Corográfico Municipal* e com a revisão do quadro territorial da República, cuja vigência cessará a 31 de dezembro próximo vindouro, obedientemente, uns e outros, às normas estabelecidas na legislação do Instituto e nas que forem baixadas pelos seus órgãos deliberativos.

Parágrafo único — O Conselho sugere, data vênia, as providências a seguir, relativas ao estudo da revisão territorial e judiciário-administrativa do país:

I — Constituição imediata, em todos os Estados e no Território do Acre, de uma comissão de três membros, composta de representantes da Junta Regional de Estatística, do Diretório Regional de Geografia e do Departamento das Municipalidades ou entidade congênere, com o fim de estudar o quadro da divisão do território regional que deverá entrar em vigor a 1.º de janeiro de 1944 e elaborar os projetos de lei que se tornarem necessários.

II — elaboração de normas especiais para regular as atividades das comissões revisoras instituídas na conformidade do item anterior, de maneira que fiquem expressamente recomendadas ao seu estudo as seguintes medidas:

a) imediato levantamento das alterações sofridas pela divisão judiciária regional, em virtude, principalmente, da vigência do Código do Processo Civil, e encaminhamento das informações coligidas à Secretaria do C. N. G.;

b) manutenção, de um modo geral, salvo se exame minucioso do assunto — já sob o ponto de vista administrativo e judiciário, já levando em conta razões políticas e econômicas — desaconselhar êsse critério, da divisão territorial que deve vigorar até 31 de dezembro de 1943.

c) restrição ao mínimo, na hipótese de ser impossível a adoção da sugestão formulada na alínea anterior, de alterações do quadro territorial vigente;

d) prevalecimento integral e generalizado das normas e definições aceitas na Convenção Nacional de Estatística e consubstanciadas, posteriormente, na legislação federal e nas Resoluções dos órgãos deliberativos do Instituto;

e) estabelecimento de requisitos mínimos para a construção de novas unidades administrativas, de modo que sejam considerados não só os fatôres políticos e administrativos, como também os territoriais, demográficos e econômicos;

f) estudo, por intermédio das repartições técnicas do Govêrno, das regiões onde serão localizadas as sedes das novas unidades administrativas, afim de se verificar se as mesmas apresentam condições favoráveis à instalação e ao desenvolvimento normal de novos núcleos demográficos;

g) traçado da atual e da futura planta cadastral das cidades e vilas que terão de ser criadas e início das instalações dos serviços públicos indispensáveis ao desenvolvimento e ao bem-estar social das mesmas;

h) revisão dos atuais quadros urbanos e suburbanos das cidades e vilas, com fundamento na densidade demográfica e nas condições de urbanização, de preferência ao critério puramente fiscal ora predominante.

III — Fixação das instruções que devem regular a criação de novas unidades administrativas ou a anexação das existentes no atual quadro regional, e estabelecimento de normas uniformes para a revisão das cartas municipais, alteradas pela criação ou supressão de municípios e distritos.

IV — Decretação das medidas indispensáveis à execução das sugestões propostas nos ítens anteriores e a tornar uniforme e solene a instalação do novo quadro territorial da República.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

*

**Resolução n.º 242, de 4 de julho de 1942**

*Exprime congratulações ao Conselho Nacional de Trânsito e formula sugestões sôbre o levantamento da estatística do trânsito*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando os pronunciamentos anteriores dêste Conselho em relação ao levantamento das estatísticas dos transportes rodoviários, consubstanciados, principalmente, nas Resoluções ns. 11 e 148;

Considerando que incumbe aos Conselhos Nacionais e Regionais de Trânsito zelar pela fiel observância das disposições do Código Nacional de Trânsito aprovado pelo Decreto-lei federal n.º 2 994, de 28 de janeiro de 1941;

Considerando, ainda, que a organização da estatística do trânsito e dos acidentes e contravenções verificadas compete ao Conselho Nacional de Trânsito, na conformidade do disposto no inciso 4. do art. 139, do aludido Decreto-lei n.º 2 994;

Considerando, finalmente, que ao Instituto, na qualidade de órgão superior do sistema estatístico nacional, cabe a coordenação de todos os serviços estatísticos de interêsse geral, já existentes ou que vierem a existir nas várias dependências da administração pública, afim de garantir-lhes as mais favoráveis condições para futuro desenvolvimento (Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934);

Resolve:

Art. 1.º — É formulado um voto de calorosas congratulações ao Conselho Nacional de Trânsito, não só pelo que representa para o país a sua instalação, como também, em particular, pelo início das suas atividades, que tão auspiciosamente se desenvolvem com o objetivo de asseguar fiel e integral execução ao Código de Trânsito.

Art. 2.º — O Conselho Nacional de Estatística, tendo em vista, de um lado, os interêsses da estatística geral brasileira e, sobretudo, das estatísticas relacionadas com os encargos de Segurança Nacional, cometidos aos órgãos do Instituto por fôrça do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942, e, por outro lado, as atribuições regulamentares do Conselho Nacional de Trânsito, reconhece a necessidade de ser estabelecido um contacto permanente entre as repartições do sistema estatístico e o aludido Conselho, com o objetivo de se harmonizarem e sistematizarem as respectivas atividades, no intuito de levantar as estatísticas do tráfego rodoviário.

Art. 3.º — Nos entendimentos que a Presidência do Instituto estabelecerá com o Conselho Nacional de Trânsito, deverão ficar previstas, além da colaboração técnica assegurada pelos funcionários da entidade, as seguintes providências, consideradas essenciais aos objetivos visados:

I — Inclusão dos diretores dos Departamentos de Estatística dos Estados e do Território do Acre entre os membros dos Conselhos Regionais de Trânsito das respectivas Unidades Federadas.

II — Adoção, pelas repartições competentes (Inspetoria de Veículos, Guarda Civil, Delegacias de Polícia, etc.), dos modelos de assentamentos e registros traçados pelos Conselhos e destinados à inscrição sistemática dos fatos relacionados com o trânsito, afim de uniformizar e tornar automática a coleta estatística que ficará a cargo das repartições do Instituto.

III — Instituição em cada município, mediante lei estadual ou territorial, do registro obrigatório dos veículos, nos moldes preconizados na Resolução n.º 134, da Assembléia Geral do C. N. E., efetuadas as adaptações exigidas pelo Código de Trânsito.

IV — Adoção de fichas de comunicação para serem obrigatòriamente prenchidas, em relação a cada viagem, pelas emprêsas que se dedicam ao transporte coletivo de passageiros ou mantém linhas regulares de transporte de carga, dentro dos municípios (excetuadas as que trabalham nas zonas urbanas e suburbanas, ou entre uma e outra), ou entre municípios, e que deverão ser entregues, na localidade terminal da viagem, à autoridade controladora do trânsito ou ao agente municipal de estatística. Tais fichas deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) Para os transportes de passageiros:

1. espécie, lotação (número de passageiros) e número de registro do veículo;

2. extensão e designação da linha (expressa pela denominação dos pontos extremos do percurso);

3. data e natureza da viagem (ordinária ou extraordinária);

4. hora da partida e da chegada;

5. número de passageiros transportados, segundo a procedência e destino;

6. combustível e lubrificante consumidos;

7. observações (acidentes, desvios, atrasos, etc.);

8. assinatura do condutor do veículo e número da sua carteira.

b) Para os transportes de cargas:

1. espécie, lotação (em quilos) e número de registro do veículo;

2. extensão e designação da linha (expressa pela denominação dos pontos extremos do percurso);

3. data e natureza da viagem (ordinária ou extraordinária);

4. hora da partida e da chegada;

5. quantidade (em quilos) das mercadorias transportados, segundo a procedência e destino;

6. valor global do frete cobrado;

7. combustível e lubrificante consumidos;

8. observações (acidentes, desvios, atrasos, etc.);

9. assinatura do condutor do veículo e número da sua carteira.

V — Organização, nas repartições de trânsito competentes, do cadastro de motoristas habilitados e licenciados no município, contendo, pelo menos, em relação a cada um:

1. nome, idade, estado civil, sexo nacionalidade, profissão (anterior, no caso dos motoristas profissionais), grau de instrução e situação perante o serviço militar;

2. natureza da habilitação (amador ou profissional);

3. número da carteira, data e local da expedição;

4. local e data da habilitação;

5. número de matrícula;

6. espécies de veículos que está habilitado a conduzir;

7. número e propriedade dos veículos para cuja condução está matriculado;

8. principais dados psico-fisiológicos;

9. data e natureza dos novos exames efetuados;

10. habilitações especiais (mecânico, radiotelegrafista, eletricista, etc.);

11. observações;

VI — Determinação para que sejam utilizadas pelas autoridades de trânsito, policiais e médicas, fórmulas de comunicação e de inspeção que permitam registrar, em relação a cada acidente, pelo menos os seguintes elementos:

a) Quanto ao motorista do veículo ou veículos envolvidos no acidente:

1. sexo;

2. idade;

3. estado civil;

4. nacionalidade;

5. número, data e local da expedição da carteira;

6. se possuia autorização para guiar o veículo;

b) Quanto ao veículo ou veículos:

1. espécie;

2. número de matrícula;

3. danos sofridos;

4. data e resultado da última vistoria (no caso de veículos para transporte coletivo de passageiros);

c) Quanto às vítimas (se houver):

1. sexo;

2. idade;

3. estado civil;

4. nacionalidade;

5. *causa mortis* ou ferimentos sofridos;

d) Quanto ao acidente:

1. classificação (colisão, atropelamento, choque, explosão, etc.);

2. circunstâncias em que ocorreu (lugar e momento; condições atmosféricas; visibilidade; condições da via);

3. causas presumíveis ou apuradas (atribuídas aos condutores; aos veículos; aos pedestres; aos obstáculos; às condições e estado da via; às condições atmosféricas; a causas diversas).

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 243, de 4 de julho de 1942**

*Estabelece providências para a fixação de uma nomenclatura de indústrias para uso da estatística brasileira*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a criação do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve por fim, "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover ou fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais" (Art. 1.º do Decreto n.º 24 609);

Considerando, também, que a definição exata e precisa das unidades objeto das pesquisas estatísticas, bem assim a sua uniforme e racional classificação, além de constituirem requisitos técnicos e metodológicos indispensáveis à planificação de qualquer levantamento, são essenciais à coordenação das atividades de todos os serviços estatísticos — já existentes ou que vierem a existir no país — que, por fôrça de lei, incumbe ao Instituto;

Considerando, ainda, que as classificações adotadas no campo das pesquisas nacionais, devem permitir as comparações de natureza retrospectiva e os confrontos com levantamentos efetuados em outros países;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovada, como base para estudo, a nomenclatura de indústrias ánexa à presente Resolução, destinada a ser usada na exposição dos resultados obtidos pela estatística brasileira nesse setor das atividades econômicas.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto promoverá, no menor prazo possível, o estudo da aludida nomenclatura, tomando com êsse objetivo as providências a seguir enumeradas, além de quaisquer outras que julgar convenientes:

I — Conseguir das Juntas Executivas de Estatística e do Serviço Nacional de Recenseamento o minucioso exame da nomenclatura em causa, já sob o ponto de vista da sua adaptação aos trabalhos normalmente efetuados pelas repartições centrais do sistema, já visando o conhecimento, em relação à organização local e regional das indústrias, de suas omissões ou das dificuldades que apresenta para uma adoção generalizada.

II — Obter o pronunciamento, quer de órgãos técnicos ou especializados da administração pública e de entidades privadas e paraestatais, quer de associações comerciais, industriais e técnico-culturais, quer, enfim, de particulares e de estabelecimentos fabris, sôbre a classificação, de modo que se consiga o maior número de sugestões a respeito.

III — Determinar a coordenação, na Secretaria Geral, dos resultados dos estudos efetuados na forma do item I e dos pronunciamentos formulados pelas entidades consultadas, e, ainda, a organização da nomenclatura que será recomendada ao uso da estatística brasileira enquanto não puder ser fixada a de caráter internacional.

IV — Encaminhar à Junta Executiva Central, para aprovação, o projeto de nomenclatura que fôr finalmente organizado com base nas contribuições obtidas na forma já descrita.

Art. 3.º — Fixada a nomenclatura brasileira das indústrias, serão tomadas pelos órgãos do Instituto as providências complementares a seguir discriminadas, cuja efetivação concorrerá sobremaneira para a consecução dos objetivos visados pela presente Resolução:

I — Pela Presidência do Instituto, — o encaminhamento da nomenclatura ao Instituto Inter-Americano de Estatística, acompanhada do pedido para que seja a mesma submetida a estudo, afim de ser verificada a possibilidade da sua adoção — efetuadas as adaptações necessárias — por tôdas as repartições estatísticas do continente.

II — Pelas Juntas Executivas de Estatística:

a) recomendação para que a nomenclatura seja usada nos trabalhos efetuados pelas repartições de estatística;

b) a promoção das medidas que se fizerem necessárias para que a nomenclatura seja também adotada obrigatòriamente nas repartições que apenas divulgam estatísticas industriais;

c) o estabelecimento de entendimentos com o Ministério do Trabalho, no sentido de ser a nomenclatura adotada não só pelas repartições que constituem a sua organização administrativa, como também pelos institutos de assistência social, quer nos levantamentos estatísticos, quer em trabalhos de qualquer outra natureza.

III — Pela Secretaria Geral do Instituto:

a) a organização, mediante auxílio dos demais órgãos do sistema e como complemento de suas atividades sôbre o assunto, de um "vocabulário de indústrias" no qual sejam descritas, sucintamente, as principais características das indústrias nacionais, de modo a possibilitar definições uniformes para efeito de coleta;

b) a elaboração de um índice alfabético de produtos industriais, incluindo, em relação a cada verbete, uma indicação remissiva que permita o imediato conhecimento do grupo em que o produto se encontra classificado;

c) a coordenação de todos os estudos relacionados com a nomenclatura que forem surgindo em decorrência de sua adoção, afim de justificar, posteriormente, a introdução de modificações que visem a sua progressiva melhoria.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

☆

## ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 243

### Nomenclatura Brasileira para a Classificação de Indústrias

### (Ante-projeto)

A — *Indústria extrativa e de beneficiamento*

Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem mineral
- Estudo e prospecção de jazidas (em geral)
- Extração e beneficiamento de minérios metálicos
  - Metais básicos
  - Metais preciosos
  - Metais raros
- Extração e beneficiamento de substâncias minerais não metálicas
  - Pedras preciosas
  - Pedras semi-preciosas
  - Combustíveis
  - Mármore e pedras
  - Cal, gêsso e gipsita
  - Terras e areias
  - Esquistos arenosos e grafitosos
  - Outras substâncias minerais
  - Substâncias minerais não discriminadas
- Exploração de fontes de águas minerais, termais e sulfurosas
- Extração e beneficiamento de produtos minerais não especificados

Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal
- Extração e beneficiamento da madeira
  - Corte de árvores
  - Serrarias
- Extração e beneficiamento da borracha e similares
- Extração e beneficiamento de cêra de carnaúba
- Extração e beneficiamento de resinas vegetais
- Extração e beneficiamento de produtos oleaginosos
- Extração e beneficiamento de fibras
- Extração e beneficiamento de árvores, plantas e cascas tanníferas
- Extração e beneficiamento de plantas e ervas tóxicas e medicinais
- Colheita de frutos silvestres
- Extração e beneficiamento de produtos vegetais não especificados

Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal
- Pesca
- Caça
- Beneficiamento da lã e da sêda animal
- Extração e beneficiamento de penas, pêlos, crinas e similares
- Curtume, preparação de couros e peles

B — *Indústria manufatureira e fabril*

Indústria dos minerais não metálicos
- Fabricação de louça de barro, simples ou vidrado
- Fabricação de tijolos, telhas e manilhas
- Fabricação de louças e porcelana
- Fabricação de material sanitário e higiênico
- Fabricação de ladrilhos, azulejos e semelhantes
- Fabricação de cimento
- Fabricação de objetos de cimento e gêsso (n. e. a.)*
- Marmorarias
- Fabricação de vidros e cristais e seus artefatos
- Fabricação de espelhos; lapidação e polimento de vidros e cristais
- Fabricação de asfalto e de betume
- Indústrias de minerais não metálicos sem especificação

Indústrias dos minerais metálicos
- Siderurgia
- Fundição de metais não férreos e suas ligas
  - Cobre, latão e bronze
  - Chumbo e suas ligas
  - Zinco
  - Alumínio e suas ligas
  - Ouro, prata e platina
  - Metais não férreos sem especificação

---

* Usa-se *n.e.a.* como abreviatura de "não especificados anteriormente".

Manufaturas de ferro e aço
Manufaturas de metais não férreos e suas ligas
Ferragens, ferramentas e cutelaria
Artefatos de ferro esmaltado, estanhado e zincado
Estamparia
Galvanoplastia
Indústrias metalúrgicas não especificadas

Indústria mecânica, de material de transporte e elétrico
Construção, montagem e reparação de máquinas e aparelhos
Máquinas e aparelhos para a indústria mineralúrgica e metalúrgica
Máquinas e aparelhos para serrarias, carpintarias e marcenarias
Máquinas e aparelhos para a indústria química
Máquinas e aparelhos para a indústria têxtil
Máquinas e aparelhos para a indústria de calçados e chapéus
Máquinas e aparelhos para benefício e rebenefício de algodão e outras plantas têxteis
Máquinas e aparelhos para benefício e rebenefício de cereais
Máquinas e aparelhos para torrefação e moagem de café
Máquinas e aparelhos para a indústria açucareira
Máquinas e aparelhos para a agro-pecuária, em geral
Máquinas e aparelhos para a indústria da alimentação
Máquinas e aparelhos para a indústria gráfica
Máquinas e aparelhos para a indústria da construção
Máquinas e aparelhos para a produção e distribuição de gás, frio e água
Máquinas e aparelhos para escritório
Máquinas e aparelhos para confecção de vestuário
Máquinas e aparelhos para uso doméstico
Máquinas e aparelhos para indústria e usos não especificados
Máquinas a vapor, caldeiras, bombas e compressores
Motores de combustão interna

Construção, montagem e reparação de instrumentos e aparelhos especiais
Instrumentos e aparelhos de precisão, em geral
Relógios, cronômetros, taxímetros e aparelhos semelhantes
Instrumentos e aparelhos de física, química, astronomia e geodésia
Instrumentos e aparelhos de medicina, cirurgia, ortopedia e semelhantes
Instrumentos e aparelhos de gabinetes dentários
Balanças comerciais e de precisão
Instrumentos e aparelhos para laboratórios de pesquisas
Instrumentos e aparelhos fotográficos e cinematográficos
Instrumentos e aparelhos de ótica
Instrumentos e aparelhos especiais não especificados

Construção, montagem e reparação de instrumentos e aparelhos elétricos
Material elétrico em geral
Máquinas e motores e acessórios
Transformadores e aparelhos de medir
Pilhas, acumuladores e condensadores
Aparelhos elétricos de uso doméstico
Aparelhos produtores de frio
Lâmpadas
Material e aparelhos rádio-telefônico, telefônico, telegráfico, televisor, etc.
Instrumentos e aparelhos elétricos não especificados

Construção, montagem e reparação de material de transporte
Material de transporte em geral
Veículos de tração animal
Veículos terrestres de combustão interna
Veículos ferroviários e tranviários
Embarcações
Aeronaves
Elevadores, funiculares e outros semelhantes
Aparelhos de sinalização
Material de transporte não especificado

Indústria da madeira
Carpintarias e caixotarias
Carpintarias
Caixotarias
Tanoarias
Fabricação de artefatos de madeira
Fabricação de artefatos de vime, junco, bambu, e semelhantes
Fabricação de artefatos de cortiça
Indústria da madeira não especificada

Indústria do mobiliário
Fabricação e reparação de móveis de madeira
Fabricação e reparação de móveis de vime, junco e semelhantes
Fabricação e reparação de móveis de metal
Fabricação e reparação de móveis de material não especificado

Indústria do papel
Fabricação de celulose e pasta de madeira
Fabricação de papel e cartolina
Fabricação de papelão
Fabricação de artefatos de papel e papelão

Indústria da borracha
Preparação da borracha para uso industrial
Fabricação de pneumáticos, rodas maciças e câmaras pneumáticas
Fabricação de artefátos de borracha
Recautchutagem e vulcanização
Indústria da borracha não especificada

Indústria dos couros e peles
Fabricação de malas e pastas
Fabricação de artigos de montaria e acessórios
Fabricação de artigos de esporte
Fabricação de artefatos diversos
Fabricação de artefatos de couros e peles não especificadas

Indústria química
- Ácidos inorgânicos e seus derivados
- Álcalis, cloro e derivados
- Produtos químicos para a agricultura
- Gás comprimido
- Distilação do carvão de pedra e derivados
- Distilação e refinação do petróleo e derivados
- Pólvora, explosivos e fogos
- Fósforos
- Matéria plástica
- Óleos minerais e lubrificantes (n. e. a.)
- Distilação da madeira, Ácido acético, acetona, álcool metílico. Formaldeído e ácido fórmico
- Álcool etílico
- Ácido cítrico, ácido tartárico e derivados
- Óleos e gorduras vegetais
- Óleos e gorduras animais
- Produtos derivados de substâncias graxas e protéicas
- Óleos essenciais e perfumes
- Tintas, esmaltes e vernizes
- Extratos tânicos
- Fios químicos
- Produtos farmacêuticos, higiênicos e medicinais
- Inseticidas, formicidas e desinfetantes
- Produtos fotográficos, cinematográficos e similares
- Papel carbono e fitas para máquinas
- Diversos produtos
- Produtos químicos não especializados

Indústria têxtil
- Fiação
  - Fiação de algodão
  - Fiação de sêda animal e artificial
  - Fiação de sêda e algodão misturados
  - Fiação de lã
  - Fiação de linho
  - Fiação de algodão e linho, misturados
  - Fiação de caroá
  - Fiação de cânhamo e juta
  - Fiação não especificada
- Fiação e tecelagem
  - Fiação e tecelagem de algodão
  - Fiação e tecelagem de linho
  - Fiação e tecelagem de sêda animal e artificial
  - Fiação e tecelagem de lã, pura e mesclada
  - Fiação e tecelagem de cânhamo, caroá, juta e outras fibras têxteis
  - Fabricação de tecidos de malha
  - Fabricação de tecidos elásticos
- Fabricação de artefatos de tecidos
  - Fabricação de artefatos de tecidos de algodão
  - Fabricação de artefatos de tecidos de linho
  - Fabricação de artefatos de tecidos de sêda
  - Fabricação de artefatos de tecidos de lã
  - Fabricação de artefatos de tecidos de cânhamo, caroá e juta
  - Fabricação de artefatos de tecidos de malha
  - Fabricação de artefatos de tecidos elásticos
- Fabricação de rendas, bordados e entremeios
- Fabricação de passamanarias
- Fabricação de tapeçarias, cortinas e similares
- Fabricação de tecidos e artefatos especiais
- Tinturaria e estamparia de fios e tecidos

Indústria do vestuário e toucador
- Fabricação de roupas
  - Roupas brancas (interior) para homens e meninos
  - Roupas brancas (interior) para senhoras e meninas
  - Pijamas e quimonos
  - Roupas para crianças
  - Roupas para homens
  - Roupas para senhoras
  - Abrigos e agasalhos para homens e meninos
  - Abrigos e agasalhos para senhoras e meninas
  - Roupas de banho
  - Roupas de matéria especial
  - Preparação e confecção de peles e abrigos semelhantes
  - Fabricação de roupas e artigos semelhantes não especificados
- Fabricação de chapéus
  - Fabricação de chapéus para homens
  - Fabricação de chapéus para senhoras
  - Fabricação de gorros, bonés, e artigos semelhantes
- Fabricação de calçados
  - Fabricação de calçados para homens, senhoras e crianças
  - Fabricação de sandálias, alpercatas e chinelos
  - Fabricação de botas e perneiras
  - Fabricação de galochas
  - Fabricação de tamancos
  - Fabricação de calçados não especificados
- Fabricação de chapéus de sol e bengalas
- Fabricação de botões e fivelas
- Fabricação de artigos do vestuário (n.e.a.)
  - Suspensórios e ligas
  - Cintos
  - Abotoaduras
  - Colarinhos e punhos
  - Gravatas
  - Luvas
  - Bôlsas para senhoras e crianças
  - Diversos artigos do vestuário
- Fabricação de artigos de toucador
  - Pentes
  - Prendedores e travessas para cabelos
  - Saboneteiras
  - Guarda-escôvas
  - Artigos de toucador não especializados

Indústria dos produtos alimentícios e estimulantes
- Beneficiamento e rebeneficiamento de gêneros alimentícios
- Fabricação de farinhas e polvilhos
- Torrefação e moagem de café
- Fabricação de açúcar e rapadura

Refinação
Fabricação de biscoitos e bolachas
Fabricação de massas alimentícias
Fabricação de fermentos
Panificação, pastelaria e fabricação de doces de massa
Fabricação de chocolate
Fabricação de doces, bombons e caramelos
Fabricação de sorvetes e gelados
Fabricação de conservas de legumes e de frutas
Fabricação e preparação de condimentos
Fabricação de conservas de peixe
Preparação da carne e fabricação de conservas de carne
Fabricação de azeites e gorduras vegetais
Fabricação e preparação de gorduras animais
Fabricação de laticínios e de derivados do leite
Fabricação de outros produtos alimentícios
Fabricação de cervejas
Fabricação de bebidas alcoólicas
Fabricação de bebidas não alcoólicas
Manufaturas de fumo
Indústria dos produtos alimentícios e estimulantes não especificada

Indústria gráfica e conexas
Oficinas gráficas em geral. Tipografias
Oficinas gráficas de jornais e revistas
Oficinas gráficas para impressão de livros
Oficinas de litografia, de zinco e fotogravura
Oficinas de fundição de tipos, estereotipia e eletrotipia
Oficinas de encadernação
Emprêsas editôras
Emprêsas de publicidade e propaganda
Oficinas para cópias heliográficas e fotostáticas
Emprêsas fotográficas e cinematográficas
Oficinas não especificadas

Indústria da construção
Emprêsas de construção de edifícios e de obras complementares e de reparação
Emprêsas de construção de estradas e de pontes, pontilhões e obras semelhantes
Emprêsas de obras hidráulicas e de saneamento
Emprêsas de execução de serviços especializados
Emprêsas de serviços não especificados

Indústria da produção e distribuição de eletricidade, gás, frio e água

Indústrias diversas
Fabricação de aparelhos e instrumentos de música e seus acessórios
Instrumentos de corda
Instrumentos de metal e de sôpro
Vitrolas e discos
Acessórios
Fabricação de carimbos, sinetes e placas
Fabricação de artigos escolares e para escritório (n. e. a.)
Fabricação de jóias e de objetos de adôrno e fantasia
Fabricação de coroas e flores artificiais
Fabricação de objetos e artigos para prática de cultos
Fabricação de artefatos de penas, plumas, chifres, ossos, marfim, tartaruga, etc. (n. e. a.)
Fabricação de brinquedos
Fabricação de objetos de arte
Fabricação de artigos de jogos e esportes (n. e. a.)
Fabricação de escôvas, pincéis, vassouras e similares
Fabricação de armas e munições
Colchoaria
Preparação de animais e plantas
Outras indústrias não especificadas.

*

**Resolução n.º 246, de 4 de julho de 1942**

*Traduz o regozijo do Conselho pela elaboração do* Vocabulário Brasileiro de Estatística *e determina providências para a sua publicação*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que os pronunciamentos anteriores desta Assembléia sôbre a conveniência de ser estabelecida uma nomenclatura precisa e racional para uso da estatística brasileira, provocaram a determinação de diversas providências para a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística;*

Considerando, ainda, que já se encontra em poder da Secretaria Geral do Instituto o trabalho organizado pelo Prof. Mílton da Silva Rodrigues, consultor técnico do Conselho, para servir de base ao vocabulário que será elaborado, em definitivo, segundo as normas prescritas na Resolução n.º 140;

Resolve:

Art. 1.º — A elaboração, pelo Prof. Mílton da Silva Rodrigues, do trabalho que deve servir de base à organização do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* é reconhecida, pelo Conselho, como valiosa contribuição para o fim a que se destina.

Parágrafo único — O Conselho consigna, outrossim, o seu voto de louvor e agradecimento ao Prof. Mílton da Silva Rodrigues pelo excelente concurso que assegurou à estatística brasileira, elaborando o mencionado *Vocabulário.*

Art. 2.º — A Secretaria Geral do Instituto promoverá a imediata impressão do *Vocabulário* distribuindo-o, a seguir, a tôdas as entidades técnicas ou culturais, bem assim ao funcionalismo de estatística e aos consultores técnicos dêste Conselho, afim de receber sugestões.

Art. 3.º — As Juntas Executivas Regionais envidarão, por sua vez, todos os esforços com o fim de obter, nas Unidades Federadas em que têm sede, o maior número de pronunciamentos e sugestões ao *Vocabulário.*

Art. 4.º — É formulado um encarecido apêlo às diversas Comissões Técnicas do Conselho e à Sociedade Brasileira de Estatística para que incluam nos respectivos planos de trabalho o exame e a discussão em comum do *Vocabulário,* visando, com essa medida, a obtenção de um maior número de pronunciamentos sôbre o mesmo.

Art. 5.º — As observações e críticas obtidas da forma descrita nos artigos precedentes serão encaminhadas ao redator do vocabulário-básico,

o qual, no menor prazo possível, redigirá a apresentará ao Presidente do Instituto as conclusões da análise efetuada em cada uma. De posse dêsses esclarecimentos e do relatório final do autor do projeto, a Junta Executiva Central fixará o texto definitivo do *Vocabulário*, promovendo sua larga divulgação.

Art. 6.º — A Presidência do Instituto proverá a que seja o *Vocabulário*, na edição definitiva remetido oficialmente ao Instituto Inter-Americano de Estatística como contribuição brasileira para o aperfeiçoamento da sistemática estatística inter-americana.

Goiânia, em 4 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 252, de 8 de julho de 1942**

*Reconhece a necessidade do levantamento da estatística da morbidade e determina providências a respeito*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o desenvolvimento da legislação social brasileira deixa entrever a futura implantação de novas normas de proteção e assistência à população, em geral, e ao trabalhador, em particular, o que irá exigir a determinação de taxas e a construção de tábuas de morbidade;

Considerando, também, que não obstante a impossibilidade de registrar todos os casos de enfermidades ocorridos em determinada região ou localidade, estudos preliminares bastante satisfatórios podem ser realizados sôbre a morbidade hospitalar, em geral, e sôbre a freqüência de determinadas doenças ou das doenças em certos grupos profissionais, em particular;

Considerando, finalmente, que ao lado dos registros existentes nos dispensários, centros de saúde e estabelecimentos congêneres mantidos pelo poder público, os assentamentos existentes nos hospitais e casas de saúde constituem, ao lado das fichas clínicas usadas nos consultórios médicos, as únicas fontes hoje aproveitáveis para levantamentos relativos à morbidade da nossa população;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Estatística reconhece constituir o levantamento das estatísticas da morbidade no território nacional, objetivo da mais alta significação, para a consecução do qual devem as repartições especializadas envidar seus melhores esforços.

Art. 2.º — As Juntas Executivas do Conselho promoverão, por intermédio das secções de bio-estatística que lhes são filiadas, a coleta dos elementos que permitam o estudo da morbidade, tendo em vista, sempre que possível, os seguintes caracteres: tempo e local de manifestação da doença (municípios, zonas, quarteirões, etc.); natureza e gravidade da doença (apurada pela sua duração ou conseqüência); idade, sexo, estado civil e profissão do enfêrmo.

Art. 3.º — Afim de possibilitar a realização, tão generalizada e completa quanto possível, da coleta prevista no artigo anterior, será de tôda conveniência que as Juntas tomem a iniciativa das seguintes providências preliminares:

I — estudo dos registros que servirão de fonte informativa, objetivando a fixação dos elementos mínimos a serem coletados posteriormente;

II — coleta dos informes necessários à determinação, tão exata e uniforme quanto possível, da população que deve servir de base ao estabelecimento dos coeficientes e índices de morbidade;

III — adoção obrigatória de livros ou fichas de registro nos estabelecimentos que ainda não efetuam regularmente a escrituração do seu movimento de enfermos ou nos quais os elementos registrados não satisfaçam às necessidades do inquérito;

IV — entendimentos com os médicos locais, diretamente ou por intermédio das suas respectivas associações de classe, com o fim de conseguir dos mesmos o registro regular das consultas ou casos que atenderem, e, posteriormente, a apuração dos elementos assim obtidos que possam ser úteis à pesquisa.

Art. 4.º — No intuito de facilitar a escrituração nos estabelecimentos hospitalares, — de modo que sejam atendidas não só as necessidades de ordem interna, como também a da estatística da morbidade — e, ainda, de dar a êsses registros certa uniformidade, o Conselho sugere o modêlo anexo para os livros e fichas mencionadas no item III do artigo precedente, cuja adoção só se efetivará depois que as Juntas de Estatística obtiverem, sôbre o mesmo, o pronunciamento das repartições nacionais e regionais de saúde.

Parágrafo único — A Junta Executiva Central, à vista dos pareceres das repartições especializadas, em relação ao inciso I do artigo anterior, assentará em definitivo o modêlo de registro ora recomendado, cabendo às Juntas Regionais promoverem, pelos meios ao seu alcance, a sua adoção.

Goiânia, em 8 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

ANEXO N.º 1

Nome do enfermo..... N.º da matrícula...
Data da inscrição ..... idade ..... Sexo.....
Côr ..... Estado civil ..... Naturalidade ..
.... Profissão ..... Tempo de casado .....
N.º de filhos: nascidos vivos ..... nascidos mortos ..... Domicílio: enderêço ..... situação ..... tipo ..... Situação sanitária no domicílio em relação aos demais habitantes: quarto separado ..... cama separada .....
objetos separados ..... Pai: vivo ? .... idade .... *causa-mortis* ..... Mãe: viva? .....
idade ..... *causa-mortis* ..... Lugar de trabalho ..... situação ..... Outros informes .....
.....
.....

Para as enfêrmas { N.º de gestações ..... Abortos ..... Natimortos ..... Febre nos partos ? ..... Outros informes .....
.....

Data do início da doença ..... Contágio (data e natureza, se possível .....
.....

Antecedentes pessoais .....
.....
.....
Antecedentes familiares .....
.....
.....
Sintomas .....
.....
.....
Exame clínico .....
.....

Diagnóstico (natureza e data) { Inicial ..... Definitivo (se discordar do inicial) .....

Informações especiais sôbre parto: data ..... apresentação ..... duração ..... condições ..... Simples ou múltiplo ? ..... Quantas crianças nasceram ? ..... Nasceram animadas ..... foram reanimadas ..... ou nasceram mortas ? ..... Operações realizadas .....
.....
.....

☆

Pesquisas e exames de laboratório

| DATA | Material | Classe | Resultado | DATA | Material | Classe | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

☆

Prescrição

| NÚMERO | Especificação | NÚMERO | Especificação |
|---|---|---|---|
| | | | |

☆

Tratamento efetuado

| MÊS E N.º DA PRESCRIÇÃO | DIA DO MÊS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Suspensão do tratamento: data ..... motivos (esclarecer se em virtude de alta ou falecimento, informando, no caso de alta, se houve cura ou melhora, e, na segunda hipótese, qual a *causa-mortis?* .....
.....
.....
.....

☆

ANEXO N.º 2

**Instruções para a organização e preenchimento da ficha individual**

1 — O modêlo de assentamento ora recomendado poderá constar de fichas ou de livros. Em qualquer hipótese, será preenchida a ficha individual (ficha, na acepção de assentamento) em relação a cada enfêrmo submetido a tratamento, a qual deverá permanecer no arquivo da unidade hospitalar a que se refere.

2 — Esta ficha não deve ser confundida com a que é preenchida no momento da entrada ou comparecimento do enfêrmo ao estabelecimento. Neste caso é efetuada, tão sòmente, a sua matrícula, ao passo que a ficha individual se destina a registrar todos os elementos que permitam ao médico um diagnóstico seguro e, ainda, conhecer a todo instante a situação do tratamento recomendado.

3 — O modêlo sugerido destina-se a facilitar o registro de tôdas as enfermidades e, por isso mesmo, como não podia, aliás, deixar de acontecer, os seus diversos itens indagam de maneira bem generalizada os principais elementos relativos ao enfêrmo. Nos estabelecimentos que dispõem de recursos suficientes, em vez de se usar o modêlo — de escrituração não muito particularizada, como foi dito — pode-se dar preferência às fichas adotadas nos serviços superintendidos pelo Departamento Nacional de Saúde e que se referem a uma única e determinada enfermidade.

4 — O número de matrícula, como é óbvio, corresponderá ao que recebeu o enfêrmo no momento de ingressar no hospital ou ao ser registrado para tratamento (no caso de estabelecimento sem internamento). A data da inscrição, do mesmo modo, será a mesma que consta nos assentamentos de matrícula. Os elementos característicos do enfêrmo dispensam, por sua clareza, quaisquer esclarecimentos. Deve-se recomendar, todavia, a indicação precisa e bem caracterizada da profissão — considerada aqui na acepção da ocupação que exercia o paciente na época da matrícula — pois êste elemento é fundamental para os estudos de morbidade.

5 — Quanto ao domicílio do enfêrmo, também considerado no momento da inscrição, deve-se mencionar a situação em que o mesmo se encontra, isto é, se nos quadros urbanos ou rural, e o seu tipo, vale dizer, residência individual, casa de apartamento, casa de cômodos, hotel, etc. São pedidos, ainda, informes que permitirão caracterizar a situação do enfêrmo, no domicílio, em relação aos seus demais habitantes. Esta indicação, como é claro, tem importância fundamental no estudo das doenças infecto-contagiosas.

6 — As indicações sôbre a filiação se restringem, apenas, ao conhecimento da idade dos pais, no caso de ainda se encontrarem vivos, ou a *causa-mortis*, na hipótese contrária. O lugar de trabalho (fábricas, estabelecimentos comerciais, fazendas, hospitais, obras de saneamento, etc.) e a respectiva localização (urbana ou rural) apresentam, também, não pequena importância para o estudo da doença e das suas causas e, por isso, deverão ser anotados devidamente. Em "outros informes" será assinalado pelo clínico se o enfêrmo abusa do fumo, ou de bebidas alcoólicas ou de quaisquer tóxicos.

7 — A fim de facilitar a anamnese das enfêrmas, a ficha inclui indagações sôbre as gestações e os partos tidos anteriormente. As linhas em branco permitem a inscrição de quaisquer informes mais particularizados sôbre a paciente. Após os dados concernentes ao contágio e ao início da doença, são incluídos alguns itens que permitem a inscrição de outros elementos ligados à anamnese do doente. Do mesmo modo, há espaço para a anotação dos principais sintomas e dos resultados do exame clínico efetuado. A data e a natureza do diagnóstico firmado serão mencionadas, finalmente, no quesito a isso reservado, esclarecendo-se também, se fôr o caso, a discordância entre o diagnóstico inicial e o definitivo.

8 — Os partos, quando ocorridos no estabelecimento, terão registro especial na ficha, do qual constarão não só as condições em que ocorreu o fato, isto é, se normais ou anormais, prematuros e a têrmo, como o número de crianças nascidas. O encarregado da escrituração do registro deverá completar as indicações — para isso interrompidas por um pequeno traço horizontal (—) sôbre as circunstâncias do nascimento, isto é, se houve ou não reanimação, tendo em vista ainda se o parto foi simples ou múltiplo e, neste caso, o número de crianças nascidas.

9 — A data, a natureza do material (escarro, fezes, urina, sangue, etc.), a classe e o resultado das pesquisas e exames de laboratório efetuados, serão indicados, tão resumidamente como o exige o pequeno espaço disponível, no quadro constante da ficha. O tratamento específico prescrito pelo médico será indicado, também resumidamente, em outro quadro da ficha. Um terceiro quadro — do qual constam o número da prescrição (correspondente, como é claro, ao lançado no quadro anterior) e os dias do mês — destina-se a conter as indicações relativas ao tratamento efetuado. Na primeira coluna será anotado, inicialmente, o mês e, a seguir, o número ou números correspondentes às prescrições mencionadas no quadro precedente. Tomando por base essas indicações, o encarregado da escrituração anotará com um sinal convencional qualquer — uma cruz, por exemplo, — os dias em que houve aplicação do tratamento. Se, o que não é muito provável, o tratamento se prolongar por um prazo que dificulte a escrituração, deve-se traçar novo quadro em fôlha sôlta, conforme o modêlo, nela se fazendo a escritura da maneira recomendada. Esta fôlha, posteriormente, será colada à ficha.

10 — A ficha registrará, como último elemento, a data e os motivos da suspensão do tratamento (alta, transferência, falecimento, etc.).

★

**Resolução n.º 255, de 8 de julho de 1942**

*Anota os resultados da campanha para a organização das "Tábuas Itinerárias Brasileiras" e formula um apêlo a respeito*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que os regimentos das secções de estatística militar baixadas em decorrência do disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 181, reconhecem como de imediata necessidade para os trabalhos da defesa nacional a realização de inquéritos relacionados com os meios de transporte e de comunicação (art. 10, item I, do projeto de regulamento anexado ao Decreto-lei n.º 4 181);

Considerando, ainda, que esta Assembléia se antecipou a êsse reconhecimento, pronunciando-se, por mais de uma vez, sôbre a importância das pesquisas estatísticas efetuadas com o fim de caracterizar a rêde de transporte e de comunicação de que dispõe o país, segundo se observa, principalmente, na sua Resolução n.º 32, que regulou a elaboração e a divulgação das Tábuas Itinerárias Brasileiras;

Resolve:

Art. 1.º — A Assembléia Geral registra, com a maior satisfação, os auspiciosos resultados das atividades desenvolvidas pelas repartições regionais do sistema com o objetivo de colherem os elementos indispensáveis à execução dos trabalhos recomendados na Resolução n.º 32, de 14 de julho de 1937.

Art. 2.º — Ao aplaudir e louvar, de modo especial, os resultados da campanha empreendida pelas repartições de estatísticas que já divulgaram as Tábuas Itinerárias das suas respectivas Unidades Federadas, a Assembléia recomenda que nas futuras edições se proceda à revisão e atualização dêsses trabalhos, obedientemente às normas estabelecidas na mencionada Resolução n.º 32.

Art. 3.º — É formulado encarecido apêlo aos Departamentos de Estatística dos Estados de Pará, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso, no sentido de que envidem os melhores esforços afim de removerem, pronta e definitivamente, os obstáculos opostos até agora à divulgação das Tábuas Itinerárias regionais.

Art. 4.º — A Secretaria Geral do Instituto promoverá a imediata elaboração de uma edição provisória das Tábuas Itinerárias Brasileiras, recorrendo, com êsse fim, aos elementos informativos constantes das tábuas regionais já organizadas, ou à documentação existente nos órgãos regionais de estatística.

§ 1.º — No trabalho previsto neste artigo deverá a Secretaria Geral incluir tôdas as informações que conseguir relativamente aos meios de transporte entre municípios limítrofes de Unidades Federadas diversas.

§ 2.º — Na distribuição das Tábuas Itinerárias Brasileiras deverão as repartições de estatística levar em conta os altos interêsses da defesa nacional.

Goiânia, em 8 de julho de 1944, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 256, de 8 de julho de 1942**

*Rende homenagem ao realizador do Recenseamento Geral de 1940*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Recenseamento Geral de 1940, não obstante a amplitude de seu plano, foi realizado nas melhores condições técnicas;

Considerando que, embora para isso hajam concorrido os mais diversos fatôres, tal circunstância não invalida, porque antes acentua, o acêrto e patriotismo com que se conduziu a direção superior dos Serviços Censitários;

Considerando que o professor José Carneiro Filipe, na Presidência da Comissão Censitária Nacional e na direção do Serviço Nacional de Recenseamento, fêz jus ao reconhecimento da comunhão brasileira, pelo alto espírito público com que exerceu as referidas funções;

Considerando que aquêle eminente patrício é uma acatada figura de cientista, cujos trabalhos recomendam o seu nome ao respeito e admiração do país,

Resolve:

Art. 1.º — É expressa a calorosa homenagem do Conselho Nacional de Estatística ao professor José Carneiro Filipe, pelos valiosos serviços que lhe ficou a dever a estatística brasileira, graças à superior orientação que o eminente brasileiro imprimiu aos trabalhos do Recenseamento Geral de 1940.

Art. 2.º — Ao consignar êste pronunciamento da estatística brasileira, o Conselho salienta a inexcedível capacidade de trabalho e o alto espírito de dedicação revelados pelo professor Carneiro Filipe na direção do Serviço Nacional de Recenseamento, como fatôres inestimáveis do êxito alcançado pelo grande empreendimento.

Goiânia, em 8 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

**Resolução n.º 259, de 8 de julho de 1942**

*Formula um voto ao chefe do Govêrno Nacional*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Presidente Getúlio Vargas como uma das mais corajosas realizações de seu govêrno, vem merecendo do chefe do Estado prestigiosa assistência;

Considerando que, no momento de justificadas apreensões que atravessa o mundo, em face das proporções do atual conflito, a política internacional brasileira tem obedecido invariàvelmente a diretrizes sábias e prudentes, as quais, sôbre constituírem o melhor atestado de uma irrestrita solidariedade aos ideais de união americana, atendem integralmente aos superiores interêsses nacionais;

Considerando que a situação criada pela guerra impõe a todos os cidadãos e, em particular, aos servidores do Estado, atitudes de permanente vigilância e invariável espírito de devotamento, afim de que, pela perfeita exação no cumprimento do dever e redobrado esfôrço no desempenho das tarefas que lhes incumbem nos tempos normais, possam contribuir para que se reduzam as proporções dos efeitos causados à nação pelo conflito mundial;

Resolve:

Artigo único — O Conselho Nacional de Estatística formula um voto de caloroso agradecimento cívico ao Presidente Getúlio Vargas pelo apoio dispensado à atuação do Instituto, de que é benemérito criador, e assegura a Sua Excelência o vivo empenho em que se encontra a comunidade estatística do país de desdobrar esforços no sentido de bem corresponder às altas responsabilidades que lhe incumbem, no atual momento da vida brasileira.

Goiânia, em 8 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes,* Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

# Conselho Nacional de Geografia
# Assembléia Geral

## Íntegra das Resoluções n.os 95 a 104

### Resolução n.º 95, de 25 de julho de 1941

*Fixa os documentos-credenciais para os delegados regionais à Assembléia e dá outras providências*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Resolve:

Art. 1.º — O delegado duma Unidade Política da Federação à Assembléia Geral do Conselho deverá ser designado pelo chefe do Govêrno respectivo, mediante indicação do Diretório Regional de Geografia.

§ 1.º — Quando o delegado à Assembléia não puder ser o presidente ou o secretário do Diretório Regional, conforme prevê o Regulamento, deverá o Diretório baixar uma Resolução indicando o referido delegado que, de preferência, será um dos membros do mesmo Diretório.

§ 2.º — A indicação do delegado à Assembléia deverá ser feita, o mais tardar, na reunião ordinária do Diretório Regional referente ao mês de junho de cada ano.

Art. 2.º — Servirá de credencial ao delegado à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia o original ou uma cópia, devidamente autenticada, do ato de designação do Govêrno das Unidades Políticas respectivas.

Parágrafo único — O suplente de delegado apresentará como credencial o ofício ou telegrama do membro efetivo da Assembléia, designando-o na forma regimental.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se, *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 96, de 25 de julho de 1941

*Dispõe sôbre os relatórios que os Diretórios Regionais e Central são obrigados a apresentar à Assembléia Geral do Conselho*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando ser impraticável a apresentação à Assembléia de relatórios completos concernentes às atividades dos Diretórios Municipais e dos órgãos regionais, desenvolvidas no intervalo das sessões da Assembléia Geral do Conselho;

Considerando que os relatórios dos serviços públicos abrangem, habitualmente, um período referente ao exercício financeiro-administrativo, ou seja o ano civil;

Considerando que a adoção dêste mesmo critério facilitaria sobremaneira a organização dos trabalhos nos Diretórios do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Os relatórios a serem apresentados anualmente, conforme determina a Resolução n.º 26 desta Assembléia Geral abrangerão as atividades concernentes ao ano civil (janeiro a dezembro).

Art. 2.º — O delegado regional à Assembléia, ao apresentar as suas credenciais ao Presidente, entregará cinqüenta exemplares do relatório referente às atividades do Diretório Regional respectivo, afim de serem distribuídos aos demais delegados.

Parágrafo único — Igual número de exemplares do relatório do Diretório Central entregará o Secretário do Conselho.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

**Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.**

## Resolução n.º 97, de 25 de julho de 1941

*Estabelece a obrigatoriedade da divulgação entre si das Resoluções aprovadas pelos Diretórios Regionais*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando o disposto no artigo 28 do Regulamento dêste Conselho;

Considerando ser do interêsse do Conselho promover maior intercâmbio entre os Diretórios Regionais, porquanto as questões e problemas nêles estudados são muitas vêzes idênticos, de modo que o conhecimento das Resoluções de um Diretório poderá ser útil aos demais, servindo ainda de valioso e mútuo estímulo.

Resolve:

Artigo único — Os Diretórios Regionais ficam obrigados a encaminhar aos demais Diretórios Regionais de Geografia cópias autênticas das Resoluções que aprovar, bem como das Resoluções aprovadas até esta data.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 98, de 25 de julho de 1941

*Dispõe sôbre a grafia dos nomes geográficos estrangeiros*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que o Diretório Central do Conselho pela Resolução n.º 63, de 20 de maio de 1940, atendendo a uma consulta formulada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, aprovou normas para a grafia dos nomes geográficos estrangeiros;

Considerando que, posteriormente, o mesmo Diretório reexaminou o assunto com sentido mais amplo, ou seja, com o objetivo de generalizar-se no país o uso das normas preconizadas, tendo nessa oportunidade preferido renunciar à única exceção, anteriormente aceita, às regras da Conferência de Geografia de 1926;

Considerando as vantagens da generalização do uso de normas uniformes, em a nomenclatura geográfica,

Resolve:

Art. 1.º — Para a grafia dos nomes geográficos estrangeiros, o Conselho adota integralmente as regras da Conferência de Geografia de 1926, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nestas condições fica resolvido que:

1) "Os nomes geográficos estrangeiros sejam grafados de acôrdo com a forma que lhes é dada no país de origem, em caracteres latinos, predominando nos países dependentes a forma usada na língua do país influente, de acôrdo com o que já é observado no *Dictionnaire des Bureaux de Poste* e no "índice Alfabético" do *Atlas de Stieler*;

2) "os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula, por tradução ou corruptela, em uso constante, desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuem a ser grafados na forma portuguêsa, convindo, porém, que nos compêndios e dicionários sejam igualmente indicadas as formas próprias ou originais, as quais devem ser escritas entre parêntesis. Exemplos: Inglaterra (England), França (France), Londres (London) etc.";

3) na transcrição fonética das letras e sinais não usados em nossa língua se observe o seguinte:

"*a*) a manutenção das vogais tremadas; *b*) substituição do "o" cortado dos dinamarqueses por ö (o tremado), como já se usa no alemão; *c*) substituição do "n" acentuado e do "l" cedilhado dos polônios e do "s" cedilhado dos rumenos; respectivamente, por *n, l* e *s* simples; *d*) substituição da letra "c" com sinal súpero, dos checos, pelo grupo *tch,* e do "l" cedilhado dos rumenos pelo grupo *ts*; *e*) substituição do "a" com sinais súperos, dos filandeses, dos suecos e dos rumenos, não usados nas outras línguas ocidentais, pelo *a* simples; *f*) substituição do "ñ" dos espanhóis por *nh*; *g*) quando houver hesitação entre várias transcrições fonéticas apresentadas pelos diversos atlas, a preferência pela dos atlas em língua alemã, particularmente pelo de Stieler, feitas as necessárias alterações para o nosso idioma. Na adaptação da inscrição do alemão para o nosso idioma devem ser substituídos o grupo "sch" por *ch* e o "j" por *y*. Exemplos: *Changai, Tai-Yuen,* etc.".

Parágrafo único — No caso de os nomes geográficos estrangeiros serem escritos na forma vernácula, será obrigatòriamente usada a ortografia oficial.

Art. 2.º — A Presidência promoverá junto ao Govêrno Federal a generalização do uso das regras ora fixadas para a grafia dos nomes geográficos estrangeiros.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 99, de 25 de julho de 1941

*Fixa uma classificação de tipos das localidades brasileiras*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando a diversidade de critérios na titulação das localidades brasileiras, em virtude da qual, não raro, localidades com característicos iguais têm designativos diferentes e, ao inverso, apresentam-se com o mesmo título localidades de caracteres nitidamente diferenciados;

Considerando que, por iniciativa do Instituto, o Decreto-lei Nacional n.º 311, sistematizou rigorosamente a designação de cidade e de vila em todo o país;

Considerando que se impõe para os demais tipos de localidades, uma conceituação clara, constituindo fundamento para a desejada uniformização de nomenclatura, que tantos benefícios trará para a cartografia brasileira;

Considerando a excelente contribuição oferecida pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Pernambuco sôbre o conceito de povoado;

Resolve:

Art. 1.º — Define-se como *localidade* todo lugar do território nacional onde há um aglomerado permanente de habitantes.

Art. 2.º — O Conselho fixa, para seu uso, a seguinte classificação e correlata definição de localidades:

*Capital Federal* — Localidade onde tem sede o Govêrno Nacional com os seus Poderes Executivo, Legislativo e Judiário.

*Capital* — Localidade onde tem sede o Govêrno de Unidade Política da Federação, com exclusão do Distrito Federal.

*Cidade* — Sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do Município a que pertence e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais.

*Vila* — Sede distrital, ou seja, localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.

*Povoado* — Localidade que não tem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas onde há aglomerado de residências, geralmente com vínculo religioso, em tôrno de igreja ou capela, e comercial, expresso por feira ou mercado, e cujos moradores exercem suas atividades econômicas, não em função de interêsse de um proprietário único do solo, porém do próprio agrupamento.

*Propriedade rural* — Localidade, que não tem a categoria de sede de circunscrição administrativa e onde se manifesta exclusivamente o domínio privado.

*Núcleo* — Localidade, sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, onde se aglomeram habitantes sob regime especial.

*Lugarejo ou local* — Denominar-se-á dessa maneira o lugar, que não se enquadre em nenhum dos tipos referidos nos itens anteriores, quer conte com moradores (lugarejo), quer não (local), desde que possua nome pelo qual seja conhecido.

Art. 3.º — Caberá aos Diretórios Regionais enquadrar em cada tipo de localidade, ora definido, a sinonimia usual em seu território e comunicá-la ao Diretório Central, dentro do prazo de seis meses.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 100, de 25 de julho de 1941

*Consigna um profundo agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia no uso das suas atribuições,

Considerando que as reuniões ordinárias da presente sessão da Assembléia Geral se realizaram em dependências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que os seus funcionários foram duma solicitude sem par, no decorrer dos trabalhos desta Assembléia;

Resolve:

Art. 1.º — A 4.ª sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, ao término dos seus trabalhos, expressa o mais profundo agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela cessão da "Sala Varnhagen" na qual, beneficiando-se dum ambiente sugestivo de evocações do nosso passado, a Assembléia realizou suas reuniões ordinárias.

Art. 2.º — À Presidência do mesmo Instituto fica solicitado que se digne de fazer constar nos assentos funcionais dos seus dedicados serventuários o reconhecimento do Conselho pela maneira solícita, dedicada e eficiente com que se houveram na execução dos serviços relacionados com a realização das reuniões desta Assembléia.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 101, de 26 de julho de 1941

*Aprova os atos do Diretório Central e dos Diretórios Regionais, efetuados no período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1941*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que compete à Assembléia supervisionar as atividades desenvolvidas pelos órgãos componentes do Conselho;

Considerando o que consta dos relatórios lidos em plenário pelos delegados respectivos e referentes às atividades desenvolvidas pelos Diretórios Central e Regionais do Conselho, desde a última sessão da Assembléia;

Considerando o zêlo de vários Diretórios Regionais, que em virtude da não realização em 1940, da sessão da Assembléia, apresentaram ao Diretório Central relatórios referentes ao período 1939-1940;

Considerando que no período bienal, da última sessão da Assembléia à atual, se desenvolveram no país, de maneira intensiva, os trabalhos da notável campanha dos mapas municipais, instituídas pela Lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938;

Considerando que cumpre fazer cada vez mais prestigiosa e eficiente a atuação dos órgãos integrantes do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam, dum modo geral, aprovados os atos efetuados, durante o período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1941, pelo Diretório Central e pelos Diretórios Regionais do Conselho, conforme consta dos relatórios lidos pelos respectivos representantes, sem prejuízo das correções que porventura venham a se tornar necessárias.

Art. 2.º — O Conselho manifesta vivo reconhecimento aos seus Diretórios, que dedicadamente se aplicaram na campanha dos mapas municipais, cujo êxito constituiu indubitàvelmente o acontecimento máximo da geografia nacional levado a efeito no biênio 1939-1941.

Art. 3.º — Ficam consignados aplausos aos Diretórios Regionais do Conselho nos Estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Território do Acre, que, anteriormente à reunião desta Assembléia enviaram ao Diretório Central relatórios das suas atividades relativos ao período 1939-1940, demonstrando particular zêlo no exercício das suas funções.

Art. 4.º — Aos Diretórios Regionais do Conselho ficam formuladas as seguintes recomendações:

1) — terem sempre devidamente regularizada a situação dos seus membros, no que toca aos atos governamentais de designação, substituição e exoneração;

2) — terem sempre em dia nas suas secretarias o serviço de correspondência, especialmente quanto às comunicações, que são devolvidas ao Diretório Central;

3) — realizarem as reuniões mensais com especial interêsse, convidando personalidades para delas fazerem parte quando para isso houver oportunidade, e divulgando-as por meio de publicidade adèquada;

4) — esmerarem-se na execução das tarefas que lhes fixaram o Regulamento e as Resoluções do Conselho, aplicando-se com particular cuidado nas solicitações que o Diretório Central formular.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 102, de 26 de julho de 1941

*Dispõe sôbre a Campanha Altimétrica a cargo do Conselho*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, pela Resolução n.º 64, de 20 de maio de 1940, do Diretório Central, ficou instituída a Campanha Altimétrica do Conselho;

Considerando que seria proveitoso ampliar as condições dessa Campanha, atualmente circunscrita à execução de levantamentos aerofotogramétricos, enquadrados no programa de trabalhos de atualização da Carta do Brasil ao milionésimo;

Resolve:

Art. 1.º — Na Campanha Altimétrica do Conselho deverá compreender-se também a execução de levantamentos pelos processos terrestres.

Art. 2.º — Deverá ser promovida a colaboração das repartições técnicas regionais, em regime de cooperação com a repartição central do Conselho, na execução dos nivelamentos terrestres, nos moldes da campanha das coordenadas.

Art. 3.º — A Comissão Executiva Central da Carta elaborará, desde logo, um programa de trabalhos altimétricos terrestres para o ano de 1941 e 42, que se enquadra no plano da atualização da Carta ao milionésimo, em harmonia com os resultados que se obtiverem com os levantamentos aerofotogramétricos.

Parágrafo único — A execução dêsse programa dependerá de aprovação da Presidência do Instituto.

Art. 4.º — O Diretório Central, ouvida a Comissão da Carta, baixará oportunamente as normas reguladoras da Campanha Altimétrica, quando de futuro puder ser considerada na amplitude prevista nesta Resolução, ou seja, de caráter duradouro, sem a limitação ao prazo que a atualização da Carta ao milionésimo impõe.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 103, de 26 de julho de 1941

*Dispõe sôbre a situação financeira dos Diretórios Regionais de Geografia e dá outras providências*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Resolve:

Art. 1.º — Os recursos financeiros dos Diretórios Regionais de Geografia serão constituídos:

a) pelos auxílios que concederem os Governos estaduais e municipais;

b) pelos auxílios do I.B.G.E.;

c) pelas doações que particulares fizerem;

d) pela renda que provier da venda de mapas, publicações, de sua propriedade.

Art. 2.º — Os recursos do Diretório Regional devem ficar a cargo do secretário ou, se o plenário assim preferir, de um tesoureiro, eleito anualmente dentre seus membros, na primeira sessão de cada ano.

Parágrafo único — O encarregado das finanças prestará conta ao D.R.G. do emprêgo dos dinheiros sob sua guarda, semestralmente, e não poderá fazer qualquer pagamento sem o visto do presidente ou de seu substituto legal.

Art. 3.º — Os recursos dos D.R.G. serão aplicados em:

a) aquisição de material permanente e de consumo, bem como de aparelhagem técnica;

b) pagamento de vencimentos ou gratificações aos funcionários de sua secretaria;

c) aquisição de publicações, mapas e livros;

d) prêmios aos autores de trabalhos de caráter geográfico;

e) pagamento de despesas com homenagens que o D.R.G. prestar;

f) despesas com a participação em certames e congressos a que aderir e com os seus delegados;

g) despesas com a hospedagem de geógrafos ou de funcionários do I.B.G.E.;

h) diárias e transportes;

i) excursões de caráter geográfico;

j) despesas de caráter geral não previstas nas alíneas anteriores.

Art. 4.º — Nenhuma despesa será feita sem que o presidente esteja devidamente autorizado por Resolução do D.R.G.

Art. 5.º — Incumbe aos presidentes dos D.R.G. as providências necessárias para que a renda proveniente das letras *a*, *b*, *c* do art. 12 sejam as maiores possíveis, de forma que possam os Diretórios ter meios financeiros bastantes para cumprir as suas finalidades.

Art. 6.º — Incumbe ao tesoureiro do D.R.G. o contrôle da venda das publicações do I.B.G.E. que estiverem a cargo do D.R.G.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

PARECER DA SECRETARIA

SÔBRE O PROJETO DA RESOLUÇÃO N.º 103

1 — Dentro do espírito da organização especial do I.B.G.E. as dotações que os Poderes Públicos queiram atribuir aos seus órgãos devem ter caráter de "auxílio".

2 — No plano estrutural do Conselho, o Diretório Regional deve apoiar-se na repartição especializada existente na administração regional respectiva; porisso, o secretário do D.R. é o seu próprio diretor. Quer isso dizer que, entre os 2 órgãos, deve haver a mais íntima união, de tal modo que, na própria distribuição de verbas da repartição, podem ser previstos encargos do D.R., que também foi constituído pelo Govêrno Regional. Assim fêz-se para maior facilidade. Por outro lado, deve-se distinguir o D.R. como órgão deliberativo, que objetiva a coordenação das atividades exercidas na Unidade Federada em proveito da geografia regional, e não como órgão técnico ou executivo. As atribuições técnicas e executivas cabem à repartição especializada.

*Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral.

★

## Resolução n.º 104, de 26 de julho de 1941

*Dispõe sôbre medidas referentes à execução do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias, impedindo assim que, na faixa das fronteiras onde as populações são esparsas, sejam criados novos municípios, o que é recomendável, sob o ponto de vista da segurança nacional, pela instalação de maior número de autoridades naquelas zonas limítrofes;

Considerando que pelo art. 6.º da Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938, do Diretório Central, foi atribuída às Prefeituras Municipais a faculdade de delimitar os perímetros urbanos e suburbanos das respectivas cidades e vilas obedientes a determinadas normas, cuja observância cumpre ser fiscalizada;

Resolve:

Art. 1.º — Recomenda-se ao Diretório Central do Conselho para que, na revisão a fazer-se eventualmente nas normas da divisão territorial do país, instituídas pelo Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, seja considerado o caso especial da faixa de fronteira, onde cumpre ser facilitada a criação de novos municípios, para que nela se instale o maior número possível de autoridades e de núcleos, lembrando-se para isso a redução para vinte e cinco do número mínimo de casas na sede e a arrecadação mínima de cem contos de réis por ano.

Art. 2.º — Fica recomendado aos Diretórios Regionais para que verifiquem se a delimitação dos perímetros urbanos e suburbanos das cidades e vilas, efetuada pelas Prefeituras, obedeceu às normas prefixadas na Resolução n.º 3, de 2 de março de 1938 do Diretório Central do Conselho, e, em caso negativo, os Diretórios providenciarão junto às autoridades competentes para que se façam as correções necessárias.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

# Diretório Central

## Íntegra das Resoluções n.os 95 a 104

### Resolução n.º 95, de 3 de março de 1941

*Aprova a indicação para renovação do mandato dos Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Rio Grande do Sul*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente a que lhe é conferida pelo § 2.º do art. 15 do Regulamento do Conselho;

Considerando os têrmos da Resolução n.º 39, de 25 de setembro de 1941, do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio Grande do Sul;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio Grande do Sul, dos nomes dos senhores Afonso Guerreiro Lima, Eduardo Duarte, Geraldo Otávio Rocha, Alarico Schultz, padre Balduíno Rambo, padre Marcelo Spicht, coronel Armando Assis, coronel Roberto Pedro Michelena, Válter Spalding, Jaci A. Tupi Caldas e Luís Ubatuba de Farias para constituírem o Corpo de Consultores Regionais junto ao referido Diretório Regional.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 96, de 6 de abril de 1941

*Promove a participação da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia no "batismo cultural" de Goiânia*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pela Resolução n.º 85, de 21 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho, ficou estipulado que seria promovida a participação da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia no "batismo cultural" de Goiânia, encorporada à delegação do Conselho;

Considerando que, para se efetivar essa participação, precisa a referida Comissão dispor de recursos próprios;

Resolve:

Art. 1.º — Fica concedido à Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia um auxílio de quinze contos de réis (15:000$000).

Parágrafo único — Destina-se o auxílio a possibilitar o comparecimento dos membros da Comissão ao "batismo cultural" de Goiânia, a realizar-se de 20 de junho a 10 de julho próximos, bem como à indenização do preparo de impressos e publicações de divulgação e propaganda editados pela mesma Comissão e dos respectivos serviços de Secretaria.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente decisão correrá por conta da Verba III — subconsignação 7 — "Participação em certames", do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 97, de 6 de abril de 1942

*Dispõe sôbre o concurso do Conselho na realização dum curso de português para os funcionários das Secretarias dos Conselhos componentes do Instituto*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que constitui real benefício a especialização de funcionários no manejo da língua vernácula;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a atuação do assistente técnico, padrão 22, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, Dr. José de Sá Nunes, como professor-chefe do curso de especialização de português, que está sendo organizado para os funcionários das Secretarias dos Conselhos Nacionais, de Geografia e de Estatística.

Art. 2.º — O curso se regerá pelas instruções que forem baixadas pelo órgão competente do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 3.º — Fica autorizado o pagamento de até metade das despesas com a realização do

mencionado curso, por conta da Verba IV "Eventuais" do orçamento vigente do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — E' facultado aos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica fazerem o referido curso, mediante autorização prévia do seu diretor.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 98, de 4 de maio de 1942

*Concede um auxílio*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando a atuação destacada que vem tendo nos cursos de geografia da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, o Prof. Jorge Zarur, a ponto de lhe ser conferido o Whitbeck Fellowship do ano acadêmico de 1942-43, com facilidades excepcionais para cursá-lo até fevereiro próximo;

Considerando que reais vantagens advirão dêsse curso para que o Prof. Jorge Zarur melhor se desincumba da missão que lhe atribuiu êste Conselho;

Resolve:

Artigo único — Fica concedido ao Prof. Jorge Zarur — que se acha nos Estados Unidos fazendo cursos especializados de geografia na Universidade de Wisconsin, com a incumbência dêste Conselho de fazer estudos sôbre os métodos de geografia de campo que melhor atendam às condições do meio brasileiro (Resolução n.º 84, de 18 de agôsto de 1941, dêste Diretório) — um auxílio, no corrente exercício, de oito contos de réis (8:000$000), cujo pagamento correrá por conta da Verba IV — "Eventuais" — do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 99, de 4 de maio de 1942

*Autoriza a aquisição duma máquina*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando a necessidade da aquisição duma máquina de endereçar para a Secretaria do Conselho, em virtude do já avultado e ainda crescente movimento de expedição de publicações e de correspondência;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria do Conselho autorizada a adquirir um adressógrafo elétrico, que bem atenda às necessidades do serviço de expedição.

Art. 2.º — Essa aquisição se fará mediante o destaque até 23:000$000 da Verba II — Subconsignação 8, referente a publicações para a Verba II — sub-consignação 2, relativa à aquisição de material permanente.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 100, de 14 de maio de 1942

*Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1943*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando as determinações do Ministério da Fazenda no sentido de lhe serem oferecidas com presteza as propostas orçamentárias para 1943, dentro do mais rigoroso espírito de economia;

Considerando, na sua justa medida, os encargos de natureza inadiável e de evidente utilidade pública que ao Conselho estão afetos;

Considerando que, no ano vindouro, perdurará a necessidade de aluguel de sede unificada para a repartição central do Conselho, porque deverá ainda êste ano abandonar os salões do Silogeu para o efeito da construção do novo edifício;

Considerando que, em setembro de 1943, se realizará em Belém do Pará, o X Congresso Brasileiro de Geografia, sob o patrocínio do Conselho;

Considerando que, retirada do programa de 1942 por medida de economia, a impressão da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, cumpre ser iniciada em 1943;

Resolve:

Art. 1.º — Fixa-se em três mil e setecentos contos de réis (3 700:000$) o quantitativo da consignação com que o Conselho Nacional de Geografia figurará na proposta do orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica para 1943, que o Presidente do Instituto encaminhará ao Ministério da Fazenda.

Art. 2.º — Essa pretendida dotação se justifica com a seguinte descriminação de despesas:

*Verba I — Pessoal*

| | | |
|---|---|---|
| 1 — | Vencimentos do pessoal extranumerário da Secretaria do Conselho e do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (art. 4.º do Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938 e Resolução n.º 31 do Diretório Central) ..... | 890:000$ |
| 2 — | Gratificação ao Secretário do Conselho (art. 2.º do Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938) ..... | 12:000$ |
| 3 — | Gratificações aos funcionários da Secretaria do Conselho e do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, de função, por serviço extraordinário e por outros motivos previstos em lei (art. 4.º do Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938 e Resolução n.º 31 do Diretório Central ..... | 110:000$ |
| 4 — | Indenizações aos mesmos funcionários, por ajudas de custo e diárias ..... | 25:000$ |
| 5 — | Ajudas de custo aos delegados regionais à Assembléia Geral do Conselho nos têrmos do Decreto n.º 1 200 e da Resolução n.º 8, do Diretório Central | 20:000$ |
| | TOTAL DA VERBA I ... | 1 057:000$ |

*Verba II — Material*

| | | |
|---|---|---|
| 1 — | Aquisição de obras para a Biblioteca Central do Conselho, de mapas e documentos, assinaturas de revistas técnicas, encadernações e material de biblioteca ..... | 25:000$ |
| 2 — | Material permanente, móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório e outros .... | 80:000$ |
| 3 — | Material de consumo, artigos de expediente e congêneres .. | 50:000$ |
| 4 — | Aluguel de sede para a Secretaria do Conselho e para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica ..... | 288:000$ |
| 5 — | Assinaturas de recortes de jornais e de recortes de revistas | 5:000$ |
| 6 — | Despesas miúdas de pronto pagamento ..... | 12:000$ |
| 7 — | Iluminação, telefones, telegramas, radiogramas, portes de correio e demais despesas de expediente, limpeza, conservação e outras despesas congêneres na sede ..... | 15:000$ |
| 8 — | Publicação da *Revista Brasileira de Geografia,* de mapas para escolas e para outros fins, de contribuições ao *Dicionário Geográfico Brasileiro,* e à *Coletânea de Efemérides Geográficas,* edição de publicações técnicas, do *Anuário Geográfico do Brasil,* de volumes da *Biblioteca Geográfica Brasileira,* tiragem de cópias fotográficas, e heliográficas, impressão de formulários e impressos diversos e dos *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* ..... | 390:000$ |
| 9 — | Aquisição de passagens para os delegados regionais à Assembléia Geral do Conselho, nos têrmos do Dec. n.º 1 200 | 15:000$ |
| 10 — | Fardamento para o pessoal subalterno ..... | 2:500$ |
| | TOTAL DA VERBA II ... | 882:500$ |

*Verba III — Serviços e encargos*

| | | |
|---|---|---|
| 1 — | Indenização de despesas de estada aos delegados regionais à Assembléia Geral do Conselho nos têrmos das Resoluções ns. 8 e 56 do Diretório Central .. | 12:600$ |
| 2 — | Despesas com a realização da Assembléia Geral (excursões científicas, conduções, serviço de taquigrafia e outras despesas especiais) ..... | 12:000$ |
| 3 — | Impressão da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, atualizada, compreendendo a impressão de fôlhas da Carta preparatória para fins de consulta aos meios técnicos do país (plano bienal) ..... | 1 000:000$ |
| 4 — | Campanha das Coordenadas Geográficas ..... | 250:000$ |
| 5 — | Campanha Altimétrica ..... | 200:000$ |
| 6 — | Assistência ao sistema de serviços geográficos regionais e realização do Curso de Cartografia, destinado ao aperfeiçoamento dos técnicos das repartições regionais e centrais | 95:000$ |
| 7 — | Participação do Conselho em certames e exposições, despesas especiais referentes aos trabalhos relacionados com a Lei n.º 311 e com o recenseamento geral da República .. | 80:000$ |
| | TOTAL DA VERBA III ... | 1 649:600$ |

*Verba IV — Eventuais*

| | | |
|---|---|---|
| | Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias que forem autorizadas pelo Diretório Central ..... | 110:900$ |
| | TOTAL DA VERBA IV ... | 110:900$ |

*Resumo*

| | | |
|---|---|---|
| Verba I | — Pessoal ..... | 1 057:000$ |
| Verba II | — Material ..... | 882:500$ |
| Verba III | — Serviços e encargos .. | 1 649:600$ |
| Verba IV | — Eventuais ..... | 110:900$ |
| | TOTAL GERAL ..... | 3 700:000$ |

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho instruirá a presente proposta no processo que o Presidente do Instituto encaminhará ao Ministério da Fazenda, com informações e dados que documentem e esclareçam devidamente os objetivos e empreendimentos visados com as dotações orçamentárias previstas.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

## Resolução n.º 101, de 14 de maio de 1942

*Provê à instalação da repartição central do Conselho*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando a possibilidade do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica ter instalação adequada, em condições razoáveis, ocupando dois pavimentos do novo edifício Serrador, na praça Getúlio Vargas;

Considerando a inconveniência da atual instalação do Serviço, bipartida, com parte no Silogeu e outra parte no edifício Moda;

Considerando ainda que se impõe a desocupação do Silogeu, em face da marcha do processo da construção do monumental Palácio da Cultura no novo edifício do Silogeu Brasileiro, cuja edificação ficou a cargo do Instituto, em virtude de dispositivo legal;

Resolve:

Art. 1.º — E' autorizada a Secretaria do Conselho a entender-se com os proprietários do novo edifício Serrador, no sentido de se instalar, em dois pavimentos, logo que estejam prontos o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, e autorizada ainda a contratar a locação pelo aluguel máximo de 24:000$ mensais.

Art. 2.º — Para atender ao acréscimo de despesas com o aluguel dos aludidos pavimentos e com suas instalações, fica reforçada a Verba II — sub-consignação 4 do orçamento vigente do Conselho, referente à sede do Serviço, do total de cinqüenta e quatro contos de réis, destacados da Verba IV — sub-consignação 1 — "Eventuais e suplementações de Verbas".

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1942. ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 102, de 3 de junho de 1942

*Aprova os estudos sôbre divisão regional das Unidades Federadas, realizados pela repartição central do Conselho, e encaminha-os à 5.ª sessão ordinária da Assembléia Geral*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pela Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941, da Assembléia Geral, foram estabelecidas as normas a que deverá obedecer a divisão regional das Unidades Federadas brasileiras e determinado o estudo do quadro regional, com base no ante-projeto organizado pela repartição central do Conselho, anexo à mesma Resolução;

Considerando que, nesse estudo, foi prevista a colaboração dos órgãos regionais do Instituto, geográficos e estatísticos, ficando a repartição central do Conselho encarregada de coordenar as sugestões recebidas e apresentar o projeto definitivo a êste Diretório;

Considerando que, pela Resolução n.º 88, de 18 de dezembro de 1941, dêste Diretório, foi prorrogado o prazo, até 30 de junho próximo, para a terminação dos referidos estudos;

Considerando, porém, que a Assembléia Geral do Conselho se reunirá, em 5.ª sessão ordinária de 1.º a 10 de julho vindouro;

Atendendo ainda à circunstância de não terem sido recebidas, até a presente data, as sugestões de diversos órgãos regionais e à dificuldade de serem realizados entendimentos à distância, sôbre assunto de tal complexidade;

Considerando, portanto, a grande vantagem de ser o projeto definitivo levado à consideração da Assembléia, dada a facilidade de entendimentos diretos com os delegados regionais, geográficos e estatísticos, de modo a se harmonizarem pontos de vista divergentes entre Unidades Federadas vizinhas;

Considerando ainda que, embora ao Diretório Central tenham sido delegados poderes para aprovar o quadro regional definitivo, é altamente desejável que a solução final resulte do acôrdo entre todos os órgãos interessados;

Apreciando devidamente os estudos empreendidos sôbre o assunto pela repartição central do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam aprovados os estudos, realizados pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, sôbre a organização do quadro regional brasileiro, com divisão das Unidades Federadas em zonas.

Art. 2.º — Os resultados dos referidos estudos serão encaminhados à 5.ª sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho, que resolverá em definitivo sôbre os pormenores do quadro regional, com manutenção das normas já fixadas pela Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941.

Parágrafo único — O Diretório recomenda à Assembléia a aprovação do quadro regional organizado pela repartição central do Conselho, que atende a uma visão de conjunto do território nacional, agrupando zonas pertencentes a umas e outras Unidades Federadas sucessivamente em sub-regiões, regiões e grandes regiões, ao mesmo tempo que procura harmonizar pontos de vista particulares a cada Unidade Federada, com a aceitação de muitas das sugestões enviadas pelos Diretórios Regionais.

Art. 3.º — A Secretaria Geral do Conselho enviará comunicação urgente aos Diretórios Regionais, a respeito desta Resolução, de modo que os delegados à Assembléia possam vir devidamente preparados para discutir o assunto.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 103, de 3 de junho de 1942

*Dispõe sôbre a realização de conferências e excursões durante o "batismo cultural" de Goiânia*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pela Resolução n.º 85, de 21 de julho de 1941, da sua Assembléia Geral, o Conselho declarou integral solidariedade ao "batismo cultural" de Goiânia;

Considerando que, promovendo a realização de conferências por professôres e geógrafos eminentes, o Conselho tornará ainda mais expressiva a sua participação naquele certame cultural;

Considerando ainda que a realização da Assembléia em Goiânia propicia a organização de excursões geográficas interessantes e proveitosas;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria do Conselho autorizada a se entender com professôres e geógrafos, de nomeada, no sentido de realizarem em Goiânia conferências públicas sôbre assuntos geográficos.

Art. 2.º — Aos conferencistas serão conferidas as mesmas vantagens que se atribuem aos professôres do Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 3.º — A Secretaria organizará excursões científicas no Brasil centro-oeste, para as quais promoverá a participação de geógrafos e o concurso dos governos dos Estados abrangentes.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 104, de 3 de junho de 1942

*Dispõe sôbre a participação do Conselho nos trabalhos da III Convenção Naciónal de Engenheiros*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que à geografia se impõe uma relação íntima com a engenharia, não só no ramo da geografia matemática em que predominam os levantamentos territoriais, astronômicos, geodésicos e topográficos, da alçada do engenheiro, como também no setor amplo da geografia humana em que ressalta dominante a consideração da transformação da paisagem da qual é o engenheiro o obreiro, por excelência;

Considerando que se realizará em Belo Horizonte, de 25 a 30 de julho próximo, a III Convenção Nacional de Engenheiros, para a qual foi o Conselho convidado a comparecer;

Considerando que o material expositivo do Conselho, a figurar na II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a realizar-se em Goiânia de 20 de junho a 10 de julho, poderá ser transportado para Belo Horizonte, de torna viagem, sem maiores dificuldades e ônus, por tal forma que será fácil mostrar ao conclave de engenheiros as realizações geográficas, que lhes sejam de interêsse, executadas ou promovidas pela instituição;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por intermédio do seu Conselho Nacional de Geografia, na III Convenção Nacional de Engenheiros, a realizar-se de 25 a 30 de julho vindouro, em Belo Horizonte.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho providenciará para a exposição, na Convenção, dum mostruário expressivo de mapas, gráficos, fotografias e documentos que digam das realizações do Conselho.

Art. 3.º — A Presidência do Instituto designará um membro do Diretório Central dêste Conselho para representar a instituição naquele conclave.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

**Se çrecisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

# Diretórios Regionais

## MINAS GERAIS

## Íntegra das Resoluções n.os 16 a 20

**Resolução n.º 16, de 10 de julho de 1942**

*Congratula-se com o Govêrno da União e do Estado pela formação da Companhia do Vale do Rio Doce e manifesta a sua decisão de cooperar para o melhor conhecimento da região.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições;

Considerando que foi recentemente organizada a Companhia do Vale do Rio Doce, com a finalidade de exploração industrial das riquezas minerais desta região;

Considerando que uma extensa área do Estado será grandemente beneficiada pelas atividades que se desenvolverão em conseqüência;

Considerando que esta organização constitui notável iniciativa dos Governos da União e do Estado, sob a esclarecida e patriótica orientação do Presidente Getúlio Vargas com a colaboração do eminente Governador Benedito Valadares;

Resolve:

Art. 1.º — Apresentar a S. Excia., o Governador Benedito Valadares e, por intermédio de S. Excia., ao egrégio Presidente Getúlio Vargas, as mais calorosas e patrióticas congratulações pela constituição da Companhia do Vale do Rio Doce e pelas providências complementares.

Art. 2.º — Recomendar ao Departamento Geográfico a intensificação dos levantamentos geodésicos e topográficos necessários à elaboração da carta minuciosa e completa do vale do rio Doce, em prosseguimento aos proveitosos trabalhos já em andamento naquela eficiente repartição especializada do Estado.

Belo Horizonte, 10 de junho de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos,* Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira,* Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 17, de 29 de julho de 1942**

*Presta homenagem à memória de dois obreiros da geografia nacional.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia e a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, em Minas Gerais, reunidos em sessão conjunta e usando de suas atribuições:

Considerando haverem falecido a 21 e 23 do corrente mês, respectivamente, os topógrafos Valdemar Wilson Pinto e Afonso de Guaíra Heberle, em conseqüência de moléstia adquirida em serviço da expedição científica organizada pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, à região que vai da trijunção de limites de Minas Gerais, Goiás e Bahia, à quadrijunção das divisas entre Maranhão, Piauí, Bahia e Goiás;

Considerando que a morte dêsses dois distintos membros da grande família ibgeana enche do maior pesar a quantos, sob a égide do Instituto, trabalham pela grandeza da pátria brasileira, merecendo por isso mesmo e ainda pela circunstância de haverem sacrificado a própria vida a tão grande serviço um testemunho solene de admiração e reconhecimento de todos os seus companheiros;

Considerando que o Sr. Afonso de Guaíra Heberle, antigo cartógrafo do Departamento Estadual de Estatística, foi pôsto pelo Govêrno do Estado à disposição do Conselho Nacional de Geografia, que solicitara os seus serviços em razão principalmente de sua excepcional aptidão como desenhista-topografista, especializado no difícil gênero de trabalhos a bico de pena e cuja grande virtuosidade se revelou sempre através de numerosos trabalhos já publicados e de muitos outros ainda inéditos existentes no seu arquivo particular e na repartição a que dedicou vinte anos de relevantes serviços;

Considerando que ao homenagear a memória de seus mortos tem em vista o Instituto não sòmente tributar-lhes o preito de gratidão de que se fazem credores por serviços relevantes à causa da geografia e estatística brasileiras, mas também apontá-los aos pósteros que lhes preenchem os claros nas fileiras do trabalho pela grandeza nacional, como exemplo a imitar, na dedicação ao serviço do Brasil e na preocupação do aprimoramento da aptidão técnica ou artística de cada um, para a grande obra da elevação cultural a que está consagrado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, incitamento êste para o qual muito contribui a divulgação de trabalhos em cujo conhecimento se inspirem aquelas virtudes das quais depende a formação de quadros cada vez mais numerosos e eficientes de servidores da nação;

Resolve:

Art. 1.º — Registrar um voto de profundo pesar pela morte dos topógrafos Valdemar Wilson Pinto e Afonso de Guaíra Heberle, em serviço da expedição científica à zona de trijunção de limites de Minas Gerais, Goiás e Bahia, rendendo à sua memória reverente homenagem de admiração e reconhecimento, homenagem esta que será comunicada às famílias dos mortos, às repartições em que trabalharam e aos demais órgãos dirigentes do Instituto.

Art. 2.º Mediante os necessários entendimentos com a família do morto e com os órgãos dirigentes dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, ficam autorizados os Depar-

tamentos Geográfico e de Estatística a promoverem, conjuntamente, a publicação de um álbum contendo os trabalhos artísticos do topógrafo Afonso de Guaíra Heberle, devidamente comentados em legendas de cunho geográfico.

Belo Horizonte, 29 de julho de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 18, de 19 de outubro de 1942**

*Classifica as monografias de aspectos municipais apresentadas ao concurso de 1942 e dá outras providências.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições;

Considerando que a Resolução n.º 88, de 21 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia instituiu o concurso anual de monografias referentes a aspectos da geografia municipal, como contribuição aos Congressos Brasileiros de Geografia;

Considerando que, observadas as instruções do concurso, foram recebidos dos Diretórios Municipais de Geografia os trabalhos julgados em primeiro escrutínio;

Considerando que foi discutido pelo Diretório o parecer da Comissão incumbida de examinar as referidas monografias;

Resolve:

Art. 1.º — Classificar, em segundo escrutínio, as monografias apresentadas, da seguinte maneira:

*Em primeiro plano:*

Bocaiúva — *Dados para a geografia do município de Bocaiúva* — por João José dos Santos.

Coração de Jesus — *Monografia do município de Coração de Jesus* — por Leônidas Andrade Câmara.

Francisco Sá — *Monografia histórico-corográfica do município de Francisco Sá* — por Artur Jardim de Castro Gomes.

Rio Prêto — *Corografia do município de Rio Prêto* — por José Marinho de Araújo.

Ubá — *O município de Ubá e uma curiosa questão de limites com o município de Rio Branco* — por Orlando de Oliveira Vaz.

— *Pequenos rios, alma de uma civilização rural* — por Washington Peluso Albino.

*Em segundo plano:*

Andradas — *Monografia do município de Andradas* — por José Maria de Campos.

Dom Silvério — *Município de Dom Silvério* — por Fernando de Paula Antunes.

Formiga — *Cultura e beneficiamento do algodão em Formiga, Estado de Minas Gerais* — por Maria do Carmo Santos.

— *Monografia do município de Formiga* — por Nair de Oliveira.

— *Monografia do município de Formiga* — por Rodolfo de Almeida.

Lavras — *O município de Lavras* — por Alberto de Carvalho.

Machado — *Aspecto zootécnico do município de Machado* — por Fausto Paulo Werner.

Mesquita — *Monografia do município de Mesquita* — por José Milton Cursage.

Montes Claros — *Monografia histórico-geográfica do município de Montes Claros* — por Tobias Leal Tupinambá.

Pirapora — *Pirapora, Estado de Minas Gerais* — por José Bandeira da Mota.

Poços de Caldas — *Monografia geográfico-estatística de Poços de Caldas* — por Marçal Nogueira.

Rio Casca — *Município de Rio Casca, Minas Gerais* — por Raimundo Vieira de Sousa Sobrinho.

São Romão — *Monografia do município para concurso* — por Saint-Clair Fernandes Valadares.

*Em terceiro plano:*

Areado — *Monografia dos rios e serras de Areado* — por Alice Prado.

— *Monografia do município de Areado* — por Magnólia Agostini.

Belo Vale — *Monografia do município de Belo Vale, Minas Gerais* — por Modestino Melo.

Betim — (Sem título) — por Carlos Diniz Braga.

Camanducaia — *Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais* — por Benedito da Silva Santos.

Delfinópolis — *Monografia geográfica do município de Delfinópolis* — por Anor Inácio de Almeida.

Divinópolis — *Estudo da geografia do município de Divinópolis* — por Geraldo Lara.

Dores do Campo — *As divisas do município de Dores do Campo* — por Ildefonso Augusto da Silva.

— *Estradas do município de Dores do Campo* — por José Lopes Pereira.

Extrema — *Monografia de Extrema* — por Timóteo Cardoso Pinto.

Formiga — *Monografia do rebanho bovino do município de Formiga* — por Sebastião Goulart de Sousa.

Gimirim — *Município de Gimirim, comarca de Machado, Estado de Minas Gerais* — por Manuel Abrão Filho.

Glória — *Município de Glória* — por Antônio Lopes de Faria Sobrinho.

Guanhães — *Monografia geográfica do município de Guanhães* — por Benedito Pereira da Silva.

Itamarandiba — *Monografia sôbre o povoado de Dom Serafim (ex-São Domingos)* — por Mário do Rosário Fernandes.

— *Monografia sôbre o rio São João* — por Geraldo Campos Moreira.

Itamonte — *Geografia do município de Itamonte* — por Válter Figueiredo Mota.

Itaúna — *Monografia do município de Itaúna* — por Isaurino do Vale.

Jaboticatubas — *As vias de comunicações do município de Jaboticatubas* — por Américo Marques de Freitas.

— *Limites de Jaboticatubas com Caeté* — por João Batista Teixeira.

Luz — *Monografia do município de Luz* — por Gustavo Adolfo.

Mesquita — *Monografia do município de Mesquita* — por Celestino José Coelho.

— *Monografia do município de Mesquita* — por Ana Lima de Jesus Araújo.

— *Município de Mesquita* — por Edmides Marinho da Silva.

Nepomuceno — *Monografia de Nepomuceno* — por Zilda de Oliveira.

Ouro Fino — *Monografia sôbre o município de Ouro Fino* — por Moacir de Miranda Gomes.

Pedra Branca — *Dados do município de Pedra Branca, sul de Minas Gerais* — por José de Abreu Paiva.

Piranga — *Monografia do município de Piranga* — por José Júlio de Freitas Coutinho.

Pirapetinga — *Indicações geográficas* — por Iguatimozi Cataldi de Sousa e Antônio Francisco Couto.

Poté — *Monografia do distrito de Valão, município de Poté* — por Vicentina Matos.

— *Monografia do município de Poté* — por Alípia Alves.

Santa Luzia — *Monografia sôbre o distrito de Vespasiano* — por Aureliano Nestor Veado.

— *Município de Santa Luzia* — por Domingos R. Lima de Ornelas.

São Domingos do Prata — *Monografia do município de São Domingos do Prata* — por Luís Prisco de Braga.

São Romão — *Distrito de Capão Redondo, município de São Romão, Estado de Minas Gerais* — por José Pereira Leite.

— *Descrição do ribeirão Confins, no distrito de Arinos, em o município de São Romão* — por João Calixto.

— *Distrito da cidade de São Romão* — por José Gonçalves Pereira.

Sapucaí-mirim — *Estrutura, relêvo e subsolo do município de Sapucaí-mirim* — por Helvécio de Andrade e Silva.

— *Aspecto geral da cidade* — por Maria da Glória Venceslau.

—*Reserva florestal e seu valor econômico* — por Vitrúvio Marcondes Pereira.

— *A questão de limites municipais no comjunto inter-estadual* — por Adolfina Vieira da Silva Marcondes.

— *Produções do município* — por Maria José R. da Silva.

Parágrafo único — Obedeceu-se, na citação dos trabalhos, em cada grupo, à ordem alfabética dos municípios, sem que esta ordem tenha outra significação.

Art. 2.º — Congratular-se com os Diretórios Municipais de Geografia que enviaram contribuições e com os respectivos autores, pelo êxito do certame pois há trabalhos que embora não satisfaçam os requisitos exigidos, apresentam dados e informações de indiscutível valor para o melhor conhecimento das diversas regiões do Estado.

Art. 3.º — Enviar ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, com a cópia desta Resolução, a primeira via de tôdas as monografias, para julgamento final, de acôrdo com as instruções do concurso.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 1942, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos,* Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira,* Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 19, de 19 maio de 1943**

*Manda registrar os decretos-leis municipais fixando os quadros urbanos e suburbanos respectivos dos municípios que relaciona.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições;

Considerando o que determina o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, em seu art. 11;

Considerando que a Comissão existente no Diretório Regional, depois de acurados estudos e consultas apresentou a proposta de registro dos decretos-leis municipais que relaciona;

Considerando que essa proposta foi aprovada em sessão do Diretório Regional de hoje, depois de ouvida a leitura do parecer elaborado pela Comissão acima;

Resolve:

Artigo único — Fica determinado o registo, em livro próprio, dos decretos-leis municipais fixando as áreas urbanas e suburbanas dos municípios seguintes: Abaeté, Águas Belas, Almorés, Aiuruoca, Alpinópolis, Antônio Dias, Araguari, Araçuaí, Baependi, Barra Longa, Belo Horizonte, Belo Vale, Bias Fortes, Bicas, Boa Esperança, Bom Despacho, Bom Sucesso, Bonfim, Borda da Mata, Brasília, Brumadinho, Bueno Brandão, Buenópolis, Cabo Verde, Caeté, Cambuí, Campanha, Campina Verde, Campo Belo, Campo Formoso, Capelinha, Capetinga, Caratinga, Carmo da Cachoeira, Conceição, Conceição das Alagoas, Conceição do Rio Verde. Conquista, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Coração de Jesus, Cordisburgo, Curvelo, Delfinópolis, Dom Joaquim, Dores do Campo, Dores do Indaiá, Espera Feliz, Estrêla do Sul, Ferros, Gimirim, Glória, Governador Valadares, Grão Mogol, Guanhães, Guapé, Guaxupé, Guiricema, Ibiá, Indianópolis, Itabirito, Itamarandiba, Itambacuri, Itanhandu, Itapecerica, Jaboticatubas, Jacuí, Jequitinhonha, João Ribeiro, Juiz de Fora, Lajinha, Lagoa da Prata, Lagoa Santa, Laranjal, Liberdade, Lima Duarte, Manga, Manhumirim, Mariana, Martinho Campos, Mateus Leme, Medina, Mercês, Minas Novas, Miraí, Monte Azul, Monte Belo, Nova Lima, Ouro Prêto, Paracatu, Pará de Minas, Paraopeba, Parreiras, Passa Quatro, Passos, Patos, Pirapora, Pitangui, Poços de Caldas, Pompeu, Poté, Prados, Presidente Olegário, Presidente Vargas, Raúl Soares, Resplendor, Rio Branco, Rio Casca, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo, Rio Prêto, Rio Vermelho, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria do Suaçuí, Santo Antônio do Amparo, São Domingos do Prata, São João Nepomuceno, Sapucaí-Mirim, Serrania, Sete Lagoas, Soledade, Teixeiras, Tombos, Uberaba, Veríssimo, Viçosa, Vigia e Volta Grande.

Belo Horizonte, 19 de maio de 1943, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos,* Secretário. — Publique-se. *Dermeval José Pimentel,* Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 20, de 2 de junho de 1943**

*Aplaude a iniciativa da fundação da Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos e promove um movimento de integração, como sócios, dos componentes dos diversos órgãos do I.B.G.E.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições;

Considerando que a fundação, nesta capital, a 19 de maio último, em assembléia de geógrafos e estatísticos, da Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos, constitui um grande e necessário movimento de congraçamento da classe;

Considerando que a Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos exercerá benéfica influência no meio dos funcionários das repartições especializadas, por intermédio de seus diferentes departamentos;

Considerando que a Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos veio concretizar a justa aspiração de se conseguirem colônias de férias para repouso dos seus sócios;

Resolve:

Art. 1.º — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia aplaude a iniciativa da fundação da Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos (SOMGE), ao ensêjo das comemorações do "Dia do Estatístico" e VII aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o fim de proporcionar aos funcionários das repartições especializadas e filiadas ao Instituto, os benefícios previstos nos dispositivos estatutários já estruturados.

Art. 2.º — Fica a Secretaria do Diretório autorizada a promover um movimento de integração, prestigiando a Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos.

Belo Horizonte, 2 de junho de 1943, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias,* Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos,* Secretário. — Publique-se *Dermeval José Pimenta,* Presidente do Diretório.

**O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.**